

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

MARIA LUISA DA COSTA FOGARI

**SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS
USUÁRIOS AFRODESCENDENTES**

FRANCA

2010

MARIA LUISA DA COSTA FOGARI

**SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS
USUÁRIOS AFRODESCENDENTES**

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Neide Aparecida de Souza Lehfeld.

FRANCA

2010

MARIA LUISA DA COSTA FOGARI

**SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS
USUÁRIOS AFRODESCENDENTES**

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof.^a Dr.^a Neide Aparecida de Souza Lehfeld – FHDSS/UNESP

1^a Examinador: _____

2^a Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2010.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem Ele nada seria possível e não estaríamos aqui reunidos, desfrutando, juntos, destes momentos que nos são tão importantes.

Ao Reverendíssimo Pe. Donizetti Tavares de Lima, por mais essa intercessão em minha vida pessoal e profissional.

Aos meus pais João e Luzia (in memorian), pelo amor, dedicação e aprendizado em todos os momentos enquanto estivemos unidos nessa passagem terrena... Amor eterno...

Ao meu querido irmão Antonio Carlos (in memorian), por todas as virtudes perpassadas a nós, que se refletem nas nossas ações cotidianas... Saudade infinita!

Em especial, ao meu esposo José D. Fogari, por sua paciência, compreensão, confiança nos momentos de estudo e dedicação para a construção desse trabalho e a busca do conhecimento, tão importantes para a vida acadêmica. Gratidão infinita!!!

Dedicação especial á minha filha querida Maria Carolina Fogari, que mais uma vez compreendeu e suportou minha ausência, de maneira sábia e segura, mais uma de suas muitas virtudes....

Aos meus queridos amigos e colegas pelos momentos de descontração e apoio, durante nossa convivência, enquanto estivemos juntos cursando as disciplinas da pós-graduação no ano de 2007.

Aos meus professores do curso de Serviço Social do Centro Universitário Barão de Mauá, sem vocês esse sonho não estaria se concretizando. Muito obrigada, pela paciência, compreensão e aprendizagem cotidiana durante a graduação (2002/2005).

Aos mestres educadores, à coordenação e aos funcionários em geral desta instituição: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Franca, pela educação, informação e dedicação prestada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Neide Aparecida de Souza Lehfeld, pela dedicação, confiança e carinho, sobretudo por ter me incentivado a estudar, compreender e pensar os processos sociais, culturais, econômicos, e políticos, fato que muito me acrescentou enquanto pesquisadora em Serviço Social. Sua presença ficará carinhosamente entrelaçada à minha história... Muito obrigada....

Agradecimento especial à querida Prof.^a Dr.^a Martha Maria dos Santos. Nossa história decorreu de forma natural e eterna, e iniciou-se no ano de 2003, ainda no período de graduação. Portanto, é impossível descrever minha trajetória profissional e acadêmica sem citar seu nome. É impossível dissociar a presença da Prof.^a Dr.^a Martha Maria dos Santos da minha história; ela faz parte da minha vida acadêmica, profissional, pessoal, enfim... Eternos agradecimentos pela amizade, carinho, valorização, ensinamentos, compreensão...

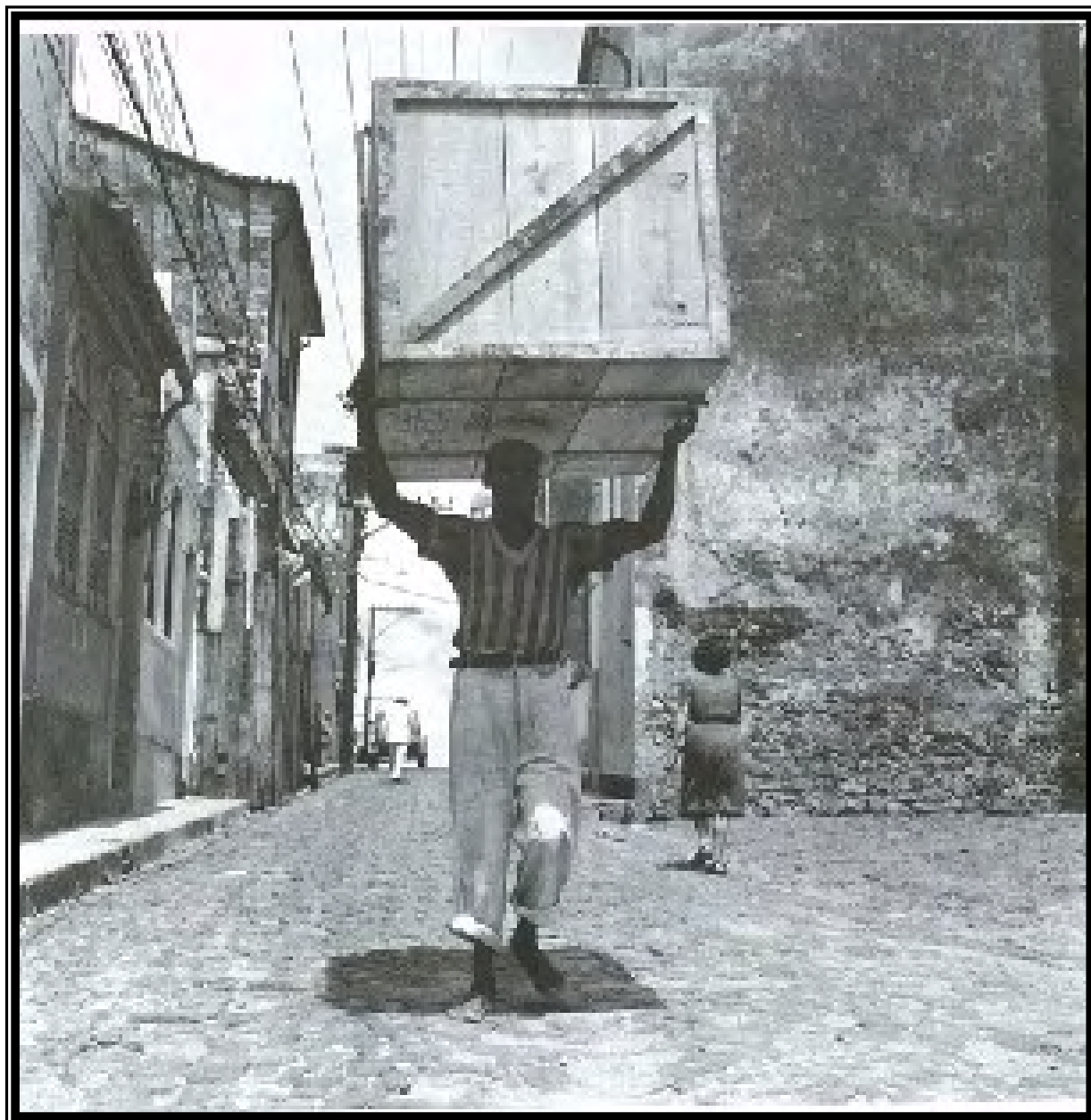
Aos meus irmãos, pelo amor, apoio e compreensão, por representarem meu esteio, meu passado e meu futuro e por terem contribuído no processo de minha formação. Em especial às minhas irmãs, Maria de Fátima, Márcia Maria e Andréia Maria, meus aportes subjetivos, teóricos, enfim meus alicerces nos momentos de angústia, descontração, de aconselhamento para a definição dessa caminhada acadêmica. Ao cunhado Fábio, pela troca de conhecimentos teóricos...

Ao Antonio Carlos da Costa Sobrinho, meu sobrinho e afilhado querido, pelos momentos de alegria e esperança que me confere através de sua inocência e energia de criança.

Aos profissionais e responsáveis pelos Departamentos de: Cultura, Educação, Serviço Social, carinhosamente ao Dr. José Alves dos Santos (Diretor do Departamento de Saúde e médico da família).

Dedicação especial aos afrodescendentes, munícipes de Santa Rita do Passa Quatro-SP, entrevistados na coleta de dados, que dedicaram seu tempo e acreditaram na pesquisa. Apreço e carinho eterno...

Ao coordenador do Departamento de Serviço Social do Município de Tambaú, historiador José Eli Costa, e à diretora do Departamento, assistente social Roseli D'Ércole Morandim, por terem sido solidários e compreensivos nessa travessia...



A Bahia pelos olhos de Verger. Cena de rua. Fundação Paul Verger.

[...] as pessoas têm direito a ser iguais sempre que a diferença as tornar inferiores, contudo têm também direito a ser diferentes sempre que a igualdade colocar em risco as suas identidades.

Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza.

Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. As pessoas querem ser iguais, mas querem respeitadas suas diferenças. Ou seja, querem participar, mas querem também que suas diferenças sejam reconhecidas e respeitadas.

Boaventura de Souza Santos

FOGARI, Maria Luisa da Costa. **Serviço Social e as políticas públicas para os usuários afrodescendentes**. 2010. 284 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

RESUMO

O presente estudo tem como principal temática atender às reflexões relacionadas ao povo afrodescendente no contexto das políticas públicas em Santa Rita do Passa Quatro - SP, especificamente analisando se os líderes dos Departamentos de: Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social estão atentando para o planejamento, coordenação e execução de ações que levem em consideração as questões étnico/raciais. Contudo, a valorização das políticas públicas no cotidiano da população afrodescendente poderá efetivar-se por meio da prática profissional do assistente social, por ser detentor da prática interventiva, que tem como proposta norteadora a emancipação social. O objetivo geral desse trabalho é analisar como estão se efetivando as ações afirmativas para afrodescendentes por meio das políticas públicas e como os profissionais Assistentes Sociais, do município de Santa Rita do Passa Quatro - SP, avaliam a questão relacionada à identidade negra no atendimento cotidiano do Serviço Social municipal. Segundo a pesquisadora Nilma Gomes (1993), a identidade negra é compreendida “[...] como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.” Busca-se, ainda, estudar especificamente quais os projetos sociais destinados à comunidade negra e se existem programas sociais e interferências municipais desempenhadas pelo Serviço Social. A técnica da coleta de dados com caráter qualitativo se constitui de observação e aplicação de formulário e, posteriormente, de entrevista semi-estruturada. A amostra é constituída intencionalmente pelo grupo afro santarritense. São cinco pessoas afrodescendentes entrevistadas, duas assistentes sociais, e os responsáveis pelos Departamentos de Saúde, Esporte e Cultura, da Educação e de Serviço Social. Diante da realidade social averiguada na coleta de dados, as entrevistas revelam que não existem políticas públicas inclusivas para afrodescendentes. Portanto, conclui-se que os assistentes sociais deverão promover ações alternativas, tanto em nível público, quanto privado, que contribua para a implementação de políticas de promoção da igualdade racial, mediante o contexto histórico sobre a situação dos afrodescendentes. Nesse sentido, as mudanças nas políticas de Assistência Social são determinantes, tendo como foco central a implementação dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, pois o objetivo central desse órgão é garantir a universalização dos direitos sociais, desempenhados pelas equipes multidisciplinares. Desse modo deve-se adotar, formular e lutar pela implementação de políticas reparatórias visando à superação das desigualdades raciais.

Palavras-chave: Serviço Social. políticas públicas. afrodescendentes. processo inclusivo.

FOGARI, Maria Luisa da Costa. **Servicio Social y las Políticas Públicas para usuarios de africanos descendientes**. 2010. 284 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

RESUMEN

El presente estudio tiene como tema principal atender las reflexiones relacionadas con las personas de descendientes africanas en el contexto de la política pública en Santa Rita do Passa Quatro - SP, en particular analizando si los líderes de los departamentos de Educación, Cultura, Salud y Asistencia Social están prestando atención a la planificación, la coordinación y ejecución de acciones que tengan en cuenta las cuestiones étnicas raciales. Sin embargo, la valoración de las políticas públicas en el cotidiano de la población de descendientes africanos puede manifestarse a través de la práctica del asistente social, por ser el detentor de la práctica de intervenir, el cual, tiene el propósito de orientar la emancipación social. El objetivo de este estudio fue analizar la forma en que están efectuadas las políticas de acción afirmativa para los descendientes africanos a través de políticas públicas y como los profesionales en la ciudad de Santa Rita do Passa Quatro - SP evaluar la cuestión relacionada con la identidad negra, en la rutina de Servicios Sociales municipales. Según la investigadora Nilma Gomes (1993) “[...] la identidad negra se entiende como una construcción social, histórica, cultural y plural. Se trata de la construcción de la mirada de un grupo étnico racial o de individuos que pertenecen al mismo grupo racial, sobre sí mismos, de la relación con el otro.” Aún buscamos estudiar cuáles son los proyectos sociales específicos para la comunidad de descendientes africanos y si hay programas sociales y de injerencia Municipal realizados por los Servicios Sociales. La técnica de recoger los datos con la finalidad de observar la cualidad de ellos, se formó y aplicó un formulario, después en la entrevista casi estructurada. La muestra consistió en un grupo de descendientes africanos de Santa Rita do Passa Quatro - SP. Entrevistamos a cinco personas de origen africana, dos asistentes sociales, y los responsables de los Departamentos de Salud, Deportes y Cultura, Educación y Trabajo Social. Delante de la realidad social investigada en la recopilación de datos, las entrevistas revelaron que no hay políticas públicas inclusivas para el descenso. Por lo tanto, podemos concluir que los asistentes sociales deben promover acciones alternativas, tanto en el sector público y privado, que contribuya a la aplicación de las políticas para promover la igualdad racial a través del contexto histórico sobre la situación de los descendientes africanos. En este sentido, los cambios en las políticas de Asistencia Social son fundamentales, centrándose principalmente en la aplicación de CRAS - Centro de Referencia de Asistencia Social. Pues el objetivo de este organismo es garantizar de los derechos universales sociales, que desempeñan los equipos multidisciplinares. De ese modo, debemos adoptar, desarrollar y luchar por el cumplimiento de las políticas destinadas a la reparación y superar las desigualdades raciales.

Palabras-clave: Trabajo Social. políticas públicas. africanos descendientes. proceso inclusivo.

LISTA DE SIGLAS

APA	Ação Paroquial de Assistência
CAIS	Centro de Assistência e Integração Social
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAACP	Associação Nacional para a Emancipação das Pessoas de Cor
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRADS	Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	Fundação de Bem Estar do Menor
GTPLUN	Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais Negros
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Universitário

NOB	Norma Operacional Básica
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Programa de Atenção Integral as Famílias
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TEN	Teatro Experimental Negro
UENF	Universidade Estadual Fluminense
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Metodologia	17
Apresentação dos capítulos.....	21
CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO POVO NEGRO	24
1.1 Povo negro x escravização	25
1.2 Fugas, resistências: movimento negro foi uma perspectiva de direito?	60
1.3 Construindo conceitos: traços fenótipos, preconceito e discriminação	76
CAPÍTULO 2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS: PENSANDO A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL.....	93
2.1 O que é Estado?	94
2.2 O que são políticas públicas?	124
2.3 Serviço Social e os direitos sociais no Brasil	145
CAPÍTULO 3 O CAMPO DE PESQUISA.....	167
3.1 Contextualização histórica do povo negro santarritense.....	168
3.2 A realidade atual do município.....	173
3.3 Histórico do Serviço Social e as ações contemporâneas	174
3.4 Políticas Públicas do município de Santa Rita do Passa Quatro.....	181
3.4.1 Política Pública da Saúde.....	181
3.4.2 Política Pública de Cultura	194
3.4.3 Política Pública de Educação	205
3.4.4 Política Pública de Assistência Social	215
3.5 Pessoas afrodescendentes de Santa Rita do Passa Quatro	225
CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
REFERÊNCIAS.....	255
APÊNDICES	
APÊNDICE A - Roteiro para pesquisa de campo.....	275

ANEXOS

ANEXO A – Declaração da pesquisadora.....	281
ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	282
ANEXO C – Folha de Rosto para Pesquisa envolvendo seres humanos	283
ANEXO D – Aprovação pelo Comitê de Ética	285

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se justifica, primeiramente, por questões relacionadas à afinidade da pesquisadora com o tema proposto, pois desde a infância sempre foi obstinada a estudar a história brasileira, principalmente a relacionada à questão dos descendentes dos escravizados.

Outro item preponderante, as origens rurais e suburbanas da pesquisadora, principalmente no período relacionado à infância, enquanto moradora da zona rural do município de Tambaú - SP onde a mesma teve contato com vários lavradores afrodescendentes e, consecutivamente, com suas famílias.

Após o desejo em concretizar o ensino superior, a discente foi para uma área pouco conhecida pela mesma, o Serviço Social, fato por certo relacionado ao cuidar maternal, que se consolidou através das várias idas a hospitais para tratamento da filha Maria Carolina Fogari, em especialidades, nas quais a presença do assistente social era primordial (ortopedia e neurologia) e, também, ao tratamento humanitário de seus pais com as pessoas em situação de mendicância, aos doentes e idosos.

No período de graduação, em 2004, o estágio de intervenção, realizado no Departamento de Promoção Social de Santa Rita do Passa Quatro – SP, foi muito importante para auxiliá-la na coesão teoria/prática e também a orientou no primeiro contato com os usuários do Serviço Social municipal. Esse estágio interventivo serviu de alicerce para a escolha do tema a ser estudado na pós-graduação, pois era visível a presença maciça de afrodescendentes entre os usuários do Serviço Social local. Desse modo, destaca-se que a maioria dos usuários atendidos naquele órgão público era afrodescendente, sendo o sujeito de estudo delimitado na dissertação de mestrado.

Consta, ainda, que a assistente social vivenciou uma cena preconceituosa na rua central do município de Santa Rita do Passa Quatro. Após denúncia, um grupo de policiais armados invadiu um comércio, extraíndo dele, para averiguação de forma desumana, apenas pessoas pertencentes à etnia negra. Esse fato demonstrou, cristalinamente, o nível de preconceito perpetuado pela população; em uma população cuja maioria é de imigrantes italianos vindos para substituir os braços africanos.

Outro fato a ser destacado, a experiência vivenciada pela mestranda no final de 2006, enquanto educadora Professora do Ensino Básico (PBI) no ensino fundamental de Santa Rita do Passa Quatro – SP, por um período restrito, mas

bastante enriquecedor para o desenvolvimento desse estudo. As crianças, com quem a professora e assistente social teve oportunidade de manter contato, apresentavam quase as mesmas subjetividades.

Estes educandos, em sua maioria afrodescendentes, geralmente oriundos dos estratos sociais mais baixos, eram filhos de pais que geralmente trabalhavam na informalidade, oriundos também de famílias recompostas, portanto herdeiros do processo histórico desigual e injusto, da negação da identidade e da participação na riqueza socialmente produzida no Brasil.

Por meio de diálogos com as crianças, familiares e professores, surgiram certas inquietações que emergiram da formação acadêmica, da pesquisadora, em Serviço Social, profissão que tem sua prática eminente das expressões da questão social.

Devido à precariedade daquela vila segregada, o cotidiano desta população é suscetível ao mundo do crime; criminalidade essa transformada em empresas privadas, geradoras de renda. Muitas vezes, é através dos trabalhos ou das profissões provenientes destes atos ilegais ou ilícitos que estas pessoas subsidiam as necessidades básicas de suas famílias, como aviõezinhos (popular vendedor de drogas), na prostituição e/ou outros afazeres gerados de forma não legalizada. Isto porque “A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem que ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria. [...]” (MARTINS, J.S., 1997, p. 30).

Enfim, os alunos são os filhos dos usuários dos plantões do Serviço Social municipal, com os quais a pesquisadora manteve contato enquanto estagiária da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), no Setor de Promoção Social Municipal e no Poder Judiciário. Infelizmente, as problemáticas vivenciadas são cíclicas e desembocam na vida daquelas famílias, sendo oriundas da política econômica neoliberal, porque

O agravamento da questão social é produto desse amplo processo e indissociável da responsabilidade pública dos governos de garantir trânsito livre para o capital especulativo, transferindo lucros e salários do âmbito da produção para a esfera da valorização financeira. (RAICHELIS, 2007, p. 10).

Ao observar os reflexos da questão social do município, naquele recinto escolar e no Plantão Social do Departamento de Serviço Social, enquanto Assistente

Social, a pesquisadora questiona: Quais atribuições o Serviço Social poderia desempenhar frente a todas aquelas mazelas sociais? Como mudar a realidade da maioria daquelas famílias estigmatizadas devido às originalidades étnicas, ou aos traços fenotípicos? Delimitando especificamente: Será que os munícipes afrodescendentes sabem o que é Conselho Municipal? Sabem discernir entre a importância da existência e da participação nos Conselhos Municipais? Entendem quais são as deliberações do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra? Finalizando, eles entendem o significado de política pública, de cidadania, democracia, já ouviram falar sobre a Constituição de 1988?

A partir de então, visualizou-se a necessidade de ações inclusivas por meio das políticas públicas, conotando a resistência vivenciada por esta população. Porém, não se pode deixar de enfatizar que, após a Constituição de 1988, o processo democrático fortaleceu a participação popular por meio dos conselhos e conferências, bem como da legitimação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no país, que trouxe como proposta fundamental a atuação do assistente social junto às famílias.

Outro aspecto importante é a proposta pleiteada pelo Conselho Regional de Serviço Social, para que o assistente social tenha, no bojo do projeto ético-político profissional, ideais atentados para a questão da diferença e equidade social. Neste quesito, podem-se enquadrar questões como atos discriminatórios aos portadores de necessidades especiais, homossexuais, indígenas, moradores de rua, ciganos, negros e muitos outros. Embasados por conceitos muitas vezes banalizados pela sociedade atual, que é moldada por políticas neoliberais vigentes.

Desta forma, o desejado é que o Serviço Social ofereça empoderamento ao usuário, por meio da inserção dos profissionais assistentes sociais interferindo nas realidades socioculturais das famílias, junto do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), das escolas, dos Programas de Saúde da Família, dos Conselhos de Saúde, Educação, Cultura e de Participação da Comunidade Negra.

Partindo da importância da prática voltada ao outro, na alteridade, acredita-se na importância de políticas públicas mediante o contexto social e a microrrealidade das comunidades afrobrasileiras, para que haja uma valoração enquanto seres sociais. Um exemplo bem peculiar é a Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

instituindo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana, no âmbito da Administração Pública paulista.

A partir das políticas de Ações Afirmativas, como política compensatória, é pertinente verificar como as políticas públicas vêm atuando, neste campo tão vasto das relações étnico-raciais. Neste sentido, pode-se deter nas ações do Serviço Social frente a estas questões tão evidenciadas entre a população atendida pelo assistente social, na qual fica evidente a presença notória de afrodescendentes entre os usuários, que são excluídos do processo produtivo, do acúmulo do capital brasileiro. Surgem então as seguintes indagações:

- Quais são as ações afirmativas norteadas para os usuários, sujeitos de direitos, provenientes da etnia negra, atendidos pelo Serviço Social brasileiro?
- O que as políticas sociais delimitam na área educacional, da saúde, da habitação, do mercado de trabalho e da política e, especificamente, o que se pretende tratar neste estudo, as políticas públicas através do resgate da cidadania?

Dentro deste contexto, os objetivos delimitados foram: analisar como estão se efetivando as ações afirmativas por meio das políticas públicas e como estão sendo visualizadas pelos profissionais Assistentes Sociais e pelos afrodescendentes, em Santa Rita do Passa Quatro, como garantia de cidadania, equidade e justiça social para a comunidade negra.

A partir da aprovação das Políticas de Ações Afirmativas, é preponderante atuar mediante a representatividade da comunidade afro-descendente. A implantação de políticas públicas e ações afirmativas, destinadas à população negra, compactuam para a existência de um abismo entre negros e brancos - no que se refere ao acesso aos serviços públicos, às oportunidades no mercado de trabalho, à educação, à cultura (Lei nº 10.639/2003), como item fundamental para transmissão dos seus costumes e tradições.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2008, a população brasileira é composta de 49,7% de negros ou pardos e 49,4% de brancos. Está-se falando de conceitos de diversidade, num país onde o negro é vitimizado pela branquitude imposta pela sociedade excludente. No dia 18 de setembro de 2009, o IBGE, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgou que a maioria dos 188 milhões de brasileiros residentes no país é

negra (pretos e pardos) (BRASIL, 2009b). Ainda, outra pesquisa do IBGE, realizada em 2006, revelou que 73,2% da população mais pobre do país é negra ou parda, apenas 12,4% da população mais rica é negra ou parda (BRASIL, 2007b).

Atentando aos dados citados, cabe aos profissionais usarem as políticas públicas criadas pelo Estado buscando levar a população afrodescendente a conhecer os seus direitos, para que seja dotada de crítica reflexiva agregada aos ideais da gestão participativa, mediante a subjetividade vinculada a identidade e representação social. O assistente social, como interventor da realidade social do usuário, deverá em primeiro lugar ser dotado de ética profissional.

Metodologia

Segundo Maria Cecília de Souza Minayo (1994), ao elaborar um projeto de pesquisa, o pesquisador estará lidando com, no mínimo, três dimensões: técnica - regras científicas para a construção do projeto; ideológica - relaciona-se às escolhas do pesquisador, sempre tendo em vista o momento histórico; científica - ultrapassa o senso comum através do método científico.

Para o desenvolvimento da metodologia desse estudo, primeiramente foi delimitado o universo da pesquisa e, consecutivamente, por meio da amostra selecionou-se os entrevistados para a pesquisa de campo, na qual se propiciou a coesão entre a teoria e os dados coletados, expressando assim a subjetividade dos sujeitos da pesquisa.

O universo da pesquisa constituiu-se pelos profissionais responsáveis pelo Departamento de Comunicação Geral, Assistência e Desenvolvimento Social, CRAS, Setor de Cultura e Departamentos de Saúde e Educação do município de Santa Rita do Passa Quatro – SP, tendo em vista que “O universo da pesquisa significa o conjunto, a totalidade de elementos que possuem determinadas características, definidas para um estudo.” (BARROS; LEHFELD, 1990, p. 38).

Partindo desse conceito, em atenção à totalidade e ao conjunto do grupo a ser pesquisado, foi escolhido no município, como universo da pesquisa, um número representativo de afrodescendentes segregados num bairro, um grupo

formado por pessoas que desejam discutir e delimitar projetos de ações inclusivas para os seus descendentes.

Para esse estudo foi primordial atentar para o materialismo histórico, da valorização da história dos afrodescendentes. Segundo Georg Lukács (2003, p. 414), o materialismo histórico é “[...] um método científico para compreender os acontecimentos do passado em sua essência verdadeira. “

Desse modo, segundo o método científico utilizado, a amostra constituiu-se intencionalmente pelo grupo afro santa-ritense, uma vez que “[...] A amostra é a menor representação de um todo maior (o universo).” (BARROS; LEHFELD, 1990, p. 38).

A amostragem é necessária, pois “[...] como no geral a totalidade (universo) de pesquisados é muito grande, normalmente se trabalha com uma pequena amostra desse universo.” (MARSIGLIA, 2000, p. 24). Partindo desse pressuposto, foram entrevistadas cinco pessoas do grupo, duas assistentes sociais (uma profissional do CRAS e a outra do Departamento de Serviço Social), um integrante responsável pelos respectivos departamentos de Saúde, Esporte e Cultura e da Educação de Santa Rita do Passa Quatro - SP.

Ainda foram usadas amostras aleatórias simples, pois essas são “[...] usadas quando atribuímos a cada pessoa um número e sorteamos os números das pessoas a serem observadas e entrevistadas.” (MARSIGLIA, 2000, p. 24).

Após o sorteio dos sujeitos a serem entrevistados e observados iniciou-se a pesquisa de campo, pois “O trabalho de campo, em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano.” (MINAYO, 1994, p. 64).

A técnica da coleta de dados, com caráter qualitativo, se constituiu de observação e aplicação de formulário e, posteriormente, da entrevista semi-estruturada. Porque “A observação é uma das técnicas de coleta de dados imprescindível em toda pesquisa científica. Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso.” (BARROS; LEHFELD, 1990, p. 53). E as entrevistas, segundo conceito exposto no livro de Marsiglia (2001, p. 27):

[...] são os instrumentos mais usados nas pesquisas sociais porque, além de permitirem captar melhor o que as pessoas pensam e sabem, observam também a sua postura corporal, a tonalidade da voz, os silêncios etc.

Podem ser padronizadas ou estruturadas, quando o pesquisador coloca tópicos para o pesquisado falar o que pensa sobre eles, partindo, assim de um roteiro mais aberto.

Portanto, o pesquisador, ao entrevistar utilizando-se das observações, pode delimitar dois tipos: observações assistemáticas e observações sistemáticas. Para as observações sistemáticas, “[...] o pesquisador as planeja: define o que vai observar, procura eliminar sua influencia sobre o que está vendo e define como vai registrar o observado.” (MARSIGLIA, 2000, p. 26).

Para registro dos dados, utilizamos o gravador na coleta de dados, explicamos a pretensão da pesquisa aos munícipes entrevistados, dando liberdade de aceitação aos mesmos, pois segundo Minayo (1994, p. 55), “Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. [...]”.

Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa: profissionais, os representantes do poder público local, e os munícipes afrodescendentes foram livres a não responderem a pesquisa, sem qualquer tipo de penalidade.

As dúvidas sobre a pesquisa foram esclarecidas, quando necessárias, de forma simples. Podendo o pesquisado entrar em contato com o pesquisador responsável pela coleta de dados. Assim, é importante que haja “[...] a interação entre o pesquisador e os atores sociais envolvidos no trabalho. [...]” (MINAYO, 1994, p. 62).

Os sujeitos a serem pesquisados foram informados que os dados coletados na pesquisa seriam confidenciais, assegurando assim o sigilo do que foi proclamado pelos entrevistados. Os dados não serão divulgados e de forma alguma será possibilitada a identificação dos pesquisados. Nessa conjuntura “[...] a gravação de entrevistas ou depoimentos só deverá ser realizada com permissão do informante, garantindo-se ainda que a identidade dele será mantida em sigilo, se ele assim o desejar.” (MARSIGLIA, 2000, p. 31).

No momento da entrevista, foram utilizadas técnicas de observação para identificar a subjetividade, as expressões do sujeito entrevistado suas emoções, sentimentos e ensejos condizentes ao tema proposto, uma vez que “O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. [...]” (MINAYO, 1994, p. 64). E, ainda, pelo fato de

O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais importante e evasivo na vida real. (MINAYO, 1994, p. 60).

A partir desse conceito da metodologia utilizada na pesquisa de campo, ressalta-se que, durante o processo investigativo, por várias vezes o bairro onde a questão racial no município é mais redundante foi visitado. Por meio de conversas informais e observação, foram identificados a sobrevivência daquelas pessoas, como se relacionam com os outros moradores e valores em moeda nacional das residências (conhecidas por casas populares), a construção das dinâmicas culturais, educacionais, econômicas e sociais, dados esses expressos na coleta de dados.

Os dados coletados foram organizados, analisados e interpretados. Dessa forma:

Interpretar significa buscar o sentido mais explicativo dos resultados da pesquisa. Significa ler através dos índices, dos percentuais obtidos, a partir da medição e tabulação dos dados. [...] A interpretação conduz à definição de conceitos explicativos sobre o problema enfocado. (BARROS; LEHFELD, 1990, p. 62).

Ainda discorreremos que o projeto de pesquisa, referente a esse estudo, foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP – Campus Franca (CEP/UNESP/FRANCA), obtendo a aprovação em 18 de novembro de 2009, como segue anexa, a cópia dos termos referentes nas últimas páginas desse estudo (280, 281, 282, 283 e 284).

Considerando os aspectos microssocietários relacionados aos afrodescendentes, moradores de Santa Rita do Passa Quatro, donde emergem as contradições socioeconômicas vivenciadas por essa população, com base na bibliografia revisada, fez-se o relato dos dados finais obtidos nesse estudo no Capítulo 3 desse trabalho.

Apresentação dos capítulos

A partir desse item far-se-á uma síntese informativa sobre as leituras realizadas para a construção dessa dissertação, expressas nos três capítulos delimitados. Contudo, ao leitor será propiciado um resumo definindo a proposta teórica de cada capítulo formulado.

No Capítulo 1 apresenta-se um retrocesso no tempo para retratar as condições sociais, econômicas e culturais dos afrodescendentes no território brasileiro, a começar pelo período da colonização, da exploração das terras além mar, até os dias atuais. Explana-se, assim, um pouco sobre o continente Africano, principalmente em se tratando dos pensamentos pejorativos, devidos aos interesses eurocêntricos. Ainda nesse Capítulo 1, encontra-se um relato da chegada do ibérico aos solos nacionais e a aculturação dos indígenas devida à imposição capitalista européia, através da colonização das terras recém invadidas. Consecutivamente, é descrita a escravização ameríndia e a substituição pela africana, enquanto transação comercial muito lucrativa.

Em complemento ao contexto histórico, são apresentados dois fatos importantes em 1850: a extinção do tráfico e a instituição da Lei de Terras. Ainda relata-se sobre a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que teve como reflexo a exclusão social, econômica, cultural e política dos recém alforriados nesse período. Posteriormente a esse acontecimento, a sociedade brasileira ensejava modernizar-se, foi adotada, então, a filosofia do branqueamento, decorrendo dela a valorização da política migratória. Em outro momento, enfatiza-se a ideologia da democracia racial e do mito da igualdade racial. Finaliza-se a explanação descrevendo as lutas e resistências e as ações do movimento negro, da Lei nº 3.198, o Estatuto da Igualdade Racial. Finaliza-se esse Capítulo 1 com uma abordagem histórica dialética, mediante autores que expressam, em suas obras contemporâneas, a história que não foi contatada, fato que sempre favoreceu a emergente burguesia brasileira. Discorre-se, no final desse capítulo, sobre os traços fenotípicos, o preconceito e a valorização da identidade étnica, apontando os atos considerados crimes resultante de preconceito étnico delimitado na Constituição de 1988.

No Capítulo 2, conceitua-se o Estado e suas interferências na vida social, econômica e política, de um modo geral. Esse assunto foi dissertado segundo os

autores: Norberto Bobbio ([s.d.]), Chauí (2002), Carlos Nelson Coutinho (1994) e Althusser (1985). Ressalta-se, no entanto, que o Estado subdivide-se em democrático ou social, em liberal ou social e apresenta-se a explanação sobre cada modelo com a contextualização sobre o Estado de Bem Estar Social, o Estado Instrumento e o Estado Ampliado.

A partir dos dados históricos, discorre-se sobre a década de 50, período mais conhecido como a Era de Ouro, e sobre os anos 70, a política econômica globalizada que deixou a questão social, na década de 80, ainda mais acentuada e complexa. Retrocede-se ao passado relacionado ao Estado brasileiro, contextualizando a Era Vargas, período esse promotor do desenvolvimento industrial e da implementação das políticas sociais.

Após um longo período ditatorial (1964-1985), no final da década de 80, em 1988, é promulgada a Constituição Federal sendo a mesma consolidada pelos preceitos democráticos.

Dos anos 80 e 90 até a contemporaneidade emerge uma política voltada à privatização, ao modelo neoliberal. Esse novo modelo governamental privatizou várias empresas estatais, prova disso é a submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial.

A partir de então, explana-se sobre as políticas públicas; entendendo-se que o assistente social poderá apoiar-se nelas para os usuários afrodescendentes, como projeto político norteador da efetivação da cidadania. Já os programas de transferência de renda, de natureza não contributiva, são exemplos de medidas assistencialistas que não dão autonomia às famílias. Quanto aos propósitos das organizações negras, segundo o pesquisador Sergio Guimarães (2008), o atual governo foi o que mais avançou por meio da instituição, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Nesse estudo, embasado na importância do Serviço Social para a comunidade descendente dos escravizados, busca-se delimitar suas principais funções teóricas/metodológicas/práticas contextualizando, também, sua gênese e desenvolvimento, mediante a proposta capitalista.

No Brasil, a Constituição de 1988 tem papel relevante, pois abre uma nova perspectiva de assistência social com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O propósito de tal ação foi o rompimento com a cultura assistencialista. Dessa forma, relata-se nesse subitem dados importantes ligados à

inclusão dos usuários afrodescendentes delimitados na Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 (Código de Ética Profissional do Serviço Social), mediante os princípios fundamentais contidos nesse documento.

Finaliza-se esse estudo com o Capítulo 3, que destaca a biografia do afrodescendente santarritense, o sr. José da Silva, que realizou um trabalho assistencial para as pessoas em vulnerabilidade social.

Discorre-se brevemente sobre a história e a realidade atual de Santa Rita do Passa Quatro – SP, e sobre as ações realizadas pelas primeiras assistentes sociais do município. Também são relatados alguns dados sobre o Serviço Social contemporâneo, enfatizando a atuação do CRAS.

Em complementação aos dados teóricos, fez-se a coleta de dados que foi analisada e interpretada quanto aos seguintes tópicos: política pública de Saúde; Cultura; Educação; e Serviço Social. Finaliza-se entrevistando cinco afrodescendentes moradores de vilas estratégicas, duas de classe média e uma da periferia do município, em que se enfatizou a questão da miséria atrelada às questões raciais.

CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO POVO NEGRO

1.1 Povo negro x escravização

Refletir sobre as questões relacionadas ao povo afrodescendente no contexto das políticas públicas na contemporaneidade requer um retrocesso ao processo histórico nos períodos: Colonial, Imperial e Republicano brasileiro.

Inicialmente, retrocede-se no tempo para retratar as condições sociais, econômicas e culturais dos afrodescendentes no território brasileiro a começar pelo período da colonização, da exploração das terras além mar, até os dias atuais.

Para melhor entender todo processo escravagista brasileiro, explana-se um pouco sobre o continente Africano e suas peculiaridades. A África tem uma população distribuída em várias nações.

A África sempre representou, no imaginário dos exploradores, um lugar dotado de um povo envolto em tradições estereotipadas; tradições essas nunca entendidas pela sociedade, onde prevaleceram os ideais burgueses civilizatórios e “[...] ainda, que existam visões estereotipadas cultivadas contra outros povos e regiões, a África, mais do que qualquer outro continente, terminou por um véu de preconceitos que ainda hoje marcam a percepção da sua realidade.” (WALDMAN, 2004, 2006 apud SERRANO; WALDMAN, 2007, p. 21).

Os autores continuam a explicação afirmando que:

As imagens do continente africano construídas pelo imaginário medieval suscitavam todo tipo de objeções. Assolados pelo calor inclemente, os territórios meridionais estariam infestados de monstros e de outros seres fabulosos, coabitando com grupos de semi-humanos ou de humanos inferiores. Todavia, mesmo essas manifestações de vida escasseariam consoante a proximidade com o Equador, onde os mares seriam ferventes e abundariam rios de metal derretido (SERRANO; WALDMAN, 2007, p. 27).

Para os autores, Carlos Serrano e Maurício Waldman (2007), o filósofo Georg Hegel entendeu que a África não era parte da história universal. Sua presença foi considerada somente como uma ocupação em extensão térrea. Após esses dados, destacados pelos autores citados acima, chega-se à conclusão que os estigmas e preconceitos sedimentaram-se já nesse período. Essa foi a estratégia usada como forma de predomínio hegemônico em relação ao outro ou aos outros povos/países, aos outros territórios/nações, às outras culturas chegando aos solos do continente americano por meio das ocupações Ibérica e Espanhola.

O continente africano foi desqualificado pelo pensamento ocidental, sendo considerado selvagem. Por quê? Porque foi rodeado por pensamentos negativos, distorcidos, errôneos, devidos aos interesses eurocêntricos, reflexo do pensamento darwinista. Este é um pensamento muito antigo, pois desde o:

[...] período medieval, diversas imagens subalternizantes a respeito dos africanos foram articuladas no seio do imaginário europeu. Uma dessas peças imaginárias foi a infame teoria camita, interpretação que estigmatizava os negros enquanto descendentes do personagem bíblico Cam como indignos, posteriormente conotada pelo pressuposto de que os africanos estariam fadados a escravidão. [...] (OLIVA apud SERRANO; WALDMAN, 2007, p. 24-25).

Para Carlos Serrano e Maurício Waldman (2007), vários itens fizeram com que às terras africanas fossem consideradas inferiores. O território foi considerado inferior devido a localização, clima, cultura, religião, enfim, a forma de organização social; “[...] as terras quentes meridionais estavam simbolicamente vinculadas ao inferno, ao passo que a posição norte ao paraíso” (SERRANO; WALDMAN, 2007, p. 25).

A localização do continente africano também é outro item que merece destaque, pois a África localiza-se na região sul (região que foi considerada inferior pelos europeus) e no imaginário europeu esses estavam em vantagem devido à localização das suas terras na posição ocidental e setentrional. Na cartografia do período das grandes navegações, as terras africanas estavam localizadas abaixo (inferior) em relação às européias, também se enfatizava a distância e os obstáculos (regiões desérticas) do continente em relação às outras regiões.

Para se explicar esses pensamentos pejorativos construídos pelos europeus em relação aos outros povos, a leitura de Morgan é relevante. Morgan e Tylor foram os principais defensores do evolucionismo cultural. Para Morgan (2005, p. 49):

As mais recentes investigações a respeito das condições primitivas da raça humana estão tendendo à conclusão de que a humanidade começou sua carreira na base da escala e seguiu um caminho ascendente, desde a selvageria até a civilização, através de lentas acumulações de conhecimento experimental.

Morgan (2005) salienta, ainda, que o termo selvagem tem uma relação direta com o meio, com as tecnologias, com o progresso da humanidade, por isso, deve-se, ao fazer comparações, observar as necessidades e semelhanças, a

identidade do espírito humano e se está em condições sociais semelhantes. Para o autor, partes da família humana tiveram o estágio de selvageria, outras o da barbárie, e outras a da civilização, estando essas condições coesas, umas as outras, numa seqüência de progresso, como meio necessário. O autor, sobre as mudanças de uma fase para outra, comenta:

É louvável e ao mesmo tempo natural procurar saber, na medida do possível, de que modo os selvagens atingiram a condição superior da barbárie, numa lenta progressão a um ritmo quase imperceptível. De que modo os bárbaros, numa progressão semelhante atingiram a civilização, e qual a razão por que outras tribos e outras nações ficaram para trás no caminho do progresso, algumas no estado de civilização, outras no estado de barbárie e outras no estado de selvagem. [...] (MORGAN, 1980, p. 8).

Segundo a teoria de Morgan, os africanos começaram a serem visualizados como sinônimo de seres humanos – de uma raça – em estágio evolutivo inferior. Foram sobre essa teoria estereotipada que se desenvolveram as relações entre Europa e África, entre os séculos XV e XVIII.

Sob esses estigmas em relação aos outros povos é que as embarcações lideradas por Pedro Álvares Cabral, integradas por dez naus e três caravelas, transportando funcionários, soldados e religiosos, seguiram intencionados em encontrar as Índias. Não encontraram as Índias. O navegador ibérico atracou suas caravelas no Novo Mundo, nos primeiros anos do século XVI, mais precisamente no litoral sul da Bahia. O espaço territorial brasileiro possuía um expressivo número de indígenas, que pertenciam a nações divididas em várias aldeias. E, segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 31),

Os grupos indígenas encontrados no litoral pelo português eram principalmente tribos de tronco tupi que, havendo se instalado uns séculos antes, ainda estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais. Somavam, talvez, 1 milhão de índios, divididos em dezenas cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a 2 mil habitantes (Fernandes 1949). Não era pouca gente, porque Portugal aquela época teria a mesma população ou pouco mais.

A partir de então, os grupos indígenas encontrados no litoral passaram a sofrer a imposição capitalista européia, através da colonização das terras recém invadidas. O poderio mercantil lusitano teve como imperativo, ao desbravar mares, a exploração territorial e o desejo de arrebanhar almas para a Igreja Católica, que

estava passando pelo período da Inquisição e da Reforma Protestante, idealizada por Martinho Lutero. Era necessário proliferar sua fé, seus dogmas além-mar. Como ressalta Darcy Ribeiro (1995, p. 39):

Eles se davam ao luxo de propor-se motivações mais nobres que as mercantis, definindo-se como os expansores da cristandade católica sobre os povos existentes e por existir além-mar. Pretendiam fazer o orbe em missão salvadora, cumprindo a tarefa suprema do homem branco, para isso destinado por Deus: juntar todos os homens numa cristandade, lamentavelmente dividida em duas caras, a católica e a protestante.

Retrocedendo ao contexto histórico, no século XVI, por volta da invasão ibérica às terras brasileiras, segundo relatos de Américo Vespúcio numa de suas cartas enviadas à metrópole lusitana, os habitantes das terras não tinham noção de posse e viviam numa sociedade igualitária, diferente da sociedade europeia. Os indígenas viviam da caça, da pesca e da agricultura, ou seja, encontravam-se no início da revolução agrícola, portanto, caçar e pescar não eram tarefas destinadas a seres indolentes e frágeis.¹

Os indígenas possuíam uma forma de organização social diferenciada, segundo a cultura ameríndia, quanto ao trabalho, deuses (politéista), descanso, banhos diários, educação dos filhos, o hábito de não enfaixarem seus filhos após o nascimento, preservando-lhes a saúde física e mental, a forma de sobrevivência grupal e coletiva, desprendimento por bens materiais e os hábitos de vida natural.

Segundo Andrade (2000, p. 28), foi a propagação das viagens à América que

[...] levou os filósofos franceses dos séculos XVI, XVII e XVIII, como Montaigne e Rousseau a defenderem a idéia do bom selvagem. [...] A concepção que mais condiz com esse propósito de trabalho são [...] as idéias de Hobbes, afirmando que o homem seria depravado e envilecido, após o pacto social, pela sociedade em evolução. Assim, o selvagem seria bom e a sociedade o depravaria.

Os grupos indígenas ao perceberem a chegada, melhor dizendo, a invasão de seu território pelos colonizadores, jamais imaginaram que em pouco

¹ Sobre as terras brasileiras, há bem pouco tempo, mais precisamente no final do século XX, a arqueóloga Niède Guidon, através de suas pesquisas escreveu outra página da nossa história. Essa pesquisadora comprovou cientificamente que o homem ocupou o continente americano há cinquenta mil anos, e não há quinze mil. Especificamente no Piauí, na região do Parque Nacional da Capivara, Neide Guidon encontrou os vestígios pré-históricos que levaram à formulação dessa hipótese (PINTO; JORDAN, online).

tempo seriam destituídos de suas terras, de sua cultura, se transformariam em presas fáceis, sendo reificados, considerados mercadorias de exportação para a metrópole portuguesa e dizimados através das moléstias trazidas pelos homens brancos.

Em 1530, no reinado de D. João III, o Brasil começou a ser povoado pelos portugueses, devido ao temor de que outros países dominassem o território. Daí por diante começa a aculturação e miscigenação racial no Brasil. Os solos da colônia foram divididos, no início, em capitânicas hereditárias, partindo para a produção agrícola. Definiram, dessa forma: “A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união dos portugueses com a mulher índia, incorporada assim á cultura econômica e social do invasor” (FREYRE, 2005, p. 65).

Caio Prado Junior (2006) relata que, inicialmente, o que lhes interessava era explorar economicamente estes países, por isto a supervalorização dos territórios orientais, enriquecidos pelas atividades mercantis. Na América, a situação apresentava-se de forma diversa: tinha-se um território primitivo ocupado por poucos indígenas, que não fornecia qualquer coisa aproveitável. Era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer feitorias que viessem a serem fundadas, com interesses comerciais. Daí surge à idéia de povoar e organizar a produção. A princípio, a produção era extrativista, quase o esquema das feitorias comerciais: madeiras de construção ou pau-brasil, peles de animais e pesca.

Os europeus encontraram trópicos brutos, semeados de obstáculos imprevisíveis, então, para o inesperado o colono tinha que ter estímulos diferentes. Ao observar a região costeira, eles visualizaram uma espécie vegetal conhecida no Oriente da qual se extraía uma matéria corante empregada na tinturaria, o pau-brasil. Além disso, as condições do clima e do solo do litoral nordestino eram propícias ao plantio de cana-de-açúcar, podia-se, portanto, dedicar-se à produção do açúcar para comercialização no exterior.

O homem europeu veio com ideais de não colocar em ação sua energia vital, outro faria isso por ele. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um trabalho rentável. O europeu dirigiu-se para os trópicos somente como proprietário, mandatário, que alguém trabalhe por ele. Quem trabalharia por ele? A solução encontrada fora escravizar os indígenas. Os portugueses instalaram feitorias e sesmarias em terras brasileiras e usavam o

trabalho dos indígenas para o corte e carregamento do pau-brasil por meio de um sistema de trocas conhecido como escambo. Dessa maneira, “[...] com as sesmarias, inicia-se a descendência dos antigos senhores, dos escravos negros utilizados nas lavouras de cana-de-açúcar e aguardente, bem como dos índios, escravizados ou não.” (MERLO, 2005, p. 30).

Os portugueses escravizaram os índios, mas estes eram muito arredios, rebeldes e resistiram bravamente, como se lê no relato de Darci Ribeiro (1995, p. 49): “As crônicas coloniais registram copiosamente essa guerra sem quartel de europeus armados de canhões e arcabuzes contra os indígenas que contavam unicamente com tacapes, zarabatanas, arcos e flechas. [...]”.

Segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 43), de início os índios aproximavam-se dos exploradores corrompidos pela curiosidade, pelas novidades, pelas bugigangas e quinquilharias trazidas de alto mar pelos marujos ibéricos, os colonizadores, mas, com o passar dos dias, os índios perceberam:

Mais tarde com a destruição das bases da vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativeiro, muitíssimos índios deitavam em suas redes e se deixavam morrer, como só eles tem o poder de fazer. Morriam de tristeza, certos de que todo o futuro possível seria a negação mais horrível do passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira.

Aos poucos, os indígenas foram sendo aculturados, atendendo às grandes missões realizadas pelos jesuítas, como conta Darcy Ribeiro (1995, p. 43):

[...] os índios souberam que era por culpa sua, de sua iniquidade, de seus pecados, que o bom deus do céu caíra sobre eles, como um cão selvagem, ameaçando lançá-los para sempre nos infernos. O bem e o mal, a virtude e o pecado, o valor e a covardia, tudo se confundia, transtrocando o belo com o feio, o ruim com o bom. Nada valia, agora e doravante, o que para eles mais valia: a bravura gratuita, a vontade de beleza, a criatividade, a solidariedade. A cristandade surgia a seus olhos como o mundo do pecado, das enfermidades dolorosas e mortais, da covardia, que se adonava do mundo índio, tudo conspurcando, tudo apodrecendo.

Os indígenas brasileiros eram nômades, dominavam as terras, segundo a sua cultura, o trabalho agrícola era praticado pelas mulheres, os homens exerciam atividades como a caça e a pesca. Eles conheciam a floresta como ninguém e, além disso, migravam constantemente; assim, a escravidão era uma aversão a cultura ameríndia. Dessa maneira, Caio Prado Júnior (2006, p.35) descreveu que:

[...] à medida que afluíam mais colonos, e portanto as solicitações de trabalho, ia decrescendo o interesse dos índios pelos insignificantes objetos com que eram dantes pagos pelo serviço. [...] Além disto, o índio por natureza nômade, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre da extração do pau-brasil, já não acontecia o mesmo com a disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura. Aos poucos foi-se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. [...]

Infelizmente fatos como estes marcaram nossa história de forma lastimável. A escravização desestruturou todas as formas de sobrevivência indígena, levando-os ao suicídio, a fugirem mata adentro (disseminado doenças letais a muitas tribos), a receberem a doutrinação jesuítica, a guerrearem contra os inimigos (lusitanos), ou morrerem de fome como relata o autor Jaime Pinsky (2000, p. 18):

[...] a se confiar nos números geralmente apresentados, cerca de trezentos mil indígenas foram aprisionados e escravizados, dos quais uma terça parte transportada para outras capitanias. Várias outras formas de escravidão ocorreram, umas formais, outras informais, inclusive a escravidão voluntária. Com suas formas de existência desestruturadas, freqüentemente o índio via-se obrigado a se vender ou a entregar algum familiar em troca de um prato de comida.

Entre os séculos XVI e XVII, a escravização indígena foi substituída, vagarosamente, pela africana. Pois essa transação comercial gerava mais lucro para a metrópole, em contraposição à indígena que, devido à alta taxa de mortalidade por vários motivos como homicídios e as fugas sertões adentro, faziam com que diminuísse a mão-de-obra, tão importante para a implementação dos projetos agrícolas na colônia. Como ressalta Andrews (2007, p. 40):

No Brasil, um terço dos índios que viviam nas missões jesuíticas das zonas açucareiras morreu de varíola ou sarampo durante a década de 1560. As epidemias destas e de outras doenças continuaram durante todo o restante do século, e os índios que sobreviveram fugiram para o interior do país.

O tráfico de escravos, oriundos do continente africano, era uma atividade exercida por mercadores negros e europeus e se intensificou amplamente após a conquista da América. Os portugueses traficaram, na costa africana, marfim, ouro e escravos; na Índia, as especiarias. Um poderoso comércio envolvia Portugal, África e Brasil.

No imaginário, no senso comum, de um modo geral pensa-se que o negro já vivia uma condição servil na África. Mas, contrariamente a esse pensamento, o pesquisador Jaime Pinsky (2000, p. 28) relata que a África:

[...] na época dos descobrimentos, no início do tráfico mercantilista, podemos reconhecer desde grupos com organização social tribal, como povos já divididos em classes sociais e sociedades tribal-patriarcais. Agricultura, pecuária, artesanato com madeira e metais eram atividades econômicas desenvolvidas com bastante competência. [...] E se praticável a escravidão – o que é inegável – faziam de maneira bem diferente daquela que se desenvolveria a partir do tráfico mercantil. O tráfico era muito reduzido, escravos eram geralmente prisioneiros de guerra e após algumas gerações as relações escravistas eram eliminadas.

Os negros africanos, trazidos ao Brasil, vinham de várias partes da África para trabalhar como mão-de-obra escrava nas lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste e, mais tarde, nas plantações de café. Segundo o autor Gilberto Freyre (2005, p. 70), “Transportam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros. Uma mobilidade espantosa. [...]”. Aprisionado, ele

[...] era arrastado pelo pombeiro – mercador africano de escravos – para a praia, onde seria resgatado em troca de tabaco, aguardente e bugangas. Dalí partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxada até o porto e o tumbeiro. [...] (RIBEIRO, D., 1995, p. 119).

Os primeiros negros escravizados foram trazidos por Martim Afonso de Sousa, em 1532, e até o findar da escravização brasileira no litoral brasileiro desembarcaram, pelo menos, 700 mil escravos.

Pode-se considerar esse período um dos mais atroz, os negros eram arrancados de seu continente, da sua cultura, capturados e escravizados. O transporte para as terras americanas era feito em navios tumbeiros, onde as pessoas eram amontoadas umas sobre as outras num porão quente e úmido; devido a essas circunstâncias deploráveis muitos padeciam, não resistiam e morriam.

Os negros escravos tinham várias origens, como relata Darcy Ribeiro (1995, p. 113-114):

Os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa africana. Arthur Ramos (1940, 1942, 1946), [...] distingue, quanto aos grupos culturais, três grandes grupos. O primeiro, das culturas sudanesas, é representado, principalmente, pelos grupos Yoruba – chamados nagô -, pelos Dahomey – designados geralmente como gegê – e pelos Fanti-Ashanti – conhecidos como minas, além de muitos representantes de grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. O segundo grupo

trouxo ao Brasil culturas africanas islamizadas, principalmente os Peuhl, os Mandiga e os Haussa, do norte da Nigéria, identificados na Bahia como negros malé e no Rio de Janeiro como negros alufá. O terceiro grupo cultural africano era integrado por tribos Bantu, do grupo congo-angolês, provenientes da área hoje compreendida pela Angola e a 'Contra Costa', que corresponde ao atual território de Moçambique.

A opção pelo tráfico de escravos africanos no Brasil foi considerada a mais conveniente, somando-se a isso o lucro que proporcionava aos traficantes. O negro africano era considerado uma moeda, num comércio inescrupuloso e cruel. O negro escravizado era capturado, vendido aos latifundiários para atender o segundo ciclo econômico brasileiro, o plantio de cana-de-açúcar, utilizada na Europa para a manufatura de açúcar em substituição à beterraba. O processo era centrado em torno do engenho, composto por uma moenda de tração animal (bois, jumentos) ou humana.

A cultura da cana exigia extensas plantações e, posteriormente, a colheita e o transporte do produto era considerado lucrativo somente quando feito em quantidades maiores. Os portugueses, nesse período, já detinham a visão mercantil e capitalizada e, para eles, o negro era uma alternativa lucrativa, pois a introdução do trabalho escravo nas grandes lavouras baixava os custos da produção e, nessa época, "Havia um problema real, a ausência de mão-de-obra em escala suficiente, obediente, e de baixo custo operacional, para que o projeto da grande lavoura se estabelecesse adequadamente." (PINSKY, 2000, p. 23).

As grandes propriedades agrárias brasileiras dedicavam-se à monocultura, através de certos gêneros de grande valor lucrativo. O intuito desses proprietários era produzir para o mercado externo. Devido a isto, instala-se, no Brasil, o trabalho escravo. A escravização tornou-se necessária em todas as colônias tropicais e subtropicais. Por isso, "O negro, foi, portanto, trazido para exercer o papel de força de trabalho compulsório numa estrutura que estava se organizando em função da lavoura." (PINSKY, 2000, p. 23).

Escravidão que desestruturou todas as formas de sobrevivência, tanto indígena quanto do povo africano. Entenda-se a etimologia da palavra escravização: "Escravidão: 1. redução à condição de escravo; [...] 2. dominação, posse; [...]; condição de escravo; servidão [...]." (BORBA, 2004, p. 529). Portanto, a escravização é estar sob jugo de outros, numa condição de submissão, destituídos

dos seus direitos civis, apenas ser escravo, ou posse; aquém da sua liberdade e autonomia.

A organização das grandes propriedades açucareiras da colônia reunia certo número de pessoas sob o mando do feitor, ou do senhor patriarcal. O elemento central era o engenho, onde se manipulava e preparava o açúcar. Para dispor de um engenho era necessário um alto investimento. As terras, além dos canaviais, tinham postos para animais de trabalho, culturas para alimentação, matas para fornecer lenha e madeira para a construção. Produzia-se também a aguardente, que servia a colônia e, também, no escambo e aquisição de escravos na costa africana.

O Brasil recebeu, no período colonial, meio milhão de negros durante o século XVII, e 1,7 milhões desembarcaram no século XVIII. Antes de 1800, o Brasil havia importado 2,5 milhões de africanos (ANDREWS, 2007).

Segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 116), ainda no colonialismo, esses negros, que desembarcaram no território brasileiro, exerceram um papel decisivo na formação da sociedade local, geralmente na divisão do trabalho do engenho (nordeste), no eito das roças de café (São Paulo) ou na mineração (Minas Gerais). Os negros “No eito, distribuíam-se em grupos e trabalhavam horas a fio sob as vistas do feitor e embalados pela música que cantavam.” (PINSKY, 2000, p. 48). Ao chegar ao Brasil, os negros eram marcados a ferro, comercializados e zelados apenas como patrimônio: ostentado, lucrativo, valioso, até que fossem eximidas todas suas forças e saúde vital. Este mesmo autor explica, na citação abaixo, a condição reificada do negro naquele contexto histórico:

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compreensão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga [...] (RIBEIRO, D., 1995, p. 118).

O intuito dos colonizadores era explorar e mercantilizar, entesourar-se aumentando seus domínios geográficos, propagar a fé cristã. Também, devido às grandes extensões de terra e ao clima propício para as lavouras, procuraram sedimentar o empreendimento do sistema colonial mercantil. Como bem salienta o autor Darcy Ribeiro (1995), sedimentou-se a organização empresarial colonial portuguesa em terras da América do Sul e:

As empresas escravistas integram o Brasil nascente na economia mundial e asseguram a prosperidade secular dos ricos, fazendo do Brasil, para eles um alto negócio. As missões jesuíticas solaparam a resistência dos índios, contribuindo decisivamente para a liquidação, a começar pelos recolhidos as reduções, afinal entregues inermes a seus exploradores. As empresas de subsistência viabilizaram a sobrevivência. [...] Sobre estas três esferas empresariais produtivas pairava, dominadora, uma quarta constituída pelo núcleo portuário de banqueiros, armadores e comerciantes de importação e exportação. [...] (RIBEIRO, D., 1995, p. 177).

Para que a empresa colonial portuguesa prosperasse e se estruturasse, especificamente no caso das lavouras canavieiras, precisava-se de um número excedente de mão de obra, problema solucionado por meio do tráfico dos negros africanos. Para entender a barbárie do período, das transações comerciais ilegais relacionadas aos negros, etimologicamente a palavra tráfico “[...] significa comércio ilícito, transação imoral.” (BORBA, 2004, p. 1371).

O africano teve uma participação muito expressiva e contributiva nas mais diversas atividades das fazendas canavieiras brasileiras. Entretanto, tiveram que se adaptar à nova terra, sob as condições favorecidas pelos senhores patriarcais. Darcy Ribeiro (1995, p. 114 -115) escreveu, em seu livro *O povo brasileiro*, que:

[...] os negros, encontrando já constituída, aquela protocélula luso-tupi, tiveram de nela aprender a viver, plantando e cozinhando os alimentos da terra, chamando as coisas e os espíritos pelos nomes tupis incorporados ao português, fumando longos cigarros de tabaco e bebendo cauim.

[...] o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se fez, como por sua introdução sorrateira, mas tenaz e continuada, que remarcou o amalgama racial e cultural brasileiro.

[...]

Encontrando-se dispersos na terra nova, ao lado de outros escravos, seus iguais na cor e na condição servil, mas diferentes na língua, na identificação tribal e freqüentemente hostil pelos referidos conflitos de origem, os negros foram compelidos a incorporar-se pacificamente no universo cultural da nova sociedade.

Resumindo, tudo era planejado, como a heterogeneidade étnico-racial (africanos trazidos de várias tribos e falando dialetos diferentes) para que não houvesse organizações, pois a coesão favoreceria revolta e rebeliões contra a política econômica escravocrata. O comércio perpassava pelo tráfico do escravo africano, ponto central da economia, pois ele produzia tudo o que era necessário para a vida na colônia, e para o comércio exterior.

Prado Júnior (1997, p. 122) relata que:

No fim da era colonial, cerca de um terço da população colonial era composta de escravos negros. Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo [...].

Nesse sentido, Caio Prado Júnior (1997) complementa que, das três etnias (indígena, ibérica e africana) que formaram a sociedade brasileira, as que foram mais prejudicadas foram às oriundas dos trópicos africanos (negros) e os povos indígenas (primeiros habitantes das terras brasileiras). Os ibéricos para cá vieram na condição de colonizadores, de dominadores, os indígenas foram escravizados e aculturados, enquanto os africanos foram aprisionados e comercializados, em condição degradante, para trabalhar como mão de obra servil.

No período colonial, a rotina do escravizado era indigna, o trabalho era exaustivo, as moradias (senzalas) eram precárias; as senzalas eram constituídas por uma série de barracões, pequenos e abafados, com uma só porta e sem janelas, tendo apenas pequenos respiradouros. Castro Alves (1847-1871) poeta, conhecido como: “O poeta dos Escravos”, retratou em versos as condições terríveis vividas pelos negros nas senzalas. No poema *Convite à Senzala*, o poeta convida os leitores a conhecerem as injustiças e injúrias vividas pelos escravizados:

Leitor, se não tens desprezo
De vir descer às senzalas,
Trocar tapetes e salas
Por um alcouce cruel,
Vem comigo, mas... cuidado...
Que o teu vestido bordado
Não fique no chão manchado,
No chão do imundo bordel.
[...]
Vinde ver como rasgam-se as entranhas
De uma raça de novos Prometeus,
Ai, vamos ver guilhotinadas almas
Da senzala nos vivos mausoléus (BELETTI; BARBOSA, online).

Nessa conjuntura histórica, a negligência e as injustiças ao povo africano eram comuns, devido ao domínio e à prepotência da coroa portuguesa, inclusive na organização sociocultural da colônia. O escravizado era “[...] o agente de europeização que difundiria a língua do colonizador e que ensinaria aos escravos recém chegados as técnicas de trabalho, as normas e valores próprios da subcultura a que se via incorporado [...]” (RIBEIRO, D., 1995, p. 116).

A liberdade, para essa população, era um objetivo quase impossível. Sob as condições servis, lhes restavam poucas alternativas, a fuga, o suicídio ou “[...] Uma vez desgastado, podia até ser alforriado por imprestável, para que o senhor não tivesse que alimentar um negro inútil.” (RIBEIRO, D., 1995, p. 118). Entretanto, a vida para esses seres tinha destino certo, viverem submissos a um regime escravocrata racista e classista, ou se rebelarem. Assim,

Sem amor de ninguém, sem família, sem sexo que não fosse a masturbação, sem nenhuma identificação possível com ninguém – seu capataz podia ser um negro, seus companheiros de infortúnio, inimigos -, maltrapilho e sujo, feio e fedido, perebento e enfermo, sem qualquer gozo e orgulho do corpo, vivia a sua rotina. Esta era sofrer todo dia o castigo diário das chicotadas soltas, para trabalhar atento e tenso. Semanalmente vivia um castigo preventivo e pedagógico, para não pensar em fuga, e, quando chamava atenção, recaía sobre ele um castigo exemplar, na forma de mutilações de dedos, do furo dos seios, de queimaduras com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites no pelourinho, sob trezentas chicotadas de uma vez, para matar, ou cinqüenta chicotadas diárias, para sobreviver. Se fugia e era apanhado, podia ser marcado com ferro em brasa, tendo um tendão cortado, viver peado com uma bola de ferro, ser queimado vivo, em dias de agonia, na boca da fornalha ou, de uma vez só, jogado nela para arder como um graveto oleoso (RIBEIRO, D., 1995, p. 120).

Era assim que jazia a vida nas fazendas patriarcais. Nessas fazendas, sobressaía a hegemonia dos senhores de engenho em detrimento a subjetividade alheia, principalmente a do escravizado.

Intensificando ainda mais a hegemonia dos senhores de engenho, no final do século XVI e início do XVII, o açúcar passa a ser vendido em quantidade maior e a preço melhor, dando ao Brasil o título de maior produtor desse bem de consumo, sendo responsável por mais da metade da produção mundial de açúcar (ANDREWS, 2007). Esse fato fez com que se exportasse cada vez mais africanos para trabalharem nas terras pertencentes ao império lusitano. Foram necessários

[...] escravos em grande número; para plantarem a cana; para a cortarem; para colocarem a recortada entre moendas impelidas a roda de água – nos engenhos chamados de água, e por giro de bestas ou bois, nos chamados almanjarras ou trapiches; limparem o sumo das caldeiras de cocção; fazerem coalhar o caldo; purgarem e branquearem o açúcar nas formas de barro; destilarem a aguardente. Escravos que se tornaram literalmente os pés dos senhores: andando por eles, carregando-os de rede ou de palanquim. E as mãos – ou pelo menos as mãos direitas; as dos senhores se vestirem, se calçarem, se abotoarem, se limparem, se catarem, se lavarem, tirarem os bichos dos pés. [...] (FREYRE, 2005, p. 517).

A partir do século XVIII, o açúcar passa a concorrer com as Antilhas, fato que fez com que os portugueses buscassem outra base econômica para ser explorada. Então os povoadores descobriram, na colônia, as primeiras jazidas auríferas. O restante da colônia empobrece e se despoeva. Tudo cede lugar ao ouro. Muitos negros foram importados da diáspora africana para a extração do ouro nas regiões mineiras, após o declínio do açúcar.

Então, no ciclo do ouro:

O interesse da metrópole pelo Brasil e o desenvolvimento conseqüente de sua política de restrições econômicas e opressão administrativa tomarão considerável impulso sobretudo a partir de princípios do séc. XVIII, quando se descobrem na colônia as primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas. A mineração do ouro no Brasil ocupará durante três quartos do século o centro das atenções de Portugal, e a maior parte do cenário econômico da colônia. Todas as demais atividades entrarão em decadência, e as zonas em que ocorrem se empobrece e se despoevam. Tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte; o próprio açúcar que por século e meio representara o nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezado (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 56).

O governo metropolitano de Lisboa criou a Intendência de Minas, sob a direção do superintendente para dirigir a mineração, fiscalizá-la e cobrar tributo (o quinto, como ficou denominado). Em cada Capitania, em que se descobrisse ouro, dividia-se o terreno entre os interessados na mineração e uma parte era de propriedade da coroa portuguesa.

Viveu-se, por isso, nestas minas em luta constante: o fisco reclamando e cobrando os seus direitos, os mineradores dissimulando o montante da sua produção... Criaram-se “Casas de Fundição”, em que todo o ouro extraído aí se fundia e depois de deduzido o quinto era introduzido nas barras o selo real (isto se chamava quinta do ouro). Somente estas barras quintadas podiam circular livremente. A última vez que se projetou um derrame foi em 1788, que terminou por chegar ao conhecimento de autoridades – o levante geral em Minas Gerais (Conspiração de Tiradentes). Essas cenas fizeram com que houvesse revoltas, entre elas, destacando-se a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. Tais rebeliões decorreram com o objetivo de que a colônia se emancipasse politicamente de Portugal, tornando-se uma república. Eram os princípios iluministas e o liberalismo que se difundiam entre os grandes intelectuais brasileiros da época e:

Mais coerente com os acontecimentos é que várias idéias da separação, da federação, da liquidação do português vendeiro ou taberneiro (esta última, sobretudo, andava na boca de todo mundo), bem como outras que também se agitavam, embora fossem menos salientes: a libertação dos escravos, a supressão das barreiras de cor e de classe; que estas várias idéias não fossem mais que reflexos no pensamento dos indivíduos de situações objetivas, exteriores a qualquer cérebro; que estão nos fatos, nas relações e oposições dos indivíduos entre si: o senhor de engenho ou fazendeiro devedor que é perseguido pelo comerciante português credor; o pé descalço que o vendeiro português não quer como caixeiro; o mulato que o branco exclui da maior parte das funções, que despreza e humilha, o lavrador 'obrigado' que se sente espoliado pelo senhor de engenho que lhe mói a cana; o escravo que quer se libertar [...] (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 365, destaque do autor).

Nessa perspectiva, a ideologia iluminista concernia no seguinte:

Um individualismo secular, racionalista e progressista dominava o pensamento 'esclarecido'. Libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam era seu principal objetivo: do tradicionalismo ignorante da Idade Média, que ainda lançava sua sombra pelo mundo da superstição das igrejas (distintas da religião 'racional' ou 'natural'), da irracionalidade que dividia homens em uma hierarquia de patentes mais baixas e mais altas, de acordo com o nascimento ou algum outro critério mais irrelevante. A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus *slogans* (HOBSBAWM, 1977, p. 42, destaque do autor).

Conclui-se que a fundamentação filosófica do Iluminismo era a valorização do ser humano como um indivíduo livre, esclarecido, alforriado das amarras da hegemonia religiosa, do conhecimento universal dotado de intelectualidade e bem-estar, conhecimentos, técnicas e aperfeiçoamento; a explicação dos acontecimentos do mundo através de conhecimentos, como a filosofia, a ciência etc. Assim, “[...] o Iluminismo implicava a abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa.” (HOBSBAWM, 1977, p. 43). Os iluministas eram: Montesquieu, Diderot, e Rousseau, e o economista Adam Smith. Essa ideologia atravessou o continente Atlântico e chegou ao Brasil através dos estudantes que iam para a Europa graduarem-se, como no relato de Prado Júnior (1997, p. 364):

Outros dois estudantes, Jose Álvares Maciel e Domingos Vidal de Barbosa, este também de Montpellier levaram suas conversas e discussões mais longe, pois de volta ao Brasil participaram da Inconfidência Mineira, tendo sido o primeiro, com toda probabilidade, quem forneceu a Tiradentes todo material ideológico de que o ardente alferes se utilizaria para colorir e enfeitar a conspiração e a projetada revolta.

Compreende-se que “Já no Brasil colônia, os índios, negros e mesmo os trabalhadores rurais, vivenciavam tensões do mundo dos dominantes e dominados, perfilando-se um cotidiano de domesticação e de necessidades ignoradas.” (JUNCA, 1997, p. 30). Foi nestas condições que o Brasil se engendrou no cenário internacional, sendo fortemente subalternizado numa organização social, por meio da civilização institucionalizada pelo europeu aos indígenas e negros. Principalmente aos negros a subestimação foi ainda mais intensa, numa relação estritamente de poder e espoliação (Império Lusitano, Igreja e Senhores Patriarcais).

Partindo dessa premissa, o negro tinha uma vida sob mando, disciplinada frente ao trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, café ou nos leitos dos rios, como mineradores.

Segundo dados estatísticos, em 1798 (RODRIGUES, 2004), a população brasileira somava o número de 3.250.000 pessoas que se distribuíam nos seguintes números: Brancos (1.010.000); Índios (250.000); Libertos (406.000); Pardos – escravos (221.000); Negros – escravos (1.361.000).

Analisando o número de habitantes do período (final do século XVIII), pode-se concluir que os três primeiros séculos brasileiros foram marcados por uma das maiores catástrofes etnocêntricas. Partindo dessa premissa, após a colonização portuguesa formou-se em solos brasileiros, segundo Gilberto Freyre (2005, p. 65) uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida; “[...] agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro – na composição.”

Nesse contexto, o negro era considerado somente um instrumento de trabalho. O médico baiano Nina Rodrigues (2004) relatou que os negros não eram classificados pela sua origem, geralmente os chamavam de negros da Costa. Infelizmente, imputaram até suas origens étnicas, fato que reforçava a não cidadania e o desrespeito para com esses, também, imigrantes. Enfim, foram desprovidos até de seu pertencimento como, por exemplo, “As designações populares de nagô, mina, angola, Moçambique, etc., conservam, para o vulgo como para o letrado, o rigoroso valor sinonímico de negro da Costa, ou africano.” (RODRIGUES, 2004, p. 29).

Os negros da Costa trabalhavam em várias ocupações urbanas, em locais que necessitassem de um número maior de trabalhadores, na construção e na manufatura. Ainda trabalhavam nos serviços domésticos “[...] desde cozinhar, limpar

e fazer compras até as funções mais íntimas de amamentar os filhos pequenos de seus senhores e, em alguns casos, prestar serviços sexuais aos senhores e seus filhos adolescentes [...].” (ANDREWS, 2007, p. 41).

O autor continua o relato sobre o trabalho dos escravos:

Os escravos trabalhavam como tropeiros no campo e como carregadores e estivadores nas vilas e cidades, transportando produtos e pessoas nas vilas e cidades, pelas ruas e carregando e descarregando navios nos portos. Também trabalhavam na água, como marinheiros ou pescadores nas embarcações costeiras do Brasil, ou como bogas [...] (ANDREWS, 2007, p. 41).

Durante o período expansionista, principalmente quando a lei da oferta e da procura estava favorecendo a economia brasileira, a situação do escravizado ainda era mais acentuada. Nas zonas rurais,

A subalimentação, a má-nutrição e o excesso de trabalho conduziam a altos níveis de doenças, acidentes industriais, especialmente durante o período da colheita, quando não eram raros os dias de trabalho de 16, 18 e até 20 horas. ‘O trabalho é grande e muitos morrem’. [...] (ANDREWS, 2007, p. 41, destaque do autor).

As zonas urbanas no período colonial eram marcadas pelo caráter rural e escravista. Segundo a tela do pintor Rugendas (apud PINSKY, 2000, p. 29),

Nos cenários urbanos, os escravos exerciam as mais variadas atividades a mando de seus senhores, para os quais eram obrigados a entregar seus ganhos de cada dia. Nas cidades, além de executarem tarefas domésticas, os escravos transportavam mercadorias e pessoas pelas ruas, atuavam no pequeno comércio ambulante e na vendas, prostituíam-se ou pediam esmolas em favor de seus proprietários.

Após a chegada da família real, em 1808, nas terras latinas, ocorrem várias mudanças para a sociedade colonial. O autor Caio Prado Júnior (2006) relata que para forçar a adesão de Portugal ao bloqueio continental decretado pela Inglaterra, no início do século XIX, os exércitos napoleônicos invadem e ocupam o Reino Ibérico fazendo com que a corte portuguesa fugisse para as terras coloniais. Este fato fez com que se rompesse o laço entre Brasil e a Metrópole, instalando-se aqui o período chamado Brasil Imperial. No Rio de Janeiro instalou-se a base da monarquia brasileira, o que o tornou um ponto de referência política, administrativa, econômica e financeira para o povo brasileiro.

Segundo o autor Caio Prado Júnior (2006), com a instalação da monarquia brasileira, são adotadas políticas diferentes das anteriores como a abertura dos portos (1808) e a revogação do monopólio dos produtos brasileiros. Outras realizações de D. João VI foram a criação do Banco do Brasil, do Jardim Botânico, do Teatro Real, da Imprensa Régia e da Escola Médica. Ainda, as transformações dos hábitos dos moradores da colônia estimularam a necessidades de consumo no país. A qualidade, a moda, fez com que tudo, ou a maioria dos produtos, fosse exportado. Este fato está relacionado ao aperfeiçoamento das indústrias européias, devido a I Revolução Industrial na Inglaterra, que barateava os produtos. Isto reflete nos déficits da economia brasileira, que não possui um comércio capaz de concorrer com os produtos estrangeiros e, também, devido ao número de pessoas que vieram na comitiva imperial. A partir de então, começam os empréstimos públicos com os países do exterior, desestabilizando a balança interna com juros, dividendos e amortizações, fazendo com que todo o ouro fosse drenado, inclusive o que estava sendo produzido no Brasil. Com a transferência da corte, a produção das minas (ouro e pedras preciosas) nem chegava a aparecer nelas.

Para o pesquisador Durval Muniz Albuquerque Junior (2007, p. 41), no início do século XIX, mais precisamente em 1808, houve a instituição de uma estrutura estatal, que aconteceu “[...] com a fuga da Corte portuguesa para sua principal colônia em 1808 [...]”. Ainda no mesmo período, na economia, aconteceu a intensificação do plantio do café, novo produto, que logo passou do terceiro lugar para o primeiro lugar, nas exportações brasileiras.

Para estabelecer o aparato legislativo ao período Monárquico, em 25 de março de 1824, no Rio de Janeiro, o imperador D. Pedro I outorgou a Constituição Política do Império do Brasil. Esta Constituição estabelecia um Governo: monárquico, hereditário, constitucional e representativo.

Os dados, citados nessa primeira Constituição, que enfatizaram a situação dos negros naquele período histórico estão transcritos a seguir:

Dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

[...]

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembléas Parochiaes.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, indústria, commercio, ou Empregos.

Art. 93. Os que não podem votar nas Assembléas Primarias de Parochia, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Província todos, os que podem votar na Assembléa Parochial.

Exceptuam-se.

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, indústria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

[...]

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.

XIX. Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis (PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO, 2008, online).

Para George Reide Andrews (2007, p. 121-122), a Constituição de 1824 teve repercussões dramáticas no Brasil ao declarar que todos “[...] os brasileiros nascidos livres (os libertos possuíam direitos civis e legais plenos), mas eram impedidos de votar e de ocupar cargos no governo.”

Conclui-se que essa constituição era restrita aos possuidores, pois quando preconiza renda anual elimina a maioria da população paupérrima da colônia, que eram os escravos e os pobres (libertos). Ficou evidente que a disparidade é premente nesse período; eximiram com as torturas corpóreas, mas a subjetividade ainda era acentuada, entre os escravizados, como no relato de Andrews (2007, p. 122):

[...] os afro-brasileiros deixaram bem claro seu ressentimento em relação às leis de castas: “Abolir as diferenças de cor branca, preta e parda, oferecer iguais oportunidades a todos sem qualquer restrição era o principal ideal das massas mestiças [...]. Para estes, a Independência configurava-se como uma luta contra os brancos e seus privilégios.

Nas Américas e no Brasil, nas décadas de 1810 e 1820, as leis de castas chegaram ao fim,

[...] embora esses governos declarassem ter abraçado o princípio da igualdade racial, na prática ficou provado ser difícil abandonar as atitudes, suposições, idéias e comportamentos raciais que, após três séculos de domínio espanhol e português, haviam se arraigado profundamente na vida

da região. No mesmo ano que as elites brasileiras aprovaram sua nova Constituição, o Ministério da Justiça lançou um decreto ordenando punições aos 'capoeiristas negros' condenados por conduta desordeira (ANDREWS, 2007, p. 123, destaque do autor).

Um fato marcante ocorreu nesse período na América Latina, a conquista da independência do Brasil dos domínios Ibéricos. Pressupõe-se que esse fato histórico trouxe a perda gradativa do poder hegemônico dos monarcas, que governavam sob os princípios do absolutismo. Isto significa que eram dados aos reis, vários poderes sobre seus súditos e, após os ideais do Iluminismo, da Revolução Francesa, estes perderam seus títulos e posição social. Em solos latino-americanos, "Em 1822, o Brasil separou-se pacificamente de Portugal sob o comando do regente deixado pela família real portuguesa em seu retorno a Europa após o exílio Napoleônico." (HOBSBAWM, 1977, p. 160).

Quanto à escravidão, essa perdurou durante a primeira metade do século seguindo as atenções para a questão paralela ao tráfico. A Lei nº. 1.831 (QUINTÃO, 2002) preconizava que todo africano que fosse trazido para o Brasil, após essa data, seria considerado livre. O tráfico foi extinto em 1850, pois este assunto envolvia interesses internacionais, sendo a Inglaterra o primeiro país a preocupar-se com o assunto. A partir dessas pressões internacionais "[...] as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras [...]." (MARTINS, J. S., 1986, p. 41).

Em 1850, a política brasileira respondeu com medidas efetivas e repressivas, expulsando do país os líderes do tráfico do povo africano. Essa medida foi adotada devido aos ideais europeus de modernidade trazidos pela coroa portuguesa. Era a sociedade brasileira se formando, e se autodefinindo, tanto economicamente quanto politicamente, socialmente ou culturalmente. Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 74) conclui sobre essas mudanças com o seguinte pensamento:

[...] o caminho aberto por semelhantes transformações só poderia levar logicamente a uma liquidação mais ou menos rápida de nossa velha herança rural e colonial, ou seja, da riqueza que se funda no emprego do braço escravo e na exploração extensiva e perdulária das terras de lavoura.

Segundo José de Souza Martins em seu livro *Exclusão social e a nova desigualdade* (1997, p. 48), a nossa questão agrária emerge com o findar da escravidão negra. Assim a relação de poder com a terra decorria da seguinte forma:

[...] o regime de propriedade era o da livre ocupação das terras devolutas, seguido ou precedido de seu reconhecimento formal através do título de sesmaria. Era, além do mais, um regime em que o soberano e, portanto, o Estado, mantinha o domínio, a propriedade da terra, cedendo apenas o seu uso. O direito de propriedade recaía apenas sobre as benfeitorias. A livre ocupação da terra, porém, estava fortemente circunscrita. Os títulos só podiam ser obtidos por pessoas que fossem brancas e livres, o que até o século XVII se chamava de homens bons, isto é, aqueles que tinham direitos políticos e podiam fazer parte das câmaras municipais.

Os não libertos, os mestiços (filhos de índios e de negros com brancos) e indígenas livres “[...] estavam sujeitos a viver como agregados dos grandes proprietários. [...] a escravidão funcionava como uma muralha que impedia o acesso dos pobres às terras devolutas e livres, disponíveis para a ocupação.” (MARTINS, J. S., 1997, p. 49)

Em 1850, na primeira metade de século XIX, institui-se a Lei de Terras que:

[...] gerou um direito novo de propriedade em substituição ao regime sesmarial. Pela nova Lei de Terras, base do nosso atual direito de propriedade, as terras devolutas não poderiam ser ocupadas por outro meio que não fosse o da compra. Ao mesmo tempo, o Estado abria mão de seus direitos como proprietário eminente das terras de particulares, isto é, do domínio, em favor do particular, juntando num único direito de propriedade a posse e o domínio. [...] (MARTINS, J. S., 1997, p. 49).

Com a “Lei das Terras (Lei nº 601, de 18.9.1850), várias aldeias indígenas de Goiás, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo são declaradas extintas, sob a alegação de ser sua população apenas mestiça. [...]” (CUNHA, 1987, p. 114). A Lei de Terras:

[...] proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses da época, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses. [...] Diante do fim previsível da escravidão, era previsível também, [...] o advento de uma modalidade de trabalho livre que permitisse a substituição do escravo sem destruir a economia da grande fazenda. [...] A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. (MARTINS, J. S., 1986, p. 42).

As duas leis: de extinção do tráfico e a de regularização das terras se complementaram atendendo aos projetos econômicos vigentes nesse período.

No final do século XIX, fins de 1850, houve o início das primeiras indústrias brasileiras, sobretudo no ramo têxtil, e:

Estas indústrias operavam com equipamento importado e muitas vezes com matérias-primas importadas. Como empregavam também trabalhadores importados (imigrantes), eram tachadas de 'artificiais', pois não parecia articular-se com o resto da economia. (SINGER, 1987, p.67-68, destaque do autor).

As autoras Iamamoto e Carvalho (2001, p. 165) salientam que: “A participação do clero, no controle direto do operariado industrial remonta, por sua vez, ao surgimento das primeiras grandes unidades industriais, em fins do século passado.”

O desenvolvimento do Brasil, no início da segunda metade do século XIX, encontra-se bem relatado por Holanda (1995, p. 74):

[...] em 1851 tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o Banco do Brasil, que se reorganiza três anos depois em novos moldes, com unidade e monopólio das emissões; em 1852, inaugura a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o Banco Rural e Hipotecário [...]. Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país – entre o porto de Mauá e a estação de Fragoso. A segunda, que irá ligar à Corte a capital da província de São Paulo, começa a construir-se em 1855 [...].

Em 1865, o Brasil se empenha na Guerra contra o Paraguai. Não havia soldados, por isso foi necessário utilizar o recrutamento de tropas de escravos que, para tal, foram alforriados; fato foi considerado uma situação vexatória frente às opiniões internacionais. Como questão de honra nacional vota-se a Lei do Ventre Livre, em 1871, declarando livre todos os escravos nascidos daquela data em diante. Esta lei serviu apenas para atenuar a intensidade da pressão, tanto internacional (Inglaterra) quanto nacional, pela emancipação dos negros, ficando os filhos dos escravos sob a guarda dos fazendeiros, podendo usar de seus serviços (liberdade forjada). Pois por meio dela,

O proprietário deveria criar as crianças até oito anos, quando então poderia entregá-las ao governo e receber uma indenização, ou mantê-las consigo até os 21 anos, utilizando seus serviços como retribuição pelos gastos que tivera com seu sustento. (QUINTÃO, 2002, p. 76).

Essa Lei

[...] demonstrou a preocupação do governo Imperial em promover a emancipação dos escravos de maneira lenta e gradual, com a indenização para os senhores. Os filhos de escravos que nasceram no Império, a partir de 28 de setembro de 1871, seriam considerados livres. (QUINTÃO, 2002, p. 76).

A autora relata, ainda, que, em julho de 1873, aconteceu o Primeiro Congresso Republicano de São Paulo, sob a presidência de Américo Brasiliense de Almeida Mello, ficando decidido nesse encontro que cada província deveria “[...] efetuar a reforma, substituindo no trabalho o braço escravo pelo trabalho livre, respeitando o princípio de indenização baseado no direito a propriedade.” (QUINTÃO, 2002, p. 75).

Para Manuela Carneiro da Cunha (1987), os negros alforriados no sistema escravista, antes da oficialização da Abolição da Escravatura (13 de maio de 1888), ainda ficavam em condição de submissão enquanto mão de obra barata, pois:

Além da dificuldade em conseguir senão, pela coerção, quem trabalhasse em terra alheia, o escravo era a solução ideal na medida em que ele não podia ser proprietário, apenas propriedade. A exclusão dos homens livres do acesso a terra era importante, por sua vez, para garantir uma mão-de-obra escrava reserva, particularmente em culturas que exigiam curtos períodos de trabalhos intensivo, por exemplo, a safra e a moagem de cana-de-açúcar. Os homens livres tinham lugar, portanto, no projeto dos dominantes, mas um lugar dependente (CUNHA, 1987, p. 53).

A discussão do momento era sobre a necessidade da abolição e como seriam as condições pós-alforria dos africanos. Sobre esse assunto encontram-se discussões divergentes entre os abolicionistas e a aristocracia agrária. De um lado, defendia-se a não indenização dos escravos e, do outro, pensava-se na indenização através da formação de pequenas propriedades agrícolas. Joaquim Nabuco, Taunay, André Rebouças e outros defendiam a divisão das terras entre os negros. Nesse contexto,

Os fazendeiros de São Paulo eram contra a abolição da escravatura porque ela poderia ocasionar a reforma agrária. No entanto, apressaram-se em apoiar a abolição no Parlamento, pois consideravam que era melhor perder os escravos sem indenização do que perder as terras (QUINTÃO, 2002, p. 76).

Em 1883, organiza-se a Confederação Abolicionista destinada a realizar as campanhas antiescravistas do país, entrando em cena os maiores interessados: os escravos, através de fugas coletivas e abandono em massa das fazendas. Tudo isto repercute na Assembléia Legislativa, pois:

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram os filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio (HOLANDA, 1995, p. 73).

Joaquim Nabuco (1999, p. 18), integrante do partido Abolicionista, defendia a idéia que:

[...] a emancipação há de ser feita, entre nós por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É, assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que há de ganhar ou perder, a causa da liberdade. [...].

Logo após toda essa discussão, em 1885 aprovaram a Lei do Sexagenário que libertava todo escravo com mais de sessenta anos. As pressões externas e as fugas de escravos aumentavam, a ditadura oligárquica estava arruinada. O exército passou a negar a captura de escravos fugitivos, pois isto se tornou uma tarefa humilhante. O número de escravos, existentes no país, tornou-se um risco tanto para as fazendas quanto para as cidades.

Em 1888, caiu o último governo escravocrata, o que finalizou com a escravidão no Brasil por meio da Lei Áurea, assinada pela princesa Izabel em 13 de Maio. No entender do autor Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 73), “[...] o ano de 1888 representou um marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável.”

Sabe-se que a abolição, para os senhores proprietários de escravos, na realidade foi “[...] uma dádiva: livravam-se de obrigações onerosas ou incômodas, que os prendiam aos remanescentes da escravidão. [...] (FERNANDES, 1965, p. 3). Libertar os escravos foi uma estratégia, pois o Brasil passava por um processo de grandes mudanças e a economia fabril ganhava espaço nas zonas urbanas; esse novo modelo econômico exigia mão-de-obra qualificada. A partir de então, a predominância política é a do Liberalismo e dos positivistas.

De acordo com Maria Luisa Ribeiro (2000, p. 69, destaque do autor),

As duas últimas décadas do Império são pontilhadas por 'questões' – dos escravos, eleitoral, política, religiosa e militar, que demonstram claramente que o regime não atendia as aspirações de um setor importante da população no final do século XIX.

Além disso,

Com a Abolição pura e simples, [...] a atenção dos senhores volta-se especialmente para seus próprios interesses. Os problemas políticos que se absorviam diziam respeito a indenizações e aos auxílios para amparar a 'crise da lavoura'. A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração na ordem social deixam de ser matéria política. (FERNANDES, 1965, p. 2, destaque do autor).

Com a alforria dos negros, surgem discussões sobre: Quem os substituiria? Seriam indenizados os senhores de engenho? A resposta retratada nos limiares históricos foi: nenhuma solução ou política pública para o recém liberto, que não possuía as técnicas necessárias para o mercado de trabalho, formando o exército industrial de reserva. Ou o negro ficava nas zonas rurais sujeitando-se as supremacias da elite agrária ou ia disputar com os imigrantes, que eram a "[...] mão de obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e as suas implicações econômicas ou sociais." (FERNANDES, 1965, p. 3).

O autor ressalta, ainda, que:

Assim se explica porque o clamor por medidas compulsórias, que obrigassem o ex-escravo ao trabalho e o 'protegessem', promovendo sua adaptação ao estilo de vida emergente, se tenha extinguido com relativa rapidez e sem deixar nenhum fruto ou qualquer vestígio de generosidade. Perdendo sua importância privilegiada como mão-de-obra exclusiva, ele também perdeu todo o interesse que possuía para as camadas dominantes. A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade mantiveram-se indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que sempre fora claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que ele estava em condições de criar por si e para si mesmo. (FERNANDES, 1965, p. 3, destaque do autor).

As citações, do autor Florestan Fernandes (1965), elucidam a falta de legislação para a população recém-liberta. A preocupação política perpassava somente para os latifundiários. Para sobreviver, os negros intensificaram o mercado informal, os populares biscates, em trabalhos rústicos, na prostituição, ou ainda na

marginalidade. No século XIX, após a assinatura da Lei Áurea pela princesa Izabel, em 1888, o povo africano passou a viver como assalariado, do trabalho semi-escravo, sendo impossibilitado de ter acesso aos meios de produção passando a desempenhar trabalhos pouco remunerados, que exigiam muito esforço físico. A única alternativa para os negros foi trabalhar na informalidade, pois lhes faltava à capacitação ou qualificação profissional, assim:

[...] as redes de trabalho informal espalharam-nos entre o vasto e o instável bolo de homens e mulheres sem especialização que dependiam das migalhas da vida da cidade. As cidades produziram especialistas em marginalidade – xapeiros, músicos de rua, lavadeiras, pequenos criminosos -, mas também criaram pequenas fábricas, lojas e firmas que colhiam seus empregados entre os não especializados e pagavam salários de fome [...] (LEVINE, 1983, p. 305).

Portanto, o negro era, e ainda é, considerado invisível aos olhos da política nacional. Nessas condições, os recém alforriados continuavam sendo dominados pelos grandes proprietários de terras e os emergentes comerciantes, que estavam à frente de todas as decisões nas esferas sociais, econômicas, culturais e políticas brasileiras. Pois, no Brasil, até os princípios do século XX, dominava a monocultura cafeeira e, quem detinha poder político, econômico e social, eram os grandes cafeicultores. A produção capitalista teve sua gênese somente após a abolição da escravatura, em 1888, havendo a necessidade de mão de obra, pois:

[...] nas cidades, na indústria e na manufatura. Na última década do século XIX começou um vigoroso processo de substituição de importações industriais, com o surgimento de numerosos estabelecimentos capitalistas na capital federal e nas capitais dos estados. A maioria deles era de proporções modestas e com toda a probabilidade utilizavam processos artesanais de produção. Eram, na realidade, manufaturas que aproveitavam a disponibilidade de artífices vindos da Europa para produzir para o consumo local até artigos importados. No entanto, na mesma época se constituíam as primeiras indústrias brasileiras, sobretudo no ramo têxtil. (SINGER, 1987, p. 67).

No Brasil, nesse período, vivenciou-se a instauração da 1ª República (1889-1930) e:

Com o episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores a 15 de novembro se caracterizaram por uma grande incerteza. [...] A República deveria ter ordem e progresso. Progresso significava a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do industrialismo, da expansão das comunicações. [...] (FAUSTO, 2001, p.139-140).

Segundo Ivone Ferreira da Silva (2008, p. 52), a chamada República Velha, ficou conhecida como:

[...] República dos barões do café. No regime Republicano, deparamo-nos com fazendeiros e generais disputando o poder e arregimentando votos, porém com uma inexpressiva participação popular. [...] a chamada República Velha foi construída por alianças e sustentada nos pilares do jacobinismo militar e no civismo paulista.

A partir destes dados, segundo o dogma positivista de Auguste Comte, a expressão perpetuou-se nos dizeres da Bandeira Nacional: Ordem e Progresso. O que significou Ordem e Progresso?

Seriam todos os brasileiros competindo no mercado de trabalho, com igualdade? Impossível, se o recém liberto era considerado desqualificado para o mercado de trabalho fabril em ascensão. Fundamentando-se no Liberalismo, na era do progresso, da modernização, da Belle Époque, o afrodescendente foi se tornando ausente, descartável para o contexto histórico em processo. Para Fernandes (1965, p. 1),

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Neste sentido, restou aos negros, que não possuíam nenhuma qualificação para as indústrias, buscar sua sobrevivência por meio de trabalhos informais, como ambulantes, ou executar trabalhos manuais, considerados de categoria inferior como carregadores de cargas nos portos.

A estratificação social brasileira, na época, estava dividida em cinco níveis, sendo extremamente importante para este trabalho conhecer o nível 5: jornaleiros (viviam dos biscates), trabalhadores semi-rurais, domésticos, ambulantes, guardas e prostitutas. Neste nível,

[...] na maior parte, caboclos e negros nativos, tendiam a se comportar de maneira subserviente para com seus 'superiores', embora dentro do seu mundo, praticamente invisível para os estranhos, a violência e a agressividade corressem soltas. Muitos vinham para as cidades como migrantes do interior rural, não apenas pelo desejo da mobilidade ascensional, mas forçados pelo desespero: a vida no interior ainda era mais difícil do que a vida nas favelas das cidades. Até as áreas prósperas do café estavam tão bem supridas de braços para o trabalho, que muitos dos imigrantes que haviam sido recrutados graças a uma viagem subsidiada ao Brasil, abandonaram o campo em busca dos centros urbanos, especialmente a cidade de São Paulo. As elites da cidade devem ter compreendido o fato de que não havia empregos suficientes para os recém-chegados. [...] (LEVINE, 1983, p. 305, destaque do autor).

Neste período, o médico Nina Rodrigues (2004), na obra *Os Africanos no Brasil*, apresenta estudos que tentavam dar solução à questão da negritude brasileira. No início do século XX, para a elite brasileira, viver entre negros, era considerado retrocesso nacional.

A partir do começo do século XX, o Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo tornaram-se notórios, até então o Rio de Janeiro era o líder nacional em indústrias. Os grandes propulsores do desenvolvimento no estado paulista foi a agricultura cafeeira, baseada nos braços servis dos escravizados para atender ao mercado externo. Com a Lei Áurea, entra em cena a política de imigração e substituiu-se o escravizado:

Apesar de o destino dos imigrantes ser as fazendas de café, nos primeiros anos deste século boa parte deles, insatisfeitos com o tratamento dado pelos cafeicultores e desanimados com as dificuldades da produção rural, se deslocaram para as cidades, principalmente para São Paulo, em busca de uma vida melhor, que o universo urbano-industrial podia oferecer. Esse enorme contingente de estrangeiros seria determinante na formação cultural da cidade de São Paulo, distinguindo-se dos outros centros urbanos. (MORAES, 1994, p. 40).

O Rio de Janeiro era considerado a região portuária mais expressiva do país e da América, além de concentrar todo o pólo administrativo e financeiro e o capital acumulado brasileiro. Outros setores significativos da comunicação foram as ferrovias, transportando pessoas de uma região para outra, fazendo com que regiões, antes despovoadas, recebessem os desbravadores.

No período pós-abolição, segundo José Murilo de Carvalho (apud MORAES, 1994, p. 41), havia um número grande de pessoas vivendo do subemprego, de empregos temporários, da malandragem. Eram homens e mulheres livres que viviam como engraxates, vendedores, portuários, carroceiros, bicheiros,

domésticas, prostitutas etc., e “No Rio de Janeiro a maioria das pessoas que viviam na pobreza era constituída de negros e mulatos, originários da própria cidade ou vindos principalmente do Vale do Paraíba.” (MORAES, 1994, p. 42).

Ainda no período do Brasil republicano (1889-1930), o negro passou a ser visualizado como subalterno, proveniente de uma cultura não evoluída. Os modelos sociais evolucionistas e darwinistas eram, a partir de então, usados para analisar a realidade social brasileira da época, a partir de uma visão racista/biológica. Schwarcz (1993, p. 58, destaques do autor) faz um relato sobre estes modelos:

O ‘darwinismo social’ ou ‘teoria das raças’, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que ‘não se transmitia caracteres adquiridos’, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como um erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” – e, portanto não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração só racial como social.

Com a instituição da filosofia do branqueamento, valoriza-se a política imigratória. A chegada dos imigrantes italianos decorreu devido ao desejo de modernização do Brasil, num momento em que a sociedade se prostrava a tudo que fosse importado da Europa. João Batista Lacerda (apud SCHWARCZ, 1993, p. 11) explica a política de branqueamento exposta no “[...] I Congresso Internacional das Raças, realizado em julho de 1911. A tese apresentada – ‘Sur lês métis au Brèsil’ – era clara e direta: ‘o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e evolução’.” O autor continua:

Na Bahia é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu surgimento e o obstáculo a ‘perfectibilidade’ biológica (SCHWARCZ, 1993, p. 191, destaque do autor).

Concluiu-se que estes estudos foram bem conservadores, tentando corrigir os erros econômicos, culturais e sociais por meio da ciência biológica. Após ter colocado o negro na marginalidade, nas favelas, aquém sem condições de subsistir, ele ainda é considerado cúmplice pela loucura, degeneração (prostituição)

e criminalidade (marginalidade), como relata Teodoro (2008, p. 50, destaques do autor):

[...] ainda na década de 1920, de projetos de lei, na Câmara de Deputados, visando impedir a imigração de 'indivíduos da cor preta'. Seus opositores reuniam não apenas os que identificaram um teor racista nesses projetos, mas também aqueles que os consideravam inócuos, pois a trajetória recente já assegurava que o negro estava fadado ao desaparecimento no país em algumas décadas. Esse mesmo discurso é encontrado, ainda, nos debates da Assembléia Constituinte de 1934.

Portanto, acreditava-se que, com o branqueamento, a população negra seria extinta em pouco tempo, o que se daria por meio da miscigenação racial entre: negros e brancos. Sob esse prisma, restou-nos a seguinte indagação: O que fazer com a população negra? Para as indústrias, esta população era considerada inativa. Então, muitos buscaram a marginalidade como forma de sobrevivência, gerando, com o passar das décadas, a situação caótica na qual a sociedade encontra-se atualmente: “Os fenômenos relativos á situação de dependência são evidentes, em toda a história dos povos da América Latina, Ásia e África. Eles aparecem nas relações econômicas, políticas, culturais, religiosas, militares. [...]” (SANTOS, M., 2000a, p. 175).

O Brasil, até então, era um país extremamente agrário e o maior produto agrícola era o café, alvo de exportação. Assim, “A questão social, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 125). Sobre a questão social, Ianni (2004, p. 28) sublinha:

Á medida que o sistema social progride, criam-se multiplicam-se as carências. Ao mesmo tempo que o progresso implica uma acumulação de riqueza e a elevação do nível de vida (para certos grupos sociais), o desenvolvimento gera tensões e novas necessidades. Aumenta o interesse pela vida intelectual, a necessidade de tecnologia, a precisão de capital, a *fome de braços*, etc.

É neste contexto depreciativo que o negro irá disputar, desvantajosamente, o mercado de trabalho com o europeu recém chegado. Segundo Marx, é na relação capital x trabalho que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital enquanto pertencente à classe proletária, sendo o trabalho vivo remunerado para suprir as suas necessidades básicas, pois:

Ao transformar a natureza em valores de uso para si, por intermédio do trabalho, os homens não apenas criam e recriam modos de produção, como realizam sua própria essência. O trabalho é, assim, a forma primária e privilegiada dentre as suas objetivações, ou seja, de práxis. Tendo em vista este metabolismo, que envolve natureza e sociedade, o trabalho adquire características específicas, sob condições sócio-históricas determinadas (GUERRA, 2005, p. 103).

Vale enfatizar que o capitalismo e a modernidade chegaram tardiamente ao Brasil, pois na Europa já haviam ocorrido várias transformações como o Renascimento, o Iluminismo, a Revolução Industrial, a Francesa e várias ciências e pesquisas haviam sido introduzidas como a antropologia, a etnologia, ciências sociais, entre outras. No Brasil tudo era muito rudimentar e arcaico.

Para Octavio Ianni (2004, p.15-16), nessa época (século XIX),

Expandem-se a produção mercantil e criam-se interesses econômicos novos, distintos daqueles configurados na cafeicultura. A diferenciação crescente da estrutura econômico-social manifesta-se no aparecimento e expansão das atividades econômicas não agrícolas. [...].

O autor também argumenta que:

[...] é na cidade que a contradição entre mercadoria e escravo adquire significação social e política, ainda que não enquanto tal. Devido à emergência dos interesses econômicos diversos, à formação de grupos sociais não identificados com a agricultura e nem com a escravidão, no ambiente urbano o escravo aparece representando um sistema que precisa ser ultrapassado. [...] Os valores culturais específicos do ambiente urbano, influenciados pelo padrão europeu, põem em evidência aquela incompatibilidade. [...] (IANNI, 2004, p. 18-19).

Para Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007, p. 61),

A abolição, tal como ocorreu, ao invés de integrar os negros à sociedade brasileira, como cidadãos, como formalmente passaram a ser, reafirmou sua exclusão, e sua inserção terá que se dar de forma paulatina e dolorosa no século seguinte, processo que ainda está longe de ser concluído. [...].

Esse período foi marcado pelo incentivo à imigração européia:

O projeto de um país moderno era, então, diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca. A entrada dos imigrantes europeus e a miscigenação permitiriam a diminuição do peso relativo da população negra e a aceleração do processo de modernização do país (TEODORO, 2008, p. 49).

Neste contexto,

Efetivamente, a República não foi capaz de promover ações em defesa da ampliação das oportunidades da população negra. A formulação e consolidação, da ideologia racista ocorrida nesse período, permitiram a naturalização das desigualdades raciais que foram, assim, reafirmadas, em um novo ambiente político e jurídico. Não mais separadas pelo direito de propriedade, pela história, religião ou cultura, as raças se separariam por desigualdades naturais. [...] (TEODORO, 2008, p. 48).

Aos negros eram destinados atos discriminatórios, não sendo sua presença aceita em clubes, regatas, movimentos operários, movimento tenentista; foram proibidos de ingressarem no corpo de oficiais, fazendo com que se reunissem, construíssem com muita dificuldade sua imprensa, seus clubes de lazer e recreação, como forma de resistência e contestação (SANTOS, I. A. A., 2007).

Antonio Sergio Guimarães (2008, p. 84) complementa que “[...] a partir da terceira década do século XX, um outro modo de integração passou a ganhar importância. Nele, a atitude passiva foi abandonada em favor da mobilização política e do cultivo da identidade racial. [...]”

Nas décadas de 1970 e 1980, quando os governos descentralizaram as indústrias da cidade de São Paulo, ou seja, criaram ou implementaram hidroelétricas, minerações, complexos petroquímicos e refinarias de gasohol em outras regiões, nas cidades do Maranhão, do Pará e de Salvador, houve um processo migratório e muitos desses migrantes eram afro brasileiros (ANDREWS, 2007).

Esse processo migratório foi muito importante, pois proporcionou a muitos a participação em sindicatos, salários melhores e acesso aos serviços sociais proporcionados pelo Estado. Estas melhorias tiveram reflexos como no relato de Andrews (2007, p. 200):

Entre 1950 e 1991, a expectativa de vida dos afro brasileiros aumentou 60%, de 40,1 para 64,0 anos, enquanto a expectativa de vida dos brancos aumentou 50% de 47,5 para 70,8 anos. Desse modo, a diferença entre expectativas de vida de negros e brancos caiu 7,4 anos em 1950, quando os brancos viviam em média 18% mais tempo que os negros, para 6,8 anos em 1991, quando os negros viviam 11% mais.

Ivair A. Alves dos Santos (2007) considerou a década de 1950 como muito proveitosa para o negro, realizaram-se vários estudos voltados para a questão

étnica, por meio de trabalhos que se tornaram referência para a sociologia brasileira, como de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Oracy Nogueira, entre outros.

A década de 60 foi marcada pelo avanço dos ideais socialistas, por meio das teorias marxistas, principalmente na América Latina. O governo de João Goulart atentou para:

[...] uma série de restrições aos investimentos de multinacionais, com severa política de controle de remessas de lucro, de pagamento de royalties e de transferências de tecnologias; elaboração de legislação antitruste; negociação para nacionalização de grandes corporações estrangeiras; e adoção de uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional (SILVA, M. O. S., 2006, p. 26).

O período ditatorial, mais conhecido como anos de Chumbo,

[...] desarticulou as lideranças negras, como todos os demais movimentos reivindicatórios e contestadores da ordem político-sócio-jurídica, lançando-os numa espécie de 'semiclandestinidad'. As constituições de 1946 e 1967 já trouxeram no seu corpo a proibição da propaganda de guerra, de subversão da ordem ou preconceito de raça e classe social (SANTOS, I. A. A., 2007, p. 28, destaque do autor).

No final da década de 60 decorreram vários fatos que merecem ser destacados. Um deles é referente ao Movimento Universitário Negro que, em 13 de maio, organizou-se para reivindicar a garantia de igualdade e direitos iguais. Em 1972, um presidente militar, Garrastazu Médici, no Largo do Paissandu depositou flores no monumento em homenagem à Mãe Preta (SANTOS, I. A. A., 2007). Esse ato pode ter ocorrido para abrandar as agruras da ditadura, portanto foi uma estratégia política.

Em 1978, em São Paulo, aconteceu a criação do Movimento Negro Unificado, (MNU) que “[...] surgiu não só com objetivo de lutar contra o preconceito e discriminação raciais, mas também com a proposta de unificar os vários grupos negros existentes. [...]” (VALENTE, 2002, p. 64). Os anos 80 foram marcados pelos movimentos sociais e greves, quando grupos organizaram-se e lutaram contra a ditadura militar, pelo restabelecimento da democracia e, assim,

A luta contra o racismo começa a se dar juntamente com a luta do trabalhador contra a exploração capitalista. Novos contornos surgem na relação entre raça e classe social. Os negros começam a denunciar que a exploração socioeconômica atinge de maneira diferente negros e brancos e que a superação do racismo e da discriminação racial não será alcançada

simplesmente com a mudança da situação de classe. É importante somar esforços na luta contra a desigualdade social e racial (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 128).

Ainda nos anos 1980, a luta do Movimento Negro Brasileiro:

[...] no que se refere ao acesso à educação, reafirmava a democratização do acesso à escola para todos: mais escolas, mais vagas na universidade para todos. Porém, à medida que as políticas públicas de educação, de caráter universal, foram implementadas, observava-se que não resultavam em condições de participação igualitária entre brancos e negros. O discurso do movimento e suas reivindicações começaram a mudar (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 192).

No movimento negro brasileiro, a mulher também desempenhou um papel extremamente relevante. Mas, “[...] a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa sociedade racista.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 128).

Com o objetivo de garantir direitos aos afrodescendentes, no ano de 2000 foi outorgado, através da Lei nº 3.198, o Estatuto da Igualdade Racial, garantindo a eles serem olhados e tratados dignamente, não devendo sofrer qualquer tipo de discriminação, em função da sua etnia, raça e cor.

Outro fator relevante, em nível mundial que merece ser enfatizado, foi a realização da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em setembro de 2001, em Durban na África do Sul; momento este em que se pode discutir e instituir novas formas de enfrentamento ao racismo e às discriminações raciais. Rosana Heringer (2006, p. 79), escreveu em seu artigo o objetivo dessa conferência:

Reconhecemos o valor e a diversidade da herança cultural dos africanos e dos afro-descendentes e afirmamos a importância e a necessidade de que seja assegurada sua total integração à vida social, econômica e política, visando a facilitar sua plena participação em todos os níveis dos processos de tomada de decisão (Declaração de Durban, § 32).

A Conferência Mundial de Durban induziu o movimento negro e o Estado a se posicionarem acerca do racismo e da discriminação racial no Brasil. A cobertura do evento pela mídia brasileira também foi decisiva “[...] na aprovação da lei de reserva de vagas para universidades estaduais na

Assembléia Legislativa no Rio de Janeiro – marco simbólico da implantação da ação afirmativa no Brasil.” (FERES JÚNIOR; ZONINSEIN, 2006, p. 32).

O movimento negro contemporâneo entende que as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais somente se amenizarão através da educação. Nesse sentido, muitas universidades, tanto estaduais quanto federais, adotaram o programa de cotas nas suas devidas instituições. E, em muitas delas, o sistema de cota é por prazo determinado, como na Universidade de Brasília (UnB), na qual o sistema terá duração de dez anos (2004-2014) (BRASIL, 2008b).

A Lei nº 3.708/01, aprovada no Rio de Janeiro, coloca em prática a política de cotas. As duas universidades estaduais – a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual Fluminense (UENF) – devem reservar 40% de suas vagas para negros e pardos.

Sob essa égide, criam-se alternativas de acesso ao ensino superior em instituições públicas para afrodescendentes, mediante a historicidade preconceituosa decorrida há séculos atrás e, finalmente, o objetivo final será a consolidação da autonomia, emancipação e inclusão social desses futuros profissionais.

Os direitos sociais, culturais e econômicos até então conquistados pela comunidade negra foram sendo construídos e reivindicados durante vários anos pelo Movimento Negro. A Universidade Federal de São Carlos lançou, em 2007, o vestibular que instituiu a Lei de Cotas, intitulado Programa de Ações Afirmativas, objetivando:

Promover, nos diferentes âmbitos da vida universitária, ações objetivando a educação das relações étnico-raciais. Este projeto será idealizado por meio da Portaria GR nº 695/07, de 06 de junho de 2007. Dispõe sobre a implantação do Ingresso por Reserva de Vagas para acesso aos cursos de Graduação da UFSCar, no Programa de Ações Afirmativas (DUARTE, 2007, online).

Segundo matérias de jornais, os alunos amparados pelas cotas vêm tendo bom desempenho em seus devidos cursos. Quarenta universidades brasileiras adotaram essa modalidade de ensino. Essa modalidade seletiva iniciou-se em 2002 e 2003, atualmente é adotada em conceituadas universidades públicas. O critério seletivo perpassa pelos seguintes itens: bonificação para alunos de escolas públicas e também para os concorrentes que se autodeclararem negros, pardos e indígenas.

Fabício Marques (2008, p. 2, online) relata que em 2005 houve um crescimento de ingressantes em cursos da Universidade de Campinas (UNICAMP), consecutivamente outras universidades públicas adotaram o mesmo critério, como a Universidade de São Paulo (USP). De acordo com o autor:

O estudo mostra que para os estudantes que entraram na Unicamp entre 1994 e 1997 aqueles oriundos de escolas públicas tiveram desempenho acadêmico superior aos egressos de colégios privados, considerando-se para ambos os grupos jovens que entraram na universidade com notas no vestibular na mesma faixa.

Este estudo, realizado na UNICAMP, mostrou a efetividade das ações afirmativas, mas deve-se assinalar que esse item deve ser priorizado no início da escolaridade dos alunos, tanto negros quanto brancos, tornando a educação básica qualitativa e para todos.

Em 2003, após contestações e resistência do movimento negro brasileiro, instituiu-se a Lei nº. 10.639, que estabeleceu a data de 20 de novembro como parte do calendário escolar brasileiro para comemoração do “Dia Nacional da Consciência Negra”. Essa Lei também determina a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares.

Após a contextualização histórica da comunidade negra brasileira, encerra-se essa etapa do estudo mostrando a importância da educação enquanto formadora de intelectuais negros que mudem as concepções e valores relacionados aos afrodescendentes oriundos do senso comum. Para Wilson do Nascimento Barbosa (apud SANTOS; BARBOSA, 1994, p. 82-83),

A intelectualidade negra brasileira, seja como formação específica ao nível da ideologia social, seja ao nível da ideologia política, tem decisivo papel a desempenhar nesta tarefa sócio-psicanalítica de colocar sua etnia, seu sujeito social, no “divã” da auto-reflexão.

1.2 Fugas, resistências: movimento negro foi uma perspectiva de direito?

Nem sempre os retrógrados livros contaram a verdadeira história vivenciada pela comunidade negra brasileira. Nesse sentido, ressalva-se que nunca levaram em consideração os verdadeiros acontecimentos. Portanto, far-se-á, a partir

de então, uma abordagem histórica dialética mediante os autores que expressam, em suas obras contemporâneas, a história que não foi contada devido aos longos períodos ditatoriais da história brasileira e, também, a muito enfatizada submissão contada erroneamente na literatura brasileira ao se referir aos afrodescendentes, fato que sempre favoreceu a emergente burguesia brasileira.

Portanto, desconstruindo a visão errônea sobre a passividade dos negros escravizados, Ana Lúcia E. F. Valente (2002, p. 26, destaques da autora) escreveu que:

Durante muito tempo, procurou-se nos relatos de história ocultar a rebeldia dos negros contra a escravidão. E a passividade do negro foi aceita como consensual, devido à escassez ou à ausência de documentos sobre revoltas dos negros, as quais a visão colonialista procurou esconder ou destruir. Essa distorção se deu porque a rebeldia dos escravos e a documentação de seus atos de rebeldia colocariam em xeque a tese e a estrutura ideológica que justificavam a escravidão, o negro teria sido arrancado de sua terra em seu próprio benefício para ser integrado à 'civilização' e abandonar os 'maus costumes' e 'más qualidades', o que 'explicava' a carga de trabalho, os castigos corporais, a penitência para os seus 'pecados'.

Ao compartilhar dos mesmos ideais dos autores contemporâneos a escrita, aqui, será voltada para a desconstrução da visão infantilizada e consensual do africano, do período colonial aos dias atuais. Os autores contemporâneos são: Joel Rufino dos Santos, Antonio Sergio A. Guimarães, Dagoberto José Fonseca, Walter Silvério, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Ana Lúcia E. F. Valente, Henrique Cunha Jr., Kabengele Munanga, Marcelo Paixão, Milton Santos, Nilma Lino Gomes, Ivair Augusto Alves dos Santos, Manuela Carneiro da Cunha, Clóvis Moura, Emília Viotti da Costa, Abdias do Nascimento e muitos outros, que se forem todos citados ocuparão várias páginas desse estudo.

As resistências e as revoltas sempre estiveram presentes, durante o longo período da escravidão até os movimentos sociais contemporâneos. Entende-se que o processo é permeado por ideais contraditórios, que se baseavam na relação exploratória entre escravo (posse) e senhores patriarcais (detentores do poder ou proprietários), mas:

A sociedade colonial havia pretendido situar 'o negro africano' em apenas uma condição, a de ser escravo propriedade do senhor; mas, entre 1500 e 1800, o desenvolvimento das economias e sociedades coloniais e as ações de iniciativas dos próprios escravos e negros livres alteraram esse plano original. [...] (ANDREWS, 2007, p. 38, destaque do autor).

Como exemplo, retrocedendo ao período do Brasil Colonial, o Quilombo de Quariterê em Mato Grosso. Os dados do pesquisador Jaime Pinsky, (2000, p. 86), apontam que esse quilombo,

[...] liderado pela rainha Tereza, vivia não apenas das suas lavouras, mas da produção de algodão que servia para vestir os negros e, segundo alguns autores, até mesmo para funcionar como produto de troca com a região. Possuía ainda duas tendas de ferreiro para transformar os ferros utilizados contra os negros em instrumentos de trabalho.

A literatura aponta, também, que os escravizados nem sempre foram tão dóceis, os mesmos resistiam bravamente por meio de fugas, muitas vezes iam para quilombos ou cidades da redondeza. Então, as contestações decorriam através de: conflito direto, das fugas e da formação de quilombos. Nos quilombos, podiam praticar sua cultura, falar sua língua e exercer seus rituais religiosos. O Quilombo “[...] era um foco de negros livres numa sociedade que se baseava em relações de caráter escravista. Era, pois, um mau exemplo para outros escravos e uma esperança concreta para os fugidos.” (PINSKY, 2000, p. 86).

Sobre quilombos, têm-se duas vertentes contraditórias, de um lado alguns autores classificam quilombo como um reduto de negros livres, como já foi citado acima, e do outro, autores como Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006) relatam que essa é uma idéia distorcida; para iniciar tal explanação será transcrito o significado de quilombo, segundo a língua banto umbundo: “[...] se refere a um tipo de instituição sóciopolítico militar conhecida na África central, mais especificamente na área formada pela República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 71).

Ainda, segundo esse pensamento, alguns antropólogos salientam que na África essa palavra significa “[...] uma associação de homens, aberta a todos. Os membros dessa associação eram submetidos a rituais de iniciação que os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis as armas inimigas.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 71).

Sob essa égide, percebe-se que os quilombos brasileiros assemelhavam-se a uma associação de africanos; seus adeptos, os escravizados refugiados, estavam perpetuando suas tradições culturais através da resistência e negação ao cativeiro e da formação da vida sociocultural relativa às regiões africanas. Portanto,

era uma pequena gleba africana formada em solos nacionais. Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006, p. 72) ressaltam que:

Nesse sentido, podemos entender o quilombo não só como uma instituição militar na África Central, mas, principalmente, como uma experiência coletiva dos africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada da contribuição de outros seguimentos com os quais interagiram em cada país, notoriamente alguns povos indígenas.

Leal (1995) complementa que o quilombo representou um dos símbolos mais importantes de resistência e de luta dos negros fugitivos dos senhores patriarcais no século XVII. O quilombo era o único refúgio e alternativa de liberdade para os negros cativos. Muitos desses locais se transformaram em cidades. O autor relata que “Um desses locais que permaneceram intocados é o quilombo do Kalunga, em Goiás, que sobrevive ainda hoje com a mesma estrutura de quando foi iniciado, há mais de 250 anos.” (LEAL, 1995, p. 9).

Com as invasões holandesas (1624-1630), os engenhos tornaram-se fragilizados devido à necessidade de expulsar os invasores das terras brasileiras, assim, aproveitando desse fato, muitos negros fugiram para os quilombos. Conclui-se, então, que os quilombos foram um reduto de negros foragidos; foragidos da escravização para uma organização que visava a reprodução dos hábitos e tradições culturais africanas no Brasil. Almir das Areias (1989, p. 12-13) escreveu que, nos quilombos,

Organizando-se social e politicamente à moda das sociedades tribais da África, os negros criam as suas próprias leis, escolhem um rei, Ganga-Zumba, mais tarde substituído por Zumbi, o grande general das armas, que entrou para a história devido aos grandes feitos realizados em defesa do reduto de Palmares. Nos quilombos os negros se escondem e se protegem, sobrevivem comunitariamente, recebem negros fugidos de todas as partes, se fortalecem e revivem com fé todas as suas manifestações culturais.

A data de 20 de novembro foi escolhida como o Dia da Consciência Negra por marcar a morte do maior líder da história dos negros no Brasil. Nesse dia, em 1695, Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra, foi morto após ter sido denunciado por um companheiro e capturado pelos portugueses, dando fim ao maior quilombo do país – o Quilombo dos Palmares, em Alagoas. O estabelecimento desta data decorreu do resultado do protagonismo político e da atuação de vários

movimentos sociais organizados por intelectuais, políticos e militantes pertencentes aos grupos étnicos afrodescendentes, como sujeitas e sujeitos do processo histórico.

Segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 173),

Palmares é o caso exemplar do enfrentamento étnico-racial. Ali, negros fugidos dos engenhos de açúcar ou das vilas organizavam-se para si mesmos, na forma de uma economia solidária e de uma sociedade igualitária. Não retornam as formas africanas de vida, inteiramente inviáveis. Voltam-se a formas novas, arcaicamente igualitárias e precocemente socialistas.

Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga (2006, p. 90-91), no livro *O negro no Brasil de hoje*, citam a Revolta dos Malês, também uma forma de resistência negra, que ocorreu na Bahia:

Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravizados e libertos ocupou as ruas de Salvador, e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados. Os organizadores do levante eram males, termo pelo qual eram conhecidos na Bahia da época dos africanos muçulmanos. [...] Malês seriam apenas os nagôs islamizados. Estes grupos pertenciam a sociedades africanas muito desenvolvidas politicamente independentes, complexas, economicamente avançadas, originárias de um alto nível de civilização, cultura e tradição religiosa.

Outras reações como a preservação de manifestações religiosas, certos traços da culinária africana, a capoeira, o suicídio e o aborto eram outras formas de oposição à escravidão. Também pode-se considerar o banzo uma forma de não aceitar a escravização e a imposição alheia:

Mas não foi toda de alegria a vida dos negros, escravos dos ioiôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens dos mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos. O banzo – a saudade da África. Houve os que de tão banzeiros ficaram lesos, idiotas. Não morreram: mas ficaram penando. E sem achar gosto na vida normal – entregando-se a excessos, abusando de aguardente, da maconha, masturbando-se. Doenças africanas seguiram-nos até o Brasil, devastando-os nas senzalas [...]. (FREYRE, 2005, p. 552).

Mesmo com todas as imposições e sansões, não deixaram a cultura africana esmorecer. Sobre a importância da religião, o autor Octavio Ianni (2004, p. 214) definiu que “[...] a religião é um ângulo cultural e, também, político importante da sociedade brasileira.” Em oposição ao sistema aristocrático imposto, os povos oriundos da diáspora africana preservaram e valorizaram a

identidade étnica, por meio das danças e rituais dedicados aos reis e rainhas do congo.

Às escuras, os negros, realizavam seus rituais, praticavam suas festas, mantinham suas representações artísticas, assim como desenvolveram até uma forma de luta corporal, a tradicional capoeira, pois entende-se que “[...] a ideologia predominante no País, enquanto ideologia da classe dominante, não pode deixar de reconhecer as disparidades, desigualdades e contradições econômicas e políticas, que permeiam as relações das pessoas, grupos e classes sociais [...]” (IANNI, 2004, p. 268, destaque da autora). Somente exemplificando, Nina Rodrigues (2004, p. 269), redigiu a seguinte conclusão quanto ao culto jeje-nagô na Bahia:

Na África, estes cultos constituem verdadeira religião de Estado, em cujo nome governam os régulos. Acham-se, pois, ali garantidos pelos governos e pelos costumes. No Brasil, na Bahia, são ao contrário consideradas práticas de feitiçaria, sem proteção nas leis, condenadas pela religião dominante e pelo desprezo, muitas vezes apenas aparente, é verdade, das classes influentes que, apesar de tudo, as temem. Durante a escravidão, não há ainda vinte anos portanto, sofriam elas todas as violências por parte dos senhores de escravos, de todo prepotentes, entregues os negros, nas fazendas e plantações, à jurisdição e ao arbítrio quase ilimitados de administradores, de feitores tão brutais cruéis quanto ignorantes.

A designação de que os cultos africanos são práticas ligadas à feitiçaria está relacionada ao apartheid, aos estigmas e rótulos criados mediante a ideologia da cultura subalterna, menosprezada e desvalorizada principalmente entre as minorias étnicas, que são os oprimidos sociais. Nessa perspectiva, se levam em consideração as origens geográficas, a classe social, os traços fenotípicos (cor de pele, textura do cabelo) etc. Assim, esse pensamento é construído na trama social, no cotidiano desses atores sociais,

Junto, com as várias e freqüentemente combinadas diversidades religiosas, raciais e outras, há a gama e a trama das diferenças de classes sociais. As diferenças de classes sociais, fundadas nas posições diversas das pessoas e dos seus familiares no processo de produção e apropriação, combinam-se com aquelas diversidades [...] (IANNI, 2004, p. 215).

Os negros eram proibidos de praticarem sua religião de origem africana ou de realizarem suas festas e rituais oriundos do continente africano. Tinham que

obrigatoriamente serem adeptos ao catolicismo, religião imposta, e eram obrigados a adotar a língua portuguesa na comunicação. Apesar disso,

Ainda mais popular que o Candomblé era a Umbanda. Assim como a capoeira regional representava uma forma 'modernizada' da capoeira, a Umbanda era uma nova forma, 'abrasileirada', do Candomblé. Aparecendo pela primeira vez no Rio de Janeiro na década de 1920, e depois se espalhando pelo restante do país, a Umbanda é uma religião de possessão de espírito, em que orixás iorubas do Candomblé continuam a presidir o mundo dos espíritos, e os deuses governam de longe, não participando diretamente dos assuntos terrenos. Os adeptos buscam assistência divina não das divindades iorubas, mas dos espíritos dos caboclos, dos 'pretos velhos' e dos mortos, todos eles se comunicando com os suplicantes por meio de médiuns da religião (ANDREWS, 2007, p. 204).

No Brasil contemporâneo, o sincretismo religioso é muito praticado, peculiaridade herdada das três matrizes étnicas brasileiras (ameríndia, negra e ibérica), como relata Ianni (2004, p. 214):

O brasileiro é um povo, que parece católico, mas também pode ser adepto do candomblé, umbanda, quimbanda, pajelança, xamanismo, espiritismo, protestantismo, seicho-no-iê, ou outras modalidades de religião de origem africana, indígena, européia ou asiática.

Outra resistência, oficializada em 1910 por mais de dois mil marinheiros na Bahia da Guanabara, ficou conhecida como Revolta da Chibata. Os rebelados queriam que fossem eximidos os castigos corporais do código disciplinar da marinha, por que:

Criminosos e marginais, produtos de uma sociedade que lhes negava um melhor destino, eram colocados lado a lado com homens simples para cumprirem serviço obrigatório durante dez e quinze anos. As desobediências ao regulamento eram punidas com chibatadas e outros castigos (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 110).

Para conter o motim o Marechal Hermes da Fonseca e o parlamento atenderam as exigências, o que se oficializou num projeto de lei de autoria de Rui Barbosa.

Entretanto, conclui-se que as aglomerações negras e os movimentos sociais foram essenciais para que os escravizados buscassem autonomia sobre suas vidas e, também, "[...] o acesso aos bens materiais (sobretudo alimentos e terra) e a bens espirituais (religião, música e dança). Essas táticas e esses objetivos

definiam os elementos centrais da vida e da cultura dos escravos [...] (ANDREWS, 2007, p. 38-39).

Georg Reid Andrews (2007) relata que na Bahia, os negros começaram a fazer revolução pela liberdade, foram revoltas importantes que aconteciam a cada dois anos, entre 1822 e 1830, e, após esse período, em 1835 aconteceu uma das maiores revoluções na cidade de Salvador, seguindo para outros locais, como São Paulo e Rio de Janeiro, como no relato:

Simultaneamente às rebeliões de escravos da década de 1830, houve uma onda de revoltas provinciais no Nordeste: A Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas (1832-1835), a revolta da Cabanagem no Pará (1835-1840), a rebelião da Sabinada na Bahia (1837-1838) e a revolta da Balaiada no Maranhão (1835-1840). Em cada uma dessas rebeliões, as elites provinciais que buscavam maior autonomia do governo central lideravam levantes que foram quase imediatamente cooptados e dominados por líderes e combatentes da classe baixa ou média baixa, a maioria deles afro-brasileira livre. Em toda as quatro províncias, os escravos aproveitaram-se do tumulto resultante para se levantar contra a escravidão, quer como parte do levante maior ou – como na América espanhola 20 anos antes – travando suas próprias ‘guerras autônomas’. [...] (ANDREWS, 2007, p. 107, destaque do autor).

Partindo dessa premissa, não se pode esquecer a contribuição do negro à cultura nacional brasileira. Para o autor Gilberto Freyre, o africano foi quem quebrou o clima melancólico português, além da preservação das tradições culinárias, outra forma de resistência,

‘Ele deu alegria aos são-jões de engenho; que animou os bumbas-meu-boi, os cavalos-marinhos, os canaviais, as festas de Reis. [...] [por que]: Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, nas cozinhas lavando roupa, enxugando prato, fazendo doce, pilando café; nas cidades carregando sacos de açúcar, pianos, sofás de jacarandá de ioiôs brancos – os negros trabalhavam sempre cantando: seus cantos de trabalho, tanto quanto os de xangô, os de festa, os de ninar menino pequeno, encheram de alegria africana a vida brasileira. [...] (FREYRE, 2005, p. 551).

Também se deve à cultura africana a riqueza da culinária brasileira que ganhou novidades e especiarias significativas,

[...] pela introdução do azeite-de-dendê e da pimenta-malagueta [...]; do quiabo; pelo maior uso da banana; pela grande variedade de preparar a galinha e o peixe. [...] comidas portuguesas ou indígenas [...] modificadas pela técnica culinária do negro, [...]: a farofa, o quibebe, o vatapá (FREYRE, 2005, p. 542).

Além da preservação da culinária, em se tratando de expressão cultural, a mais conhecida e eternizada foi a capoeira. A capoeira realizada entre os negros, uma expressão de resistência e luta contra o processo escravocrata, teve sua gênese nos terreiros das grandes fazendas patriarcais. A capoeira era uma forma de esse povo alegrar suas noites: noites frias, noites úmidas, noites quentes... que eram preenchidas com o toque do tambor e do berimbau. Nela:

A cooperação do atabaque, ou do tambor em geral, com o berimbau, ou qualquer instrumento de corda, tem uma função abertamente alucinatória. Ela visa desligar os ouvintes-dançarinos da realidade circundante, e introduzi-los no reino comum do sonho, no processo de potencialização da mente coletiva (SANTOS; BARBOSA, 1994, p. 31).

A capoeira, depois dos quilombos, foi a maior expressão de liberdade deste período, pois “Capoeira é música, poesia, festa, brincadeira, diversão, diversão, e acima de tudo, uma forma de luta, manifestação e expressão do povo, do oprimido e do homem em geral em busca da sobrevivência, liberdade e dignidade” (AREIAS, 1989, p. 8).

Com o jogo da capoeira, os negros escravizados preservaram a identidade nacional. A capoeira estava imbricada nas relações sociais, econômicas e culturais. A capoeira era a única arma, usada pelos escravizados para defenderem-se da dominação Ibérica, segundo ressalta Areias (1989, p. 22):

Embora sejam insuficientes os dados e informações de que dispomos, tanto escritos quanto orais, baseando-me na análise de alguns fatos ocorridos e na comparação de outros, acredito ter a capoeira surgido no Brasil como arma, em função da necessidade do escravo se defender dos maus tratos e castigos dos seus opressores, e ao mesmo tempo, como folguedo, para a expressão e manifestação dos seus sentimentos. Era uma coisa servindo a outra, pois desde os primórdios da colonização já temos conhecimento da capoeira sendo praticada com acompanhamento musical.

Então, todos os indícios são de que a capoeira foi introduzida como forma de proteção, já que o Estado não olhava para a amargura de vida que o negro levava. As leis somente detinham proteção aos ideais elitistas dos senhores fazendeiros. Marcel Mauss (2001, p. 134), com relação à questão, usou de um belíssimo pensamento: “É pouco útil filosofar sobre sociologia geral, quando se tem coisa a conhecer e saber antes disto, e quando, além disso, há tanto a fazer para compreender.”

Toda a característica do jogo da capoeira é semelhante a atitudes animalescas (saltos, golpes, coices, pulos, rasteiras), era o tratamento dado aos negros brasileiros, digno de verdadeiros animais como: a crueldade das senzalas, os açoites, a máscara de flandres (impedia ingestão de alimentos ou bebidas) e outras ações desumanas.

A capoeira foi proibida em 1890, e

[...] severamente reprimida durante as primeiras décadas do século XX, foi reabilitada e transformada em um veículo de identidade nacional. A transição da marginalidade para a aceitação nacional foi liderada pelo lendário capoeirista Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba). [...] (ANDREWS, 2007, p. 203).

No período pós-abolição, o profano e o sagrado, da cultura negra, se consubstanciam aos momentos de alegria, de agradecimento e de amargura. Sobre a ginga e o negro, Wilson do Nascimento Barbosa escreveu o seguinte: “A ginga era o modo de mover o corpo, até tornar tudo vazio, fundindo mente e corpo num único movimento.” (SANTOS; BARBOSA, 1994, p. 30).

Quanto ao carnaval, proibido ou controlado por uma legislação restritiva até 1930, com a política populista varguista,

[...] os cordões carnavalescos (reorganizados no Brasil em escolas de samba) tiveram reconhecimento oficial e passaram a receber subsídios do Estado, além de terem a permissão na verdade, sendo muito encorajados – para desfilar no carnaval em outros feriados nacionais. [...] (ANDREWS, 2007, p. 203).

Com a redemocratização, em meados da década de 40, foram lançadas várias candidaturas de negros, muitos destes intelectuais faziam referência a uma nova abolição.

Um manifesto, lançado por um conjunto de intelectuais negros em São Paulo, em 1945, para a Convenção Nacional dos Negros, reivindicava: a valorização da origem étnica brasileira (três etnias), a legalização da lei contra o preconceito racial e, também, se decorresse em empresas privadas ou públicas, que os estudantes negros fossem pensionistas do estado, pois o ensino não era gratuito, isenção de taxas e impostos em nível Federal, Estadual e Municipal para os recém empreendedores e, finalmente, que se tomasse com caráter emergencial à elevação

do nível cultural, econômico e social dos brasileiros (NASCIMENTO apud SANTOS, I. A. A., 2007).

Muitos artistas e intelectuais negros ou mestiços (GUIMARÃES, 2008) contribuíram para a valorização da cultura nacional, entre eles destacam-se: Aleijadinho (1730-1814), Luís Gama (1830-1882), José do Patrocínio (1854-1905), Cruz e Souza (1862-1898), Manuel Querino (1851-1923), Lima Barreto (1881-1927) e Mário de Andrade (1893-1945). Esses artistas foram “[...] responsáveis pela introdução na cultura brasileira de valores estéticos e de idéias híbridas e mestiças, modificando a vida cultural em direção a um estado em que eles e os meios de onde provieram pudessem se sentir mais confortáveis.” (GUIMARÃES, 2008, p. 81).

No ano de 1950, intelectuais negros como Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento e Joel Rufino dos Santos, em 1995, afirmam que o povo brasileiro é negro (GUIMARÃES, 2008). Essa afirmação se opõe aos ideais eugênicos e a democracia racial. Solano Trindade, uns anos antes,

Depois que deixou o Recife e fixou residência no Rio de Janeiro, [...] foi o idealizador do 1º Congresso Afro-brasileiro e, anos mais tarde (1945) criou com Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental Negro. [...] Todo trabalho de Solano Trindade, quer no teatro, dança, cinema ou literatura, tinha como características marcantes o resgate da arte popular e, sobretudo, a luta em prol da independência cultural do negro no Brasil (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 125-126).

Com o desenrolar do século XX, desenvolveu-se uma nova forma de contestar. Na luta do negro brasileiro pela cidadania, encontra-se a mobilização política e a necessidade da valorização da identidade racial. Esse novo modelo:

[...] pode ser acompanhado pela imprensa negra de São Paulo a partir dos anos 1920, em jornais como Liberdade e Clarim. Ele se consolida, em 1931, com a criação da Frente Negra Brasileira, movimento social que se transforma em partido político, para ser extinto em 1937. (GUIMARÃES, 2008, p. 84).

Sobre a Frente Negra Brasileira, Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006, p. 120) relatam:

[...] a Frente Negra Brasileira foi uma entidade extremamente representativa dos desejos e aspirações da população negra da década de 30. Ela desempenhou na história do negro brasileiro, um lugar que o Estado não ocupou em relação à população negra: ofereceu escola, assistência na área de saúde e social, e teve uma atuação política muito importante.

A primeira grande manifestação, neste sentido, se deu com o surgimento da imprensa negra paulista, cujo primeiro jornal, O Menelick, começa a circular em 1915. Seguem-lhe A Rua (1916), O Alfinete (1918), A Liberdade (1919), A Sentinela (1920), O Getulino e o Clarim d' Alvorada (1924). Isto perdurou até 1963, quando foi fechado o Correio d'Ébano. O noticiário desses jornais:

[...] consistia de informações de eventos sociais, quermesses, aniversários, falecimentos, locais de festas, casamentos, formaturas. Refletia o mundo ideológico do negro paulista, suas esperanças e comportamento, retratando um contexto de ambigüidades, frustrações e incertezas. Reivindicavam sua integração e participação na sociedade e o resgate da história de um povo, com textos que demonstravam orgulho de pertencer á comunidade negra e, principalmente, valorizavam a educação como maneira de ascensão social (SANTOS, I. A. A., 2007, p. 14).

Em contraposição a barreira étnica e de classe, no Rio de Janeiro (1833 a 1867) também foi criada uma imprensa contestativa,

[...] a imprensa mulata, tomaram como lema a luta aberta contra a discriminação racial. Esses jornais dirigidos e impressos geralmente por mulatos adotaram títulos identificadores como: O Mulato ou o Homem de Cor, O Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho, O Meia Cara [...]. (MOURA, 1994, p. 152).

O povo negro resistiu aos preconceitos e dominação e, como exemplo, organiza-se com a formação dos quilombos, de associações, de organizações, como: a Frente Negra Brasileira (FNB) em 1930, Associação Cultural do Negro (ACN) em 1954, em 1975 é fundado no Rio de Janeiro o Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN), em 1978 o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), transformando-se, em 1984, no primeiro órgão público voltado para o apoio dos movimentos sociais afro-brasileiros: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

Para o Movimento Negro Unificado (MNU), o Brasil é um país multirracial, onde se tem uma relação de exploração e dominação, entre brancos e negros. Onde uma maioria negra é dominada pela minoria branca.

O autor pesquisador Ivair Augusto Alves dos Santos (2007) transcreveu que a entidade chamada Frente Negra Brasileira (1931-1937) conseguiu modificar a política de admissão a certos locais de lazer público e combater a discriminação racial no ingresso dos negros na Guarda Civil. Estabeleceu-se um acordo com o

presidente Getúlio Vargas, que ordenou que se alistassem emergencialmente duzentos recrutas negros. Ainda “Na primeira fase do período getulista (1930-1937), a legislação trabalhista facilitou o ingresso no mercado de trabalho” (SANTOS, I. A. A., 2007, p. 20).

A Frente Negra Brasileira foi fundada no início do século XX, no período Republicano, por militantes negros na cidade de São Paulo. Pode-se considerar a Frente Negra Brasileira uma organização política extremamente relevante para o movimento negro contemporâneo, enquanto forma de resistência. Ela “Era dirigida por um grande conselho, constituído de vinte membros, selecionando-se, dentre eles o chefe e o secretário.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 116).

Com o tempo, essa organização tornou-se um partido político, sendo sua ideologia disseminada para outros estados brasileiros. O partido político teve um breve histórico, pois com o Golpe do Estado Novo e a instauração da ditadura todos os partidos foram extintos. O objetivo primordial dessa entidade foi a educação, num sentido restrito de classe, de inserção social no mundo dos dominantes. Por outro lado, a Frente Negra Brasileira foi a primeira a denunciar o mito da democracia racial e, só depois, se tornou objeto de pesquisa. Na época vários comentários foram destinados a Frente Negra Brasileira, muitos diziam que essa entidade era:

[...] conservadora de direita. Critica-se o fato de que a Frente Negra não se interessava por uma transformação mais profunda na ordem social e nas relações e comportamentos da população branca, limitando-se a afirmar a existência do preconceito de cor. Outra crítica refere-se ao fato de que a Frente desprezava a democracia liberal, mantendo uma admiração aberta pelo fascismo europeu, com alguns líderes anarquistas (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 118-119).

Os dois autores, citados acima, concluíram que a Frente Negra Brasileira desempenhou na história do afrodescendente, “[...] um lugar que o Estado não ocupou em relação à população negra: ofereceu escola, assistência na área da saúde e social, e teve uma atuação política muito marcante.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 118-119).

O ano de 1960 “[...] foi considerado o Ano Africano, pois o movimento de independência dos países africanos encheu de orgulho a comunidade negra. O interesse sobre a África despertou a curiosidade pelas idéias dos revolucionários africanos.” (SANTOS, I. A. A., 2007, p. 26).

Um dos revolucionários africanos, Nelson Mandela, foi líder incontestado do movimento contra o *apartheid*, ao regime racista na África do Sul. Nesse sistema político, tinha-se um governo regido por uma minoria branca em detrimento da etnia negra. Mandela foi sentenciado à prisão perpétua em 1964. Sobre o *apartheid* racial, o educador Cristovam Buarque relatou que:

Por força da aculturação imposta pelos colonizadores, muitos negros agem em relação ao conjunto da raça, forma como os brasileiros agem em relação a si próprios: com complexo de inferioridade em relação ao que se chama de sociedades desenvolvidas. O resultado é que os negros são excluídos não apenas pela pobreza, mas também pela cor, sofrendo duplo *apartheid*, racial e o econômico, que se somam em um círculo vicioso de difícil superação (BUARQUE, 1999, p. 76).

A etimologia da palavra *apartheid* é a seguinte: “1. política de segregação racial adotada por certos países [...] 2. segregação social” (BORBA, 2004, p. 91). Conclui-se que no Brasil existem práticas segregacionistas, que seriam a fusão da exclusão social e racial.

Nesse mesmo período, no Brasil, vivia-se a política ditatorial (1964), eram tempos de repressão e, para os negros, esse fator não foi diferente. Então, “[...] Denúncias, lutas, imprensa alternativa, organizações políticas, várias foram as formas de resistência ao autoritarismo. [...] A partir dos anos 70, do século XX, a luta contra o racismo é reavivada.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 128).

Abdias do Nascimento, exilado em 1968 para os Estados Unidos, professor em Nova Iorque, foi sem dúvida um grande militante no combate à discriminação racial no Brasil.² Na década de 40, século XX, no Rio de Janeiro, o militante negro funda o Teatro Experimental Negro (TEN) (1944-1964). O TEN representou:

[...] uma frente de luta, um pólo de cultura que tinha como objetivo a libertação cultural do povo negro. Ele queria dar uma leitura a partir do olhar do próprio negro e da herança africana à cultura produzida pelo negro no Brasil, distanciando-se da forma ocidental de entender e ver a cultura negra. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 121-122).

Para Abdias Nascimento, o teatro e a cultura (alfabetização de negros) eram formas que poderiam minimizar o preconceito racial e inserir o povo negro no

² Abdias do Nascimento, um dos maiores ativistas negros no Brasil, nasceu no interior de São Paulo, na cidade de Franca, em 14 de março de 1914. Filho de uma doceira e de um sapateiro, desde cedo aprendeu a lutar por seus ideais e objetivos (NICOLAU JÚNIOR, 2001).

mercado de trabalho. O objetivo era inserir o negro na sociedade brasileira não mediante a ideologia hegemônica burguesa, mas valorizando a ancestralidade, a cultura trazida pelo povo negro. Esses são objetivos do movimento negro contemporâneo. Percebe-se a importância de Abdias Nascimento para o movimento negro contemporâneo, enquanto intelectual atuante que planejava e executava as ações a serem propostas. Nesse sentido, “Foram também organizadas duas conferências nacionais sobre as questões raciais, um congresso e a luta para que a discriminação racial fosse considerada crime, além do estabelecimento de políticas públicas.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 122). Sobre estes fatos, Ivair Augusto Alves dos Santos (2007, p. 23) relata que:

Na Convenção do Negro, em São Paulo, presidida por Abdias Nascimento, entre outras medidas aprovadas houve a reivindicação de uma legislação antidiscriminatória, que acabou sendo proposta pelo senador Hamilton Nogueira (UDN). Em 1950, foi rejeitada sob argumento de que não havia fatos concretos. Em 1951, o congresso aprovou a lei reapresentada, dessa vez pelo deputado Afonso Arinos.

O movimento negro contemporâneo ressurgiu na década de 70 com o Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais Negros (GTPLUN) e, em 1974, surgem várias entidades, constituídas geralmente por estudantes universitários, profissionais liberais e pela classe média negra, encabeçando um movimento social. Tais entidades,

“[...] do movimento negro surgidas a partir dos anos 70 [...] Lutaram para que a escola e a sociedade brasileira passassem a se lembrar das lideranças negras, das muitas formas de resistência desse povo. [...]” (Além disso), Um dos papéis importantes do movimento negro da atualidade foi denunciar que o 13 de maio não deveria ser comemorado como uma data que enfatizava a suposta passividade do negro diante da ação libertadora do branco. Durante a escravidão, os movimentos de luta e resistência negra foram muitos e variados e aconteceram em diversas regiões do país. Dessa forma, os movimentos negros atribuem, atualmente, um significado político ao 13 de maio, vendo-o como o dia Nacional de Luta contra o Racismo (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 130).

Na década de 70, o Movimento Negro elevou o nome de Zumbi como o símbolo da luta e resistência contra o racismo e, mais precisamente, no dia 20 de novembro de 1978, em Salvador que:

[...] o Movimento Negro Unificado – MNU propôs o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. A proposta foi aceita por vários

grupos, associações e movimentos negros de todo o país. O dia 20 tornou-se uma data que resgata e traz para a memória nacional o sentido da luta, da resistência e da garra dos negros e das negras do Brasil (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 131).

Mas, foi sob a ideologia da esquerda que o negro passa a ser pensado no Movimento Negro Universitário (MNU), na década de 80, que compreendeu que a

[...] autêntica democracia racial fosse também uma luta contra a exploração capitalista. Tal maneira de compreender a opressão negra pode, então, ser incorporada tanto a ideologias políticas anticapitalistas (comunistas ou socialistas), quanto a ideologias liberais ou democráticas, [...] (GUIMARAES, 2008, p. 93).

Vários movimentos sociais marcaram a década de 80 clamando pelas políticas democráticas, resultando na promulgação da Constituição de 1988 que agregou os direitos à cidadania plena. Ao longo do século XX, foi necessário ampliar as discussões sobre a educação e as relações étnico-raciais, devido à reprodução do círculo de pobreza e o aumento da marginalidade entre a população negra, consequência do neoliberalismo. A filosofia do neoliberalismo é a predominância do econômico em detrimento do social, refletindo em ações individualistas, competitivas, propriedade privada, igualdade, liberdade etc. Assim,

Com a força dos movimentos negros urbanos, o século XX vai conhecer um conjunto de esforços no sentido de se interferir no sistema de classificação racial brasileiro: 'de homens de cor a pretos', 'de pretos a afro-brasileiros'; 'de afro-brasileiros a negros', 'de negros a afros-descendentes', e assim por diante (GONÇALVES apud BARBOSA; SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 16, destaques dos autores).

Os movimentos sociais encabeçados por militantes negros foram tão notórios que mudaram, inclusive, o sistema de classificação racial brasileira. Seguiram-se os anos, entre 1989-1991, em que ativistas negros organizaram a Campanha "Não deixe sua cor passar em branco". A preocupação dos ativistas afrobrasileiros era dar notoriedade aos descendentes do povo negro e, também, inventar uma identidade coletiva para este grupo, através da auto-identificação. Essa campanha foi destinada "[...] a persuadir os afro brasileiros a relatar sua cor como parda ou preta em vez de branca [...]." (ANDREWS, 2007, p. 189).

A discussão sobre a igualdade de oportunidades:

[...] ganhou corpo na cena política com a preparação e realização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, em 1995. O documento elaborado pela Marcha e entregue ao governo defende a implementação de políticas específicas nos campos da educação (incluindo capacitação dos professores para lidar com o tema da diversidade racial e com as práticas discriminatórias), saúde, trabalho, violência e cultura. Propõe também a instituição de ações afirmativas para o acesso a cursos profissionalizantes e à universidades, assim como demanda a representação proporcional dos grupos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades a ele vinculadas. [...] (JACCOUD, 2008, p. 58).

Através das lutas e resistências da comunidade afro-brasileira, instituiu-se a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o intuito da promoção de políticas públicas que combatam o racismo institucionalizado.

Enfim, conclui-se que todas as conquistas e direitos protagonizados pela comunidade negra decorreram das mobilizações, lutas e rebeliões, movimentos e resistências decorrentes desde o período colonial até a contemporaneidade. Os africanos ao serem escravizados “Não deixaram de ser livres porque era melhor para eles. Não receberam chicotadas porque gostavam, mas porque resistiam”. [...]. (VALENTE, 2002, p. 36).

1.3 Construindo conceitos: traços fenotípicos, preconceito e discriminação

Relacionadas às descobertas na área da ciência, é muito importante salientar as bases científicas oferecidas aos estudos das sociedades e suas diferentes raças ou etnias, como os campos da antropologia ou etnografia social, psicologia, sociologia, pré-história. As sociedades etnográficas foram:

[...] fundadas na França e na Inglaterra (1839, 1843) para estudar ‘as raças do homem’ é igualmente significativo, como é a multiplicação de investigações sociais através de meios estatísticos e de sociedades estatísticas entre 1830 e 1848. Porém, as ‘instruções gerais aos viajantes’ da Sociedade Etnológica Francesa que os compelia a ‘descobrir o que as memórias dos povos têm preservado de suas origens... o que as revoluções tem significado em seu idioma e costumes, em sua arte, ciência e riqueza, seu poder ou governo, através de causas internas ou de invasão estrangeira’ não passam de um programa, embora profundamente histórico. [...] (HOBSBAWM, 1977, p. 399-400, destaques do autor).

A etnia não pode ser um indicador de preconceito e diferença, principalmente numa sociedade como a brasileira, que tem uma formação heterogênea fazendo com que a sociedade tenha muito enfatizada a diversidade. Para tal, Claude Lévi-Strauss (1952, p. 7) escreveu segundo suas pesquisas: “[...] que nada no estado actual da ciência permite afirmar a superioridade ou inferioridade intelectual de uma raça em relação a outra [...].” E ainda complementa que “[...] os grandes grupos étnicos que compõem a humanidade trouxeram, enquanto tais, contribuições específicas para o patrimônio comum.”

Para os autores Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1998, p. 45, destaque do autor), “Grupo étnico é então ‘simplesmente’ uma categoria descritiva e objetiva, discernível pelo observador externo [...]. A nação pressupõe, por sua vez, uma consciência subjetiva específica de povo.”

A idéia de estudar as políticas públicas para afrodescendentes reportou a mencionar ou, melhor dizendo, conceituar o que é raça:

“[...] do ponto de vista de Weber, a etnia, como a nação, fica do lado da crença do sentimento e da representação coletiva, contrariamente à raça, que fica do lado do parentesco biológico.” [...] (Os autores continuam): [...] em sua acepção contemporânea, o termo ‘raça’ (ou o qualitativo ‘racial’) não mais denota a hereditariedade biossomática, mas a percepção das diferenças físicas, no fato de elas terem uma incidência sobre os estatutos dos grupos e dos indivíduos e das relações sociais. Na sociologia anglo-saxônica, admite-se, de modo explícito ou implícito, que os grupos raciais diferem dos grupos étnicos pelo fato de serem definidos não em termos de diferenças socioculturais, mas a partir de diferenças percebidas no fenótipo. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 41, destaques dos autores).

Sobre o uso do termo raça, os autores Kabengele Munanga e Ilma Lino Gomes (2006) fizeram considerações importantes. Para os pesquisadores, os intelectuais e ativistas pertencentes ao Movimento Negro entendem que seria importante substituir o termo raça por etnia, mas nesse momento, em que as desigualdades econômicas, culturais, políticas e sociais ainda persistem para a maioria da população negra, esse item nem é tão relevante. Mas, “[...] o conceito etnia é mais adequado porque não carrega o sentido biológico, atribuído à raça, o que colabora para superação da idéia de que a humanidade se divide em raças superiores e inferiores.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 176-177). E sobre o assunto, Gomes (2005, p. 50) complementa:

O racismo e a idéia de raça, no sentido biológico, também foram considerados inaceitáveis e, nesse momento, o uso do termo etnia, ganhou força para se referir aos ditos povos diferentes: judeus, índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais, mas, sim, por processos históricos e culturais. Dessa forma, etnia é outro termo ou conceito usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade.

Pensando pelo viés heterogêneo, na perspectiva relacionada à formação sociocultural brasileira, na qual a miscigenação possuiu uma ênfase significativa, é importante fazer uma abordagem étnico-racial, discorrendo um pouco sobre os traços fenotípicos e a comunidade afrodescendente. Sobre a formação fenotípica do Brasil, Thomas Skidmore (1976, p. 55, destaque do autor), em seu livro *Preto no Branco*, escreveu que:

A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficava conhecendo. A reação do observador podia ser também influenciada pela aparente riqueza ou provável status social da pessoa julgada, então, pelas suas roupas e pelos seus amigos. Onde o cínico adágio brasileiro: 'dinheiro branqueia' – se bem que isso na prática, só se aplicasse a mulatos disfarçados. A soma total das características físicas (o fenótipo) era o fator determinante, embora sua aplicação pudesse variar de região para região, conforme a área e o observador.

Partindo dessa premissa, atualmente os estigmas relacionados aos traços fenotípicos não são distintos, por isso chegou-se às seguintes reflexões: Por que analisar a situação vivenciada pelo afrodescendente a partir dos traços fenotípicos? Porque, os traços fenotípicos estão relacionados à cor da pele, do cabelo, à textura dos cabelos e, enfim, os traços genéticos herdados. Esses traços genéticos herdados (cor de pele e textura de cabelo) levam a comunidade negra à segregação, preconceito e discriminação, por que:

A dupla 'cabelo e cor da pele' vem desempenhando um importante papel na construção da identidade negra no Brasil. Compreender como esses dois elementos estão articulados e a maneira como interferem na configuração racial do brasileiro poderá nos trazer dados importantes sobre como o negro vê e é visto pelo outro (GOMES, 2003, p. 137, destaque do autor).

Portanto, é a partir dos traços fenotípicos que se constrói a identidade negra; como ocorria

Na escravidão o tipo de cabelo e a tonalidade da pele serviam de critérios de classificação do escravo e da escrava no interior do sistema escravista, ajudando a sua distribuição nos trabalhos do eito, nos afazeres domésticos no interior da casa-grande e nas atividades de ganho. [...] (GOMES, 2003, p. 13).

A identidade negra é compreendida “[...] como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.” (GOMES, 2005, p. 43).

A autora, ainda, nos trouxe dados muito importantes, resultado da sua pesquisa realizada em salões étnicos que revelaram que: “[...] a herança do racismo biológico ainda continua presente. Ela pode ser vista nos comentários diários feitos por pessoas de diferentes segmentos étnico-raciais e pelo próprio negro sobre a textura de seu cabelo e a cor de sua pele.” (GOMES, 2003, p. 148).

Ao se reportar as questões raciais no contexto contemporâneo, com o intuito de valorização da identidade étnica brasileira a partir da formação histórica social do nosso país, relacionadas também às práticas e hábitos urbanos, elas podem ser indagadas e interpretadas como a alteridade, nos detendo na consciência das diferenças. Maria Lúcia Montes (1996, p. 56) conceituou identidade étnica como: “[...] a identidade de um grupo que se diferencia dos outros por um conjunto de características étnicas e que tem formas de cultura, costumes, valores etc., que lhe são próprios. [...]”

Sobre identidade étnica, Munanga (2002, p. 13) argumenta:

[...] a identidade passa pelo processo de tomada de consciência das diferenças, e cada povo, nesse processo, sempre encontra as diferenças e alguns atributos que ele considera mais significativos, mais importantes que os outros e, a partir desses atributos são tirados da história ou da geografia, ou da situação social, de relação de gêneros ou da religião é que o povo constrói a sua identidade. Temos também a identidade do projeto e essa é a proposta mais política, com os movimentos negros, os movimentos sociais, os movimentos feministas e de tantas outras chamadas minorias que tentam construir uma nova identidade com objetivo de transformar, de mudar a sociedade e, claro, sempre partindo da consciência da identidade de resistência, elas tem proposta de transformação da sociedade que são propostas políticas.

A identidade significa uma visão retificada (não muda, não transforma, de unidade) das pessoas, grupos, sociedades culturais, que são sempre as mesmas, não se transformam, estas são adquiridas e são reconhecidas pelos outros como os

mesmos. As pessoas aprendem um código, que lhes é transmitido pelos seus antecessores e passa a usar esse código. Ainda, a identidade é construída constantemente pelos indivíduos, grupos ou sociedades, conforme o contexto social em que está se relacionando.

A visão retificadora é a que propõe que, por meio de um dado da natureza que é a raça (etnia), algo indique a constância e a permanência de certas características de determinados grupos. É o que permite identificar o indivíduo pelo grupo e o grupo pelo indivíduo. Daí surge os estereótipos, criados no imaginário, de que os índios são indolentes, preguiçosos, os negros são afáveis e os turcos são “pães-duros”.

Na conjuntura internacional, em meados do século XX, vários ativistas no movimento negro estadunidense lutaram pelos direitos civis, contrapondo todas as formas de preconceito e discriminação étnica, muito comum nos Estados Unidos da América durante esse período. Esses ativistas fizeram adeptos no Brasil os quais se inspiraram nessas lutas contra a segregação racial.

Entre estes ativistas cita-se o estadunidense Martin Luther King que na década de 50 e 60, do século XX, foi considerado um dos principais líderes do movimento negro, num momento em que a segregação racial era intensa; os negros estadunidenses não eram aceitos em lugares públicos, existindo assim uma política racial separatista. Este ativista político foi o maior símbolo de luta pelo fim da segregação racial nos Estados Unidos. Tudo começou numa terça-feira, mais precisamente em 10 de dezembro de 1955... (CURY, 2004, p. 71):

[...] Rosa Parks, uma costureira negra, voltando do trabalho, entrou no ônibus, pagou a passagem e, exausta, sentou-se no primeiro banco que encontrou. Acima de sua cabeça havia uma placa: ‘Somente para brancos’.
[...] O ônibus foi parando nos pontos, recolhendo trabalhadores que voltavam de seus empregos. O dia estava frio. Os passageiros brancos iam entrando e o motorista ordenava aos negros que se levantassem e dessem seus lugares a eles. Não me façam repetir a mesma frase de sempre, negros encardidos! – motorista falou. – O lugar é dos brancos. [...] como em quase toda a América, negro não tinha razão. Porém, Rosa não saiu do lugar. Houve um impasse: os brancos, em pé, próximos de Rosa, esperando que ela se levantasse, e a mulher irredutível: - Vou viajar sentada, sou uma senhora de idade, os cavalheiros que viajem em pé. – Ei, senhora – um rapaz negro advertiu. – É melhor fazer o que ele manda, senão... – Vou chamar a polícia! – o motorista vociferou, mas Rosa não obedeceu. – Hoje não, meu filho – Rosa cismou. – Tenha a santa paciência, isso não é justo! – Irado, o motorista encostou o ônibus e chamou um policial. E Rosa foi levada para a cadeia.

Essa passagem, que relata o triste episódio discriminatório decorrido com a costureira Rosa Park, impulsionou Martin Luther King a iniciar o ativismo político em prol do fim da segregação racial estadunidense. Rosa foi liberta após ter sido paga fiança por D. Nixon – presidente do grupo de defesa dos direitos civis dos negros – Associação Nacional para a Emancipação das Pessoas de Cor (CNAACP). O fato, ainda, elucida que a segregação, o *apartheid*, decorreu devido aos traços fenotípicos (cor de pele e textura do cabelo), fatores que delimitam a identidade étnica do negro. Portanto, segue o conceito de identidade étnica, segundo Manuela Carneiro da Cunha (1987). Para a pesquisadora:

A identidade étnica de um grupo indígena é, portanto, exclusivamente função da auto-identificação e da identificação pela sociedade envolvente. Setores desta poderão, portanto, ter interesse, em dadas circunstâncias, em negar essa identidade aos grupos indígenas, conforme já vimos acima, e é importante levar-se em conta este fator. Uma pesquisa mais minuciosa e aprofundada, além de imparcial, na região, permitirá dirimir essas dúvidas. Poderá ter havido, dados os preconceitos regionais contra os ‘caboclos’ ou os ‘bugres’, tendência à ocultação dessa identidade. Mas essa não desapareceu nem da consciência do grupo indígena nem da população regional (CUNHA, 1987, p. 118, destaques da autora).

Segundo Cunha (1987), a identidade étnica baseia-se em critérios usados para decidir, por exemplo, se uma comunidade é ou não indígena. Ela salienta que não há possibilidades alguma de reprodução biológica sem a miscigenação com os grupos com os quais está em contato isso, contraditoriamente, só se daria em grupos em estado de isolamento total. Aqui os fatos ocorridos foram as miscigenações entre os colonizadores portugueses, índios e negros durante o processo histórico. E, ainda mais, “[...] a partir de 1755 e em toda a legislação pombalina, o Estado promove a miscigenação, recomendando casamentos de brancos e índias e até favorecendo-os com regalias.” (CUNHA, 1987, p. 114).

Para o autor Gilberto Dimenstein (1994), todos os fatos contemporâneos, como: preconceitos, discriminações etc., são heranças da violência dos poderosos contra os mais fracos. Esse fato começou com o massacre aos índios e com a entrada do Brasil na rota negra. Ainda, o mesmo autor, transcreveu um relato repugnante e discriminatório, relacionado ao marquês de Maricá, que foi senador e ministro: “Veja como a sociedade é bela. Fez os homens de pele branca para repousar à sombra e os de pele negra para labutar ao sol.” (DIMENSTEIN, 1994, p. 43).

Observem essa frase permeada de preconceito do marquês de Maricá. Então, foram sob essas visões estigmatizadas e preconceituosas, entre classes distintas e contraditórias, que a sociedade brasileira iniciou-se. “[...] a etnicidade continuou sendo um determinante fundamental das identidades dos escravos e uma fonte de diferenças, divisões e conflitos eventuais entre eles.” (ANDREWS, 2007, p. 48).

Um ato de violência subjetiva e preconceito foi o decreto de Repressão a Ociosidade: “[...] em 20 de junho de 1888, pouco mais de um mês após a promulgação da Lei Áurea, que libertou os escravos, o Parlamento assinava o decreto de Repressão a Ociosidade. Esse decreto visava a atacar os ‘vadios’ de rua.” (DIMENSTEIN, 1994, p. 43). Sobre o decreto da Repressão a Ociosidade, o Deputado da Paraíba, Mac Dowell, discursou o seguinte:

‘Votei pela utilidade do projeto, convencido como todos estamos de que hoje mais do que nunca, é preciso reprimir a vadiação, a mendicidade desnecessária, etc. Há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um momento para outro transformar o que está na natureza.... a lei produzirá os desejados efeitos compelindo-se a população ociosa ao trabalho honesto, minorando-se o efeito desastrosos que fatalmente se prevê como consequência da libertação de uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulos para o bem, sem educação, sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre e finalmente será regulada a educação dos menores, que se tornarão instrumentos do trabalho inteligente, cidadãos morigerados,... servindo de exemplo e educação aos outros da mesma classe social.’³ (SILVA, M. R. N., 2004, online).

Sobre o decreto da Repressão a Ociosidade, sobre os vadios, seria conveniente refletir: Quem vivia na ociosidade? E porque viviam na ociosidade? Sarita Amaro (2005, p. 63) argumentou que “[...] a questão social do negro e sua identidade étnica e política estão perpassadas por fatores históricos que remontam à escravidão e reforçam a cor como indicativo de inferioridade e estigma social.”

Para o enfrentamento à questão social do negro, reflexo dos traços fenotípicos, é importante ressaltar a grande relevância apresentada pelas Irmandades religiosas como a de Nossa Senhora do Rosário. Segundo Ivair Augusto Alves dos Santos (2007), essas irmandades foram essenciais frente a mazelas sociais decorrentes da escravidão e subsidiaram os alforriados, mediante caridade e

³ Deputado Mac Dowell sobre o Projeto de Ferreira Vianna sobre a Repressão a Ociosidade-Anais da Câmara 1888.

assistência. Era uma ação messiânica frente à miséria estrutural desencadeada pelo processo exploratório no período pré e pós-escravocrata, devido à ausência de legislação, de indenização por parte dos ex-proprietários ou do Estado. Nessa época,

A assistência social estava exclusivamente nas mãos dessas associações, que ofereciam aos seus membros tratamento de saúde, auxílio financeiro, empréstimos e mesmo pensões para viúvas e seus filhos. Muitas entidades eram formadas por negros muito pobres, que se reuniam regularmente para ouvir música, dançar e conversar (SANTOS, I. A. A., 2007, p. 13).

Conclui-se que esses atos assistencialistas e benemerentes decorreram, naquele contexto, devido ao preconceito étnico que de acordo com Guimarães (2008, p. 48) “[...] é uma antipatia baseada em uma generalização errônea e inflexível. Pode ser sentida ou expressa; dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo pelo fato dele ser parte desse grupo.”

Preconceitos são notórios já no período colonial, principalmente em relação a gênero, assim como escreveu Gilberto Freyre (2005, p. 515, destaque do autor) no clássico *Casa Grande & Senzala* “Já vimos, porém, que Loreto Couto enxergou nas mulheres pretas e pardas do Brasil uma tentação a serviço do aperfeiçoamento das almas; por conseguinte, combustível do ‘infernai incêndio’.” Essa citação acentua, pejorativamente, a vida sexual da negra escravizada na conjuntura histórica, como libertina e leviana sexualmente. E o autor complementa com alguns dizeres do padre Nóbrega: “E da mesma Bahia no meado do século XVI: ‘a gente da terra vive em pecado mortal, e não ha nenhum que deixe de ter muitas negras, das quaes estão cheios de filhos e é grande mal’.” (FREYRE, 2005, p. 516). Porém, sabe-se que:

Introduzidas as mulheres africanas no Brasil dentro dessas condições irregulares de vida sexual, a seu favor não se levantou nunca, como a favor das mulheres índias, a voz poderosa dos padres da Companhia. De modo que por muito tempo as relações entre colonos e mulheres africanas foram as de franca ludibricidade animal. Pura descarga de sentidos. Mas não que fossem as negras que trouxessem da África nos instintos, no sangue, na carne, maior violência sensual que as portuguesas ou as índias (FREYRE, 2005, p. 516).

Assim, é sobre esse emaranhado de crendices e atos pejorativos que se construiu a sociedade brasileira, principalmente para a etnia negra. Levianas,

perversas e portadoras de grande apetite sexual; esse foi o imaginário atribuído às mulheres negras. As únicas qualidades ou atribuições foram: boas amantes, boas parideiras e amas-de-leite. Essas concepções preconceituosas foram alicerces estruturais na formação social e cultural do Brasil. Nessa perspectiva, “A tradição brasileira não admite dúvida: para ama-de-leite não há como a negra.” (FREYRE, 2005, p. 444). E, ainda, complementa que “[...] o autor da *Polyanthea* era grande partidário das morenas. Alegava que além de serem mais sanguinhas, convertem melhor o alimento em sangue e em leite, à maneira da terra, que quanto é mais negra, tanto é mais fértil.” (FREYRE, 2005, p. 444). O senhor Manuel Tomé descreveu em seu testamento que: “[...] ficassem forros vários escravos: um deles Filipa, mulata, mulher de Vicente, ‘por ter dado bastantes crias’. A glorificação do ventre gerador.” (FREYRE, 2005, p. 526).

Mas, ao refletir sobre a palavra *cria*, citada no testamento do senhor de engenho Manuel Tomé, parece que esse estava se referindo a animais domésticos. Vale citar, numa outra passagem, que as amas-de-leite, que muitas vezes davam o alimento vital para os filhos dos nobres patriarcais, acabavam com a vida dos seus próprios filhos logo ao nascerem para não terem o mesmo destino atribuído às mesmas. Pois existia o mito que quando a criança nascia e morria ainda pequena ia para o céu. Então, melhor morrer a ter como destino a escravização pelo branco portador da hegemonia aristocrática agrária. Esse tratamento animal fica explícito na citação que segue:

‘As negras de ordinário’, informa o Manual do fazendeiro ou Tratado domestico sobre as enfermidades dos negros, ‘cortão o cordão muito longe do umbigo e estão de mais a mais no pernicioso costume de lhe porem em cima pimenta, e fomental-o com óleo de rícino ou qualquer outro irritante. Feito isto apertam essas malditas o ventre da creança a ponto quasi de suffocal-a. Este bárbaro costume corta o fio da vida muitas e muitas creanças e contribue para desenvolver no embigo essa inflamação a que no Brasil se dá o nome de mal de sete dias’. [...] Contra práticas dessa natureza é que as senhoras brancas deviam conservar-se atentas, não somente impedindo que as grosseiras das negras subissem às casas-grandes, mas que continuassem a proliferar nas senzalas. Afinal ‘as negras que acabam de parir’, diz Imbert, ‘acabam de aumentar o capital de seu senhor’ [...]. Importava a mortalidade nas senzalas em diminuição séria no capital dos senhores (FREYRE, 2005, p. 445-446).

Nesse período, priorizava-se o contrabando de escravos homens, de preferência em idade produtiva. Segundo Kátia Mattoso (apud MOTT, 1991, p. 19), acreditava-se que “[...] o trabalho da mulher era menos produtivo, pois eram

consideradas mais frágeis e envelheciam mais depressa. Uma escrava com mais de 35 anos, para muitos traficantes, não possuía nenhum valor.” Mas, por outro lado, as mulheres na cultura africana “[...] tinham posição de destaque quando a descendência se estabelecia pelos laços de parentescos maternos e eram responsáveis pela maior parte do trabalho agrícola.” (MOTT, 1991, p. 19).

Conclui-se que a mulher negra, apesar de ter sido considerada frágil, foi o esteio para nossa formação social. A mulher desempenhou diversos papéis sociais, trabalhou na colheita, na ordenha, na mineração, no plantio, nos trabalhos domésticos; tanto na zona rural, quanto urbana. Enfim, os negros pertencentes aos dois sexos (masculino e feminino) eram contrabandeados para laborarem em condições servis; nesse sentido representaram a base econômica do nosso país.

Quanto aos preconceitos, condizentes ao período posterior à abolição, Nina Rodrigues (2004, p. 269) introduziu dizeres bastante significativos,

Hoje, cessada a escravidão, passaram elas á prepotência e ao arbítrio da policia não mais esclarecida do que os antigos senhores e aos reclamos da opinião publica que, pretendendo fazer de espírito forte e culto, revela a toda a mais supina ignorância do fenômeno sociológico.

Era tamanha a desigualdade, a discriminação e a ausência de legislação que amparasse os alforriados, que a idéia dominante do período de que os negros eram mais suscetíveis aos atos criminosos foi disseminada. Partindo dessa premissa, Carlos Antonio Costa Ribeiro (1995, p. 94, destaque do autor) introduziu o seguinte pensamento:

Na literatura do início do século sobre a criminalidade no Brasil, era comum a afirmação de que o crime era determinado biologicamente. O médico e antropólogo baiano Nina Rodrigues (1894) afirmava que as pessoas da raça preta e da mestiça eram mais afeitas ao crime do que as pessoas de raça branca. Não teriam avançado a evolução racial, moral e jurídica dos ‘povos civilizados europeus’. Nina Rodrigues costumava lançar mão de estatísticas para corroborar suas hipóteses sobre as causas do crime, interpretava-as como uma confirmação da propensão biológica dos pretos e mestiços ao crime. O escritor e sociólogo Euclides da Cunha (1936), seguindo Nina Rodrigues, também defendia a idéia de que os pretos e os mestiços tinham uma inclinação fisiológica para o crime, mas advertia que determinadas condições mesológicas também condicionavam a predisposição para o crime.

Partindo das pesquisas do médico baiano Nina Rodrigues e de Euclides da Cunha, os negros eram considerados meros selvagens, segundo a teoria

evolucionista de Morgan (2005). Por meio de estudos craniométricos comparativos, Sá de Oliveira (1895, p. 61 apud RODRIGUES, 2004, p. 34) escreveu que “[...] na estratificação social da Bahia, veio colocar-se nas ínfimas camadas uma onda volumosa de africanos quase todos colhidos nas tribos mais selvagens dos cafres e atirados aos traficantes do litoral.”

Entretanto, neste período, como essa área era dotada de preconceito e discriminação, duas teorias contraditórias, surgiram para estudar as raças ou etnias. Segundo o autor Hobsbawm (1977), um grupo defendia a evolução e a igualdade humana. A outra, imbuía cientistas não preconceituosos e cientistas dotados dessas atitudes. Estes questionamentos introduziram, no Brasil, duas teorias: a antropometria, que estuda as características mensuráveis do corpo humano e analisa quantitativamente as variações dimensionais, e a frenologia, estudo do caráter do indivíduo através da classificação e medida do crânio.

Sobre as teorias da frenologia e da antropometria a pesquisadora Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 48-49), escreveu, em seu livro *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, que esses estudos “[...] passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos.”

Ainda a autora demonstra segundo dados coletados na sua pesquisa que esse modelo determinista se detinha na “[...] observação ‘da natureza biológica do comportamento criminoso’ [...]” Larga também foi a influência desse tipo de pesquisa no campo da doença mental. (SCHWARCZ, 1993, p. 49).

É bom lembrar que tais teorias se difundiram no nosso país, porque o Brasil era adepto às teorias oriundas do exterior; pois além de ser subdesenvolvido, periférico, e semi-industrializado, o Brasil estava em processo de urbanização e:

[...] tais doutrinas eram parte vital da civilização norte-americana tão ardentemente admirada e de maneira tão incondicional – pela maior parte dos intelectuais latino-americanos antes de 1914. Quanto mais os brasileiros tomavam conhecimento das últimas idéias geradas da Europa, tanto mais ouviam falar da inferioridade do negro. (SKIDMORE, 1976, p. 69).

Tinha-se a problemática da subalternidade étnico-racial, principalmente o negro, classificado como inferior. O médico Nina Rodrigues (2004), em sua obra de viés positivista *Os Africanos no Brasil*, apresenta estudos para tentar dar solução à

questão da negritude brasileira, porque era pejorativo um país em desenvolvimento, dividindo todos os dias espaços públicos ou privados com o outro, ser a prova real da maior catástrofe etnocêntrica ocorrida em solo latino-americano.

Na sua obra, pós-abolição, Nina Rodrigues (2004) analisa a auto-imagem, a auto-identificação do brasileiro com suas três matrizes raciais: o elemento nativo (grupos indígenas); o africano (trazidos para trabalhar como escravos) e o português colonizador; observando essa relação como produto do processo de independência e abolição: a negação do colonizador, a necessidade de valorizar o nativo e a supervalorização do negro nos movimentos abolicionistas. O autor acredita que não havia sentimentalismo frente à questão étnico-histórica brasileira, o grande interesse era resolver estas expressões com métodos científicos, tornando-se necessário discutir as consequências da miscigenação para o futuro do país e encontrar corretivos, atribuindo à ciência a capacidade de organizar a sociedade. Era importante pensar em onde acomodar essa população inferior. Houve, inclusive, o interesse de discutir as possibilidades do branqueamento da população através da fusão de brancos e não-brancos. A partir daí, sua proposta foi estudar as seguintes indagações: Quem são? De onde vieram? De quais civilizações? Qual o grau de inferioridade?

Esses estudos, realizados pró-branqueamento, podem ser considerados mais uma vergonha nacional, pois constam no livro teorias que provavam as causas da inferioridade, as possibilidades da evolução do negro, responsabilizando-o pelos problemas nacionais. Por exemplo, quanto à criminalidade sua ocorrência era devida à dificuldade do negro em se adequar às instituições brasileiras, pelas negações decorrentes da condição servil vivenciada por mais de três séculos, portanto seu estágio cultural era defasado, em relação à civilização.

O pesquisador negro e catedrático Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, em seu artigo *De preto a afro-descendente da cor da pele á categoria científica*, escreveu que foi a sociologia de Gilberto Freyre, no início do século XX, que descreveu: “Reações contra essa teoria supostamente científica da raça. [...] Nesta, o negro e o mestiço são categorias antropológicas e não biológicas; categorias essas que definiam seus respectivos lugares na estrutura social.” (GONÇALVES apud BARBOSA; SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 16).

Enfim, o autor Gilberto Freyre (2005), através de sua obra *Casa Grande & Senzala*, inseriu o negro no debate nacional e propagou a idéia que no Brasil existia uma democracia racial.

Para Luciana Jaccoud (2008, p. 59, destaque do autor),

[...] a democracia racial fornece uma nova chave interpretativa distinta para a realidade brasileira: a recusa do determinismo biológico e a valorização do aspecto cultural, reversível em suas diferenças. O progressivo desaparecimento do discurso racista e sua substituição pelo mito da democracia racial permitiram a alteração dos termos do debate sobre a questão racial no Brasil. A idéia de raça foi gradativamente dando lugar, nas ciências sociais, à idéia de cultura, e o ideal do branqueamento foi ultrapassado, em termos de projeto nacional, pela afirmação e valorização do 'povo brasileiro'. O fenômeno da miscigenação teria possibilitado a formação da nação, ultrapassando e fundindo os grupos raciais presentes em sua formação, e dando espaço ao nascimento de uma nação integrada, mesmo que heterogênea.

João Feres Junior e Jonas Zoninsein (2006, p. 27-28), na Introdução do livro *Ações afirmativas: experiências nacionais comparadas*, fizeram uma explanação sobre as pesquisas de Gilberto Freyre, resumidamente, como o grande ideólogo da sociabilidade nacional

[...] ao reverter o sinal de avaliação da mestiçagem de negativo (fonte de degeneração das raças) para positivo (possibilidade de maior adaptação ao meio tropical). O mestiço torna-se então a própria encarnação da harmonia racial, [...] fundando assim a nacionalidade.

Segundo Emilia Viotti da Costa (1985, p. 249), Gilberto Freyre “[...] reafirmou a confiança na capacidade social e intelectual do mulato. Foi no processo de miscigenação que Freyre julgou terem os brasileiros descoberto o caminho para escapar dos problemas raciais que atormentavam os norte-americanos.”

Em contraposição, o autor Clovis Moura (1994, p. 160) defende a ideologia que:

[...] não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica e cultural. Um país que tem na estrutura social vestígios do sistema escravista, com uma concentração fundiária e de rendas das maiores do mundo; governado por oligarquias regionais retrogradadas e brancas; um país no qual a concentração de rendas exclui total ou parcialmente 80% da sua população da possibilidade de usufruir um padrão de vida decente; que tem milhões de menores abandonados, carentes ou criminalizados não pode ser uma democracia racial.

Portanto, segundo os autores, a democracia racial defendida por Gilberto Freyre o Brasil tem a gênese da nacionalidade sob a égide da harmonia e igualdade racial, sendo a miscigenação racial o caminho; idéia que Clóvis Moura (1994) contrapõe sabiamente levando em consideração o império das oligarquias brancas existentes, devido ao resquício do sistema escravagista brasileiro que durou pelo menos três séculos e meio. Portanto, vive-se o mito da democracia racial no Brasil, como relata Emilia V. Costa (1985, p. 253, destaques do autor):

O mito da democracia racial apareceria então como uma tentativa de acomodar as idéias racistas européias – que se tornaram preponderantes na Europa da segunda metade do século XIX – à realidade brasileira. Confrontando as teorias que realçaram a superioridade da população branca e a inferioridade dos mestiços e negros, a elite brasileira – uma minoria de brancos, alguns dos quais não estavam seguros da ‘pureza’ de seu sangue, cercados por uma maioria de mestiços – não descobriu melhor solução do que colocar suas esperanças no processo de ‘branqueamento’. O Brasil superaria seus problemas raciais, sua inferioridade, através da miscigenação. [...].

Para Carlos A. Hasenbalg (1979, p.238):

[...] o ideal do ‘branqueamento’ e o mito da ‘democracia racial’ brasileira são muito claramente os produtos intelectuais das elites dominantes brancas. Estes conceitos destinam-se a socializar a totalidade da população (brancos e negros igualmente), e a evitar áreas de conflito social.

Porém, “[...] poder-se-ia dizer que o preconceito e a discriminação sempre existiram na sociedade brasileira, e que o mito da democracia racial foi uma distorção – deliberada ou involuntária do real padrão das relações raciais no Brasil”. (COSTA, E. V., 1985, p. 252-253). Entretanto, a luta contra o mito da democracia racial na sociedade contemporânea iniciou-se a partir da década de 1970, devido à difusão da memória do maior líder negro brasileiro, o Zumbi dos Palmares. Nesse sentido, o conceito de preconceito racial, distorcido pela popularização do mito da democracia racial, se delimita como:

[...] um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido a qualquer custo, sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formado antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimentos dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos e a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 181-182)

Antonio Sergio A. Guimarães (2008, p.48-49), em seu livro *Preconceito racial: modos, temas e tempos*, define conceitos, segundo Allport (1954), sobre a passagem de atitudes de preconceituosas para ações discriminatórias. Estas são:

- 1- Linguagem insultuosa: pessoas que tem preconceito, expressando tal ação entre amigos, ou mesmo entre estranhos;
- 2- Evitação: quando o preconceito é acirrado, levando as pessoas a evitar pessoas de um grupo indesejado;
- 3- Discriminação: o comportamento preconceituoso procura impedir que um determinado grupo tenha acesso aos bens sociais, culturais, econômicos e políticos;
- 4- Ataque físico: quando o preconceito leva a atos de violência ou quase-violência;
- 5- Extermínio: linchamentos, pogroms, massacres e o programa nazista de genocídio.

Partindo desses conceitos citados acima, sobre ações discriminatórias decorrentes do preconceito racial, na coleta de dados do livro *Entre o Mar e a mata: a memória afro-brasileira: São Sebastião, Ilha Bela e Ubatuba*, os moradores de Ilha Bela seguidores do Sarava “[...] afirmam hoje, vítimas de discriminação religiosa por parte de pentecostais, que chegam a ser ostensivos em seus repúdios, caracterizados por perseguições e por aclamados discursos contra os ‘seguidores do diabo’ [...]” (MERLO, 2005, p. 172-173).

Um exemplo de preconceito, de discriminação construída no imaginário infantil, no cotidiano devido ao senso comum, é citado no livro de Eneida de Almeida dos Reis (2002): *Mulato: negro-não-negro e/ou branco-não-branco*, no qual relata que uma criança estava no portão e viu um negro, voltou para dentro dizendo estar com medo do homem de cor que está lá fora. O pai se dirige até o portão e começou a indagar a filha:

‘Assim como filha? Vamos lá fora.’ Saímos e ele rindo falou: ‘Ah... Você viu aquele senhor negro?!... Ele é negro. Não é de cor. Existe o branco e existe o preto. Ele é negro, né? Por que você tem vergonha de dizer?’ Eu tinha ficado constrangida de dizer ‘ele é negro’. Para dizer a verdade, eu fiquei com medo daquele homem. Afinal, tinha aquela coisa das amigas dizerem: ‘Cuidado com negro, hein! Uma hora ele vem... E te agarra!’ (REIS, 2002, p. 68).

Por outro lado, existe, ainda, outro grande dilema a ser eliminado da sociedade brasileira: as piadinhas e frases preconceituosas e abarrotadas de estereótipos sobre a comunidade negra. Seguem alguns exemplos: “Quando preto

voa? Quando cai da construção.” “Um negro parado é suspeito, correndo, é culpado.” (VALENTE, 2002, p.48-49).

A autora segue explicando que frases discriminatórias geralmente “[...] são ditas em situação de competição, com a intenção clara de ridicularizar e diminuir o negro diante de outras pessoas. Elas refletem uma situação real; e não uma situação imaginária.” (VALENTE, 2002, p. 49).

Devido a esses fatos, a essas construções errôneas e reificadoras sobre os afrodescendentes brasileiros, é preciso repensar se as políticas públicas atuais estão sendo ofertadas para todos, levando ao diálogo sobre a inclusão dos afrodescendentes e outros grupos sociais discriminados, à reflexão, principalmente, nos espaços escolares sabendo que o Brasil é a continuação de Angola, de Guiné-bissau... é África. Pois a legislação brasileira contempla os direitos inafiançáveis sobre racismo. Para tal, serão relatadas algumas leis preconizadas na Constituição de 1988.

Atualmente, racismo é crime, pois a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define crimes resultantes de preconceitos de raça, cor etnia, religião ou precedência nacional e fixa penas de prisão que variam de um a cinco anos para os atos considerados crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional;

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos;

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada;

Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador;

Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau;

Art. 7º Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar;

Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público;

Art. 9º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público;

Art. 10. Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades;

Art. 11. Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos;

Art. 12. Impedir o acesso ou uso de transportes públicos, como aviões, navios barcas, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte concedido;

Art. 13. Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas;

Art. 14. Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social;

Art. 16. Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses;

Art. 18. Os efeitos de que tratam os arts. 16 e 17 desta Lei não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença (BRASIL, 1989, online).

Na relação de emprego, a Lei nº. 9.029, de 13 de abril de 1995, definiu ato discriminatório em seu art. 1º, da seguinte forma: "[...] qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade" (BRASIL, 1995, online).

CAPÍTULO 2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS: PENSANDO A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

2.1 O que é Estado?

Para a complementação desse estudo, a seguir, discorre-se sobre o que é Estado e suas funcionalidades para a sociedade. Segundo pesquisa realizada no dicionário de sociologia, o Estado num sentido amplo significa (JOHNSON, 1997, p. 91):

Da forma definida por MAX WEBER, o Estado é a INSTITUIÇÃO social que mantém monopólio sobre o uso da força. Neste sentido, o Estado é definido por sua autoridade para gerar e aplicar PODER coletivo. Como acontece com todas as instituições sociais, o Estado é organizado em torno de um conjunto de funções sociais, incluindo manter a lei, a ordem e a estabilidade, resolver vários tipos de litígios através do sistema judiciário, encarregar-se da defesa comum e cuidar do bem-estar da população de maneiras que estão além dos meios do indivíduo, tal como conflitos, tal como implementar medidas de saúde pública, prover educação de massa e financiar pesquisa médica dispendiosa. De uma PERSPECTIVA DE CONFLITO, no entanto, o Estado opera também no interesse dos vários grupos dominantes, como as classes econômicas e grupos raciais e étnicos. Estado não é a mesma coisa que governo, embora os termos sejam muitas vezes usados um pelo outro fora da sociologia e da ciência política. O Estado é uma instituição social, o que significa que consiste de uma forma ou plano social de como várias funções devem ser desempenhadas.

Fundamentalmente, o Estado tem por finalidade o bem de toda coletividade, da comunidade ou da sociedade em si. Conclui-se que o Estado está fixado num território, emergindo dele o poder político. Ainda, sobre a definição de Estado, Norberto Bobbio ([s.d.], p. 162, destaque do autor), acrescenta que:

A definição do Estado de Weber pertence à tradição clássica do pensamento político, porque retoma inicialmente (digo 'idealmente' porque nas obras de Weber não se encontra qualquer referencia a Hobbes) a explicação dada por Hobbes para o Estado como produto da renúncia da força individual feita pelos homens do estado natural, como objetivo de deixarem a anarquia e dando vida a uma força coletiva (chamada por Hobbes 'poder comum') que os protege uns dos outros. Em outras palavras, pode-se dizer que para Hobbes existe o Estado quando, em determinada sociedade, uma só pessoa – não importa se física ou jurídica – tem o direito, ou exerce legitimamente o poder de obrigar os indivíduos com a força, ou a ela recorrendo em última instância. Pelo mesmo título se pode dizer que para Hobbes o Estado é o detentor exclusivo do poder de coação.

Então, para Hobbes, o Estado é dotado de poderes; poderes que emanam do autoritarismo sobre seus súditos por meio de medidas coercitivas. O pensamento político de Hobbes se fundamenta na teoria contratualista. Existem

duas matrizes fundamentais: a contratualista e a marxista. A primeira matriz entende que o poder deverá decorrer através do estabelecimento de contrato social; a segunda tem como ideologia a luta de classes sociais, o poder é exercido pela burguesia.

Norberto Bobbio ([s.d.], p. 164), em seu livro *Ensaio escolhidos*, pontua que:

Para Marx, as relações internas de cada Estado são também de pura força, já que ele se baseia no domínio de uma classe sobre outra, que só pode ser mantido pela força. As relações de força internas, embora os defensores do Estado-de-poder tendam a disfarçá-las sob o manto do interesse nacional.

Carlos Nelson Coutinho (1994, p. 18) faz abordagens marxistas interessantes sobre o Estado, as quais comungam com a realização desse estudo:

Criticando a concepção alienada da esfera pública, o jovem Marx – retomando de certo modo a problemática dos contratualistas – mostra que o Estado tem sua gênese nas relações sociais concretas, e não pode assim ser compreendido como uma entidade em si.

Segundo o autor citado acima, em 1844, Marx, nos seus Manuscritos econômico-filosóficos, afirma que o Estado nada mais faz que defender interesses próprios e de uma dada classe social. Então, Marx (apud COUTINHO, 1994, p. 19, destaque do autor).

[...] mostra como a constituição dessa esfera particularista é causa e efeito da divisão da sociedade em classes antagônicas: em proprietários de meios de produção e trabalhadores que possuem apenas sua capacidade de trabalho, isto é, em burgueses e proletários. O Estado deixa então de lhe parecer apenas como a encarnação formal e alienada do suposto interesse universal, passando a ser visto como um organismo que exerce uma função precisa: garantindo a propriedade privada, o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes, (ou seja, conserva a 'sociedade civil') e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não proprietários, sobre os trabalhadores diretos. O Estado, assim, é um Estado de classe: não é a encarnação da Razão universal, mas sim entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses de uma classe particular.

O autor Carlos Nelson Coutinho (1994, p. 20), ainda sob os preceitos marxistas, conclui que “[...] o modo pelo qual o Estado se realiza como Estado de classe consiste precisamente no fato de que ele despolitiza a sociedade, apropriando-se de modo monopolista de todas as decisões atinentes ao que é

comum (ou universal).” Seguindo a mesma linha clássica de pensamento deixado por Karl Marx, far-se-á uma explanação, segundo Louis Althusser. Para o autor,

[...] o Estado é explicitamente concebido como um aparelho representativo. O Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à classe dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista). O Estado é, antes de mais nada o que os clássicos do marxismo chamaram de o aparelho de Estado. (ALTHUSSER, 1985, p. 62, destaque do autor).

Então, para Althusser (1985), o Estado nada mais é que um órgão representativo, comumente chamado pelos marxistas de Aparelho de Estado. Partindo dessa reflexão, o autor autodefine o Estado como possuidor de órgãos que propagam seus ideais, repressivos e ideológicos. Os repressivos são usados através do uso da coerção (violência), tendo como objetivo manter as condições políticas das reproduções das relações de produção; e os ideológicos decorrem na família, na escola, na igreja, no judiciário, nos partidos políticos, nos sindicatos e outros. As ações são a propagação da eficácia política, da hegemonia das classes dominantes, enfim, a legitimação do Estado como protecionista (dotado de ações benevolentes, paternalistas e assistencialistas). E, para o autor, “[...] o Aparelho repressivo do Estado funciona através da violência ao passo que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam através da ideologia.” (ALTHUSSER, 1985, p. 69). Dessa maneira, destaca:

Acreditamos portanto ter boas razões para afirmar que, por trás dos jogos de seu Aparelho Ideológico de Estado político, que ocupava o primeiro plano do palco, a burguesia estabeleceu como seu aparelho de Estado nº 1, e portanto dominante, o aparelho escolar, que, na realidade, substitui o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, em suas funções. Podemos acrescentar: o par Escola–Família substitui o par Igreja–Família (ALTHUSSER, 1985, p. 78).

Conclui-se, sob o prisma do pensamento de Althusser (1985), que o maior aparelho ideológico do Estado, na sociedade contemporânea, é a escola/família. Nesse sentido, o autor argumenta que:

Num segundo momento, podemos constatar que enquanto que o Aparelho (repressivo) do Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio privado. As Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais

etc., etc., são privadas. [...] devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a Escola, as Igrejas 'moldam' por métodos próprios de sanções, exclusões, seleções... não apenas seus funcionários, mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para mencionar apenas ela) etc. (ALTHUSSER, 1985, p. 69-70, destaque do autor).

A partir das concepções sobre as funcionalidades e o poder hegemônico dos Aparelhos Ideológicos do Estado, frente às massas populares, por meio do Estado a classe dominante institui um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite usar do poder, em detrimento à sociedade, fazendo-a subordinar-se às regras, às normas políticas. Para o entendimento da funcionalidade dos Aparelhos Ideológicos de Estado, é extremamente importante conceituar o que é ideologia. Para Marilena Chauí (1990, p. 25-26, destaque da autora),

[...] a ideologia continua sendo aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação das idéias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações; por outro lado, ideologia passa a significar também o conjunto de idéias de uma época, tanto como 'opinião geral' quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores da época.

Contudo, segundo os dados explanados até então sobre o Estado e a ideologia, surge certa indagação: Como originou a sociedade e a política? A autora Marilena Chauí (2002) responde que tal questionamento conduz às idéias de Estado de Natureza e de Estado civil. O conceito de Estado de Natureza tem a função de explicitar a condição pré-social pela qual os indivíduos se encontravam. Para tal, dois significados do Estado de Natureza foram delimitados:

1. A concepção de Hobbes (no século XVII), segundo a qual, em estado de natureza, os indivíduos vivem isolados e em luta permanente, vigorando a guerra de todos contra todos ou 'o homem lobo do homem'. Nesse estado, reina o medo e, principalmente, o grande medo: o da morte violenta. Para se protegerem uns dos outros, os humanos inventaram as armas e cercaram as terras que ocupavam. Essas duas atitudes são inúteis, pois sempre haverá alguém mais forte que vencerá o mais fraco e ocupará as terras cercadas. A vida não tem garantias; a posse não tem reconhecimento e, portanto, não existe; a única lei é a força do mais forte, que pode tudo quanto tenha força para conquistar e conservar.
2. A concepção de Rousseau (no século XVIII), segundo a qual, em estado de natureza, os indivíduos vivem isolados pelas florestas, sobrevivendo com o que a Natureza lhes dá, desconhecendo lutas e comunicando-se pelo gesto, pelo grito e pelo canto, numa língua generosa e benevolente. Esse estado de felicidade original, no qual os humanos existem sob a forma do bom selvagem inocente, termina quando alguém cerca um

terreno e diz: 'É meu'. A divisão entre o meu e o teu, isto é, a propriedade privada, dá origem ao estado de sociedade, que corresponde, agora, ao estado de natureza hobbesiano da guerra de todos contra todos (CHAUÍ, 2002, p. 399, destaque da autora).

Rousseau (2007), em seu livro *A origem da desigualdade entre os homens*, fez uma dura crítica à sociedade moderna. O homem, para esse estudioso, teve que se adequar, aprender a vencer as dificuldades e os obstáculos apresentados pela natureza como: as mudanças climáticas, o intercalar das estações do ano, as formas de alimentar, buscar esse alimento, formando vagarosamente a sociedade.

Na concepção de Locke, os homens, no estado de natureza, detinham o direito natural, eram igualmente livres, não existiam diferenças. Com o tempo '[...] realizam-se trocas materiais entre indivíduos e/ou famílias, e criam-se compromissos que regulam estas atividades. Esta complexificação torna latente as possibilidades de conflito.' (BRANDÃO, A. A. P., 1991, p. 85).

Então, segundo Rousseau (2007, p. 69-70),

[...] destruíram sem retorno a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, de uma astuta usurpação fizeram um direito irrevogável e, para proveito de alguns ambiciosos, sujeitaram para o futuro todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria. Pode-se ver facilmente como o estabelecimento de uma única sociedade tornou indispensável o de todas as outras e como, para fazer frente às forças unidas, foi preciso unir por sua vez. As sociedades, multiplicando-se ou estendendo-se rapidamente, logo cobriram toda a superfície da terra e não mais foi possível encontrar um só canto do universo onde alguém pudesse livrar-se do jugo e subtrair sua cabeça ao gládio muitas vezes mal conduzido que cada homem tem perpetuamente sobre ela.

Quanto à origem do Estado de Natureza, citado por Marilena Chauí na sua obra *Convite à Filosofia* (2002), e por Friedrich Engels ([s.d.]), em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, escreveu sobre os estágios pré-históricos da civilização, segundo os estudos realizados por Morgan. Morgan (2005), em seus estudos, apontou três fases principais: estado selvagem, barbárie e civilização; “[...] das duas primeiras e da transição para a terceira. Subdivide cada uma das duas nas fases inferior, média e superior, de acordo com os progressos na produção dos meios de subsistência.” (ENGELS, [s.d.], p. 29).

Segundo o autor,

1 – Estado Selvagem. 1. Fase Inferior. Infância do gênero humano. Os homens viviam pelo menos parcialmente nas árvores, única forma de explicar sua sobrevivência no meio de grandes feras. Permaneciam em seus locais de origem, nas florestas tropicais e subtropicais. Frutos, nozes e raízes serviam de alimento. O principal progresso do período é a formação da linguagem articulada. Nenhum dos povos de que se tomou conhecimento dentro do período histórico estava ainda nessa fase primitiva. [...] 2. Fase Média. Começa com o aproveitamento dos peixes (incluímos também os crustáceos, moluscos e outros animais aquáticos) na alimentação e com o uso do fogo. Os dois fenômenos são complementares porque o peixe só pode ser perfeitamente aproveitado como alimento por meio do fogo. Com essa nova alimentação os homens tornaram-se independentes do clima e do lugar. [...] Os toscos instrumentos de pedra sem polimento da primitiva Idade da Pedra, conhecidos como paleolíticos, pertencem todos em sua maioria a esse período e são, pelo fato de estarem dispersos por todos os continentes, prova dessas migrações. [...] 3. Fase superior. Começa com a invenção do arco e da flecha, graças aos quais os animais caçados se tornam um alimento regular e a caça uma das ocupações normais e costumeiras. [...] 2. A Barbárie. 1. Fase Inferior. Inicia-se com a introdução da cerâmica. [...] Mas, com a barbárie, chegamos a um estágio em que se impõe a diferença de condições naturais entre os dois continentes. O traço característico da barbárie é a domesticação e criação de animais, além do cultivo de plantas. [...] 2. Fase Média. No leste, começa com a domesticação de animais. No oeste, com o cultivo de plantas alimentícias por meio de irrigação e com o emprego de tijolo cru (secado ao sol) e da pedra nas construções. [...] 3. Fase superior. Tem o início com a fundição do minério de ferro e passa para a fase da civilização com a invenção da escrita e sua utilização em registros literários. [...] (ENGELS, [s.d.], p.30-34).

Para Marilena Chauí (2002, p. 399 e 400),

O Estado de Natureza de Hobbes e o Estado de Sociedade de Rousseau evidenciam uma percepção do social como luta entre fracos e fortes, vigorando a lei da selva ou o poder da força. Para fazer cessar esse estado de vida ameaçador e ameaçado, os humanos decidem passar a sociedade civil, isto é, ao Estado civil, criando o poder político e as leis.

Sobre o assunto Brandão (1991, p. 85) destaca que:

Para garantir e proteger a total efetivação dos princípios do ‘direito natural’ (e, conseqüentemente o enriquecimento e engrandecimento individual), a sociedade é instituída e organizada a partir de regras e normas consensuais criadas pelos e para os indivíduos.

Marilena Chauí (2002, p. 399-400), sobre a passagem do Estado de Natureza para a sociedade civil, cita que:

A passagem do Estado de Natureza a sociedade civil se dá por meio de um contrato social, pelo qual os indivíduos renunciam à liberdade natural e à posse natural de bens, riquezas e armas e concordam em transferir a um terceiro – o soberano – o poder para criar e aplicar as leis, tornando –se autoridade política. O contrato social funda a soberania.

A análise da etimologia da palavra soberania ajudará o entendimento sobre contrato social. Segundo o Dicionário UNESP de Português Contemporâneo de Francisco S. Borba (2004, p. 1295), soberania significa:

1. propriedade que tem um Estado de ser uma ordem suprema que não deve a sua validade a nenhuma ordem superior [...] 2. domínio; posse [...] 3. primazia; superioridade [...] 4. autoridade moral, tida como suprema; poder supremo. [...] 5. direito individual [...] 6. autonomia; liberdade [...].

Assim, conclui-se que, por meio do contrato social, o povo perpassa para um líder seus poderes, posteriormente esse terá autonomia e liberdade para decidir os assuntos ligados à sociedade.

A origem da palavra sociedade vem do latim *societas*, uma "associação amistosa com outros". *Societas* é derivado de *socius*, que significa "companheiro". Segundo o dicionário de sociologia (JOHNSON, 1997, p. 213), a palavra:

Sociedade é um tipo especial de sistema social que, como todos os sistemas sociais, distingue-se por suas características culturais, estruturais e demográficas/ecológicas. Especificamente, é um sistema definido por um território geográfico (que poderá ou não coincidir com as fronteiras de Nações-Estado), dentro do qual uma população compartilha de uma cultura e estilo de vida comuns, em condições de autonomia, independência e auto-suficiência relativas.

Enfim, a sociedade é representada pelo Estado, pelo conjunto de pessoas que vivem nesse espaço geográfico, segundo suas características próprias. Quanto à gênese do Estado, existem interpretações diferenciadas. Sobre a formação do Estado, Norberto Bobbio (1987, p. 73-74, destaques do autor), relata segundo outros historiadores contemporâneos, que:

[...] o nascimento do Estado assinala o início da era moderna, segundo esta mais antiga e mais comum interpretação o nascimento do Estado representa o ponto de passagem da idade primitiva, gradativamente diferenciada em selvagem e bárbara, à idade civil, onde 'civil' está ao mesmo tempo para 'cidadão' e 'civilizado'. (Adam Ferguson) Em toda a tradição jusnaturalista, o estado de natureza que precede ao estado civil é representado indiferentemente como um estado de isolamento puramente hipotético ou como o estado em que teriam vivido os povos primitivos e vivem ainda os selvagens; [...].

Para Vico (apud BOBBIO, 1987, p. 74, destaque do autor):

[...] a primeira forma de Estado no sentido próprio da palavra é precedida

pelo Estado bestial (associal) e pelo estado das famílias, que é um estado social mas não ainda propriamente político, e nasce quando, em seguida a revolta dos 'fâmulos', os chefes de família são obrigados a se unir e a dar vida à primeira forma de Estado, a república aristocrática.

Para a assistente social Maria Helena de Almeida Lima (1982, p. 31), o Estado pode ser considerado como eixo central de estudos da economia política, detentor de pensadores que vão das "[...] análises de Nicolau Maquiavel, desde o começo de 1500. A [...] diferentes pensadores políticos – Tomas Hobbes, John Locke, Emmanuel Kant, Jean Jacques Rousseau, Hegel, entre outros."

As doutrinas sob as diferentes concepções de Estado ficaram ordenadas da seguinte maneira: "[...] Hobbes foi identificado com o Estado absoluto, Locke com a monarquia parlamentar, Montesquieu com o Estado limitado, Rosseau com a democracia, Hegel com a monarquia constitucional e assim por diante." (BOBBIO, 1987, p. 54).

Vale ressaltar a definição de Estado segundo o livro *O Príncipe*, de Maquiavel (2003, p. 29): "Todos os Estados que existem ou já existiram são e foram sempre repúblicas ou principados."

A obra de Maquiavel desempenha um papel relevante para governantes e políticos, seus escritos estavam inseridos na Renascença, durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna. Maquiavel foi defensor do Estado forte, segundo ele os assuntos relacionados à política deveriam ser desempenhados pelo príncipe e não pela Igreja. Portanto, o poder deveria ser emanado do príncipe. Para Nicolau Maquiavel (2003, p. 54),

[...] quem não prepara os alicerces do poder antes de alcançá-lo com valor pode fazê-lo depois, embora isto represente um grande esforço para o arquiteto, e perigo para o edifício. Se se considerar a conduta do duque, ver-se-á que preparou as bases para seu poder futuro [...].

Segundo Jean Jacques Rousseau (2007), um dos idealizadores da Revolução Francesa, a sociedade é imperfeita e corrompida pela propriedade; reflexo da ganância individualista e egoísta dos homens ricos e poderosos, o que preserva a desigualdade social. Para ele, a grande saída seria uma interlocução do Estado dando poderes ao povo, efetivando a cidadania por meio do desejo da maioria, segundo os preceitos democráticos.

De acordo com Raichelis (2005, p. 50),

[...] com o advento da modernidade, entendida como herança do projeto iluminista fundado na razão, a ascensão da sociedade e a elevação das atividades econômicas ao nível público, todas as questões que antes pertenciam à esfera privada (familiar) transformaram-se em interesse coletivo. As categorias público e privado passam a adquirir aplicação técnico-jurídica com o nascimento do Estado moderno e o surgimento de uma esfera separada, a sociedade burguesa.

Ainda, em se tratando de Estado, o mesmo subdivide-se em democrático ou social, ou em liberal ou social.

Assim, para o pesquisador Carnoy, (1994, p.23 apud COUTO, 2006, p. 61) o Estado liberal:

[...] constituiu-se a partir das lutas contra o absolutismo e teve como papel central o de mediador e civilizador, uma vez que foi criado com a tarefa de regular as paixões dos homens, para que, assim o mercado pudesse cumprir sua tarefa e promover o desenvolvimento e o bem estar em geral.

Quanto ao Estado social, Berenice Rojas Couto (2006) o define, como vinculado primeiramente aos movimentos revolucionários europeus no século XIX e no período pós-Segunda Guerra Mundial, tanto na crise de 1929 quanto na fase do capitalismo monopolista.

Outro item importante, o Estado moderno iniciou-se no período referente ao Renascimento, por volta do século XVI e XVII, sob o predomínio hegemônico absolutista monárquico, portanto, as propriedades diziam respeito somente aos reis. Maria Helena de Almeida Lima (1982, p. 31-32) destaca que o Estado moderno:

[...] caracteriza-se pela sua distinção da sociedade civil, embora seja sua expressão. Esse duplo aspecto – distinção e expressão – coloca um ponto fundamental na análise da natureza do Estado, verificando-se que a forma como o Estado se coloca em relação a sociedade civil é um dos elementos básicos na sua conceituação.

No período relacionado à Revolução Industrial, o Estado era caracterizado como absoluto; ao longo do tempo os direitos foram sendo conquistados e consolidados para a classe proletária, através das lutas pelo direito leal, justo e igualitário, transformando-se mediante o processo histórico e o emergir da vida moderna.

Porém, após as Revoluções Industrial e Francesa, o Liberalismo se consolidou derrubando o antigo regime. Isto é, segundo Chauí (2002, p. 402), “[...] o Estado deve respeitar a liberdade econômica dos proprietários privados, deixando

que façam as regras e as normas das atividades econômicas.”

Retrocedendo ao período feudal, somente para melhor compreender as diferentes atitudes estatais, observa-se o dogmatismo, o ceticismo, a doutrina cristã, na qual imperou o Teocentrismo (Deus, considerado a hegemonia central, portanto, a valorização do sobrenatural). Esses dogmas estavam impregnados no subconsciente dos servos e senhores e, também, através do poderio hegemônico católico. Portanto, não necessitavam de um poder estatal, de um governante tão efetivo.

Com as relações mercantis instaladas, a urbanização e a transição do feudalismo para o sistema capitalista, o absolutismo e a política foram sendo engendrados, em favorecimento do novo sistema sócio-econômico e da nova classe emergente, a burguesia.

A partir da consolidação da classe burguesa subjacente, houve o florescimento da economia e da política. Os temas relacionados à liberdade vieram permeados aos direitos civis e políticos, adjuntos ao Liberalismo e às concepções individualistas. Aprofundaram-se, então, as cobranças pelos direitos de liberdade e da propriedade privada.

A esse respeito, Marilena Chauí (2002, p. 410) destaca que:

Para alguns economistas políticos, como Adam Smith, a concorrência (ou lei econômica da oferta e da procura) é responsável pela riqueza social e pela harmonia entre interesse privado e interesse coletivo. Para outros, como David Ricardo, as leis econômicas revelam antagonismos entre os vários interesses dos grupos sociais. Assim, por exemplo, a diferença entre o preço das mercadorias e os salários indica uma oposição de interesses na sociedade, de modo que a concorrência exprime esses conflitos sociais. Em ambos os casos, porém, a economia se realiza como sociedade civil capaz de se auto-regular, sem que o Estado deve interferir na sua liberdade. Donde o liberalismo econômico fundando o liberalismo político.

A autora cita, ainda, que: “Liberalismo político, liberalismo econômico ou economia política e idealismo político hegeliano formam o pano de fundo do pensamento de Marx, voltado para a compreensão do capitalismo e das lutas proletárias.” (CHAUÍ, 2002, p. 412).

Para Weber (1999, p. 56), “Todo Estado se funda na força”. A violência não é evidentemente o único instrumento de que se vale o Estado – não há a respeito qualquer dúvida – mas é seu instrumento específico.

No século XVIII e XIX, o Estado se apresentava organizado politicamente

mediante as expressões teóricas do contexto histórico desse período: o individualismo e o liberalismo negando toda intervenção na vida econômica e social.

A partir da metade do século XIX, o modelo social atravessou uma crise relevante. Até pouco tempo antes, era aceitável uma possível crise, os economistas acreditavam que seriam ondas cíclicas, mas para o revolucionário socialista alemão Karl Marx, (apud, HOBBSAWM, 1995, p. 92) “[...] o ciclo fazia parte de um processo pelo qual o capitalismo gerava o que acabaria por se revelar contradições internas insuperáveis, achavam que elas punham em risco a existência do sistema econômico como tal.”

José Paulo Netto (1996, p. 32, destaque do autor) argumenta sobre a condição do Estado liberal. Para ele, segundo os dogmas liberais, os problemas sociais se convertem em problemas privados, pessoais, “[...] o mecanismo pelo qual o Estado burguês no capitalismo monopolista converte as refrações da ‘questão social’ em problemas sociais.”

Partindo dessa premissa, no liberalismo econômico a classe proletária, por meio de protestos, retrucou contra o que não condizia aos seus ideais, portanto, estava politizada, tomada pela consciência política, não mais se submetia às imposições e aos ideais elitistas burgueses. De acordo com Martinelli (1993, p. 54), “O protesto pelo domínio do capital e a recusa à dominação pela máquina estavam na base dessas primeiras manifestações. Sua grande revolta vinha, porém, instaurando-se concomitantemente ao processo de acumulação primitiva [...].”

A autora cita, também, que:

[...] foram criados alguns Tribunais de Ofício para cuidar de causas trabalhistas, especialmente daquelas envolvendo menores. Em 1870, como resultado de uma prolongada luta, os trabalhadores ingleses conseguiram que o Estado assumisse a educação básica elementar. (MARTINELLI, 1993, p. 59).

Ainda, falando sobre o Estado e suas concepções, Maria Helena de Almeida Lima (1982) afirma que podem ser consideradas três vertentes fundamentais: Estado de Bem Estar, Estado Instrumento e Estado Ampliado. A seguir, cada uma destas vertentes será explanada.

O objetivo do Estado de Bem Estar é garantir os direitos sociais, a equidade e a justiça social para todos. Maria Tereza G. de Menezes (1993, p. 23) complementa que o “[...] Estado-de-Bem-Estar-Social (*Welfare State*) é um espaço

da luta de classes, os resultados obtidos na sua implantação nutrem o capital, mas incidem sobre as demandas do trabalho.”

Sobre o tema, Maria Helena de Almeida Lima (1982, p. 32, destaque da autora) pontua que:

Nessa perspectiva, a liberdade é vista como bem maior que não pode ser afetado nem mesmo por nenhuma melhoria na igualdade. Assim, o Estado não deve intervir – ou intervir o mínimo possível – na vida econômica, concebendo-se o mercado como mecanismo automático e regulador da sociedade que, na sua lógica, concede a cada um o que é devido: aos mais fortes, os lucros e os benefícios e, aos mais fracos, o que lhes é possível conquistar, o que, para uma grande maioria, significa exclusão de bens e serviços. A igualdade estaria na pretensa existência de ‘oportunidades iguais’ para todos os indivíduos, enquanto seres livres.

O keynesianismo ou Estado de Bem Estar Social, teve sua gênese após a Grande Depressão, em 1929, com medidas que detinham políticas anticíclicas. Essas políticas permitiam a distribuição econômica, por meio das políticas sociais, com a economia direcionada para o bem-estar social.

De acordo com Przeworski (1989, p. 247),

O compromisso Keynesiano, portanto, estabeleceu para o governo mais do que um papel ativo na administração macroeconômica. Como fornecedor de serviços sociais. Os governos desenvolviam programas de mão de obra, políticas de assistência familiar, projetos habitacionais, sistemas de auxílio financeiro, programas de saúde etc. Procuravam regular a força de trabalho combinando incentivos e restrições à participação no mercado de trabalho, alterar os padrões de disparidades raciais e regionais. A consequência desse tipo de medidas é que as relações sociais passam a ser medidas por instituições políticas democráticas, em vez de permanecerem dependentes da esfera privada.

Para Keynes (apud, BEHRING, 2000, p. 26) o Estado tinha franca legitimidade para intervir através da demanda efetiva que objetivasse bens e serviços, havendo possibilidade de pagamentos, agindo concomitantemente junto desta população, por meio de:

[...] medidas econômicas e sociais, tendo em vista gerar demanda efetiva, ou seja, disponibilizar meios de pagamento e dar garantias ao investimento, inclusive contraindo déficit público, tendo em vista controlar as flutuações da economia. Nessa intervenção global, cabe também o incremento das políticas sociais.

O Estado Social, como *Welfare State* ou Estado do Bem Estar Social, é formado por agrupamentos políticos sob o poderio de um soberano ou governante,

podendo assumir as mais variadas características. Isto é observado, mediante as capacidades organizativas de ordem societária, interpretações e efetivação de normas jurídicas, em busca da equidade ou da democracia. Nessa perspectiva, Chauí (1989), ao se referir à democracia, a distingue em três campos preponderantes: sociológica, filosófica e histórica.

Na segunda vertente, a concepção marxista do Estado Instrumento é visualizada como o Estado à mercê dos interesses da classe dominante. Nessa vertente, o Estado é:

[...] reduzido a um bloco monolítico que assume os interesses imediatos e mediatos da classe dominante, não sendo permeado pelas contradições e lutas de classes que estão na sociedade. O Estado é visto apenas numa relação de domínio enquanto violência de classe, colocando-se como poder organizado de uma classe ou pacto de classe sobre a outra. É uma máquina de repressão. (LIMA, M. H. A., 1982, p. 35).

O que é Estado, segundo a concepção marxista? O Estado, segundo a análise do pensador Karl Marx, (apud, CHAUÍ, 2002, p. 411) é:

[...] a expressão política da luta econômico-social das classes, amortecida pelo aparato da ordem (jurídica) e da força pública (policial e militar). Não é, mas aparece como um poder público distante e separado da sociedade civil. Não por acaso, o liberalismo define o Estado como garantidor do direito de propriedade privada e, não por acaso, reduz a cidadania aos direitos dos proprietários privados (a ampliação da cidadania foi fruto de lutas populares contra as idéias e práticas liberais)

Para Morgana Gomes (2002, p. 29), “[...] Marx ressaltava com toda clareza que o homem sempre viveu em uma sociedade que o superava: ‘O indivíduo é o ser social. O homem, isto é, o mundo do homem: Estado, sociedade’.”

Sob a vertente a marxista, o Estado Instrumento:

[...] não teria nenhuma autonomia em relação à classe dominante, estando estritamente vinculado a seus interesses imediatos e mediatos. A direção da sociedade seria da classe que detém o domínio da vida econômica; a classe dominante seria a classe que governa. As políticas estatais seriam uma expressão monolítica e exclusiva dos interesses dessa classe dominante. O Estado seria um espaço inteiramente a serviço da burguesia, sendo impossível aí desenvolver qualquer trabalho a favor da classe dominada. O aparato estatal, enquanto aparelho de dominação, seria o lugar em que governantes, burocratas e técnicos estariam desenvolvendo o projeto de domínio da classe burguesa (LIMA, M. H. A., 1982, p. 35-36).

O Estado é o instrumento no qual uma classe domina e explora outra

classe. O Estado seria necessário para proteger a propriedade e disporia de qualquer política de interesse da burguesia. Nessa égide, seria o aparato para a classe burguesa.

Entretanto, para analisar a terceira vertente do Estado Ampliado, segundo a concepção marxista, é interessante, primeiramente, buscar a etimologia da palavra ampliado. No dicionário UNESP do Português Contemporâneo (BORBA, 2004, p. 66) ampliado, significa: “[...] 1. aumentado; expandido [...] reproduzido em tamanho maior. ”

Partindo do conceito da palavra ampliado, ou ainda, aumentado, Carlos Nelson Coutinho (apud SIMIONATTO, 2004, p. 64, destaques do autor) expressa que:

[...] a concepção marxista de Estado será tanto mais ‘ampla’ quanto maior for o número de determinações do fenômeno estatal por ela mediatizados/sintetizados na construção do conceito de Estado; e que vice-versa, será ‘restrita’ uma formulação que (consciente ou inconscientemente) se concentra no exame de apenas uma ou relativamente poucas determinações do fenômeno político-estatal.

Simionatto (2004, p. 65) salienta que, no pensamento marxista, a questão do Estado é realizada “[...] a partir de uma análise do Estado moderno, ou seja, da configuração ganharam as relações políticas no período pós-Revolução Francesa, que se caracterizaram pelas reduzidas possibilidades de participação política do proletariado nascente.”

Antonio Gramsci foi quem mais estudou e deixou pensamentos relativamente importantes para a explicitação do conceito de Estado ampliado. Przeworski (1989, p. 162, destaques do autor) afirma que “[...] Gramsci é o teórico marxista das ‘superestruturas’, da ‘dominação cultural’, da ‘hegemonia ideológica’. [...]” Sendo esse autor considerado um dos representantes mais significativos da interpretação do Estado ampliado. Ainda sobre Gramsci, Maria Helena de Almeida Lima (1982, p. 37, destaques do autor) destaca que ele:

[...] supera o entendimento comum de Estado identificado simplesmente como governo ou como aparelho coercitivo. A sua tese configura o Estado como ‘hegemonia revestida da coerção’, o que bem expressa no seguinte enunciado: ‘Estado = sociedade política + sociedade civil’. É a concepção ampliada de Estado, visto não mais apenas na sua natureza coercitiva de aparelho de repressão, mas também na sua dimensão educativa. É a perspectiva de que o Estado, por exigência da própria sociedade, passa a assumir também – além das suas atribuições tradicionais – funções

culturais, políticas e econômicas. O Estado é visto 'como todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e matem o domínio, mas chega a obter o consenso dos governos'. Nesse sentido, a ação estatal não está restrita aos aparelhos de coerção, aos aparelhos que tradicionalmente o Estado atua, mas também se efetiva nos chamados aparelhos privados da sociedade, nos aparelhos de hegemonia. O Estado atua na dialética consenso/força, desenvolvendo um trabalho ideológico de legitimação.

Ivete Simionatto (2004, p. 65) argumentou que Gramsci, fiel seguidor e adepto das ideologias marxistas tendo como ponto de partida o Manifesto do Partido Comunista, definiu que: “[...] o Estado não é algo impermeável às lutas de classe, mas é atravessado por elas.”

Com a crise do Estado Liberal e o engendramento do capitalismo, com a formação da sociedade em classes distintas e contraditórias, “[...] o Estado se ampliou e os problemas relativos ao poder se complexificaram na trama da sociedade, fazendo emergir uma nova esfera social que é a ‘sociedade civil’.” (SIMIONATTO, 2004, p. 66, destaque do autor).

Marilena Chauí (2002, p. 410-411) relaciona estes pensamentos ao conceituar Sociedade Civil como:

[...] o processo de constituição e reposição das condições materiais da produção econômica pelas quais são engendradas as classes sociais: os proprietários privados dos meios de produção e os trabalhadores ou não-proprietários, que vendem sua força de trabalho como mercadoria submetida à lei da oferta e da procura no mercado de mão-de-obra. Essas classes sociais são antagônicas e seus conflitos revelam uma contradição profunda entre os interesses irreconciliáveis de cada uma delas, isto é, a sociedade civil se realiza como luta de classes.

Ivete Simionatto (2004, p. 69) conclui que “[...] a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado de instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam.”

Para Gramsci, o Estado é dividido em: sociedade política e sociedade civil. Na sociedade política, “[...] o exercício do poder ocorre sempre através de uma ditadura, ou seja, de uma dominação mediante coerção, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre através da direção política e do consenso.” (SIMIONATTO, 2004, p. 70).

Gramsci acreditava que a mudança aconteceria de forma gradual e com a organização da sociedade civil, através da propagação ideológica, trabalho que deve

ser feito a partir da transformação da ideologia das massas. Partindo dessa premissa, “O Estado pode assegurar a ordem pela força, mas pode também recorrer aos aparelhos da sociedade civil para obter o consenso acerca de seus atos.” (SIMIONATTO, 2004, p. 71).

Enfim, o princípio inspirador da teoria gramsciana foi que:

Se Marx preocupou-se em apontar o caráter de classe do Estado, Gramsci buscou desvendar as mediações que esclarecem essa dominação. É a partir desse pólo de referências que se iluminam as relações sociais, que se redimensionam as relações entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos [...]. (SIMIONATTO, 2004, p. 72).

O autor continua, relatando que “[...] o marxismo é uma teoria que toma como ponto de partida para a compreensão da história as relações sociais objetivas, ou seja, relações que são, nas palavras de Marx, indispensáveis e independentes da vontade de qualquer pessoa.” (PRZEWORSKI, 1989, p. 114).

Quanto à gênese da esfera pública, na qual decorrem as relações sociais entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, para Habermas, segundo os estudos da pesquisadora Raquel Raichelis (2005, p. 48), ela aconteceu ao:

[...] final do século XVIII, a partir do desenvolvimento histórico da cultura material burguesa. A partir da progressiva emancipação do intercâmbio econômico entre os homens em relação ao controle estatal, vai se abrindo um espaço social aglutinador dos interesses comuns ou públicos dos sujeitos privados, que regula suas relações com o mercado e com o poder político. [ressalva ainda] [...] igualdade e liberdade eram conceitos essencialmente políticos, pois só na polis o homem poderia ser livre, e a liberdade era a essência da cidadania. Tal modelo de esfera pública e privada desenvolveu-se desde esse período, atravessou o Renascimento, a Idade Média, [...] até os nossos dias. (RAICHELIS, 2005, p. 48).

Hannah Arendt (2001, p. 33), em seu livro *A condição Humana* explicita que com o surgimento da cidade-estado

[...] o homem recebera, ‘além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu bios politikos. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (idion) e o que é comum (Koinon)’.

O Estado, portanto, deve ser analisado como estrutura fundamental para a política, sendo estruturado mediante os políticos e seus respectivos ideais, uns aspirando poder e outros apenas gozar do sentimento de prestígio. Na visualização

de Weber (1999, p. 56) “Por política, entenderemos, conseqüentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado.”

O poder Estatal contemporâneo também foi marcado por disputas econômicas, sociais e políticas. Nesse sentido, foram vários os acontecimentos marcantes, como a Guerra Fria, na década de 40, que teve à divisão entre pró-comunistas e anticomunistas; na década de 60 enfatizou-se a Era de Ouro, período esse marcado pelas industrializações que foram demandadas pelo terceiro mundo; em 70 ocorreu, como expressividade, a segunda Guerra Fria, evidenciando-se o cartel do petróleo.

Com as grandes inovações tecnológicas, a linha de produção foi se conotando de forma diferenciada ou globalizada:

Paravam nas extraterritoriais ‘zonas francas’ ou fábricas offshore, que agora começavam a espalhar-se, esmagadoramente pelos países pobres com mão-de-obra barata e, sobretudo, feminina e jovem, outro novo artifício para escapar ao controle de um só Estado. Assim, uma das primeiras, Manaus no interior da floresta amazônica, fabricava artigos têxteis, brinquedos, produtos de papel, eletrônicos e relógios digitais para empresas americanas, holandesas e japonesas (HOBSEAWM, 1995, p. 275, destaque do autor).

A globalização, palavra tão popularizada no século passado, segundo Brant (2005, p. 57), significa:

[...] um fenômeno que atinge grande parte da humanidade contemporânea e seu amplo efeito nos faz perceber que ela se esconde em diferentes momentos de nossa existência. Une coisas e pessoas originalmente distante por elementos materiais e simbólicos e exige uma postura firme da sociedade e dos governos, por meio de políticas, para saber enfrentar, com consciência da profundidade dos efeitos, as conseqüências mais viscerais deste momento. Dizemos boa parte, mas não a maior parte, pois a globalização ainda não superou algumas barreiras sociais e seu funcionamento está centrado em uma parcela da população que interessa a lógica do capitalismo. [...].

Em decorrência da política econômica globalizada, na década de 70, do século XX, começou a ser visível a divisão de renda entre países centrais e periféricos. Os periféricos passaram a ser considerados quintal dos países de primeiro mundo, sendo explorados, acentuando as desigualdades econômicas. Para Milton Santos (2000a, p. 81), “[...] Com a globalização, tudo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados

em empresas nesta fase da história.”

Octavio Ianni (1995, p.108-109) segue explicando que no mundo globalizado os princípios de igualdade, liberdade e propriedade operam em termos econômicos; a cidadania vigente é a da mercadoria. Neste processo:

As trocas, o intercâmbio de mercadorias, compreendendo as moedas nacionais, realizam-se sob o signo de uma moeda global, abstrata, imaginária, não localizada, desterritorializada. A mercadoria alcançou a cidadania mundial muito antes do que o indivíduo. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento); e o Convênio Geral de Tarifas e Comércio (GATT), bem como as empresas transnacionais e as agências multilaterais são o garante da mercadoria nos quatro cantos do mundo. Uma cidadania cuja essência está expressa na moeda global, o dólar, e cujo idioma é o inglês, a vulgata de todo o mundo. A cidadania do cidadão do mundo está apenas em esboço, pensada, prometida, imaginada.

Ainda, o autor referencia que esse processo global veio associado a um universo moderno, mudando referências, conceitos, idéias, coisas e gentes, refletindo em novos quadros sociais, impregnando novos significados. E continua,

Esse é o clima pós-modernidade: a história substituída pelo efêmero, pela imagem do instante, pelo lugar fugidio. Tudo se dissolve no momento presente, imediatamente na outra imagem, colagem, bricolagem, montagem, mensagem. Assim deteriora o passado remoto e imediato. Não se interrompem as seqüências nem as descontinuidades, apenas apagam-se do horizonte, deixam de ser esgarçadas, anuladas. Privilegia-se o dado imediato, evidente, cotidiano, inesperado, prosaico, surpreendente, fugaz. A violência urbana e a guerra, da mesma forma que o show da televisão, o futebol, o shopping center, ou a Disneylândia são imagens espetaculares do espetáculo cotidiano sucedâneo da experiência da vida das tensões dos movimentos da história. (IANNI, 1998, p. 169-170).

É nesta metamorfose pós-contemporânea que será importante fazer uma reiteração de como o negro e a população pobre vêm recebendo estas mudanças. Nossa preocupação perpassa, principalmente, para o número de televisores pertencentes às pessoas de baixa renda, que ficam a mercê da indústria cultural, que aliena e domina ideologicamente, através dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Infelizmente, nossa sociedade, absorve ideologicamente todo o discurso perpassado pela indústria cultural de massa, “[...] baseada na idéia e na prática do consumo de ‘produtos culturais’ fabricados em série. As obras de arte são mercadorias, como tudo o que existe no capitalismo.” (CHAUÍ, 2002, p. 329, destaque do autor).

Pois, a questão social na década de 80, tornou-se ainda mais acentuada e

complexa, “[...] o liberalismo retorna a cena política [...] – transformando, agora no paradigma neoliberal.” (BRANDÃO, 1991, p. 92). Nessa década, aconteceu a entrada das altas tecnologias, das automações, da robótica e das grandes mudanças nas organizações das fábricas, a substituição do fordismo e do taylorismo pelo toyotismo japonês. Essas transformações, na América Latina, vieram acompanhadas da política neoliberal, e pode-se “[...] identificar uma virada continental para o neoliberalismo no final dos anos 80, mediada pelas características políticas e econômicas da região: o forte autoritarismo e a pobreza.” (BEHRING, 2000, p. 29).

Ainda sobre as transformações, Antunes (2002, p. 210-211) explicita que:

Essas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais, étnicas etc., dos diversos países onde são vivenciados, penetram fundo no operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses no trabalho. A crise atinge ainda fortemente o universo da consciência, da subjetividade dos trabalhadores, das suas formas de representação, das quais os sindicatos são expressão.

O Estado capitalista é signatário da lógica neoliberal e esta é a oposição ao que congratula o Estado de Bem Estar Social, segundo Perry Anderson (1995, p. 10), pois as prerrogativas deste novo modelo econômico eram “[...] combater o Keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.”

Para os neoliberais, “[...] o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política.” (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 1996, p. 195). Sobre os principais aspectos do neoliberalismo, Perry Anderson (1995, p. 11, destaque do autor) escreveu que o:

[...] remédio era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção de gastos com bem-estar, e a restauração da ‘taxa’ natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.

Com a intensificação do capitalismo contemporâneo, o desemprego, na década de 90, do século XX, passou a fazer parte dos debates políticos e, portanto, foi tema de muitas discussões que buscavam solucionar seus reflexos. O desemprego foi desencadeado pela crise estrutural do capital, que necessitou reorganizar os processos relacionados à produção e à reprodução da força de trabalho. Nesse período, “[...] efetivou-se uma significativa superproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc.” (ANTUNES, 2002, p. 209).

Ainda em atenção à proposta desse estudo, serão explanados alguns itens sobre a gênese e o desenvolvimento do Estado Nacional brasileiro. Sobre ele, Albuquerque Júnior (2007, p. 42-43) escreve que:

O Estado Nacional surgiu, portanto, no Brasil, como um instrumento de manutenção da mesma estrutura econômica e social que vinha do período colonial, reforçando as mesmas hierarquias sociais, defendendo a manutenção da escravidão, da mesma estrutura fundiária, mantendo, inclusive, o mesmo estatuto colonial quando se tratava das relações econômicas entre nosso país e os países hegemônicos na economia internacional. Para conseguir o reconhecimento internacional da independência, uma das primeiras medidas tomadas pelo Estado brasileiro foi assumir, junto aos bancos ingleses, uma boa parte da dívida que Portugal tinha com aquele país. Surgimos, portanto, contraditoriamente, como um Estado independente que, para seu reconhecimento, já aliena de saída sua independência econômica.

O Estado brasileiro emerge independente e dependente, ao mesmo tempo, ao assumir uma parte significativa da dívida portuguesa com a grande potência do período, a Inglaterra.

Com o passar dos anos no Brasil ocorreram muitas crises, entre elas destaca-se a transição da economia escravocrata, centralizada nas grandes monoculturas agrárias, para o capitalismo industrial.

Em nível mundial, uma das maiores catástrofes financeiras, decorrentes do liberalismo, foi a crise econômica desencadeada a partir de 1929 devido a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Esse fato trouxe reflexos como a crise do capitalismo liberal e da democracia liberal. A Grande Depressão, em decorrência da Bolsa de Valores de Nova Iorque, chegou aos países semi-industrializados, que viviam sob a condição camponesa. Na América Latina, especificamente “[...] o Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços

queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor.” (HOBBSAWM, 1995, p. 97).

Para Barcelos (1983 apud MEDEIROS, 2001, p. 9), somente

[...] após a passagem da economia agro-exportadora para a economia urbano-industrial na década de 1930 é que o país passou a assistir as primeiras mudanças institucionais no Estado que visavam fornecer condições necessárias para o desenvolvimento da indústria.

Entretanto, no período anterior (final do século XIX e começo do XX), mais conhecido como tenentismo, especificamente nos primeiros anos da República, o poderio político estava centralizado nos grandes latifundiários, período popularmente difundido como coronelismo. Nas palavras de Weffort (2003, p. 27, destaques do autor),

O ‘coronelismo’ é uma forma de relação de dominação que, como diz Victor Nunes Leal, ‘atua no reduzido cenário do governo local: seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais’. Por consequência, o isolamento social da localidade semi-urbana, acompanhado da rarefação do poder público, é fator importante na formação e manutenção do ‘coronelismo’ [...].

Com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas à presidência da República, o coronelismo desmoronou dando lugar ao governo populista do então presidente. E, para Weffort (2003, p. 69-70),

[...] o populismo foi um fenômeno político que assumiu diversas facetas freqüentemente contraditórias. Assim, às vezes é difícil para quem tenha vivido, de um modo ou de outro, os problemas políticos dessa etapa histórica, de toda a sua diversidade.

Ao Estado ficou reservado o importante papel de articulador dos interesses sociais em jogo, de promotor do desenvolvimento industrial e de legitimador da justiça social.

O período, a partir de 1937, foi marcado pelos reflexos da Revolução de 1930, e trouxe a decadência do poder oligárquico. Segundo os autores Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho, implanta-se o Estado Novo, a Constituição de 1934, a política industrialista e o capitalismo monopolista. Segundo os autores mencionados,

O Estado busca de diversas formas incentivar as indústrias básicas – tornando-se em última instância produtor direto através de empresas estatais e de economia mista – que viabilizem a expansão do setor industrial, organizando o mercado de trabalho, assim como a partir das políticas financeira e cambial, apoiar a capitalização e acumulação deste setor. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 235).

A década de 40, do século XX, foi marcada pela ascensão do Estado de Bem Estar Social, ou Keynesianismo, e o modelo de produção fordista. Em relação ao Estado de Bem Estar Social, Keynes, “[...] defendeu a intervenção estatal com vistas a reativar a produção. Ele se referia a uma maior intervenção do Estado na economia [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 83).

Contraditório ao decorrido em outros países, o Estado nos países periféricos e, especificamente, o brasileiro,

[...] não criou condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, nem estendeu direitos de cidadania ao conjunto da classe trabalhadora, excluindo imensas parcelas da população do acesso mínimo às condições de sobrevivência. (RAICHAELIS, 2005, p. 69).

Fiori, citado por Raichelis (2005, p. 69), argumenta que:

Nesse sentido, ao invés do Estado de bem-estar social, o que temos é uma combinação permanente e alterada de paternalismo e repressão. O que, se bem não impede que toda a população tenda a estar imersa no mercado capitalista, o faça como consumidora marginal dos seus produtos materiais e culturais, incluída aí a aspiração ao bem estar e ao conforto, próprios de um capitalismo desenvolvido. Mas nunca na condição de população trabalhadora, com todas as suas implicações socioeconômicas, nem na condição de cidadã, com todas as suas implicações político-ideológicas.

O *Welfare State* no Brasil não teve a expressividade conquistada pela classe proletária europeia, pois o tradicional, o moderno e o agrário marcaram a economia e a política brasileira. Assim, “No Brasil, o *Welfare State* surge a partir de decisões autárquicas e com caráter predominantemente político: regular aspectos relativos à organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia.” (MEDEIROS, 2001, p. 8).

Nesse sentido, Weffort (2003, p. 75) argumenta sobre:

[...] uma política de incorporação das massas populares e que será depois uma das tônicas de seu governo, que ‘se nosso protecionismo (refere-se ao protecionismo por parte do Estado) favorece aos setores industriais em favor da fortuna particular, impõe-se também o dever de ajudar o proletário

com medidas que lhes assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem na enfermidade como na velhice', 'o pouco que temos em matéria de legislação social não é aplicado ou só é aplicado em mínima parte de modo esporádico'.

O Estado Novo no final da década de 30 do século XX, foi decretado devido à entrada da ideologia comunista no Brasil, através de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, ambos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embasados nas teorias marxistas da Revolução Comunista, fazendo a crítica às desigualdades sociais e à entrada dos capitais estrangeiros através das empresas multinacionais e do Estado liberal Varguista.

Entre 1945 e 1950, aconteceu o governo de Eurico Gaspar Dutra, período conhecido por nacionalismo, em que se iniciou o processo de redemocratização. Dessa maneira, "[...] terminada a ditadura, acaba também o monopólio exercido por Vargas sobre a manipulação da opinião popular [...]." (WEFFORT, 2003, p. 84).

Em 1956, Juscelino Kubitschek assume a presidência da república, sendo que o seu "[...] ideário político [...] baseava-se na manutenção da ordem legal, na consolidação do regime democrático, no alinhamento com o denominado 'mundo livre', na inevitabilidade do auxílio estrangeiro ao Brasil e no desenvolvimentismo [...]." (VIEIRA, 1995, p. 73, destaque do autor). O desenvolvimentismo foi um plano fundamental para que ideologia voltada para a industrialização e a modernidade fosse difundida no governo Juscelino Kubitschek.

Jânio Quadros tomou posse como presidente da república em 1961, vindo a renunciar o cargo poucos meses depois. As ações do seu governo "[...] se centralizavam em alguns temas, como a moralização e a austeridade da vida pública; o aperfeiçoamento da democracia; e o desenvolvimento econômico de forma mais equilibrada. [...]" (VIEIRA, 1995, p. 133).

Sobre o governo Jânio Quadros, o autor continua a comentar suas ações:

Na verdade, a administração janista procurava distanciar-se do governo anterior e de certos políticos, até mesmo vinculados a ela. [...] Jânio fustigava Juscelino, apesar de lhe poupar a imagem perante o público. Nesse sentido, responsabilizava seu antecessor pelo déficit compreendido entre 200 e 240 bilhões de cruzeiros [...]. Jânio Quadros [...] demonstrava a necessidade de alargar as relações com os países afro-asiáticos e com países comunistas. Em defesa do princípio da autodeterminação dos povos, opunha-se a qualquer ataque ao regime comunista de Cuba. (VIEIRA, 1995, p. 135-136, 138).

Após a renúncia de Jânio Quadros, o poder é passado ao vice-presidente João Goulart (1961-1964), que “[...] iniciou o sistema parlamentar de governo, anunciando que agiria de acordo com o Primeiro-Ministro, e que criaria um Ministério de coalizão [...]” (VIEIRA, 1995, p. 145).

João Goulart, segundo Vieira (1995, p. 146, destaque do autor),

Ao assumir o governo federal, já apresentara boa parte do seu ideário, cujos aspectos econômicos giravam em torno do desenvolvimentismo, da emancipação econômica, da planificação, do aumento das exportações e especialmente da valorização da agricultura. A respeito da política externa, defendia a autodeterminação dos povos, criticando a utilização de fabulosas somas na produção e na manutenção de armamentos, em vez de se dirigirem à Saúde, à Educação e ao Bem-Estar. O Presidente da República, recém-empossado, acreditava no ‘alto nível de educação política do povo brasileiro’, beneficiando assim a harmonia nacional e permitindo ‘imediatas conquistas na marcha do desenvolvimento econômico do País e principalmente no campo da justiça social’.

Jango é empossado ao governo, sob o temor de sua vocação esquerdista, pois esse presidente vislumbrava de maneira distinta a justiça e igualdade social. Esse fato fez com que fosse adotado o regime parlamentarista. Segundo Weffort (2003, p. 86),

O sistema parlamentarista de governo se manteve até 6 de janeiro de 1963, quando o plebiscito trouxe de volta o Presidencialismo. [...] Nos últimos anos que antecederam o golpe militar de 1964, ainda no governo João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

No governo de João Goulart,

[...] começam a surgir formas de ação popular que vão, em alguns casos, muito além dos esquemas tradicionais. As frequentes greves de trabalhadores, a crescente importância dos grupos nacionalistas, a mobilização de opinião pública em torno da temática das reformas de estrutura (em particular a reforma agrária), a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo, a mobilização dos camponeses para a organização social ou para as ‘ligas camponesas’ [...] são alguns dos fatos que anunciavam a emergência de um movimento popular de novo tipo. (WEFFORT, 2003, p. 86).

Em meio ao temor da reforma agrária, da instituição do comunismo no Brasil pelo presidente João Goulart, na noite do dia 31 de março de 1964, Jango foi deposto por meio do Golpe de Estado.

As expectativas do povo nestes dois últimos governos foram descritas por

Vieira (1995, p. 153, 164):

Enfim, de Jânio Quadros a João Goulart o povo do Brasil ansiou por ver posta em prática a justiça social, a começar pela diminuição dos privilégios. Ambos os mandatos presidenciais se interromperam, retirando de cena as promessas de moralização janista e as esperanças do reformismo janguista. [...]

Portanto, a respeito da valorização da condição humana no Brasil, é essencial dirigir a atenção, por exemplo, para os ideários e para as realizações de Jânio Quadros e de João Goulart, quanto à Educação.

Logo após a tomada de poder pelos militares, foi estabelecido o AI-1. “[...] Este ato dizia desde logo: a ‘revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte’.” (VIEIRA, 1995, p.187).

Em relação aos contextos políticos historicizados até então, Vicente de Paula Faleiros (2000, p. 46) acrescentou que esses foram “[...] populista, onde o governo fazia apelo a uma ideologia difusa de adesão das massas seja ao nacionalismo (Vargas), seja ao desenvolvimentismo (Kubitschek), seja ao moralismo (Quadros), seja ao reformismo (Goulart).”

Seguindo a cronologia do tempo, após 1964, o Estado deixa de ser populista, passa a ser centralizador e tecnocrático, o modelo econômico era altamente concentrador de renda: milagre econômico, valorizando o capital estrangeiro. O poder expressava-se em todos os sentidos, pois

[...] para garantir a contenção de qualquer ação de oposição por parte dos diversos setores sociais, foram definidas diversas medidas ‘compensatórias’ que, de alguma forma, vieram permitir um avanço da legislação social, ainda que limitado, de um lado, pelas exigências do modelo econômico, do outro, pelo alijamento de seus beneficiários de qualquer participação (BRAVO; PEREIRA, 2002, p. 165, destaque dos autores).

Os anos seguiram... Em 1968, com o AI-5, o País passa a viver o pior período da ditadura militar, chamado Anos de Chumbo, ou "o ano que não acabou", marcado na história mundial, e na do Brasil, como um momento de grande contestação da política e dos costumes, marcado pelo lema libertário: "é proibido proibir". Também merece destaque o movimento estudantil e a retomada do movimento operário com as greves.

O autoritarismo, reflexo da política ditatorial, trouxe resultados nada satisfatórios para os brasileiros, entre eles: as praticamente inexistentes liberdades de expressão e de organização; a extinção de partidos políticos, sindicatos,

agremiações estudantis e outras organizações representativas da sociedade.

Contrapondo ao sistema autoritário, justamente neste contexto repressor, aconteceram vários movimentos e organizações: de trabalhadores, político-partidários, movimentos sociais, culturais, artísticos, lutas as mais diversas, principalmente a cunhada pelo movimento estudantil.

Os Governos Militares foram os seguintes: Castelo Branco (1964 - 1966), entre 1970 e 1973, governo Médici; de 1974 a 1979, Ernesto Geisel; João Batista Figueiredo (1979-1985) foi o último presidente da república ditatorial. No último governo ditatorial inicia-se a transição democrática com a:

[...] anistia, em 1979, com a restituição dos direitos civis e políticos aos cidadãos cassados pelo regime militar; a eleição para governadores, em 1982; e ampla campanha popular pelas “Diretas Já”, isto é pelas eleições diretas para Presidência da República. (PEREIRA, 2007, p. 148).

As décadas de 70 e 80, do século XX, foram marcadas pelo neoliberalismo que muito interferiu na vida das pessoas pertencentes aos países periféricos. Os resultados foram o enxugamento e sucateamento do Estado, precarização dos direitos previdenciários, flexibilização no mundo do trabalho, terceirizações, aumento da responsabilidade social e civil, privatizações, flutuações da economia dos países subdesenvolvidos agregadas ao entesouramento dos grandes capitalistas.

Na década de 80 e 90, do século XX, houve grandes pressões para mudanças no estado, como a política descentralizadora. Em 1985, José Sarney foi eleito vice-presidente da República na chapa de Tancredo Neves, por eleição indireta. Diante da morte do presidente eleito, Sarney assume a presidência do ano de 1985 á 1990. Contudo, “[...] dois atos do governo Sarney foram fundamentais para que o mesmo alcançasse popularidade. O primeiro foi à implantação do Plano Cruzado, e o segundo, o processo constituinte.” (COUTO, 2006, p. 144).

A Constituição Brasileira de 1988 foi um dos maiores ganhos, em direção à legitimação e efetivação de todos os direitos sociais no Brasil. José Paulo Netto (1999, p. 77) argumenta que:

[...] ao tempo em que, no Brasil, criavam-se mecanismos político-democráticos de regulação da dinâmica capitalista, no espaço mundial tais mecanismos perdiam vigência e tendiam a ser substituídos, com a legitimação oferecida pela ideologia neoliberal, pela desregulamentação,

pela flexibilização e pela privatização – elementos inerentes à mundialização (globalização) operada sob o comando do grande capital.

Contrapondo aos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, após 1990, com a posse de Fernando Collor de Melo, surgiu uma política voltada à privatização e ao neoliberalismo.

Após os movimentos sociais pelo impedimento do presidente Collor, este é afastado, em 1994, assumindo o vice-presidente Itamar Franco. Nesse período “[...] Itamar conseguiu o controle da inflação através da adoção de uma nova moeda, o Real.” (FALEIROS, 2000, p. 51).

Couto (2006, p. 148) comenta as ações do governo Itamar Franco:

[...] o legado do governo Itamar Franco para a área social inscreve-se na esteira dos outros governos que o antecederam, poucas ações ou quase nulas no sentido de referendar os direitos contidos na Constituição de 1988. O legado mais importante de seu governo foi [...] o Plano Real, que potencializou a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência do Brasil em 1994.

Vicente de Paula Faleiros (2000, p. 52) define que a política do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) delimitou:

[...] três eixos: a maior abertura possível da economia aos capitais internacionais, inclusive eliminando os monopólios estatais, internacionais, inclusive eliminando os monopólios estatais, privatização do patrimônio público e redução dos direitos sociais com a desregulamentação das leis trabalhistas.

O modelo político, adotado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi neoliberal, por isso houve um arsenal de privatizações de empresas estatais, como Embraer, Telebrás, Vale do Rio Doce e outras estatais. Segundo Vicente Faleiros (2000, p. 54), “O modelo neoliberal prevê que cada indivíduo vele pelo seu bem estar ao invés da garantia do Estado de direito.”

Ao comentar o governo de Fernando Henrique Cardoso, José Paulo Netto (1999, p. 80) ressalta que:

Com a possibilidade da reeleição definida, FHC acelerou fundo: a orientação macroeconômica favoreceu escandalosamente a oligarquia financeira (privilegiadamente situada no sistema bancário, cada vez mais vinculado aos grupos transnacionais) – recorde-se, além das taxas de juros estratosféricas, a gestão do PROER -, fez crescer exponencialmente a dívida pública interna, escancarou o mercado interno a uma concorrência

lesiva a indústria nacional (arruinando o pequeno e médio empresariado), leiloou a preço de banana o patrimônio estatal e promoveu o sucateamento dos serviços públicos voltados para o atendimento da massa da população.

Fernando Henrique Cardoso assumiu dois mandatos (1995-1998 e de 1999-2002); Luiz Ignácio Lula da Silva (2002-2010), nosso atual presidente, também está no segundo mandato. Em se tratando desses dois governos, Carlos Eduardo Martins (2007, p. 36) relata que:

A gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) pode ser inserida dentro de um padrão tipicamente neoliberal de políticas públicas: crescimento da dívida externa, expansão acelerada da dívida pública, expressivos déficits em conta corrente, elevadas taxas de juros, privatização, desmonte dos segmentos de maior valor agregado de nossas indústrias, desregulamentação do mercado de trabalho e abertura comercial e financeira acelerada através de políticas de valorização cambial, posteriormente revertida ao câmbio flutuante, o que implicou a multiplicação das dívidas em dólar no PIB nacional. O governo Lula, por sua vez, enquadra-se mais tipicamente em um padrão de governo de terceira via. Volta-se para a contenção dos desequilíbrios macroeconômicos gerados no governo anterior e busca substituir a agenda de políticas públicas, mas condiciona o alcance de sua implementação à liberação de excedentes econômicos a serem alcançados através de uma gestão que preserve os contratos e os mecanismos de mercado, particularmente os do setor financeiro. No centro da ação governamental está a construção de um ajuste na economia que neutralize a expansão dos desequilíbrios anteriores, vistos como geradores de inflação, e os reverta. Assim, torna-se fundamental a geração de amplos superávits comerciais e fiscais que limitem a demanda agregada e contenham a espiral do endividamento externo e interno. As políticas sociais, o combate à pobreza, a recuperação do setor industrial e do desenvolvimento, ou o ativismo da política externa tornam-se objetivos condicionados às metas de estabilidade macroeconômica.

Diante desse relato, expõe-se que o governo Fernando Henrique Cardoso massacrava a população pobre e vulnerável, por meio da política econômica neoliberal, mais uma vez o favorecimento econômico e político em prol da classe burguesa. O governo Lula tem como meta a estabilidade macroeconômica com o objetivo de normatizar a economia; e mesmo dotado de uma tendência democrática esse governo também optou pelo neoliberalismo, prova disso é a submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

Dentro desse contexto, a partir dos anos 80, século XX, o processo de ocidentalização se expressa na luta dos movimentos sociais, na reivindicação coletiva dos grupos excluídos dos bens e serviços, numa luta pela cidadania. Para Carlos Nelson Coutinho (1994), um gramsciano, nossa sociedade vivência um

processo de ocidentalização, obrigando o Estado a manter uma relação com ela, sendo, portanto, um estado ampliado.

A esse respeito, Alba Pinho de Carvalho (1991, p. 104) explicita que:

A partir da consolidação da sociedade civil, o Estado alargou suas fronteiras, entrou no âmbito da sociedade civil, incorporou determinadas forças e assumiu funções que eram prerrogativas da sociedade civil. Além de suas tradicionais funções de violência e de força, [...] o Estado assume também funções econômicas – ele tem papel importante na economia – ele assume funções políticas, funções culturais e funções ideológicas que estão expressas em medidas, em políticas e mecanismos que o Estado hoje expressa na sociedade.

Contudo, questiona-se: Qual é a real força demandada pela sociedade civil em relação ao Estado; o Estado da década de 90 é intervencionista? Para Maria Ozanira Silva (2006, p. 44), “Na segunda metade dos anos 80, vive-se uma conjuntura marcada pela manifestação de sinais da falência do Estado intervencionista e lançamento das bases de minimização do Estado, assumindo como novo padrão nos anos 90.”

Diante disso, conclui-se que a lógica imperante é a do Estado mínimo. Analisando a lógica Estatal, qual é o papel da assistência social na conjuntura contemporânea? Para a autora Alba Pinho de Carvalho (1991), o Estado brasileiro é um Estado capitalista ampliado.

Carlos Nelson Coutinho (1994) esclarece que o Estado é o resultado de um equilíbrio dinâmico e mutável entre classes dominantes e classes subalternas. O Estado seria a expressão desse jogo de forças, para entender esta lógica é preciso entender que o Estado tem papel ativo na organização dessas relações de força. Ainda, Guillermo O'Donnel afirma que o Estado é organizador das relações sociais, tendendo a articular, as relações entre as classes.

Portanto, não se pode ter uma visão homogênea, pois a maioria da classe dominada, que não está organizada em luta pelos bens, encontra-se dispersa numa luta individualizada pela sobrevivência, inseridas nos programas sociais principalmente de transferência de renda.

O Estado é aquele que vai garantir a reprodução dessas relações sociais capitalistas, enquanto fiador, garantidor do conjunto das relações que estabelece essa classe como dominante. Assim, ele organiza, é fiador da burguesia e das

classes dominadas no sentido de reproduzir, de garantir a reprodução das relações sociais capitalistas.

Enfim, qual a proposta do Estado através da Assistência Social? Carvalho (1991, p. 103) explica que:

[...] o Estado, através da Assistência Social assume a proteção, ele assume a custódia das classes dominadas como uma forma de pôr limite, de conter a exploração capitalista, permitindo pela via da Assistência que o trabalhador se reproduza e com isso mantém as próprias condições de dominação.

O Estado coloca-se dotado de medidas paliativas, tenta racionalizar a exploração via políticas salariais ou sob determinadas medidas, através de grupos ligados ao capital financeiro, aos latifundiários. Coloca-se, enquanto guardião, protetor para que as classes subordinadas sucumbam à exploração capitalista. A finalidade é produzir e reproduzir as relações sociais, por meio da exploração econômica, findando na acumulação do capital por parte da burguesia.

Segundo Potyara Amazoneida Pereira (apud CARVALHO, 1991, p.112), a Assistência Social pode servir a lógica do capital para manter e reproduzir as relações de exploração, mas pode atender a lógica das necessidades sociais, que é a lógica do trabalho no sentido de impor limites e frear a hegemonia capitalista. Assim, a Assistência Social tem dupla finalidade: servindo a lógica do capital e das necessidades sociais.

Assim, a Assistência Social pode materializar-se em duplo sentido: ampliando a própria cidadania dos setores excluídos, ou, numa perspectiva restrita da Assistência Social, enquanto política de reforço à própria exploração que é o assistencialismo. A Assistência Social poderá tanto ampliar quanto castrar a cidadania da população; estas prerrogativas cabem à linha ideológica do Estado e das bases teóricas e éticas da categoria profissional.

A perspectiva ampliada irá depender do nível de participação da sociedade civil organizada, que está diretamente vinculada ao nível de luta pela cidadania da grande maioria da população e que, em diferentes formas e contextos, sofre as pressões e explorações capitalistas. Nesta ótica, os analistas atentam para dois tipos de assistência social: assistência social *lato sensu* e assistência social *stricto sensu*.

Quando intitulada *lato sensu*, defende a Assistência Social como uma política que se vale da lógica das necessidades sociais em detrimento da do capital, constituindo-se um elemento estrutural do modo de produção capitalista, núcleo da desigualdade e da injustiça, no momento em que defende a universalidade.

Enfim, Oliveira (apud RAICHELIS, 2005, p. 70) concluiu que “[...] o Estado não tem uma medida em si mesmo, ele tem que estar sempre em relação com a sociedade civil, o que lhe dá a medida, a profundidade, o alcance, os seus limites.”

2.2 O que são políticas públicas?

Parte-se, aqui, da premissa que o assistente social poderá apoiar-se nas políticas públicas para os usuários afrodescendentes, como projeto político norteador da efetivação da cidadania, levando-se em conta o processo histórico e a necessidade da reparação econômica, social, política e cultural, fato não evidenciado com a promulgação Lei Áurea em 1888. Nesse sentido, espera-se que as políticas públicas perpassem a realidade sociocultural da população brasileira afrodescendente, acometida pelo estigma da exclusão devido às hereditariedades étnicas.

Pois, o Estado brasileiro sempre esteve ausente diante da miséria estrutural desencadeada com a alforria dos negros. O Estado foi, e continua sendo, omissos frente às mazelas e desigualdades sociais enfrentadas pela população descendente dos escravizados. Segundo, a assistente social e pesquisadora Ivone Maria Ferreira da Silva (2008, p. 33), “Diz Freyre, que foi graças à miscigenação que as distâncias foram vencidas. Tese, a nosso ver, bastante controvertida e não comprovada, porque até o momento o negro não se vê incluso numa sociedade democrático racial.”

O Estado contemporâneo é detentor da economia neoliberal, que desencadeia as políticas sociais fragmentadas e fragilizadas, as quais não atingem o cerne dessa questão social subjacente. As intervenções, por meio das políticas sociais, são paliativas, pois é visível no lócus da pesquisa, a cidade de Santa Rita do Passa Quatro, a segregação: racial, social e cultural, devido ao preconceito muito presente nas relações sociais. A maioria dessa população vive em vilas periféricas,

que se transformam em redutos de ações marginais: drogas ilícitas e lícitas, prostituição, roubos, mortes por meio de suicídios e homicídios.

Esse fato está relacionado à intensificação das políticas econômicas neoliberais, às desigualdades sociais, econômicas e culturais evidentes em escala alarmante, principalmente, nos municípios. Estes fatores refletem impiedosamente na área social, aumentando a demanda de usuários do Serviço Social, acometida cotidianamente devido às crises econômicas, resultando em miséria e exclusão social.

Essa concepção de Estado mínimo está atrelada à ideologia neoliberal, que seria a valorização da política econômica, em detrimento dos direitos sociais, consecutivamente das políticas públicas.

Para melhor entendimento do significado e da importância das políticas públicas, é importante reportar-se aos estudos de alguns autores como Elaine R. Behring e Ivanete Boschetti (2007), Evaldo Vieira (2007), Berenice Rojas Couto (2006), Maria Ozanira da Silva e Silva (2006), Raquel Raichelis (2005), Potyara A. P. Pereira (2007), entre outros que seguem nas citações no decorrer do texto.

Segundo a autora Potyara A. P. Pereira (2007), a política pública está relacionada ao que é de todos, isto significa, comprometidos com todos. A política social, está relacionada às ações estatais, em busca de saúde, educação, cultura, segurança, assistência social, lazer e esporte, entre outros. Machado e Kyosen (1988, p. 61) citam que “[...] política e política social representam atuações do poder político visando o bem-estar da população.”

Para Bravo e Pereira (2002, p. 223), política pública significa:

[...] portanto, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos por lei. Ou, em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços. Por conseguinte, não tem sentido falar de desarticulação entre direito e política se nos guiarmos por essa perspectiva.

Berenice Rojas Couto (2006, p. 48), em seu livro *O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação quase possível?*, ressalta que

A concretização dos direitos sociais depende da intervenção do Estado,

estando atrelados às condições econômicas e à base fiscal estatal para serem garantidos. Sua materialidade dá-se por meio de políticas sociais públicas, executadas na órbita do Estado.

E continua,

Constituem-se em direitos de prestação de serviços ou de créditos, pois geram obrigações positivas por parte do Estado, que detém a responsabilidade de, por meio do planejamento e da consecução de políticas para o bem-estar do cidadão, atender às demandas por educação, trabalho, salário suficiente, acesso à cultura, moradia, seguridade social, proteção ao meio ambiente, da infância e da adolescência, da família, da velhice, dentre outros. (COUTO, 2006, p. 48).

Após a conceituação sobre políticas públicas e políticas sociais, faz-se necessário um breve retrocesso histórico para melhor ater-se aos conceitos.

As políticas sociais tiveram sua gênese do final do século XIX com a criação e multiplicação das primeiras legislações e medidas de proteção social, expandindo-se após a Segunda Guerra Mundial com a implementação do *Welfare State* na Europa Ocidental, com o plano Beveridge na Inglaterra, em 1942, e com os vários modelos de proteção social tanto nos países de capitalismo desenvolvidos quanto nos não desenvolvidos. Momento este “[...] marcado pelo predomínio do liberalismo e de seu principal sustentáculo: o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 56).

Os economistas David Ricardo e Adam Smith foram os formuladores da tese do liberalismo. Segundo estes estudiosos, sob a ação do Estado liberal:

[...] cada individuo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem-estar. É a ‘mão invisível’ do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 56, destaque do autor).

Portanto, sob a tese liberal, o mercado é o regulador das relações sociais e econômicas; cabe ao homem, por meio do trabalho, adequar-se ao sistema capitalista. Na teoria marxista “[...] Marx dizia que ‘a essência do homem é algo que ele próprio constrói, ou seja, a História’.” (GOMES, 2002, p. 34).

O autor, ainda, comenta que:

[...] nenhum ser humano nasce pronto, mas o homem é, em sua essência, produto do meio em que vive, que é construído a partir das relações sociais em que cada pessoa se encontra. Marx fundamentava suas teorias naquilo que é o homem ou no que é sua existência. Ele enfatizava que o 'homem é condenado a ser livre'. Ao falar sobre as relações sociais do homem, ressaltava que elas deveriam ser entendidas pelas relações que o próprio homem deveria manter com a natureza, local onde ele desenvolve suas práticas. Assim como o homem produz o seu próprio ambiente, por outro lado, esta produção da condição de existência não é livremente escolhida, mas sim, previamente determinada. (GOMES, 2002, p.34-35).

Quando Marx relata que o homem é condenado a ser livre, essa observação se contrapõe aos ideais liberais, devido às amarras, às relações de competição e exploração decorrentes do capitalismo. Além disso, “ O liberalismo, nesse sentido, combina-se a um forte darwinismo social, em que a inserção social dos indivíduos se define por mecanismos de seleção natural.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 56). Ao Estado liberal do século XIX:

[...] cabia proteger o direito a vida, a liberdade individual e os direitos de segurança e propriedade. Esse Estado liberal tinha características de Estado policial e repressor e sua função primordial era não intervir na liberdade individual (Pereira, 2000), de modo a assegurar que os indivíduos usufríssem livremente seu direito à propriedade e à liberdade. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 63).

Quanto aos direitos civis e políticos, tiveram sua gênese no século XVII e XVIII, devido à modernidade, quando o Homem passa a ter valor central na sociedade (Humanismo), ocorrendo a valorização da razão em detrimento as crenças e dogmas (Teocentrismo). É o homem não mais dominado. Pressupõe-se que, agora, é um dominador da natureza, isto é, possui liberdade e autonomia mediante o mercado e a política liberal. Para que o conjunto social se desenhasse normativamente, houve a necessidade de um poder supremo: o Estado, enquanto poder político.

Para Behring e Boschetti (2007, p. 63-64), com as organizações da classe proletária no final do século XIX e início do século XX,

[...] a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, [...]. Os direitos políticos, diferentemente dos direitos civis, são direitos coletivos, garantidos a todos, e independem da relação do indivíduo com a propriedade privada.

Ao se referir a político, subentende-se referência à cidade devido à derivação latina da palavra. Enfim, são os direitos dos cidadãos que (coletivamente), vivem na cidade (lugar onde moram várias pessoas). As conquistas foram fundamentadas na filosofia do Estado social, que tinha como proposta implementar “[...] políticas sociais baseadas nos princípios dos direitos sociais universais, igualitários e solidários, que teve expressão no pós-guerras mundiais e foi precursor do chamado Estado de bem-estar-social (*Welfare State*) (COUTO, 2006, p. 52).

Sobre o Estado de Bem-Estar-Social, Bonetti e outros (2007, p. 32) complementam que:

O *Welfare State* – O Estado de Bem Estar Social – foi a alternativa histórica das sociedades capitalistas do pós-guerra para a resolução das desigualdades sociais. A partir daí ocorreu uma forma combinada entre a chamada política econômica Keynesiana e *Welfare State*. [...] as políticas sociais amenizavam as tensões e conflitos, potenciando a produção ou facilitando o consumo.

De acordo com, Marshall (1967), um economista que estudou as funções sociais mediante a concepção de cidadania, o Estado deveria agir somente enquanto concessão de direitos, dentre os quais os homens já os possuíam sendo, portanto, inatos. Seu pensamento se concluiu da seguinte forma: as grandes conquistas se fizeram nas seguintes classificações: direitos civis no século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais no XX, consolidados diante do processo histórico.

Os direitos civis, segundo Marshall (1967), caracterizavam-se por uma somatória de outros direitos recém conquistados pelos membros adultos da comunidade como a liberdade adquirida através do êxodo para as cidades, transformando a cidadania nacional. Os direitos políticos começaram no século XIX, através da concessão de velhos direitos a novos setores da população, sendo deficientes diante dos padrões de cidadania democrática.

Marshall (1967) destaca, ainda, que os direitos civis quase desapareceram no século XIX, reaparecendo no século XX, com a gênese da educação primária pública. Nesse período histórico, eram necessárias poucas garantias ao povo. Quem regulava o mercado competitivo era a cidadania.

Sobre o conceito de cidadania, segundo Marshall, Behring (2000, p. 27) explica que:

Para T.H. Marshall, o conceito de cidadania, em sua fase madura, comporta: as liberdades individuais, expressas pelos direitos civis – direito de ir e vir, de imprensa, de fé, de propriedade, - institucionalizados pelos tribunais de justiça; os direitos políticos – de votar e ser votado, diga-se, participar do poder político por meio do parlamento e do governo; os direitos sociais, caracterizados como o acesso a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, com vistas a levar a vida de um ser civilizado.

Para analisar as políticas sociais, necessita-se explicitar sua terminologia. Vive-se em um regime democrático, contraditoriamente a cidadania da população não é devidamente reconhecida, levando a sociedade a viver em situação excludente. Partindo dessas afirmações, explica-se a etimologia da palavra cidadania: “A origem da palavra cidadania vem do latim ‘civitas’, que quer dizer cidade. A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer.” (REDE DE DIREITOS HUMANOS NET, 2007, online).

Sobre o conceito de cidadania, Dalmo Dallari, (1998, p. 14) no mesmo site citado acima (REDE DE DIREITOS HUMANOS NET, 2007, online) faz a seguinte colocação:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1996, p. 150), “[...] cidadania é a qualidade ou estado do cidadão”. De acordo com o autor, entende-se por cidadão “[...] o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este” (FERREIRA, 1996, p. 150). Porém, exercer a cidadania é poder participar da vida social, política, econômica e cultural, mediante a sua realidade. É estar presente e incluso em todas as esferas da sociedade.

Dessa forma, seguindo o mesmo pensamento, em 1948 do século passado, no final da Segunda Guerra Mundial, a Assembléia das Nações Unidas com a proclamação da Declaração dos Direitos Humanos delimita em seus artigos, temas relacionados a cidadania, a qual reconhece que:

Art. 1º. Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos [...]. Art. 2º. [...] sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor,

de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, online).

Em seu Artigo 7º, A Declaração dos Direitos Humanos proclama que “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, online).

Portanto, conclui-se que a cidadania se expressa no cotidiano, segundo a consciência ideológica, política, cultural e social da comunidade. As políticas sociais estão associadas ao conceito de cidadania; a cidadania é visualizada enquanto alicerce para a implementação e efetivação dos direitos sociais. Quanto à cidadania dos brasileiros,

[...] sempre foi cheio de avanços e recuos, de fluxos e refluxos. Houve períodos em que ocorreram perdas, retrocessos, e até mesmo a supressão dos direitos básicos, como nos golpes de Estado, nos estados de sítio e nos períodos de ditadura militar. Estes casos ocorreram no século XX, entre 1930 e 1945, com o ex-Presidente civil Getúlio Vargas; e entre 1964 e 1984, com o regime militar (GOHN, 2001, p. 201).

Para a pesquisadora Aldaisa Sposati (1988, p.11 apud YAZBEK, 2003, p.37-38),

As políticas sociais brasileiras, e nelas, as de assistência social, embora aparentem a finalidade de contenção da acumulação da miséria e sua minimização através de um Estado regulador das diferenças sociais, de fato não dão conta deste efeito. Constituídas na teia dos interesses que marcam as relações de classe, as políticas sociais brasileiras tem conformado a prática gestonária do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, como favorecedoras, ao mesmo tempo, da acumulação da riqueza e da acumulação da miséria social.

Ainda sobre políticas sociais, Menezes (1993, p. 25, destaque do autor) ressalta que “[...] são uma das muitas formas de expressão deste ‘leque de fenômenos’ enquanto mecanismo do Estado na regulação do social pelo econômico.” Entretanto, as políticas sociais são utilizadas como amortecedoras e ações compensatórias no enfrentamento à questão social. Marilda Vilela Iamamoto (2004, p. 27) conceitua questão social como:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a

apropriação de seus frutos mantém – se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Segundo a análise da autora citada, os reflexos da questão social são expressos através das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas. Discorrendo sobre a função dos profissionais assistentes sociais, Marilda Vilela lamamoto (2004, p. 28) faz a seguinte afirmação:

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) prevê, por exemplo, uma assistência social muito mais preventiva, participativa e de consolidação da cidadania, “[...] por meio das políticas públicas que são formulados, desenvolvidos e postos em prática programas de distribuição de bens e serviços, regulados e providos pelo Estado, com a participação e o controle da sociedade.” (BRAVO; PEREIRA, 2002, p. 223).

Para Bonetti e outros (2007, p. 30),

O assistencial, como mecanismo presente nas políticas sociais, revela-se, ao mesmo tempo, como exclusão e inclusão aos bens e serviços prestados direta ou indiretamente pelo Estado. Em contrapartida, para as classes subalternizadas, as políticas sociais se constituem num espaço que possibilita o acesso a benefícios e serviços que de outra forma lhes são negados. Espaço este de lutas, confronto e expansão de direitos.

Enfim, por política social entende-se um conjunto de benefícios, programas e ações subsidiados para a população, para manutenção da hegemonia e poder da classe burguesa. Todavia,

Durante os governos autoritários, [...], é possível observar que a política de proteção social foi um dos principais mecanismos de legitimação acionados pelo Estado, tanto no período populista quanto nos governos militares, na tentativa de desarticular a estrutura anterior (RAICHELIS, 2005, p. 92).

Nesse íterim, será feita uma retrospectiva histórica sobre as políticas sociais brasileiras, tanto durante os governos populistas quanto autoritários.

O governo autoritário e populista de Vargas, na década de 30 do século XX, tinha como objetivo primordial a transformação social por meio da

industrialização, da modernização e do nacionalismo.

No governo Vargas, a “[...] regulamentação das relações entre capital e trabalho foi à tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social.” (CARONE apud COUTO, 2006, p. 95). Berenice Rojas Couto (2006) ressalta que, para a população obter o direito à política social trabalhista da época, era necessário ter carteira de trabalho regulamentada (assinada).

Ainda sobre a política social trabalhista de Vargas, a autora escreve:

Nos primeiros anos de sua gestão, Getúlio Vargas estimulou a expansão das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs). As CAPs asseguravam como benefícios o direito à aposentadoria (velhice ou invalidez), a obtenção de socorro médico (para si e a sua família), o recebimento de pensão ou pecúlio pelos familiares, e a compra de medicamentos a preços reduzidos, sendo mantidas pela contribuição compulsória dos empregados e empregadores, sem a participação do Estado. (COUTO, 2006, p.96-97).

E continua, pontuando que “Essa política alterou-se em 1933, quando começaram a ser criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), seguindo o caráter centralizador do Estado.” (COUTO, 2006, p. 97).

Sobre estes institutos, Behring e Boschetti (2007, p. 106) explicitam:

O Sistema Público de previdência começou com os IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões –, que se expandem na década de 1930, cobrindo riscos ligados à perda de capacidade laborativa (velhice, morte, invalidez, doença), naquelas categorias de trabalhadores estratégicas, mas com planos pouco uniformizados e orientados pela lógica contributiva do seguro.

Após ser decretado o Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas passa a governar sob o regime ditatorial amparado pela Constituição de 1937, que legitimava a maioria das suas ações populistas, centralizadoras e assistencialistas.

Em 1942, criou-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeira instituição assistencial em nível nacional; também foram criados o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), em decorrência do modo de produção fordista que exigia um novo operariado com qualificação, fator primordial para preencher as vagas nas fábricas.

A política social previdenciária estruturou-se, na década de 40, do século

XX para evitar o comunismo; a ordem foi reconhecer os direitos dos trabalhadores urbanos especializados, em 1943, através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a volta do movimento operário e o movimento pela Constituinte fizeram com que o presidente Vargas fosse deposto. Couto (2006, p. 103) conclui que “O perfil das políticas sociais de 1937-1945 foi marcado pelos traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático, pois emanavam o poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias.”

Com o fim do Estado Novo, em 1945, Eurico Gaspar Dutra assume o poder. Em 1946 uma nova Constituição é preconizada, sendo uma “[...] das mais democráticas do país, chegando até a tirar o Partido Comunista da ilegalidade.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 109). Essa Constituição, ainda, “[...] mantém a prioridade de regulação para a área dos direitos trabalhistas, recolocando aqueles que já estavam garantidos anteriormente e implementando outros, como o direito à Previdência Social e o direito à greve.” (QUIRINO; MONTES, 1987 apud COUTO, 2006, p. 105).

O governo de Dutra estabeleceu como meta o Plano Salte; esse plano tinha como objetivo estimular investimentos ou políticas sociais voltadas para as áreas da saúde, alimentação, transporte e energia. Segundo Couto (2006, p. 107), “Nesse plano, o governo deu destaque principalmente para a área da saúde, o que se efetivou, em grande parte, apenas pelo discurso, uma vez que os recursos alocados na época eram insuficientes para a grandeza dos problemas [...].”

E, Raquel Raichelis (2005, p. 93) complementa:

No período de relativa democratização, que vai de 1945 a 1964, a expansão do sistema de proteção social baseia-se nos marcos já estabelecidos, dentro do padrão que será recorrente no âmbito das políticas sociais públicas: seletivo (no plano dos beneficiários), heterogêneo (no plano dos benefícios) e fragmentado (no plano institucional e financeiro). Este segundo período revela transformações radicais no que diz respeito ao formato institucional legal e financeiro das políticas sociais, e é quando se consolidam sistemas nacionais regulados pelo Estado no campo da produção de bens e serviços de saúde, educação, previdência, assistência social e habitação.

Devido à política repressiva aos trabalhadores e ao liberalismo burguês delimitada no governo Dutra, Getúlio Vargas volta ao poder em 1951. Em um período de Guerra Fria, decorrem muitas pressões, pois o mundo está dividido em

duas correntes ideológicas: o capitalismo e o socialismo. Porém, a sociedade não é mais a mesma; no Brasil, nesse período, havia partidos políticos que desdenhavam um governo socialista.

Nesse contexto, o governo Vargas (1951-1954) foi marcado pela “[...] tentativa de controlar os trabalhadores por meio das políticas trabalhistas. [...]” (COUTO, 2006, p. 109). Vargas delimita também a “[...] criação de grandes empresas estatais, como: a Petrobrás, a Eletrobrás e o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (hoje Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)”. (PEREIRA, 2007, p. 132).

Com o suicídio de Getúlio Vargas, o vice-presidente Café Filho assumiu o poder por um curto período. Juscelino Kubitschek, eleito para governar o Brasil de 1956 a 1961, implementou o Plano de Metas, que objetivava

[...] fazer o país crescer 50 anos em 5. Esse processo de salto para diante na economia capitalista brasileira acirrava a luta de classe. Nesse período, também cresceram as tensões no campo, com a organização das Ligas Camponesas, em função da inexistência da reforma agrária. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 110).

As autoras ainda salientaram que, em se tratando de política social, “[...] sua expansão foi lenta e seletiva, marcada por alguns aperfeiçoamentos institucionais [...]”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 110).

Nesse período, ocorre também a abertura da economia ao capital estrangeiro, fator ligado “[...] ao término da reconstrução das economias devastadas pela guerra e a competição entre os países industrializados em busca de novos mercados. Como é dado observar, a meta econômica permanece prioritária.” (PEREIRA, 2007, p. 132).

Que é o que se observa:

[...] na conjuntura do final da década de 50 e início da década de 60, quando se explicita a crise dos padrões de acumulação capitalista, sustentados pelo modelo desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, marcado pela internacionalização da economia, com o fortalecimento do setor privado e do capital internacional. O peso que a política econômica assume, nesse período, faz com que a política social no Brasil seja colocada em segundo plano, podendo ser apontada, como medida significativa, apenas a instituição da Lei Orgânica da Previdência Social. (SILVA, 2006, p. 26).

Partindo dessa premissa, a política social nesse período pode ser considerada consensual; a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) foi a que teve maior representatividade para os cidadãos. Essa lei:

[...] incorporou os autônomos à previdência social e definiu um período mínimo de contribuições de cinco anos para uma aposentadoria aos 60 anos (mulheres) e 65 (homens). Contemplava uma série de benefícios e serviços, inclusive o serviço social e a alimentação e possibilitava, exceto para os ferroviários, a aposentadoria por tempo de serviço aos 55 anos. Esse limite de idade foi abolido pela Lei 4.130, de 1962. (FALEIROS, 2000, p. 46).

Em 1961, João Goulart é empossado,

[...] mediante uma política populista de maior radicalização, o nacionalismo desenvolvimentista, contrapondo-se ao processo de internacionalização da economia brasileira e abrindo espaço para os processos de mobilização e lutas a favor das mudanças de base [...].(SILVA, 2006, p. 27).

No período surge a:

[...] consciência nacional-popular, com o engajamento de amplos setores sociais na luta pelas reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com a presença das ligas camponesas, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação Popular e outros. (SILVA, 2006, p. 27).

Percebe-se que, ao longo dos governos citados até então e suas respectivas políticas sociais, o período relacionado a João Goulart foi o mais amplo em relação ao reconhecimento da massa popular e de suas reivindicações. Pois nesse cenário histórico,

[...] foi elaborado o Plano Trienal contemplando Reformas Institucionais de Base – administrativa, bancária, fiscal e agrária. Além disso, foram adotadas as seguintes medidas no campo do trabalho: criação do Estatuto do Trabalhador, da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), do 13º salário, do salário-família para o trabalhador urbano e a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), visando à uniformização de benefícios e serviços prestados pelos antigos IAPs, priorizando a padronização da qualidade de assistência médica. Contudo, a cobertura previdenciária prevista na LOPS atendia apenas os trabalhadores sob o abrigo da CLT, deixando de fora os trabalhadores rurais e domésticos (PEREIRA, 2007, p.133-134).

Esse governo apresentou instabilidade política para os setores relacionados à classe média, à classe burguesa e aos representantes das indústrias, devido à atuação visando políticas sociais oferecidas devido aos movimentos realizados pela classe proletária. Ocorreu, então, “[...] o dilema presente na situação de crise de hegemonia, entre o projeto nacional-desenvolvimentista que, com o apoio do PCB, propunha as chamadas reforma de base – o que incorporava o incremento das políticas sociais [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 111). Apesar disso, são várias as conquistas como:

No campo da educação, merece referência à criação da Lei de Diretrizes e Bases, do Programa de Alfabetização de Adultos (baseado no método Paulo Freire) e do Movimento de Educação de Base (MEB). E, no campo da saúde, houve a transformação do Serviço Especial de Saúde Pública em Fundação e a criação de um novo Código Sanitário, com uma visão mais orgânica de saúde. A política habitacional não mereceu grande atenção (PEREIRA, 2007, p. 134).

Porém, “As reformas pretendidas pelo então presidente eram indesejáveis para os partidos de cunho liberal, como a UDN, para as oligarquias rurais e para o Exército.” (COUTO, 2006, p. 115). Sob a alegação do perigo da instauração do comunismo, um golpe militar derrubou o governo João Goulart, em março de 1964.

O período militar foi marcado pelo autoritarismo tecnocrático (1964-1985). Sobre esse período, segundo Lessa (1978 apud PEREIRA, 2007), as políticas sociais foram delimitadas da seguinte maneira: entre 1964 e 1967, tornaram-se extensão da política econômica, como exemplo o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); a partir de 1967 a política social se definiu como um item importante de acumulação de riquezas, os programas desenvolvidos, embora públicos na sua gestão, tiveram sua execução privatizada; até 1974 usaram meios repressivos para defender os direitos civis e políticos; a partir de 1975 devido ao crescimento econômico, passaram a visualizar diferentemente a classe pobre; de 1974-1979, buscou-se modificações na economia e ampliou-se o escopo da política social, o objetivo era aproximar o Estado da sociedade, em prol da manutenção do regime vigente. Até 1985 as políticas sociais funcionavam concomitantemente a um regime que queria sair de cena.

Para Pereira (2007, p. 141),

[...] além da incorporação no sistema previdenciário urbano de ocupações não reguladas pela CLT (os autônomos e empregados domésticos), foram feitos investimentos na educação, saúde, habitação, nutrição com a adoção das seguintes medidas direcionadas aos mais pobres: criação da Central de Medicamentos (CEME) e do Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural, por intermédio do FUNRURAL; formação de um fundo social para atingir, no tocante ao problema da moradia, famílias de renda inferior as atendidas pelo Sistema Financeiro de Habitação; implementação de programas semiprofissionalizantes; lançamento da Operação Escola, que visava à efetiva universalização do ensino do 1º grau; e atenção ao pré-escolar mediante programas de saúde e de educação alimentar.

A política social do regime militar foi relevante principalmente na área da assistência social que, no decorrer desse período, foi:

[...] assumida pela Legislação Brasileira de Assistência (LBA) e pela Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em nível nacional e, no nível dos Estados, pelas Secretarias de Bem-Estar Social que se proliferam em todo o país; e, na área da Previdência Social [...]. (SILVA, 2006, p. 33).

No período relacionado à redemocratização, vários movimentos sociais emergiram e mobilizaram-se em defesa dos seus direitos aos mínimos sociais, pois muitos deles haviam sucumbido pelo regime autocrático, fazendo com que as políticas sociais fossem usadas como “[...] uma via de reaproximação do Estado com a sociedade.” (PEREIRA, 2007, p. 144).

Os movimentos sociais desse período: movimento estudantil, campanha da anistia (em favor da volta dos presos políticos exilados), greves do ABC paulista pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1982, o maior levante em defesa das eleições diretas, conhecido como “Diretas Já”. Esses movimentos resultaram na eleição indireta de Tancredo Neves. Conclui-se que esse período foi importante para que se preconizasse a Constituição de 1988.

José Sarney assumiu o poder, devido à morte do então eleito presidente Tancredo Neves. Nesse contexto histórico, aumentou o:

[...] estoque de pobreza, [...] especialmente dos períodos militares, que, com suas orientações econômicas de desenvolvimento, produziram um país com uma péssima distribuição de renda e aumentaram a parcela da população demandatária das políticas sociais. (COUTO, 2006, p. 141).

Com a Constituição Federal de 1988, os trabalhadores tiveram ganhos significativos, na área da educação, da saúde, sendo concebido o Sistema Único de Saúde (SUS). Porém,

[...] foi na esfera da Seguridade Social que a Constituição Federal de 1988 avançou um pouco mais, apesar de abarcar apenas três políticas sociais: Saúde e Assistência Social, de caráter distributivo, e a Previdência Social, de caráter contributivo. (PEREIRA, 2007, p. 155).

No final do século XX e início do XXI, aconteceram muitas mudanças nas políticas sociais, tanto nos países centrais quanto nos periféricos. As grandes mudanças foram, principalmente, econômicas e sociais, e trouxeram pobreza e exclusão social. Mediante esse quadro cresce a procura por programas sociais. Por sua vez, segundo os autores Silva, Yasbeck e Giovani (2004), esses programas são compreendidos como aqueles que transferem um montante em dinheiro para indivíduos ou famílias, com intuito em romper com a reprodução da pobreza no Brasil.

O governo Collor de Melo (1990-1992) “[...] em relação ao campo social, [...] caracterizou-se por mecanismos que incidiram no sistema de proteção social, desmontando-o, principalmente em relação à seguridade social.” (COUTO, 2006, p. 146).

A partir de 1988, esses governos foram afetados pelas prerrogativas constitucionais, na área social essa demanda:

[...] maior responsabilidade do Estado na regulação, financiamento e provisão de políticas sociais; universalização do acesso a benefícios e serviços; ampliação do caráter distributivo da seguridade social, como um contraponto ao seguro social, de caráter contributivo; controle democrático exercido pela sociedade sobre os atos e decisões estatais; redefinição dos patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; e adoção de uma concepção de ‘mínimos sociais’ como direito de todos (PEREIRA, 2007, p. 153).

Fernando Collor de Mello sofre *impeachment*, assume o vice-presidente Itamar Franco para concluir a gestão governamental e, “Em relação ao campo social, no governo Itamar Franco foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742/93.” (COUTO, 2006, p. 147). Entre os programas sociais acontece o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida, em 1993, liderado pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho; plano que contou com o auxílio da solidariedade privada, Estado e sociedade civil. Portanto, segundo a autora citada, esse governo foi quase nulo para a área social.

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999), a exemplo de outros,

[...] de orientação neoliberal não buscaram – FHC ainda mais que Lula – construir arenas de debate e negociação sobre a formulação de políticas públicas, e dirigiram-se para reformas constitucionais e medidas a serem aprovadas num Congresso Nacional balcanizado, ou mesmo para medidas provisórias. Preferiram, portanto, a via tecnocrática e ‘decretista’, com forte aquiescência de um Congresso submisso ou pragmático. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 154-155, destaque dos autores).

Segundo Draib (1993 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 155), o aumento do desemprego e da pobreza, gerados pela macroeconomia do Plano Real, fizeram com que decorresse o “[...] trinômio do neoliberalismo para políticas sociais - privatização, focalização/seletividade e descentralização [...].”

O governo Fernando Henrique Cardoso atentou para

[...] redução dos direitos sociais com a desregulamentação das Leis trabalhistas. Diante da crise, o Governo se submeteu ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional, com perda da autonomia de decisão do próprio País sobre si mesmo. (FALEIROS, 2000, p. 52).

No primeiro mandato, desse governo, o Programa Comunidade Solidária, programa assistencialista e clientelista, que “[...] acabou por reeditar ações assistencialistas da Legião Brasileira de Assistência, fruto da era Vargas, tão abominadas pelo governo, e, pior desconsiderou determinações constitucionais.” (PEREIRA, 2007, p. 172).

A partir de 2004, o governo Lula modifica esse contexto,

[...] o que pode ser explicado pela redução da idade da população idosa (de 67 para 65 anos) para o acesso ao benefício de prestação continuada (BPC), com a aprovação do Estatuto do Idoso, e unificação do programas de transferência de renda no Bolsa-Família. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 169-170).

Porém, a esse respeito, Sugimoto (2005, p. 1) afirma:

Quando a imprensa e os setores conservadores falam em política social, em geral se referem, apenas, a programas de transferência de renda do tipo Bolsa-Família e Bolsa-Escola. Esses programas são importantes, sim, mas como parte de uma estratégia de enfrentamento da questão social. [...] Segundo o professor, o enfrentamento da questão social não pode prescindir, em primeiro lugar, de políticas sociais universais clássicas: previdência social, assistência social, educação, saúde e seguro-desemprego. Em segundo lugar, considerando que o Brasil é um país de capitalismo tardio, essa estratégia também deve contemplar políticas sociais universais em setores como habitação popular, saneamento básico e transporte público, que acumulam problemas estruturais crônicos – já resolvidos nos países capitalistas centrais. Entram ainda a reforma agrária

e, sobretudo, o mercado de trabalho. 'Sabemos que a principal política social é o crescimento econômico, com geração de emprego e renda'.

Os programas de transferência de renda, de natureza não contributiva, são exemplos claros de medidas assistencialistas, clientelistas, enfim, de cunho paliativo. O caráter universalista desses programas de transferência de renda configura-se sob a ótica da descentralização, da privatização e da focalização, conforme as diretrizes das agências multilaterais. Acredita-se que tais políticas sociais de transferência de renda não dão autonomia, nem meios para as famílias ascenderem socialmente.

Contrapondo-se aos programas de transferência de renda, as políticas públicas expressam os direitos do povo, da coletividade. Portanto, ao citar as políticas públicas como bem precioso para o processo inclusivo, contextualiza-se como estão decorrendo as ações ligadas aos direitos sociais, às políticas sociais e públicas mediante as resistências e lutas da comunidade afrodescendente brasileira.

Esta contextualização inicia-se pelo discurso da democracia racial no Brasil. No governo Getúlio Vargas, políticas sociais para negros e pardos foram implementadas como, por exemplo,

[...] a ampliação do mercado de trabalho urbano absorveu grandes contingentes de trabalhadores pretos e pardos, incorporando-os definitivamente às classes operárias e populares urbanas. Incorporação essa que, [...] foi garantida por duas leis: a lei de Amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato, assinada por Vargas em 1931, que garantia que dois terços dos empregados em estabelecimentos industriais fossem brasileiros natos; a lei Afonso Arinos, de 1951, que transformava o preconceito racial em contravenção penal. Simbolicamente, o ideal modernista de uma nação mestiça foi absorvido como ideal nacional, e as manifestações artísticas, folclóricas e simbólicas dos negros brasileiros reconhecidas como cultura afrobrasileira. (GUIMARÃES, 2008, p. 106).

Sobre a democracia racial, Luciana Jaccoud (2008, p. 52, destaque do autor) fez apontamentos significativos. Para a pesquisadora:

[...] a democracia racial fornece uma nova chave interpretativa distinta para a realidade brasileira: a recusa do determinismo biológico e a valorização do aspecto cultural, reversível em suas diferenças. O progressivo desaparecimento do discurso racista e sua substituição pelo mito da democracia racial permitiram a alteração dos termos do debate sobre a questão racial no Brasil. A idéia de raça foi gradativamente dando lugar, nas ciências sociais, à idéia de cultura, e o ideal do branqueamento foi ultrapassado, em termos de projeto nacional, pela afirmação e valorização do 'povo brasileiro'. O fenômeno da miscigenação teria possibilitado a formação da nação, ultrapassando e fundindo os grupos raciais presentes

em sua formação, e dando espaço ao nascimento de uma nação integrada, mesmo que heterogênea.

O período ditatorial (1964-1985) foi marcado pelo autoritarismo e proibição a praticamente todos os atos, com a redemocratização, em 1985, quanto à população negra,

[...] a atualização legal foi feita com a criminalização do racismo, garantido pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei n. 7.716, de 1989; já os marcos simbólicos foram a criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, e a instituição de Zumbi, como herói nacional, em 1995 (GUIMARÃES, 2008, p. 107).

Os ativistas negros se envolveram em movimentos sociais que eram respaldados por partidos políticos como Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, finalmente, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partidos com vertentes tanto de direita, quando de esquerda. Assim,

Do ponto de vista ideológico, muitas das novas ONGs negras se afastam do antigo trabalhismo, representado agora pelo PDT, quanto do novo, representado pelo PT. Em sua ação, fusionam duas tendências que, no Brasil, pareciam opostas: a busca de maior integração e participação na vida nacional e a construção de um sentimento étnico, baseado na consciência racial. (GUIMARÃES, 2008, p. 107).

Na década de 90, do século XX, órgãos Estatais passam por reestruturação perpassando muitas das suas funções para ONGs e empresas privadas, uma espécie de terceirização das políticas sociais. Essas organizações adquirem autonomia para demandarem políticas sociais, como:

[...] educação, saúde, lazer e advocacia de direitos humanos. Consolida-se por essa via uma ampla camada intelectual negra, formada por quadros profissionais de nível superior, em grande parte autônomos em relação ao Estado, tendo como principal fontes de recursos grandes fundações internacionais, igrejas, e instituições de direito privado (GUIMARÃES, 2008, p. 108).

Para o pesquisador Sergio Guimarães (2008), o atual governo foi o que mais avançou no atendimento à agenda e aos propósitos das organizações negras. Prova dessa afirmação, foi a instituição da Secretaria Especial de Políticas de

Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o intuito de promover políticas públicas que combatam o racismo institucionalizado.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) está representada pelo ministro Edson Santos. A SEPPIR foi criada pelo Governo Federal, no dia 21 de março de 2003, dia em que se celebra o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, tendo como meta ações inclusivas que buscam a igualdade racial, conotando a resistência vivenciada por esta população. Esta criação resultou do protagonismo político e da atuação dos vários movimentos sociais, organizados por intelectuais, políticos e militantes oriundos dos grupos étnicos afrodescendentes.

A luta, os movimentos sociais e as resistências foram fatores relevantes para que fossem instituídas políticas públicas étnicas, encabeçadas por negros que lutaram, resistiram e não esmoreceram frente o poder ideológico burguês.

As discussões atuais visualizam a instituição de cotas raciais em universidades, geralmente chamadas de ações afirmativas. Ações afirmativas são “[...] políticas que buscam principalmente assegurar oportunidades de recrutamento e acesso, através de tratamento preferencial ou mesmo de estabelecimento de cotas desses membros desses grupos.” (GUIMARÃES, 2008, p. 113).

Sobre ações afirmativas, Jaccoud (2008, p. 132) ressalta:

[...] foi nos anos 2000 que as iniciativas ganharam relevo, proliferando no âmbito do governo federal, nos governos estaduais e municipais, e também, de forma autônoma, em algumas instituições públicas como as universidades e o Ministério Público do Trabalho. Programas como os de estabelecimento de cotas visando ampliar o acesso de estudantes negros ao Ensino Superior, assim como programas de combate ao racismo institucional vêm sendo adotados em várias localidades do país. Ações no campo da educação e do mercado de trabalho têm sido igualmente adotadas, visando limitar a reprodução de estereótipos e comportamentos que afetam o acesso a oportunidades iguais e a possibilidade de seu usufruto.

O ano de 2005 foi considerado de suma importância, ao ser instituído o Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial (Decreto de 31/12/2004), medida importantíssima para que se colocassem em pauta as discussões sobre as ações afirmativas.

Em que pesem os esforços que vêm sendo efetivados na perspectiva inclusiva,

[...] a elaboração de políticas públicas, para além dos indicadores de pobreza, deve visar à alteração da realidade de exclusão e desigualdade e incluir a perspectiva de reversão da forma como vivem mulheres e homens negros e brancos. [...] A cidadania para mulheres não significa a extensão dos direitos já conquistados pelos homens acrescidos daqueles referentes a condição feminina, em função da procriação. O mesmo vale para a população negra que é vista a partir da herança da escravidão e com isso impedida de desenvolver-se enquanto cidadãos plenos. Neste contexto, um novo olhar para as políticas públicas, pressupõe que a eliminação das discriminações das mulheres e dos negros não pode ser resolvida apenas a partir do combate ideológico, mas exige um tratamento direto. (CARVALHO; RIBEIRO, 2001, p. 11).

Vale a pena enfatizar como as Políticas Públicas estão relacionadas à sociedade, numa proposta democrática e participativa de toda a coletividade que se efetivou com a Constituição de 1988 e com a implementação dos Conselhos Federais, Estaduais e Municipais. Nesse sentido,

Os conceitos de 'direitos sociais', 'seguridade social', 'universalização', 'equidade', 'descentralização político-administrativa', 'controle democrático', 'mínimos sociais', dentre outros passaram, de fato, a constituir categorias-chave norteadoras da constituição de um novo padrão de política social a ser adotada no país. (PEREIRA, 2007, p. 152, destaques do autor).

A Constituição de 1988, “[...] preserva e amplia algumas conquistas no campo dos direitos sociais. Prevê a descentralização e a municipalização das políticas sociais, institui os Conselhos de Políticas e de Direitos.” (IAMAMOTO, 2004, p. 48).

Porém, os Conselhos municipais foram criados a partir da constituição de 1988. São espaços legítimos conquistados pela sociedade que funcionam como elo entre a população e o governo, assumindo a gestão de políticas públicas. Os conselhos: municipais, estaduais e federais tiveram origem nos movimentos sociais (entre o final da década de 70 e início dos anos 80, do século XX). Os conselhos são formados por representantes do governo e da sociedade civil que participam da formulação de políticas públicas e fiscalizam a aplicação dessas políticas.

Os conselhos são primordiais nos municípios. Eles devem ser paritários, com o mesmo número de representantes escolhidos pela sociedade, dos escolhidos pelo poder público. “[...] cobrindo diferentes setores da política social, e outros, já vigentes, sofreram atualizações, assumindo caráter deliberativo. [...] Hoje busca-se a partilha de poder.” (STEIN, 2000, p. 79).

No Estado de São Paulo existe o Conselho de Participação da

Comunidade Negra do Estado de São Paulo, como um órgão governamental específico para a adoção de políticas públicas para a população afrobrasileira deste estado, criado pelo Decreto nº 22.184, de 11 de Maio de 1984, e institucionalizado pela Lei nº. 5.466/86, de 24 de dezembro de 1986.

Este Conselho, na contemporaneidade, é o espaço de luta e resistência dos afrodescendentes. Tais Conselhos poderão ser formados na esfera federal, estadual e municipal, como um órgão no qual se reflete e delibera, tendo por objetivo a promoção e participação organizada da comunidade afrodescendente no processo de debate e resolução das políticas públicas antidiscriminatórias, voltadas à afirmação de seus direitos nas três esferas de governo.

A luta pela cidadania da população negra é de longa data, desde o período do Brasil colônia, imperial e republicano até a tão desdenhada democracia, preconizada na Constituição de 1988. Ao longo do século XX, foi necessário que se ampliassem discussões sobre as relações étnico-raciais, devido à reprodução do círculo de pobreza e ao aumento da marginalidade entre a população negra, segundo as políticas econômicas neoliberais.

A grande problemática redundante no que Pedro Demo (2003) enfatizou muito bem: políticas pobres para pobres. A partir destes dizeres do autor, deve-se utilizar as políticas públicas como meio que efetive as lutas pelos bens materiais e simbólicos. Essas políticas precárias levam o negro e a população pobre à invisibilidade.

De acordo com a assistente social, Matilde Ribeiro (apud ALCÂNTARA, 2006, online):

[...] a discriminação dos negros é uma realidade histórica, acumulando problemas desde que, com a abolição da escravidão, em 1888, o país não teve uma política de inclusão dessas populações. 'Nós consideramos a formulação conjunta entre governo e sociedade civil como uma forma de ter novas informações e novas estratégias para que as políticas públicas sejam cada vez mais vinculadas às reais necessidades da população'.

É preciso pensar se as políticas públicas atuais estão sendo ofertadas para todos, levando o diálogo sobre a inclusão e a reflexão aos espaços públicos. Enquanto profissionais dotados da práxis social, precisa-se levar esta população a se reconhecerem sujeitos de direitos.

2.3 Serviço Social e os direitos sociais no Brasil

Em continuação a essa proposta de estudo, apresenta-se um apanhado histórico sobre a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão. Para isso, será oportuno delimitar o princípio da Revolução Industrial, período relacionado à gênese do Serviço Social, devido às mudanças nas conjunturas econômicas, políticas, sociais e culturais européias. Nosso estudo está embasado na perspectiva histórico-crítica. Para Carlos Montaña (2000), os estudiosos seguidores da perspectiva histórico-crítica defendem o Serviço Social como um subproduto dos projetos político-econômicos que operam o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Nesse estudo defende-se a idéia que o Serviço Social inicia-se mediante as mudanças de concepções e paradigmas sociais, econômicos e culturais, principalmente aqueles que enfocavam as estruturações e modificações nos modos de produção.⁴ Essas mudanças ocorreram, principalmente, com a Revolução Industrial na Inglaterra. O Serviço Social surge das lutas de classe por melhorias das condições de vida do trabalhador, considerado mediador da questão social inerente.

A Revolução Industrial teve sua gênese na Inglaterra, por volta da metade do século XVIII, avançando rapidamente e considerada eixo central dos maiores acontecimentos no processo histórico global. Nesse processo, presume-se que não houvesse tanta necessidade de métodos científicos, pois as transformações em nível econômico e social não necessitaram de muitas técnicas, foram ocorrendo no cotidiano dos pequenos artesãos, marceneiros etc. Como afirma Hobsbawm (1977, p. 53-54):

Felizmente poucos refinamentos intelectuais foram necessários para fazer a revolução industrial. Suas invenções técnicas foram bastante modestas, e sob hipótese alguma estavam além dos limites de artesãos que trabalhavam em oficinas ou das capacidades construtivas de carpinteiros, moleiros e serralheiros: a lançadeira, o tear, a fiandeira automática. Nem mesmo sua máquina cientificamente sofisticada, a máquina a vapor rotativa de James Watt (1784), necessitava de mais conhecimentos de física do que os disponíveis há quase um século. [...]

⁴ Existem duas teses ou perspectivas para explicar a busca do paradigma da gênese da profissão: a primeira endogenista, defende a idéia que o Serviço Social teve sua gênese através de ações caritativas, e a segunda a perspectiva histórico-crítica, embasada pelo materialismo histórico dialético. (MONTAÑO, 2000).

Com os domínios econômicos favorecidos da Inglaterra, ocorreu a gênese da classe proletária. Singer (1987, p. 39, destaques do autor) ressalta que:

Com a Revolução Industrial, no final do século XVIII, o capitalismo se transforma paulatinamente de 'manufatureiro' em 'industrial', adquirindo muitas de suas características atuais: dinamismo tecnológico, centralização do capital em grandes firmas, generalização da economia de mercado e do trabalho assalariado. Uma destas características tem sido sumamente importante: a instabilidade, a sucessão de fases de prosperidade, crise e depressão. É o chamado ciclo de conjuntura, que marca o capitalismo desde o começo do século XIX.

Para o autor Eric Hobsbawm (1977), a Revolução Industrial, no século XIX, propiciou ao mundo as estratégias econômicas, tecnológicas e os ideais capitalistas; por outro lado a Revolução Francesa induziu as sociedades a indagarem sobre a questão ideológica e política.

Posteriormente às Revoluções Industrial e Francesa, o Liberalismo se consolidou, derrubando o antigo regime. Segundo Chauí (2002, p. 402), “[...] o Estado deve respeitar a liberdade econômica dos proprietários privados, deixando que façam as regras e as normas das atividades econômicas.”

Quanto à situação de desigualdade em competição da classe operária perante os ideais liberais, é importante destacar “O contraste entre um mundo na teoria totalmente aberto ao talento e, na prática, com cósmica injustiça, monopolizado pelos burocratas sem alma e barrigudos filisteus, clamava aos céus.” (HOBBSAWM, 1977, p. 360).

Os socialistas e alguns adeptos aos princípios positivistas atuaram para o surgimento da divisão entre as classes, como explica Hobsbawm (1977, p. 411):

Os novos socialistas, pelo contrário, sustentavam que isto se devia às próprias operações daquele sistema. Uns sustentavam que seria superada dentro da estrutura do capitalismo, enquanto outros discordavam deste ponto de vista, mas ambos, corretamente, acreditavam que a vida humana enfrentava uma possibilidade de melhoria material que traria o controle do homem sobre as forças da natureza.

Neste período, ainda ocorreram várias mudanças como a invenção da lâmpada, da imprensa e da ferrovia. Através da imprensa destaca-se o documento mais importante da classe proletária, declarando a luta de classes, o Manifesto Comunista redigido por Marx e Engels, como segue:

O ingresso de Marx e Engels na Liga dos Comunistas e a redação, por eles, do Manifesto, representavam uma significativa guinada na história do socialismo e das organizações operárias européias, que passavam a contar com a possibilidade efetiva de explicar cientificamente o mundo que queriam transformar. Ao mesmo tempo, a fusão da teoria marxista-engelsiana com o movimento prático do emergente proletariado requalificaria tanto a teoria em elaboração quanto o próprio movimento socialista, permitindo a plena explicitação de ambos. (ENGELS; MARX, 2005, p. 17).

Engels, preocupado com o conteúdo dos textos em discussão, passou a dissertar segundo os ideais comunistas para a organização Liga dos Justos e, após várias discussões em congressos, Marx e Engels foram convidados a redigir o Manifesto Comunista, mediante as suas teorias, fundamentadas no materialismo histórico-dialético e entendendo que era importante estudar e redigir trabalhos teóricos-políticos, contrapondo-se à economia política e suas conseqüências, para enfrentar o capitalismo.

Pode-se dizer que a Liga dos Justos foi à primeira organização socialista, patenteando a união de Marx e Engels e mudou, totalmente, o lendário século XIX: Para Engels e Marx (2005, p. 17), os textos “[...] representavam uma significativa guinada na história do socialismo e das organizações operárias européias, que passavam a contar com a possibilidade efetiva de explicar cientificamente o mundo que queriam transformar.”

Os dois autores retomaram em seus textos questões como a definição de comunismo, como “[...] o movimento real que supera o estado de coisas atual.” (ENGELS; MARX, 2005, p. 20). Segundo Marx e Engels (2005, p. 80), o que caracteriza comunismo:

[...] não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Mas a moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão da fabricação e apropriação de produtos que se baseia em antagonismos de classes, na exploração de uns por outros.

Enfim, o Manifesto Comunista:

[...] afirma com ênfase inusitada a centralidade operária na revolução socialista; o proletariado moderno, nascido com a grande indústria, é o sujeito revolucionário por excelência, ‘a classe que traz o futuro nas mãos’. [...] o Manifesto também apresenta o proletariado como vítima principal da acumulação capitalista, condenado a indigência e à pauperização: o progresso industrial o empurraria inexoravelmente para a condição de massa miserável, problematizando (inclusive no plano lógico) a própria

estruturação de uma classe revolucionária. Criando o proletariado, a burguesia prepara o ambiente para a revolução, mas ao mesmo tempo as leis objetivas do movimento do capital reduzem o proletariado a *lumpem*, liquidando-o como classe, fazendo com que caia nos termos do Manifesto, 'inclusive abaixo das condições de existência de sua própria classe'. (ENGELS; MARX, 2005, p. 23, destaques dos autores).

Então, se conclui que o objetivo do Manifesto Comunista foi libertar milhares de trabalhadores da opressão, da miséria e da exploração, o proletariado moderno, classe oriunda das grandes indústrias. Sobre estes operários, Engels e Marx (2005, p. 74) ressaltam:

A crescente concorrência dos burgueses entre si e as crises comerciais que disso resultam tornam os salários dos operários cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna as condições de vida do operário cada vez mais precárias [...].

Para Przeworski (1989, p. 31, destaques do autor),

O desenvolvimento da produção fabril e a conseqüente concentração do capital e da terra conduziram rapidamente à proletarianização de profissionais especializados, artesãos, comerciantes e pequenos proprietários agrícolas. Até mesmo 'o médico, o advogado, o padre, o poeta, o homem de ciências' estavam sendo transformados em proletários, segundo o Manifesto Comunista. Esse aumento do número de pessoas que vendiam sua força de trabalho em troca de salário não era acidental, temporário ou reversível; era considerado uma característica necessária do desenvolvimento capitalista. O socialismo seria do interesse quase geral, e a esmagadora maioria das pessoas expressaria nas urnas sua disposição para o socialismo.

O Manifesto Comunista pode ser considerado um documento privativo dos socialistas, norteador de suas práticas sociais, políticas e econômicas e representou uma forma de oposição aos ideais pregados pelo Liberalismo, ao individualismo e ao poder dos grandes capitalistas. Segundo Engels e Marx (2005, p. 24),

[...] apresentava com vigor incomum para a época – tanto no plano de análise científica como no da paixão política – os objetivos básicos, táticos e estratégicos, dos comunistas: 'o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia'; a partir de então, será possível por em prática um conjunto de medidas radicais e de justiça social que acabarão por revolucionar todo o modo de produção, intervindo no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção.

Em fevereiro de 1848, findaram-se as redações do documento. Este texto transformou o mundo e suas relações, sendo declarados a luta de classes, o motor

da história e o progresso da humanidade. Os objetivos do Manifesto eram eximir com a ordem burguesa e toda supremacia hegemônica aos oprimidos, perpetuando os ideais comunistas, para ter a coletividade, a comunidade, igualdade e propriedade privada seriam eximidas.

Segundo Martinelli (1993), o Manifesto foi a principal teoria de Marx e Engels, situando a luta de classes como eixo central, pois nessa época a classe proletária vivia uma série de tumultos reivindicando mudanças, lutando bravamente para construir seu projeto político.

A partir de então, palavras tais como modo de produção, propriedade coletiva, classes, crises capitalistas etc. passaram a serem corriqueiras entre a classe operária. Na perspectiva da tomada de consciência pela classe operária, Marx, sabiamente descreve:

[...] no capitalismo plenamente constituído as lutas de classes chegam a uma fase em que o proletariado não pode se emancipar sem emancipar toda a sociedade da divisão em classes e da luta entre elas. 'A libertação da classe oprimida, dirá ele, implica necessariamente, a criação de uma sociedade nova'. Além disso, ao examinar o caráter das greves e coalizões operárias, introduzirá uma distinção – entre 'consciência em si' e 'consciência para si' - destinadas a ter grande fortuna na história do pensamento marxista: As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. (ENGELS; MARX, 2005, p. 21).

O Manifesto Comunista é um documento extremamente relevante para o Serviço Social, enquanto base teórica para o projeto ético-político dos assistentes sociais contemporâneos. O marxismo é ponto de referência, base teórica para diagnosticar a realidade socioeconômica dos usuários do Serviço Social.

O Estado, a Igreja e a Burguesia se uniram para, coesos, enfrentarem a expressividade cada vez maior da classe trabalhadora, trazendo para si as expressões da questão social subjacente, com objetivos de mudar a ordem social vigente, metamorfoseando a sociedade e seus membros.

Segundo Martinelli (1993, p. 66),

Na Inglaterra, o resultado [...] dessa união foi o surgimento da Sociedade de Organização da Caridade em Londres, em 1869, congregando os reformistas sociais que passavam a assumir formalmente, [...] a normatização e a prática da assistência.

Em 1908, funda-se a primeira escola de Serviço Social na Inglaterra como relata Martinelli (1993, p. 108, destaque da autora):

Relacionando-se, não casualmente, na sua origem, com o agravamento da 'questão social' dos países que as abrigavam, o surgimento das escolas não pode ser dissociado de um contexto político mais amplo. Sua trajetória se deu em meio a um complexo quadro social em que se combinavam questões políticas, ambições colonialistas de países poderosos e corrida armamentista internacional, variáveis complementadas pelo processo de consolidação e expansão do capitalismo em escala mundial.

Com a organização monopólica do capital, no pós-revolução industrial, o Estado trouxe para si as expressões da questão social subjacentes, identificando-se o Assistente Social como o profissional com a competência para executar as políticas públicas e com a função de mediador das tensões sociais entre: Estado, capital e a classe trabalhadora. Assim, "Os serviços assistenciais e beneficentes estrategicamente criados pela burguesia procuravam atuar como sérios obstáculos, trazendo para o movimento operário a falsa representação de um Estado paternal, bom e protetor." (MARTINELLI, 1993, p. 118).

Sobre este período da história, Martinelli (1993, p. 51) continua:

O período pós-1848 configurou um momento de expansão da economia capitalista em escala mundial, ao qual correspondeu um certo arrefecimento das manifestações dos trabalhadores em toda a Europa, fortalecendo-se, em consequência o poder burguês. A década de 1850, sob uma calma aparente, ocultava uma verdadeira onda de turbulência que viria à tona por toda a Europa nos anos seguintes e que seria a nota característica de todo esse período em que o capitalismo estava firmando-se como um novo regime econômico, como uma nova ordem social.

Dessas transformações, ao Estado foi atribuída a função de aparato administrativo criado e utilizado pela classe detentora do capital e dos meios de produção, sendo então os capitalistas responsáveis pela viabilização e manutenção da divisão social em classes distintas e contraditórias.

Todavia para José Paulo Netto (1996, p. 69-70), o Serviço Social emerge, também, vinculado à execução de políticas públicas como um projeto conservador da classe dominante para criar um novo sistema, surgindo das lutas de classes as políticas vieram a partir das lutas sociais, como um projeto hegemônico de classes.

Dessa maneira, sobre a origem do Serviço Social, pode-se afirmar que:

O Serviço Social, como profissão institucionalizada, nasceu no século XIX, com a Revolução Industrial. Sob o impacto do desenvolvimento do capitalismo, emergem várias crises sociais: desemprego, jornadas excessivas de trabalho para crianças e mulheres, doenças, misérias etc. Os trabalhos de ação social, a ajuda caritativa e paliativa, como sugerem seus próprios nomes, eram soluções imediatas para problemas que tinham causas na estrutura de um sistema econômico e social que alicerçava suas raízes. Nos EUA, a primeira escola de Serviço Social foi fundada em 1898, a Escola de Filantropia Aplicada, criada sob a influência de Mary Richmond. Esta escola surge recebendo, obviamente, as influências do contexto social, econômico e político da época. (RICO, 1985, p. 30).

Nesse contexto histórico (século XIX), passava-se por um momento de intensa crise, de mudanças do proletariado europeu devido à Revolução Industrial, às agruras do capitalismo resultando em vidas precarizadas, miséria estrutural e a formação de um denso exército industrial de reserva.

Mais precisamente no final do século XIX, o Papa Leão XIII publicou a Encíclica "*Rerum Novarum*", apresentando ao mundo católico os fundamentos e as diretrizes da Doutrina Social da Igreja. Ao lado da Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, o Manifesto Comunista foi a maior novidade social do século XIX. Para os primeiros assistentes sociais, a Encíclica *Rerum Novarum* foi muito importante para sua prática, pois o profissional era dotado de uma teoria fragilizada (positivista) em consequência de sua formação ainda bastante precária.

Sobre esta Encíclica, (*Rerum Novarum*, p. 37 apud SILVA, I. M. F., 2008, p. 77) destaca que:

Quanto à assistência social, a encíclica recorre às propostas mutualistas para amparar o trabalhador em caso de acidente de trabalho, morte ou enfermidades, desde que resguardado o papel dos sindicatos católicos, justificando a existência desse tipo de associação como recomendação cristã de auxílio mútuo. Leão XIII ilustra sua premissa com a seguinte passagem bíblica: o irmão que é ajudado por seu irmão, é como uma cidade forte.

No Brasil, o Serviço Social inicia-se em 1936 a partir das iniciativas dos grandes líderes da Igreja Católica no país inspirados na Doutrina Social da Igreja, então enriquecida por uma nova Encíclica Social: a "Quadragesimo Anno", redigida pelo Papa Pio XI e publicada no dia 15 de maio de 1931 em comemoração aos quarenta anos da *Rerum Novarum*. Entretanto, uma das primeiras ações sociais no Brasil ocorreu no bojo da Revolução Constitucionalista de 1932 com a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, que:

[...] qualificou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social. Nesse Centro, como fruto da iniciativa das cónegas de Santo Agostinho, no Brasil realizou-se o primeiro curso de prepara para o exercício da ação social, que sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneaux, da Escola de Serviço Social de Bruxelas. (MARTINELLI, 1993, p. 123).

Na questão política do período Republicano, no início do século XX, devido às alianças oligárquicas entre paulistas e mineiros, estes dois estados controlavam a política nacional e, por isto, sofriam grande contestação popular. Nesse período,

As instituições republicanas são consideradas falidas política e socialmente; defendem a necessidade de um regime forte, atribuindo ao Estado autoridade absoluta, desde que sob a influencia da Igreja. Ordem e hierarquia são as condições indispensáveis para a superação da situação de crise. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 145).

Com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, o mundo entrou em crise, os poderosos fazendeiros paulistas perderam a hegemonia o que desembocou na Revolução 30, com a tomada do poder por Getúlio Vargas.

Devido aos movimentos operários, a fatos decorridos em oposição às desigualdades sociais, como reflexo das grandes explorações capitalistas, a questão social passa a ser reconhecida pelo Estado a partir da década de 30, do século XX. Para contê-los, o governo Vargas entra em cena protagonizando um arsenal de benefícios provenientes do Estado por meio de atendimentos benevolentes, assistencialistas e clientelistas. Houve a necessidade de o Estado atuar mediante a formulação de políticas sociais que atenuassem os movimentos sociais realizados pelos trabalhadores das indústrias.

As ações filantrópicas mostraram-se ineficientes frente à miséria gerada pelas desigualdades sociais. Maria Carmelita Yazbek (2004, p.15, destaque da autora) enfatizou que:

O Estado assumiu, então, o papel de regulador da condução das políticas econômicas e sociais do país, ao mesmo tempo em que a questão social foi a 'matéria-prima' que justificou a constituição do espaço profissional do Serviço Social, na divisão sócio-técnica do trabalho e a construção/atribuição de sua identidade profissional.

No Brasil, a origem do Serviço Social estava ligada à Igreja Católica, à burguesia e ao Estado. Para Yazbek (2004, p. 14), a profissão “[...] se

institucionalizou e se legitimou a partir dos anos 30, referente ao século XX, como um dos recursos mobilizados pelo Estado e empresariado, e ainda com um suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento da questão social.” Com o surgimento dos grandes centros urbanos, com as imigrações, as migrações internas e a intensificação do capitalismo a profissão passou a ser necessária.

O profissional do Serviço Social brasileiro, no final da década de 1930, tinha uma postura imbricada em valores morais, coercitivos, de ordem, junto do poder dominante da Igreja Católica diante da miséria generalizada; a conotação ética era a dos ideais positivistas de August Comte. Assim, seguem os dizeres dos autores Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2001, p. 137-138)

É preciso que o operário possa cultivar seu lar, e, portanto, intervir e ensiná-lo a bem organizá-lo, com seus recursos, etc. Isto é, elevar o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade de comportamento ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelas greves e por manifestações operárias buscando melhorias nas condições de trabalho e proteções sociais básicas. Também, a partir de 1930, é reconhecida a cidadania do proletariado e, nos primeiros

[...] anos do governo provisório, a legislação social é reformulada e ampliada – jornada de 8 horas, menores, mulheres, férias, juntas de conciliação e julgamento, contrato coletivo de trabalho etc. projetando-se sua aplicação generalizada nos meios urbanos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 152).

O programa de previdência, existente na década de 20 e 30 do século XX, propiciou o populismo Vargasista, mediando a tensão entre capital e trabalho, sublinhando neste período uma participação subalterna e consensual da maioria da sociedade brasileira.

Ainda na década de 30, do mesmo século citado acima, foram criados o Ministério do Trabalho, o Ministério da Indústria e Comércio, a Legislação Trabalhista, o Ministério da Educação e Saúde, os Institutos de Aposentadorias e Pensões, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1938, entre outras medidas.

Este período foi marcado pela política populista, clientelista, coesa à repressão e autoritarismo. Como ressalta Levine (1983, p. 321),

Leis governavam a saída do emprego, a segurança do trabalho e os conflitos trabalhistas. Os sindicatos tiveram permissão para funcionar desde que legalmente reconhecidos e registrados, mas foram expressamente proibidos de participar em atividades políticas.

O populismo principia-se quando o Estado reconhece a questão social, devido às mutações decorrentes no período: êxodo rural, pós-abolição da escravidão, urbanização e gênese da industrialização. Era o Brasil se firmando enquanto sociedade capitalista (da economia estritamente agrária para a urbano-industrial).

O alicerce do populismo brasileiro decorreu quando se institui o Estado, tendo como reflexo a implementação de ações políticas, quando idéias são manipuláveis e ambíguas. As ideologias são, muitas vezes, interpretações antagônicas, transmitidas, em sua maioria, a pessoas não instruídas, não possuidoras de conceitos críticos e reflexivos. Sendo mais importante a:

[...] habilidade e a força com que é comunicada, a autoridade do agente comunicador, sua relevância em relação às necessidades daquilo que Selznick chama 'as eleitorados' etc.: em síntese, o poder de uma ideologia tem tanto que ver com seu contexto social como o apelo 'puro' de um conjunto de idéias. Na realidade, nosso raciocínio sugere que tais apelos 'puros' só podem ocorrer onde existe *wertrationalität* (compromisso com certo valor geralmente dominante). (WORSLEY, 1973, p. 27, destaques do autor).

Na década de 40, do século XX, contrariamente ao que se generaliza no senso comum, Getúlio Vargas não foi o Pai dos Pobres, Getúlio na realidade foi a Mãe dos Ricos. Então, realizou-se o modelo previdenciário para desmobilizar o comunismo e estruturar a ordem e, para tal, foi necessário reconhecer os direitos dos trabalhadores urbanos especializados, através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT): jornada de oito horas, quinze dias de férias remuneradas anuais, salário mínimo, assistência médica gratuita, segurança no emprego, assistência financeira em caso de doença, acidente de trabalho, proibição ao trabalho infantil e aposentadoria.

Pois sabe-se que:

A tentativa de controle da organização do proletariado, implica que este seja reconhecido pelo Estado, enquanto classe, e enquanto classe social espoliada. [...]

A violência do Estado se fará constantemente presente à trajetória das lutas do movimento operário como mais eficiente instrumento de manutenção da

paz social necessária à acumulação capitalista. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 132-133)

Essa década foi marcada pela ascensão do Estado de Bem Estar Social, ou Keynesianismo e o modelo de produção fordista. A proposta keynesiana seria política e econômica para conter os desempregos em massa, pois “[...] a demanda a ser gerada pela renda dos trabalhadores com pleno emprego teria o mais estimulante efeito nas economias em recessão.” (HOBSEBAWM, 1995, p. 100). O fordismo, por sua vez, “[...] separava os operários uns dos outros e dividia o processo de produção em uma série fragmentada de tarefas que podiam ser controladas com maior facilidade por supervisores e pela administração.” (JOHNSON, 1997, p. 5).

O Serviço Social, ainda nessa década, segundo Maria Carmelita Yazbek (2004, p. 14),

Passou então a intervir diretamente no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador das mesmas, viabilizando tanto o processo de acumulação capitalista como o atendimento das necessidades sociais da população.

Neste período, o projeto profissional ainda estava ligado aos ideais céticos da Igreja Católica embasados no positivismo. O estado brasileiro passou a necessitar e empregar profissionais assistentes sociais para trabalhar com a demanda populacional vulnerável devido aos reflexos da questão social. Neste período, da Segunda Guerra mundial, instituiu-se a LBA (Legião Brasileira de Assistência):

Da assistência ‘às famílias dos convocados progressiva e rapidamente começa a atuar em praticamente em todas as áreas da assistência social, inicialmente para suprir uma atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente’. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 251-252).

Com o desenvolvimentismo, no governo de Juscelino Kubistchek na década de 50, do século XX, devido ao aumento de bens e serviços, da questão social, da industrialização associada ao capital estrangeiro, abriu-se espaço para a inclusão de Assistentes Sociais no funcionalismo público, passando a atuar em políticas públicas. Nesse sentido, Yazbek (2004, p. 15) cita que, com

A criação de políticas sociais, abriu-se no serviço público estatal um mercado de trabalho para o emergente Serviço Social brasileiro, que

ampliou suas possibilidades de intervenção para além da ação social até então em âmbito privado, sob o patrocínio da Igreja Católica.

O governo Kubitschek também foi marcado pelo populismo, devido ao seu projeto modernista, de fazer o país crescer 50 anos em 5, autodenominado-se desenvolvimentista. Emergiram, nesse período, órgãos para a qualificação da força de trabalho como: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); o Serviço Social da Indústria (SESI), que “[...] foi direcionado a planejar e executar projetos para o bem estar do trabalhador da indústria.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 268); e o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) – conhecidos como “ginásios de pobres” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 287).

Em relação à Assistência Social, considera-se um período hegemônico, no qual se instituiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNAS), criaram-se órgãos como a LBA, o Departamento Nacional da Criança, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Conselho Nacional do Desenvolvimento.

Para a população empobrecida, surgiram várias instituições assistenciais que destinavam seus atendimentos principalmente aos habitantes das favelas. As ações dos Assistentes Sociais se deram a partir da instituição de Centros de Ação Social (CAS) nas principais favelas, delimitando o Serviço Social do período como de Caso, de Grupo e de Comunidade, e tinha como projeto ético-político um atendimento não emancipatório, aludido aos preceitos moralizadores, contidos no código de ética de 1947. Como relatam Iamamoto e Carvalho (2001, p. 283-284):

[...] serviços de Saúde (higiene pré-natal, higiene infantil, clínica médica, lactário, gabinete de odontologia, pequenas cirurgias e farmácia) e Serviço Social, tendo este por responsabilidade todas as atividades fora do campo médico: Serviço dos Casos Individuais (matrícula, triagem, inquéritos, visitação, seleção, orientação e tratamento), Auxílios (Assistência Jurídica, encaminhamento – emprego, situação civil, hospitais etc. – caixa beneficente, creche, merenda escolar etc.), Recreação e Jogos (adultos e crianças) e Educação popular. Além dessas modalidades, o Serviço Social de Grupo deverá ser aplicado para além do seu campo tradicional – lazer e educação – através da constituição do CAS, de Associações de Moradores, teorizadas enquanto forma de aferir a penetração da instituição no meio, devendo permanecer sob tutela.

O assistente social tem, ainda, sua prática voltada para atender o capital e o Estado, num momento delimitado pela internacionalização da economia, devido ao poderio do setor privado e do capital internacional. Os profissionais assistentes

sociais foram muito valorizados quando “[...] a ONU (Organizações das Nações Unidas) e outros organismos internacionais se empenham em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade (DC) como estratégia de integrar os esforços da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento.” (SILVA, M. O. S., 2006, p. 26).

Confirmando estas características, Maria Ozanira Silva e Silva (2006, p. 26) ressalta que a ação do assistente social:

Pauta-se numa visão acrítica e aclassista que se sustenta em pressupostos de uma sociedade harmônica e equilibrada, percebendo a comunidade como unidade consensual, cujo objetivo seria a união dos esforços do povo aos do governo, enquanto estratégia para chegar ao desenvolvimento, assumido como modernização das estruturas, mediante uma mudança cultural controlada.

Esse contexto histórico foi marcado pela ampliação da classe trabalhadora, refletindo em maior organização política e na consciência de classe. As zonas rurais também foram palco de tensões, devido à ausência da reforma agrária em detrimento da imensidão de terras brasileiras. Nas zonas urbanas os ruídos se voltam para a classe média e entre os estudantes universitários clamando pelo aumento de vagas no ensino superior público (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

A década de 60, do século XX, foi marcada pelo avanço dos ideais socialistas por meio das teorias marxistas, principalmente na América Latina.

Ainda nos anos 1960, período precedente à Ditadura Militar (1964), o governo João Goulart chega ao poder opondo a entrada da econômica estrangeira em solos nacionais dando espaço para mudanças. O seu lema: nacionalização.

Tais mudanças são bem descritas por Maria Ozanira Silva e Silva (2006, p. 27-28):

Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com a presença das ligas camponesas, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação Popular e outros. A questão social, nesse período, é enfrentada por medidas de extensão da educação, ampliação da Previdência, extensão da legislação trabalhista ao trabalhador do campo com o Estatuto do Trabalhador Rural, barateamento de alimentos básicos, combate a doenças endêmicas e programas de habitação popular.

Segundo Maria Ozanira Silva e Silva (2006), dois fatores foram importantes para o Serviço Social brasileiro neste período. De um lado, a prática profissional passa a se direcionar pelo avanço técnico na perspectiva do ajustamento do indivíduo numa sociedade harmônica. Por outro lado, os setores da Igreja católica ligados à teoria da Libertação que induzem a politização e a criticidade da categoria profissional em função das mudanças estruturais da sociedade. Para o Serviço Social estes breves anos do governo João Goulart representaram a necessidade de repensar as práticas positivistas e funcionalistas.

Todos esses fatores levaram aos rumores de um possível comunismo e, consecutivamente, o temor dos conservadores. Dessa forma, passa-se a vivenciar outro capítulo da história brasileira, a Ditadura Militar (1964-1985), com uma política administrativa autoritária.

A autora Maria Carmelita Yazbek (2004) relata que, na década de 60, do século XX, o Serviço Social passou por uma revisão de conceitos e referenciais, a partir de dados da realidade social excludente e exploratória. Este movimento ficou conhecido como Movimento de Reconceituação que buscava romper com o conservadorismo, com as práticas positivistas e burocráticas. Para isto, era necessário que a categoria se fundamentasse num novo projeto ético político alijado das condições econômicas, sociais e culturais dos usuários brasileiros por meio do materialismo histórico-dialético.

Sobre este movimento, Maria Ozanira Silva e Silva (2006, p. 29-30) comenta:

No primeiro momento da ditadura militar, o Serviço Social é bastante marcado em suas perspectivas e possibilidades de avanços críticos. Sobretudo é importante considerar que, nesse momento, se articula e se gesta, na América Latina, a partir do Cone Sul, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, que permite canalizar as insatisfações acumuladas pelos profissionais que se conscientizam, progressivamente, de suas limitações, tanto teórico-instrumentais como político-ideológicas. Verifica-se uma marcante polarização em torno da perspectiva de mudança social, que se expressa por uma consciência clara sobre a situação de subdesenvolvimento, dependência, dominação e conseqüente opressão e exploração das maiorias nacionais no continente latino-americano.

A partir das décadas de 60 e 70, do século XX, a profissão se legitima avançando na relação acadêmica e institucional, como comenta Yazbek (2004, p. 18), “[...] o Serviço Social profissional se consolidou como profissão na sociedade

brasileira na medida em que as intervenções do Estado no campo social foram se consolidando, apesar de toda a precariedade de políticas sociais no país.”

Após 1964, o Estado passa a ser centralizador e tecnocrático, o modelo econômico altamente concentrador de renda denominado milagre econômico, a égide dessa economia era a valorização do capital estrangeiro. Neste contexto repressor, aconteceram vários movimentos e organizações como visto anteriormente.

Então, o Serviço Social passa a atuar para a máquina estatal, por meio das políticas sociais do regime militar, em nível federal: a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Fundação de Bem Estar do Menor (FUNABEM); estadual: Secretarias do Bem Estar Social e na Previdência: o Ministério da Previdência e Assistência Social. Também assume atuações em empresas (por meio das políticas sociais privadas) (SILVA, M. O. S., 2006). Para a autora, “A política social, assumida por esse conjunto de entidades e implementada nesses programas, passa a contar com o assistente social como uma categoria profissional diretamente responsável pela sua operacionalização, [...]” (SILVA, M. O. S., 2006, p. 33).

O Serviço Social Reconceituado contou, nesta época, com dois eventos muito importantes: o Encontro de Araxá (1967) e o Encontro de Teresópolis (1972). Esses encontros representaram mudanças para a categoria profissional, pois a partir deles começam a surgir questionamentos em busca da ruptura com as práticas funcionalistas e conservadoras, como corroboram os escritos de Maria O. S. e Silva (2006, p. 35):

É a partir de 1970 que começa a ser colocada a perspectiva marxista no contexto do Serviço Social brasileiro, inicialmente apresentada pela vertente do estruturalismo, com influencia principalmente de Althusser, manifestada através da concepção das instituições vistas como aparelhos ideológicos do Estado, seguindo a tendência do Movimento de Reconceituação, em nível continental, naquele momento que negava a prática institucional e enfatizava a militância política. [...].

A obra marxista e o serviço social são inseparáveis, fora do âmbito da sociedade burguesa, uma vez que tem como substrato a questão social: problemas econômicos, culturais, sociais, políticos e ideológicos e o fato de, para Marx, o capitalismo ser a produção e reprodução contínua da questão social.

As décadas de 70 e 80, do século XX, foram marcadas pelo novo modelo econômico, o neoliberalismo, que muito interferiu na vida das pessoas

principalmente as pertencentes aos países periféricos devido à supremacia hegemônica dos países centrais. Sobre isto, Iamamoto (2004, p. 262) ressalta que:

A reestruturação produtiva, a reforma do Estado segundo os parâmetros neoliberais, o agravamento da questão social manifesta nas multifacetadas formas de expressão das desigualdades sociais, vêm criando novas estratégias de seu enfrentamento por parte da sociedade civil organizada e do Estado.

E sobre as estratégias para o Serviço Social, a autora continua:

Sendo a questão social a base de fundação do Serviço Social, a construção de propostas profissionais pertinentes requer um atento acompanhamento da dinâmica societária, balizado por recursos teórico metodológicos, que possibilitem decifrar os processos sociais em seus múltiplos determinantes e expressões, ou seja, em sua totalidade. Exige uma indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade, o que atribui um especial destaque às atividades investigativas como dimensão constitutiva da ação profissional. (IAMAMOTO, 2004, p. 262).

Nas décadas de 80 e 90 do século passado, aconteceram grandes pressões por mudanças no Estado como a política descentralizadora. Com a redemocratização em 1988, uma nova constituição foi promulgada. Nela constam todos os direitos, dando notoriedade às políticas sociais vinculadas à descentralização e à importância da participação popular nas decisões a serem tomadas nos municípios.

Para a sociedade, a promulgação dessa constituição foi extremamente relevante devido à universalização dos direitos sociais. Para o Serviço Social, ela representou uma nova perspectiva de assistência social, devido à promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que estabeleceu a Assistência Social como política pública de direito, com o propósito de romper com a cultura assistencialista, tão premente nas ações do retrogrado Serviço Social brasileiro.

Sobre a Assistência Social contemporânea a Carga Magna (CF/88) delimitou:

Art. 194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
[...]

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 2005^a, p.52, 55)

De acordo com os direitos delimitados acima, uma nova lógica de gestão municipal da assistência social foi implementada através do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742, sancionada em 7 de dezembro de 1993, compreendida como política pública não contributiva destinada a quem dela necessitar.

O ano de 1993 foi extremamente relevante para a categoria profissional, devido à aprovação de um novo código de Ética para o Serviço Social pela Resolução do CFESS nº. 273/93. Esse código é o resultado de luta e de ação coletiva dos profissionais. Esse novo modelo propôs:

[...] para o Assistente Social os princípios éticos fundamentais que fazem parte do projeto ético-político da profissão e têm como valor central a 'liberdade', comprometida com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais; afirma a defesa dos 'direitos humanos' e a recusa do arbítrio e de preconceitos de qualquer natureza; defende a 'equidade e a justiça social', na perspectiva da 'universalização' do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; propõe a ampliação e consolidação da 'cidadania', como condição para a garantia dos 'direitos civis, políticos e sociais' as classes trabalhadoras; a defesa da 'democracia' e, do ponto de vista do exercício profissional, exige o compromisso com a 'competência' e com a qualidade dos 'serviços prestados', o que supõe o 'aprimoramento intelectual', a formação acadêmica qualificada, a garantia do 'pluralismo', além de uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos e a articulação com 'outras categorias profissionais', na constituição de uma nova ordem social. Os indiscutíveis desse Código de Ética, que além dos princípios éticos fundamentais apresenta os direitos, deveres e impedimentos ético-legais do trabalho do Assistente Social, expressam o acúmulo do debate profissional dos últimos vinte anos do Serviço Social brasileiro. (YAZBEK, 2004, p. 27).

Segundo a Resolução CFESS nº. 273, de 13 de março de 1993 (Código de Ética Profissional do Serviço Social), os princípios fundamentais ligados à proposta desse estudo, a inclusão dos usuários afrodescendentes, são:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2004, p. 38-39).

A prática do Serviço Social Reconceituado com as novas legislações (Lei Orgânica da Assistência Social, Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto do Idoso etc.), a Constituição de 1988, a aprovação de um código de ética condizente ao projeto ético político do Serviço Social que tem como base a teoria marxista, foram essenciais para os assistidos sociais. Nesse sentido, Iamamoto (2004, p. 239) afirma: “O centro das preocupações do Serviço Social, ao repensar-se e rever sua prática, foi assegurar sua contemporaneidade, levando-o a enfrentar, juntamente com a sociedade, as questões da democracia, da cidadania e dos direitos sociais.”

Enfim, a prática do Serviço Social contemporâneo tem como projeto ético-político a emancipação, a equidade e a garantia dos direitos sociais dos cidadãos brasileiros. Nesse contexto histórico,

No Brasil, esse processo de multiplicação e especificação de direitos sociais conduziu a aprovação de diferentes marcos legais que regulamentaram artigos da Constituição de 1988, como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a Loas, o Sistema Único de Saúde (SUS), dentre outros, e abrigou a eclosão de movimentos sociais de mulheres, negros, índios etc., que trouxeram para o cenário público o debate sobre os preconceitos e discriminações de que são alvo e a mobilização por novos direitos (RAICHELIS, 2005, p. 163).

Na década de 90, do século passado, houve um aumento considerável de ONGs (Organizações Não Governamentais), um estimado conjunto de entidades sociais, organizações empresariais que, segundo Raichelis (2005, p. 78),

[...] relaciona-se com a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade, a partir do que o Estado passa a transferir parcelas de responsabilidades para as comunidades organizadas não-governamentais, incluindo aí as fundações e a chamada filantropia privada.

Em 2004, foi aprovada e tornada pública a Política Nacional de

Assistência Social, cuja proposta, no processo de elaboração, “[...] contou com a assessoria de órgãos internos e externos ao governo, como também com a contribuição de colaboradores convidados a opinar durante a sua formulação. [...]” (RAICHELIS, 2005, p. 114).

Sobre a organização da participação popular, Raichelis (2005, p. 131-132) comenta:

Um dos mecanismos propostos pela Loas para viabilizar esta perspectiva publicista é a criação de Conselhos de Assistência Social, incluindo o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ‘órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social’. De igual forma, foi proposta a criação de Conselhos de Assistência Social nos níveis estadual, municipal e no Distrito Federal, por meio da elaboração de leis específicas.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o órgão deliberativo responsável em aprovar a Política Nacional de Assistência Social,

[...] normatizar as ações de natureza pública – estatal e privada – neste campo, incluindo a definição dos critérios para a concessão de registros e certificados às entidades privadas sem fins lucrativos, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, aprovar critérios de transferência de recursos para outras esferas de governo, acompanhar e avaliar a gestão dos recursos e a qualidade dos programas e projetos aprovados, aprovar e fiscalizar a execução de programas do FNAS, dar publicidade de suas decisões, pareceres e das contas do fundo por intermédio do Diário Oficial da União, além de convocar a cada dois anos a Conferência Nacional de Assistência Social. (RAICHELIS, 2005, p. 133-134).

Então, a partir das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica (NOB) em 2005, a Secretaria de Assistência Social passou a direcionar sua gestão na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social, viabilizando a garantia de direitos aos usuários do Serviço Social.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) fundamentou suas ações na família, trabalhando sob o princípio da territorialização e da setorização. Para Neire Bruno Chiachio ([s.d.], p. 33),

O SUAS considera a família o eixo matricial porque é o elo básico na reconstrução de vínculos, reconhecendo aí não só a família, o grupo formado pelos pais, como também as diferentes combinações de agregados que se formam por relações afetivas, consanguíneas, de gênero, e que assumem a função de desenvolver afetos, cuidados e reprodução social. A família que deve ser entendida, portanto é a que existe, a que é vivenciada concretamente.

A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios ocorre por meio da descentralização político-administrativa, que se concretiza com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). O objetivo central desses órgãos é garantir a universalização dos direitos sociais por meio das equipes multidisciplinares, compostas basicamente por assistentes sociais e psicólogos.

Cabe ao profissional assistente social desenvolver atribuições e competências em diferentes áreas de atuação, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei Federal nº 8.662/93 que, em seu Art. 5º, constitui atribuições privativas do Assistente Social: coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são locais privilegiados de execução direta das ações de proteção social básica da assistência social. As atividades desenvolvidas no CRAS são, segundo Gazzoli, Mayer e Silva ([s.d.], p. 116):

[...] plantão social, atendimento individual e grupal, cadastro, acolhimento/triagens, encaminhamentos a redes de serviços; orientação/esclarecimentos sobre os direitos sociais e serviços; visita domiciliar; estudo socioeconômico; elaboração de relatório social, parecer social e laudo social; revisão de programas (BPC); inclusão em programas de transferência de renda trabalho socioeducativo com as famílias e seus membros, vinculados aos programas sociais; entrevistas com familiares, acompanhamentos; elaboração do perfil dos usuários; estudo das vulnerabilidades sociais no território; articulação e interlocução com a rede de serviços; desenvolvimento de projetos; organização de cursos profissionalizantes e palestras e realização de reuniões com a equipe.

Nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) desenvolvem-se ações como o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que desenvolve programas, projetos e serviços que buscam promover a inclusão social das famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), os programas, projetos, serviços e benefícios destinam-se à população em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação e/ou fragilização das relações

sócio-afetivas e de originalidade social (discriminações a crianças, adolescentes e idosos; étnicas; de gênero ou por deficiências, entre outras).

Com a I Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, surgiram muitas reflexões sobre a necessidade da inclusão, da valorização, da afirmação da identidade do povo etnicamente discriminado, pois o interesse é tornar os cidadãos críticos e contestativos. Nessa Conferência, as alternativas citadas foram: educação, saúde, lazer e cultura e assistência social. Um dos itens preponderantes para o Serviço Social, na conferência foi a instituição de propostas que envolvam as famílias, a juventude, a criança, o idoso e as mulheres, visando à valorização da etnia discriminada.

Sarita Amaro (2005, p. 63) argumenta que “[...] a questão social do negro e sua identidade étnica e política estão perpassadas por fatores históricos que remontam à escravidão e reforçam a cor como indicativo de inferioridade e estigma social.” A autora complementa que:

Muitas vezes ignora-se por que o usuário dos serviços sociais é majoritariamente negro, por que são as mulheres negras as chefes de família que recebem salários mais baixos e por que são crianças negras quem mais precocemente ingressam no mercado de trabalho e abandonam a escola. (AMARO, 2005, p. 79).

Por isto, a proposta deste estudo está relacionada à valorização da diversidade racial através do Assistente Social, tanto em instituições privadas, quanto nas públicas, levando esta questão social ao conhecimento da comunidade municipal.

Finalmente, após a contextualização do processo histórico do Serviço Social, espera-se que esta pesquisa seja de grande relevância para os usuários afrodescendentes, devido ao fato de vivenciar-se, na sociedade contemporânea, um processo de grandes transformações das demandas sociais pressionando novos desafios para o Estado.

A valorização das políticas públicas, no cotidiano da população afrodescendente, poderá efetivar-se por meio da práxis, pois os profissionais assistentes sociais são detentores da prática interventiva que tem como proposta norteadora a emancipação social. Nesse sentido,

O assistente social é um dos mediadores privilegiados na relação entre a população dominada, oprimida ou excluída, e o Estado. [...] Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade (PAULO NETTO; CARVALHO, 2000, p. 51-52).

Após essa explanação, no próximo capítulo serão apresentados: o campo de pesquisa, a cidade de Santa Rita do Passa Quatro - SP e os sujeitos entrevistados na coleta de dados.

CAPÍTULO 3 O CAMPO DE PESQUISA

3.1 Contextualização histórica do povo negro santarritense

A história da cidade de Santa Rita do Passa Quatro - SP tem sua origem nos anos de 1820, mais ou menos. Viviam por estas terras dezenas de famílias originárias das regiões mineiras, formando fazendas cafeeiras por meio da economia escravista, que foram considerados os primeiros habitantes do município. Como relata o historiador Carlos Del Bel Belluz (1993, p. 41a), “[...] vindos da lendária região de Minas Gerais, de fontes de riquezas, na formação da lavoura cafeeira e na qual se fez sentir, também, o músculo do braço escravo, o suor dos filhos dos desertos africanos.”

O município foi fundado em 1860, por Ignácio Ribeiro do Valle e seu filho Francisco Deocleciano Ribeiro. O arraial recebeu a construção de uma pequena capela, dedicada à Santa Rita de Cássia, no lugar denominado Passa Quatro⁵; o arraial recebeu esse nome em homenagem à Rita Ribeiro Vilela, uma das doadoras de trinta e um alqueires de terra à Santa Rita de Cássia.

O arraial de Santa Rita vivenciou a fase escravocrata, porém em número reduzido, conforme estatística do ano de 1874 que, segundo Belluz (1991) em seu livro *Autobiografia e outros escritos*, apontou um número de duzentos e noventa e oito escravos. Em 1887, Francisco Deocleciano Ribeiro, tinha vinte e quatro braços não alforriados; outros fazendeiros também possuíam escravos não alforriados que cuidavam das lavouras.

Relata-se que, no dia 24 de janeiro, do século XIX, o vereador Tenente Coronel Joaquim Victor de Sousa Meirelles indicou que se oficiasse ao Presidente da Província, Dr. Rodrigues Alves, e ao Dr. Chefe de Polícia pedindo proteção a população, que estava temerosa quanto a possíveis reuniões desastrosas, realizadas por um grupo de negros não alforriados. Quanto ao movimento de libertação dos escravos, no município, o historiador Belluz (1993, p. 59a) conta que:

Chefe do movimento libertador ou apontado como chefe, aqui vivia Eustáquio Antonio de Lima, proprietário do outrora sítio “São Bento”, transformado hoje na Fazenda Paulistinha, a rica e famosa propriedade

⁵ Passa Quatro devido ao Córrego Passa Quatro, que tem nascente no Morro Itatiaia e cortava os quatro pontos da antiga estrada que ligava a cidade ao Porto de João Ferreira (atual Porto Ferreira).

agrícola do Sr. Bem Palma. O primeiro, porém, que libertou seus catorze escravos, em Santa Rita, foi o saudoso Francisco Alves de Araújo [...].

Após estes fatos, “Chico Alves” alforriou seus escravos sendo considerado o primeiro adepto abolicionista do município. O mesmo trouxe de Santos trinta e quatro negros libertos para trabalhar na sua lavoura, dentre eles estava o feitor do grupo, o abolicionista Andrade, um português. E, segundo Belluz (1993, p. 60a, destaque do autor),

Andrade foi aqui o organizador de reuniões de ‘sambas’ de festas entre a sua gente, numa das quais, junto à porteira ‘dos Bambus’, na proximidade da casa do Sr. Augusto Rigo, os preto de Andrade se excederam nas suas manifestações: hastearam bandeira vermelha e deram vivas à república e à liberdade, pregando abertamente a deserção ao trabalho, o que motivou o pedido de auxílio de força pública que veio, mas cujo comandante nada fez.

Muitos outros fazendeiros seguiram o exemplo do Sr. Chico Alves, como o proprietário da fazenda Cônego que:

[...] juntando seus quarenta ou cinqüenta escravos no terreiro, informou-lhes: – ‘De hoje em diante não tenho mais escravos. Quem quiser ficar ganhando 12\$000 por mês, fique; quem não quiser, vai para o inferno. Vocês estão todos forros’. E, chorando, abraçou o velho ‘Chico Alves’, enquanto a negrada submissamente vinha beijar-lhes os pés. (informação verbal)⁶.

Infelizmente é necessário transcrever relatos tão desumanos quanto estes, seres humanos agradecendo a liberdade recém conquistada.

Diante dos fatos ocorridos, tanto no eixo nacional quanto estadual ou municipal, no dia 1º de fevereiro de 1888 (ano da lei Áurea), com a supressão do artigo 172 do Código de Posturas, criou-se um imposto de 20 centavos por arroba de café exportado, segundo o vereador Tenente Saldanha, porque entendia-se que a lavoura iria passar por uma crise, devido à libertação dos escravos e que com muito dispêndio se faria a colheita.

Em 13 de maio de 1888, havia poucos escravos em Santa Rita, mas a data foi glorificada com júbilo, já que a escravidão era uma vergonha nacional e precisava ser reparada. Como relata Belluz (1993, p. 61a, destaque do autor) “Que

⁶ Este episódio foi relatado pelo professor santaritense Procópio Westin, da Escola Normal de São Carlos, em “O exemplo dos Caboclos”.

diga, se vivo fosse, o preto Claro Antonio de Aquino, a alma dos sambas e dos Congados nesta terra o Presidente da Irmandade do Rosário.”

Ainda no século XXI, infelizmente se carrega os reflexos deste retrocesso nacional, pois ao negro não foi suprido o dispêndio econômico e, até hoje, sofre explorações, vive nas zonas periféricas da cidade, têm suas vidas precarizadas em todos os sentidos.

Essas desigualdades são decorrentes da ausência de legislação, enfim de políticas públicas voltadas para os alforriados na pós-abolição. Quando começou a crise do escravismo os governos compensaram os proprietários dos ex-escravos, porém a grande massa humana negra nada detinha em seu poder, nem tinha os atributos necessários para disputar o mercado de trabalho com os imigrantes recém chegados.

Quanto à política, no final do século XIX, também estava ligada à questão econômica do período. Nessa época, o vereador Veríssimo José dos Reis fez uma reunião, inclusive para fazendeiros e negociantes, para discutir a possibilidade e promoção da vinda dos imigrantes italianos para o município. Neste período, o café era a maior atividade agrária da região.

E, assim, após a libertação dos escravos, chegaram os imigrantes italianos para morar e trabalhar nas fazendas que no início cultivavam somente café, mais tarde, surgiram outras culturas como milho, arroz, algodão, laranja e cana-de-açúcar. A influência da imigração européia foi tão intensa nessa região que as datas das festividades italianas eram comemoradas no município, como no relato:

Até mesmo as datas nacionais italianas eram festejadas em Santa Rita com grande pompa. Entre elas, o 20 de setembro em homenagem a unificação política, dando ‘os italianos residentes no Brasil, uma prova de que longe do país amado, nem por isso dele se esquecem’ e, no jornal local, a convocação nacionalista para a festa: ‘Quel giorno ogni cuore italiano deve palpitare per Roma, l’Eterna Città, per Roma la capitale della nostra bella Itália’. Ao som da Banda Lyra Santa Ritense, sob a regência de Antonio Bertagnon, iniciava-se a festa com alvorada e fogos, seguindo-se passeata cívica em saudação às autoridades locais. Mais tarde, tombadas beneficentes e comemoração social co grandes e longos discursos no Teatro, enfeitado externamente com bandeiras, lanternas venezianas, folhagens e flores e, internamente, com retratos de Giuseppe Garibaldi, dos reis Victor Emanuel III, Umberto e Rainha Margarida (BELLUZ, 1991, p. 45b, destaque do autor).

É inaugurada na pequenina vila, no dia 22 de junho de 1888, a iluminação pública com lampiões de querosene, consecutivamente, no próximo ano instalou-se

o serviço de água encanada e a construção do Chafariz do Largo da Matriz. No dia 20 de outubro de 1888, foi inaugurada a Companhia Ramal Férreo de Santa Rita, como transporte das riquezas produzidas nas regiões interioranas do estado de São Paulo. Em 1889, a cidade contava 3.500 habitantes e tinha a Casa da Câmara e Cadeia, as Igrejas Matriz e do Rosário, as capelas de São Sebastião e São Vicente.

Contudo, após a Lei Áurea, segundo os relatos de Victor Ribeiro, no livro *Imagens do Café* de Carlos Del Bell Belluz (1991, p. 73b), “[...] após 13 de maio de 1888, quase todos os escravos de seu pai continuaram a prestar serviços à família e só com o tempo se dispersando ou, quando com muito carinho, refere-se à ex-escrava Tia Barba.”

Em Santa Rita do Passa Quatro, a situação do negro no período pós-escravidão não foi muito satisfatória, pois o escravizado foi liberto sem as mínimas condições sociais e econômicas, depois de anos sob o poder hegemônico burguês. Como exemplo, segue um anúncio de jornal que revela a situação vexatória e preconceituosa. Seguem os dados da reportagem, do dia 13 de setembro de 1914, extraída do *Livro do Povo* de Carlos Del Bell Belluz (1991, p. 74b): “Creada. Precisa-se de uma boa criada para casa de pequena família de tratamento que pernoite no aluguel. Paga-se bem mas não quer de cor. Informações nesta redação.”

Na década de 50, do século XX, muitos negros vieram das regiões mineiras para o município, para trabalharem na Usina Santa Rita, antiga Usina Vassununga, onde viviam na forma de colonato. Através do Plano Diretor de Santa Rita do Passa Quatro (1958/1959, p. 22), foram coletados relatos sobre o número de famílias desta Usina: “[...] uma população de 3.000 pessoas agrupadas em 5 colônias, na indústria propriamente dita, o número de operários é de 250, ocupando-se alguns outros em trabalhos de padaria, olaria, armazém, farmácia, etc.”

Para finalizar, devem ser citados dados da biografia do Sr. José da Silva⁷, um negro que nasceu na zona rural do nosso município, no início do século XX, e trabalhou na lida do café. Devido à sua origem étnica não estudou na infância. Mudou-se para a cidade começando a trabalhar nas Indústrias Reunidas de Santa Rita até sua aposentadoria.

O Sr. José da Silva estudou alguns meses no período noturno, no antigo Mobral, e apesar de ter estudado pouco era muito comunicativo. Era membro do

⁷ Biografia do Sr. José da Silva, compilada pela assistente social: Rita de Cássia Ramos Rocha.

Congregado Mariano, sendo idealizador de quermesses, nas quais se arrecadava donativos para a Igreja Católica.

Nesse período, foi fundada a Ação Paroquial de Assistência (APA), sendo formadas equipes chamadas Assistenciais que tinham como objetivo cuidar das famílias pobres do município. O Sr. José iniciou um trabalho assistencial por meio da arrecadação de alimentos, para dividi-los entre as famílias vulnerabilizadas. Os alimentos eram separados em cestas básicas; uma equipe fazia as visitas, os necessitados eram agendados e, posteriormente, Sr. José ia com sua carrocinha entregar os donativos.

Após conhecer essa história, conclui-se que não existem favelas no município devido aos ideais do Sr. José. Entende-se que eram ações assistenciais, alijadas a ações populistas, pois nesse período o povo não tinha direitos às políticas públicas. O objetivo desse senhor era socorrer a sua gente pertencente à etnia negra que se encontravam em situação miserável. Infelizmente, o Sr. José não conheceu os ideais do Movimento Negro, os programas de ações afirmativas, o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra e a implementação do Estatuto da Igualdade Racial.

Consta que, nessa época, o projeto ético político do assistente social, era voltado à prática (positivista) funcionalista e assistencialista.

Porém, em 1968, fundou-se, em Santa Rita, o Círculo dos Operários, idealizado pelo promotor Dr. Hermano R. Santa Maria e que tinha como presidente o Sr. José da Silva. Pouco tempo depois, locaram uma sala, o círculo foi crescendo e seu José começou a buscar verbas com o Governo paulista, que eram destinadas aos cursos profissionalizantes oferecidos pelo MEC e SENAC. No círculo eram realizados, também, vários atendimentos de cunho assistencialista como: farmácia, consultório dentário, cursos de piano, corte e costura, pintura, culinária, cabeleireira e manicuro.

Na subjetividade do Sr. José, o povo não precisava somente alimentar-se, mas necessitavam também de lazer, então ele teve a idéia de fazer um salão de dança para realizar bailes populares. Foi doado ao Círculo um terreno, onde foi construído o “Clube do Bambu”. O clube tinha esse nome porque, inicialmente, ele era coberto de lona e era feito de bambu, só algum tempo depois foi coberto com telhas de cerâmica.

Seu José, infelizmente, já faleceu. Em 20 de novembro de 2007, foram feitas póstumas homenagens a esse santarritense, por meio de um obelisco erguido na Praça do Rosário, em sua memória.

3.2 A realidade atual do município

[...] a cidade é também, e, sobretudo, a morfologia petrificada de uma forma de divisão social do trabalho que separa o campo da cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com os expropriadores. É, portanto, teia viva de relações sociais e, no caso da cidade orgulhosamente capitalista, é também expressão imediata de uma forma de exploração social e econômica. (CARDOSO, 1979, p. 9).

A cidade de Santa Rita do Passa Quatro ganhou o status de estância climática pela Lei Estadual nº 719, de 1º de junho de 1950, devido ao seu clima ameno, seco, com vento constante e saudável. Seu aniversário é comemorado no dia 22 de maio.

As atividades econômicas atuais da cidade são: indústria e comércio (serviços, agricultura e pecuária), açúcar e álcool (Usina Sucroalcooleira), móveis, esquadrias de ferro, rações e comércio de aguardente. Existe também o Centro de Assistência e Integração Social (CAIS) de Santa Rita do Passa Quatro – SP e, na década de 40, funcionou um dos mais importantes hospitais para tratamento de tuberculose e psiquiatria.

Na região central da cidade localizava-se a antiga Ferrovia Paulista SA (FEPASA), atualmente, tombada pelo Patrimônio Histórico, tendo sido reformada e transformada no "Museu Zequinha de Abreu". Nesse espaço, preserva-se a memória de Santa Rita por meio de móveis, discos, jornais, muitos pertences municipais e também do músico Zequinha de Abreu.

Além das visitas ao museu, quem vem a Santa Rita do Passa Quatro tem outras opções como: conhecer o Jequitibá de 3.025 anos, que possui 40 metros de altura, 11,30 m de circunferência e 3,6 m de diâmetro⁸ e, também, poderá usufruir

⁸ Jequitibá Rosa - localizado no Parque Estadual de Vassununga, onde existem os maiores números de Jequitibás Rosa do mundo.

das águas da Cachoeira das Três Quedas⁹ ou visitar a imagem do Cristo no morro do Itatiaia¹⁰.

Um dos filhos mais ilustres desta terra, o compositor Zequinha de Abreu, nascido aos 19 de setembro de 1880, compôs mais de 300 trabalhos, entre eles: Branca, Aurora, Primavera de Beijos, Tardes em Lindóia, Último Beijo. E os choros: Tico-Tico no Fubá, Levanta Poeira, Os Pintinhos no Terreiro, Sururu na Cidade etc.

A área educacional apresenta-se da seguinte forma: três escolas estaduais, quatorze municipais, sete privadas e uma filantrópica.

Quanto aos eventos, realizados na cidade, encontram-se: Carnaval na praça; Festival de tradições italianas; 22 de Maio - dia da cidade e de Santa Rita de Cássia (desfile, benção das rosas e quermesse); Festival Santarritense da Canção (FESC); Festival Zequinha de Abreu (saraus, apresentação de bandas e orquestras, concurso de bandas e desfile); Independência ou Rock (7 de setembro) com apresentação de bandas de rock e atividades de vôo livre e trike no Morro Itatiaia; Feira Agropecuária e Industrial Santarritense (FAPIS) e Festival Gospel de Santa Rita do Passa Quatro.

3.3 Histórico do Serviço Social e as ações contemporâneas

Os relatos dos primeiros profissionais do município de Santa Rita do Passa Quatro - SP revelaram um pouco da prática profissional no final das décadas de 60, 70 e 80, do século XX.

A assistente social, que cedeu essas informações, exerceu a prática profissional no município como funcionária pública concursada pela Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo.

Ela relatou as dificuldades encontradas para que as pessoas acreditassem na seriedade da profissão. Enfatiza-se que tal fato ainda é muito comum, devido ao ranço assistencialista que a profissão carrega. A prática profissional assistencialista e protecionista está relacionada com a tese endogenista

⁹ Cachoeira Três Quedas - no local se encontra também a ruína da Casa de Força da primeira usina hidroelétrica de Santa Rita.

¹⁰ Morro do Itatiaia – Com a imagem do Cristo e a vista panorâmica das cidades: Tambaú, Porto Ferreira, Pirassununga etc.

do Serviço Social, através das ações caritativas, das relações mútuas, atrelada às questões religiosas, da benesse ou ajuda. Para Balbina Ottoni Vieira (1980, p. 27, destaque do autor), adpta a esta perspectiva o Serviço Social,

Sofreu influência das idéias costumes e tradições dos diversos momentos históricos, pois o agir social do homem depende do que crê e do que pensa, ou seja, da motivação de seus atos. Tanto no tempo como no espaço, esta diversidade de motivação imprimiu ao ato de ajudar o outro e de ajudar-se mutuamente uma conotação diferente.

Segundo a profissional santarritense entrevistada, a Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo, cujo órgão foi criado em 1967/1968, passou a se chamar atualmente Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS). O novo órgão veio trazer mudanças significativas, pois as entidades começaram a receber verbas do Estado, sendo o assistente social responsável pela elaboração dos pedidos.

Na época, a Igreja Católica predominava por meio das ações assistencialistas. Segundo a profissional, existiam no município entidades assistenciais, como a Ação Paroquial de Assistência (APA) que doava roupas e alimentos aos necessitados. Isto dependia do recebimento da Caritas Diocesana através de alimentos e recurso financeiro.

Outra Instituição, o Lar Dom Luiz Carbuloto ainda em funcionamento, um orfanato que, naquela época, mantinha sob sua custódia meninas e meninos de seis a dezoito anos em regime interno. Neste período, criou-se também o semi-internato por intervenção de um promotor do município e, também, com recursos da Secretaria da Promoção Social através de contrato, para que fossem repassadas verbas para as entidades assistenciais.

O Asilo São Vicente, por influência da Secretaria de Promoção Social mudou o nome para Lar São Vicente, no qual havia o programa Pró-Idoso que promovia bailes e outras atividades para a terceira idade. Também esta entidade passou a receber recursos do governo, melhorando assim os atendimentos. Ainda existiam o Albergue Noturno, o Centro Espírita Amor e Caridade e a Vila dos Pobres (passando a se chamar Vila João Lázaro).

Nessa época, existia a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que era um órgão assistencialista do governo Federal e mantido por uma pessoa leiga do município, que recebia e repassava verbas para as pessoas, como leite e alimentos.

As primeiras damas atendiam e auxiliavam esporadicamente as pessoas que a procuravam com dinheiro, roupas etc. Segundo Iamamoto e Carvalho (2001, p. 250), “A primeira grande instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência, é organizada em seqüência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial.”

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), como visto no parágrafo anterior, teve sua gênese nos anos 1940, realizando atendimentos em todos os segmentos sociais e:

Constituindo-se na primeira campanha assistencial de nível nacional, a Legião Brasileira de Assistência será de grande importância para a implantação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de trabalhadores sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 252-253).

Vicente de Paula Faleiros (2000, p. 46) argumenta que, depois de 1946, a Legião Brasileira de Assistência (LBA):

[...] passa a dedicar-se à maternidade e à infância, implantando postos de serviço de acordo com interesses, apoios e conveniências, buscando a legitimação do Estado junto aos pobres. Na distribuição de benefícios sociais predominava o assistencialismo [...].

Esta entidade foi extinta durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A criação da Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo instalou os Consórcios de Promoção Social que estimularam a criação de Centros Comunitários, Creches e contratos com entidades que necessitavam de um programa de atividades.

Em 1973, foi criado o Consórcio Intermunicipal de Promoção Social do Vale do Mogi-Guaçu, que era composto pelos seguintes municípios: Santa Rita do Passa Quatro, Descalvado, Santa Cruz das Palmeiras e Tambaú. Santa Rita do Passa Quatro ficou sendo a sede, e a presidência era preenchida a cada dois anos por um dos prefeitos participantes. Em seu quadro havia um superintendente, um diretor, uma secretária e uma assistente social.

A assistente social da época era do município de Batatais, que prestava

seus serviços para o órgão e era supervisionada pelas duas assistentes sociais da Secretaria de Promoção Social.

Os municípios eram atendidos com programas e projetos sociais elaborados pela assistente social, mediante interesse da comunidade, da demanda, por meio de um trabalho de pesquisa com entrevistas com mães, cadastrando pessoas interessadas nos diversos projetos.

Foram, ainda, implantados cursos como artesanato em couro, cursos para eletricista, encanador, corte e costura, crochê, culinária etc. Estes cursos tinham duração, geralmente, de um a dois anos, encerrando-se com a entrega de certificados que habilitava para o mercado de trabalho.

Paralelamente, nos centros comunitários eram desenvolvidas atividades de lazer, trabalhos em grupo, embora o atendimento prioritário fosse desenvolvido na comunidade, pois estes centros eram usados mais para gincanas, bailes, encontros para todas as religiões, carnaval, bingo e jogos de futebol.

O trabalho era financiado pela Secretaria de Promoção Social em parceria com as Prefeituras municipais consorciadas.

Em 1977, os prefeitos, por unanimidade, resolveram cada qual instalar em seu município o Departamento de Promoção Social, dirigido por um técnico em cada Prefeitura tendo em vista o aumento da demanda e a necessidade do acompanhamento das famílias carentes.

Inicialmente, o atendimento ocorria por Plantão Social que oferecia atendimento emergencial: cestas básicas, passagens, leite, medicamentos. Posteriormente, este atendimento foi ampliado passando a incluir: próteses, órteses, auxílio-funeral, atendimento à saúde, visita domiciliar e entrevistas.

Assim, no início dos anos 80 do século XX, foi criado, junto ao gabinete do Prefeito, o Fundo Social de Solidariedade de Santa Rita do Passa Quatro por meio da Lei nº 1.489, do dia 16 de agosto de 1983, na gestão do Prefeito Municipal Nelson Scorsolini, com o objetivo de mobilizar a comunidade para atender as necessidades e problemas sociais locais.

O Prefeito decreta e promulga a Lei, da qual foram extraídos alguns artigos de interesse desta pesquisa:

Art. 1º - Fica criado junto ao Gabinete do Prefeito o Fundo Social de Solidariedade do Município, com o objetivo de mobilização da comunidade para atender as necessidades e problemas sociais locais.

Art. 2º - O Fundo será dirigido por um conselho deliberativo.

Art. 3 – São atribuições do Conselho Deliberativo:

I – Fazer o levantamento das principais necessidades e aspirações da comunidade;

II – Levantar recursos humanos, materiais, financeiros e outros mobilizáveis na comunidade;

III – Definir e encaminhar soluções possíveis para os problemas levantados;

IV – Valorizar, estimular e apoiar iniciativas da comunidade voltadas para a solução dos problemas levantados;

V – Promover articulações e atuar integradamente com unidades administrativas da Prefeitura Municipal ou outras entidades públicas ou privadas.

Art. 4º - O Conselho Deliberativo será composto de 9 a 13 membros e presidido pela esposa do prefeito municipal, ou por pessoa de sua livre indicação.

Parágrafo único – Comporão o Conselho, a convite do Prefeito, representantes da comunidade, os quais serão designados por decreto do executivo.

Art. 5º - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de 2 anos, renovável a convite, cumprindo-lhes exercer suas funções até a designação de seus substitutos.

Parágrafo Único – O prefeito poderá substituir, temporariamente ou definitivamente, qualquer membro do Conselho Deliberativo.

Art. 6º - O mandato dos membros do conselho Deliberativo será exercido gratuitamente e as suas funções consideradas como prestações de serviços relevantes ao Município.

Parágrafo Único – Extingue-se ao mandato dos membros do Conselho ao término da atual legislatura.

Art. 7º - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo tomar todas as medidas administrativas, financeiras e orçamentárias para a gestão do Fundo.

Parágrafo Único – A conta bancária do Fundo será movida conjuntamente pelo presidente e por um membro do Conselho Deliberativo, designado por este para as funções de tesoureiro.

O Fundo Social de Solidariedade é dirigido por um Conselho Deliberativo, constituído por pessoas da comunidade, que conta com Presidente, Tesoureiro, Membros Conselheiros; sua primeira Diretoria foi constituída através do Decreto nº. 756, de 31 de agosto de 1983.

O Fundo Social de Solidariedade é um órgão parceiro de todas as ações de Assistência Social, conforme a implementação da nova sistemática de financiamento, o que representou um avanço na relação diferencial entre o Estado e as Entidades Sociais, na medida em que se plantou um compromisso ético de utilização adequada, eficaz e racional dos recursos destinados à área social.

A equipe constituída elabora o diagnóstico final que determina a continuidade, reorientação, inclusão ou interrupção de um atendimento após avaliação sócio-econômica, visitas domiciliares, entrevistas, monitoramento e utilização de todas as ferramentas necessárias para o desenvolvimento das Políticas

Públicas, sendo sua prioridade o atendimento a famílias de baixo rendimento econômico.

O Fundo Social, num trabalho conjunto com o setor de Promoção Social, fornece recursos oriundos de campanhas, eventos, doações, rendas, entre outros, para atividades que promovem a inclusão social, melhorando assim a qualidade de vida das famílias.

O Fundo Social Municipal tem realizado um trabalho articulado e de parceria, apoiando as Entidades Assistenciais e atendendo, conforme as possibilidades, às problemáticas detectadas na comunidade. Seu trabalho é educativo e de geração de emprego e renda, atendendo o maior número possível de desempregados, oferecendo retaguarda às Entidades Sociais, monitorando as atividades e deixando para trás o assistencialismo ou, pelo menos, tentando quebrar esse paradigma sistematizado.

Em março de 2003, aconteceu a inauguração do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), segundo os propósitos de uma política pública que trabalhe as famílias através do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF). O acolhimento às famílias é um dos itens conjugado ao Programa de Atendimento à Família (PAIF).

O CRAS tem papel relevante nas ações sociais do município, pois segundo:

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS define o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS como lugar privilegiado para acolhida dos cidadãos que procuram o atendimento dos serviços, programas, projetos, benefícios da Assistência Social. É a porta de entrada, como lugar de referência e contra-referência e de articulação da rede. (GAZZOLI, [s.d.], p. 47).

O CRAS do município de Santa Rita do Passa Quatro, está instalado num prédio privado cedido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), ficando os gastos da manutenção do local a cargo da gestão municipal. Ele atende, em média, oitenta famílias, que recebem acompanhamento pelo PAIF, quarenta e cinco delas possuem o Bolsa Família e dez o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em 2 de janeiro de 2009, consta nos autos de publicação do Jornal Oficial do Município de Santa Rita do Passa Quatro – SP, no Capítulo X – a portaria de

abertura do Departamento de Comunicação Geral, Assistência e Desenvolvimento Social, suas atribuições e composição estão transcritas, a seguir:

Artigo 20 – Ao Departamento de Comunicação Geral, Assistência e Desenvolvimento compete:

I – assistir e assessorar o Prefeito Municipal na estipulação de políticas, programas, planos, projetos, diretrizes e metas quanto aos aspectos da ação e promoção social do município;

II – supervisionar, coordenar as unidades que lhe são subordinadas;

III – supervisionar, coordenar e controlar as atividades de assistência social do município e implementar a Lei Orgânica da Assistência Social, de acordo com os seus princípios, diretrizes e objetivos;

IV – encaminhar junto aos Conselhos Municipais as políticas de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social e com o Estatuto da Criança e do Adolescente;

V – propor o orçamento após a aprovação dos Conselhos Municipais;

VI – gerir os Fundos Municipais da Assistência Social e da Criança e Adolescente;

VII – mobilizar a população, facilitando sua participação no processo de transformação da realidade, levando-a a exercer sua cidadania;

VIII – assessorar as entidades não governamentais de assistência social quanto aos procedimentos técnicos administrativos;

IX – desenvolver ações integradas com os órgãos públicos nas esferas municipal, estadual, federal e com as organizações da sociedade civil;

X – operacionalizar os benefícios previstos pelas Leis Federais, Estaduais e Municipais;

XI – prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecendo ainda os vínculos familiares e comunitários;

XII – desenvolver o respeito a cidadania, o reconhecimento do grupo familiar como referência afetiva e moral;

XIII - promover a reestruturação das redes de reciprocidade social;

XIV – administrar o Protocolo Geral da Prefeitura Municipal;

XV – assessorar o Prefeito Municipal na comunicação, relacionamento com a imprensa;

XVI – executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Prefeito Municipal.

Artigo 21 – O Departamento de Comunicação Geral, Assistência e Desenvolvimento Social é composto das seguintes unidades administrativas:

I – Setor Técnico de Desenvolvimento Social, com as seções que lhe forem próprias;

II – Setor de Protocolo Geral, com as seções que lhes forem próprias;

Parágrafo Único: Caberá ao Diretor a organização do Departamento de Comunicação Geral, Assistência e Desenvolvimento Social, para a consecução das atribuições previstas no artigo 20 desta Lei. (SANTA RITA DO PASSA QUATRO, 2009, p. 14-15).

Os dois órgãos, o Departamento de Comunicação Geral, Assistência e Desenvolvimento Social e o Fundo Social de Solidariedade de Santa Rita do Passa Quatro - SP possuem duas mil e noventa famílias cadastradas. Para abrir prontuário, os critérios seletivos levam em consideração o número de filhos, os gastos com aluguel, alimentação, enfim as condições sócio-econômicas dos usuários.

Alguns dos serviços e atividades desenvolvidas são: Palestras sócio-educativas abordando vários temas, atividade desenvolvida pelas profissionais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); Projeto Férias em Movimento; Carnaval nos Centros de Convivência de Idosos; Miss Melhor Idade; Campanha do Agasalho; Comemoração do Dia das Mães; Participação dos Idosos dos Centros de Convivência de Idosos; Dia da Criança na Praça; Viagem com os idosos em cidades turísticas; *City Fashion Week*: Evento “Um Sonho de Natal” (chegada do Papai Noel, distribuição de saquinhos surpresa, cachorro quente e suco para as crianças do município) com distribuição de brinquedos às crianças da rede municipal de ensino (1ª ao 5ª ano); Campanha de Doação de Sangue; Participação em eventos sem fins lucrativos; Bazar Beneficente.

Os projetos desenvolvidos no município são: Projeto Cidadão Sempre; Cursos Profissionalizantes; Projeto Fortalecendo a Família; Faça em Casa; Programa Espaço Amigo (crianças e adolescentes) e Projeto GRUPAC. Os Programas e projetos de Transferência de Renda são: Projeto Renda Cidadã; Programa Bolsa-Família; Projeto Ação Jovem; Projovem Adolescente e Programa Viva-Leite.

Percebe-se, então, que o Serviço Social tem como meta prioritária prestar um serviço de qualidade e humanizado, reconhecendo o usuário como cidadão de direitos. As abordagens sócio-educativas levarão o conhecimento sobre: educação, cultura, saúde, mercado de trabalho, saneamento básico, habitação, transporte, lazer e esporte e demais temas demandados pela comunidade, para a própria comunidade.

3.4 Políticas Públicas do município de Santa Rita do Passa Quatro

3.4.1 Política Pública de Saúde

A saúde e o prazer são para o homem o que o sol e o ar são para as plantas.

Massilon

Pesquisando o significado de políticas públicas em saúde, eixo

fundamental nesse subitem, logo se encontra a definição, segundo a pesquisadora Patrícia Lucchese (2004, online), como:

As políticas públicas em saúde integram o campo de ação social do Estado orientado para a melhoria das condições de saúde da população e dos ambientes natural, social e do trabalho. Sua tarefa específica em relação às outras políticas públicas da área social consiste em organizar as funções públicas governamentais para a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da coletividade.

Para amparar tal conceito, busca-se dados na legislação em âmbito federal. Nesse sentido, a Carta Magna de 1988, preconizou em seus artigos 196 e 197 os direitos universais à política pública de saúde. Numa perspectiva democrática e cidadã, os dois artigos contemplam o seguinte:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. (BRASIL, 2005a, p.53).

Iniciou-se essa etapa investigativa perguntando, ao Diretor do Departamento Municipal de Saúde, que será delimitado como Sujeito 1 (S.1), em que consistem as políticas públicas municipais de saúde. O esclarecimento oriundo do gestor público da saúde foi:

Em Santa Rita pratica-se o nível II (atendimento ambulatorial – semi plena ou ambulatório especializado) e para isso fez uma PPI, conforme a DRS XIII (Regional de Ribeirão Preto). (S.1)¹¹

Quando o Diretor da Saúde aludiu ao atendimento nível II, e para isso fez uma PPI, concluí-se que seria profícuo buscar tais conceitos para entender como funciona a gestão municipal de saúde na cidade.

A Programação Pactuada e Integrada (PPI), segundo a Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1997, p. 18):

¹¹ As respostas transcritas das entrevistas serão todas afastadas e em itálico para diferenciá-las das citações diretas e facilitar a leitura.

[...] envolve as atividades de assistência ambulatorial e hospitalar, de vigilância sanitária e de epidemiologia e controle de doenças, constituindo um instrumento essencial de reorganização do modelo de atenção e da gestão do SUS, de alocação dos recursos e de explicitação do pacto estabelecido entre as três esferas de governo. Essa Programação traduz as responsabilidades de cada município com a garantia de acesso da população aos serviços de saúde, quer pela oferta existente no próprio município, quer pelo encaminhamento a outros municípios, sempre por intermédio de relações entre gestores municipais, mediadas pelo gestor estadual.

A Norma Operacional Básica (NOB/SUS) 93 apresenta como itens centrais: a execução do SUS descentralizada por níveis de gestão incipiente, parcial e semi-plena. Na condição de gestão semiplena (BRASIL, 1993c, p. 9) as:

[...] responsabilidades e prerrogativas – a Secretaria Municipal de Saúde assume a completa responsabilidade sobre a gestão da prestação de serviços: planejamento, cadastramento, contratação, controle e pagamento de prestadores ambulatoriais e hospitalares, públicos e privados; assume o gerenciamento de toda a rede pública existente no município, exceto unidades hospitalares de referência sob gestão estadual, assume a execução e controle das ações básicas de saúde, nutrição e educação, de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária e de saúde do trabalhador no seu território, conforme definido na Comissão Bipartite; recebe mensalmente o total dos recursos financeiros para custeio correspondentes aos tetos ambulatorial e hospitalar estabelecidos.

Enfim, o SUS é complementado pelas Leis nº. 8.080 e nº. 8.142, preconizadas em 1990. Com as Normas Operacionais Básicas regulamentou os três níveis de gestão: Nacional, Estadual e municipal; os municípios podem optar pela Gestão Plena da Atenção Básica e/ou Gestão Básica do Sistema Municipal. Renata Reis Cornélio (1999, p. 131) em sua pesquisa realizada para a Pós-Graduação FIOCRUZ, complementou que:

Com relação ao repasse de recursos, recebe mensalmente o total dos recursos financeiros para custeio correspondente aos tetos ambulatorial e hospitalar estabelecidos. Os requisitos estipulados para o enquadramento dos municípios às três formas de gestão, incentivam a criação do Conselho Municipal e do Fundo Municipal de Saúde, além de estimular o estabelecimento de contatos entre os Municípios e as Comissões Intergestoras Bipartites.

Objetivando avaliar as políticas de saúde para a população negra, interroga-se o entrevistado sobre como são realizadas as políticas de saúde e quais são os projetos para afrodescendentes; sobre o que o mesmo argumentou:

Santa Rita não podia deixar de atender os preceitos básicos do SUS, que são: universalidade, integralidade e equidade. As populações menos favorecidas são as mais assistidas dentro da equidade, o que nós prezamos muito, porém sem uma pactuação específica para os afrodescendentes. (S.1).

Em análise a resposta acima, quando o entrevistado falou dos preceitos básicos do Sistema Único de Saúde: universalidade, integralidade e equidade, ressalta-se que essa fala emerge da democracia racial. A questão da inserção dos afrodescendentes perpassa por uma série de ações e como, na maioria das vezes, os mesmos habitam zonas periféricas é comum a falta de saneamento básico (água encanada, esgotos) e de infra-estrutura (centro de saúde, escolas, centros culturais, etc.). Ainda são comuns: decorrências de mortalidade materna, homicídios, mortalidade infantil, doenças crônico-degenerativas como: hipertensão e diabetes mellitus, doenças cardiovasculares e mentais (depressão, alcoolismo), desnutrição (criança, gestante, idoso) e mortalidade por Doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS).

Segundo dados já explicitados nesse estudo, os descendentes dos africanos sofrem injustiças desde a promulgação da alforria em 1888, pois nesse período os mesmos foram atirados das zonas rurais para as zonas urbanas sem moradia, alimentação, emprego, saúde e educação.

Sobre as disparidades entre brancos e negros, será citada como exemplo a pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A publicação da UFRJ, de 15 de outubro de 2008, revela que das 565 vítimas de aborto, entre 1999 e 2005, 50,6% eram mulheres negras e pardas. As mortes decorrentes de abortos clandestinos vitimam mais mulheres negras e pardas no Brasil. Para a estudiosa Cláudia Lima (2007, p. 5):

As Políticas Públicas de Saúde dirigidas, através do SUS, ao grupo dos afrodescendentes, necessitariam de novas expectativas concentradas na observação dos elementos específicos que definem essa etnia, revendo o sistema de normas que rege o funcionamento de atendimento psicológico com o propósito de melhor compreender o universo da realidade dos signos que podem atuar como indicadores sociais favoráveis, redirecionando prioridades *sui generis*, principalmente, porque esse grupo étnico corresponde à maioria da população brasileira, atendida pelo SUS, na qual 70% dos pobres são negros.

Segundo a pesquisadora Luciana Jaccoub (2008. p. 143-144), em 2006 no II Seminário Nacional de Saúde da População Negra, o então Ministro da Saúde Agenor Álvares, reconheceu:

[...] a ineficácia do SUS em prestar atendimento adequado a uma parcela significativa da população por motivação racial. Em resposta a essa problemática, em novembro de 2006, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Política Nacional de Saúde da População Negra, que define os objetivos, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades de gestão voltadas para a melhoria das condições de saúde desse grupo populacional, e considera esses objetivos como integrantes dos propósitos do Sistema Único de Saúde (SUS), reafirmado em seus princípios de equidade, integralidade da atenção e controle social. A pactuação da política na Comissão Intergestora Tripartite (CIT) foi realizada no início de 2008, esperando-se, assim, para os próximos anos, avanços nesse campo.

Em atenção aos dados citados acima, questiona-se sobre os objetivos, princípios e diretrizes constitucionais que orientam a formulação e implementação das políticas de saúde, se existe especificamente algum item que enfatiza as questões étnicas brasileiras. Obteve-se a seguinte resposta:

Não. Pelo menos em nosso nível de gestão de saúde (semi-plena ou ambulatorial) (S.1)

Ainda, ressalta-se que, no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 48.328, de 15 de Dezembro de 2003, foram instituídas políticas de Ações Afirmativas para Afrodescendentes. Entre os itens citados no referido Decreto serão delimitados aqueles das políticas de ação afirmativa de saúde. Como o:

Artigo 5º - A Secretaria da Saúde deverá, observadas suas atribuições no Sistema Único de Saúde:

I - estender o Programa de Saúde da Família - PSF para todos os Quilombolas existentes no Estado de São Paulo, se necessário com a adoção de incentivo do Governo do Estado para os municípios envolvidos, garantindo o acesso e o aperfeiçoamento da qualidade da atenção primária em saúde, para 100% (cem por cento) dessas comunidades, que costumam ser isoladas (rurais) ou com condições sociais que aumentam os riscos de doenças;

II - realizar grande campanha educativa para todos os médicos, com relação à anemia falciforme, envolvendo a Sociedade de Pediatria e voltada para o diagnóstico precoce e a prevenção de danos à saúde dos portadores desta doença;

III- incluir o tema de doenças epidemiologicamente prioritárias para a Comunidade Negra, nos treinamentos e capacitações realizados pelos órgãos formadores dos profissionais do Programa de Saúde da Família - PSF, ligados à Secretaria da Saúde. (SÃO PAULO, 2003, online).

Com referência às responsabilidades das Esferas de Gestão, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, por meio da Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, como segue para o Gestor Municipal:

- I - implementação desta Política em âmbito municipal;
- II - definição e gestão dos recursos orçamentários e financeiros para a implementação desta Política, pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite - CIB;
- III - coordenação, monitoramento e avaliação da implementação desta Política, em consonância com o Pacto pela Saúde;
- IV - garantia da inclusão desta Política no Plano Municipal de Saúde e no PPA setorial, em consonância com as realidades e necessidades locais;
- V - identificação das necessidades de saúde da população negra no âmbito municipal, considerando as oportunidades e recursos;
- VI - implantação e implementação de instância municipal de promoção da equidade em saúde da população negra;
- VII - estabelecimento de estruturas e instrumentos de gestão e indicadores para monitoramento e avaliação do impacto da implementação desta Política;
- VIII - garantia da inserção dos objetivos desta Política nos processos de formação profissional e educação permanente de trabalhadores da saúde, em articulação com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, instituída pela Portaria GM/MS Nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 (BRASIL, 2007);
- IX - articulação intersetorial, incluindo parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, com vistas a contribuir no processo de implementação desta Política;
- X - fortalecimento da gestão participativa, com incentivo à participação popular e ao controle social;
- XI - elaboração de materiais de divulgação visando à socialização da informação e das ações de promoção da saúde integral da população negra;
- XII - apoio aos processos de educação popular em saúde pertinentes às ações de promoção da saúde integral da população negra; e
- XIII - instituição de mecanismos de fomento à produção de conhecimentos sobre racismo e saúde da população negra (BRASIL, 2009a, online).

Mediante o exposto até então, para desvendar um fato que chamou atenção foi perguntado, ao Diretor de Saúde, se no período anterior a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) existia algum item que delimitava atendimento específico para afrodescendentes.

Em atenção a essa pergunta, a resposta foi objetivamente não. Então, ao pesquisar no site da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Raciais foram encontrados os seguintes dados, sobre o posicionamento do Sistema Único de Saúde para afrodescendentes:

A avançada legislação do Sistema Único de Saúde (SUS) ainda não garante o atendimento das características específicas da população negra, e nem a mesma qualidade na atenção de saúde oferecida aos demais segmentos da população. Por este motivo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra direciona, em todos os níveis e instâncias do SUS, um esforço para superar os fatores que determinam as expressões de maior vulnerabilidade da população negra como, por exemplo, a anemia falciforme (BRASIL, 2008a, online).

Entretanto, a partir dos dados extraídos no site da SEPPIR, sobre Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o SUS, os dados revelaram que o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, inscrita na Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, segundo os incisos I e II do parágrafo único do art. 87:

1. Diretrizes Gerais:

I – inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde;
II - ampliação e fortalecimento da participação do Movimento Social Negro nas instâncias de controle social das políticas de saúde, em consonância com os princípios da gestão participativa do SUS, adotados no Pacto pela Saúde;
III - incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;
IV - promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas;
V - implementação do processo de monitoramento e avaliação das ações pertinentes ao combate ao racismo e à redução das desigualdades étnico-raciais no campo da saúde nas distintas esferas de governo; e
VI -desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação, que desconstruam estigmas e preconceitos, fortaleçam uma identidade negra positiva e contribuam para a redução das vulnerabilidades.

2. Objetivo Geral

Promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS.

3. Objetivos Específicos:

I - garantir e ampliar o acesso da população negra residente em áreas urbanas, em particular nas regiões periféricas dos grandes centros, às ações e aos serviços de saúde;
II - garantir e ampliar o acesso da população negra do campo e da floresta, em particular as populações quilombolas, às ações e aos serviços de saúde;
III - incluir o tema Combate às Discriminações de Gênero e Orientação Sexual, com destaque para as interseções com a saúde da população negra, nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social;
IV - identificar, combater e prevenir situações de abuso, exploração e violência, incluindo assédio moral, no ambiente de trabalho;
V - aprimorar a qualidade dos sistemas de informação em saúde, por meio da inclusão do quesito cor em todos os instrumentos de coleta de dados

adotados pelos serviços públicos, os conveniados ou contratados com o SUS;
VI -melhorar a qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, processamento e análise dos dados desagregados por raça, cor e etnia;
VII - identificar as necessidades de saúde da população negra do campo e da floresta e das áreas urbanas e utilizá-las como critério de planejamento e definição de prioridades;
VIII -definir e pactuar, junto às três esferas de governo, indicadores e metas para a promoção da equidade étnico-racial na saúde;
IX - monitorar e avaliar os indicadores e as metas pactuados para a promoção da saúde da população negra visando reduzir as iniquidades macrorregionais, regionais, estaduais e municipais;
X - incluir as demandas específicas da população negra nos processos de regulação do sistema de saúde suplementar;
XI - monitorar e avaliar as mudanças na cultura institucional, visando à garantia dos princípios anti-racistas e não-discriminatório; e
XII - fomentar a realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra (BRASIL, 2009a, online).

Contudo, enfatiza-se que já existe o aporte legislativo para se trabalhar as políticas públicas de saúde para afrodescendentes. Dando continuidade a pesquisa de campo, o Diretor de Saúde é questionado se, em Santa Rita do Passa Quatro, já houve casos de anemia falciforme. Segundo o entrevistado, já houve pessoas que apresentaram a patologia questionada.

De acordo com o questionamento realizado na pergunta anterior, é necessário buscar o significado de anemia falciforme para melhor entendimento do seu significado nesta pesquisa. De acordo com Aragon e outros (2006, p. 70), a anemia falciforme:

[...] é uma doença genética que ocorre devido a um defeito na estrutura da hemoglobina. Este é decorrente de um polimorfismo que resulta na troca de aminoácidos na cadeia da hemoglobina, modificando sua estrutura e levando os glóbulos vermelhos do sangue a adotarem a forma de foice em situações de baixa tensão de oxigênio. Esta falcização das hemácias é responsável pela obstrução de vasos sanguíneos, crises de dor, infarto e necrose de órgãos importantes. Esse tipo de anemia é a doença hereditária de maior prevalência no Brasil, e por ser uma patologia crônica é necessário que se dispense atenção adequada, uma vez que acompanhamento e tratamento corretos podem garantir ao paciente uma qualidade de vida melhor.

Esse mesmo estudo de iniciação científica, revela a importância do teste do pezinho enquanto uma das armas mais poderosas no diagnóstico precoce desta doença. Também é muito importante que se faça exame específico preventivo entre os parceiros vulneráveis à doença, pois filhos de duas pessoas com traço falciforme podem herdar a patologia.

Em se tratando de questões étnicas, na área da saúde pública as preocupações perpassam principalmente com a anemia falciforme, pois esta patologia acomete com maior ênfase a população negra, chegando ao Brasil através do tráfico de escravos oriundos de vários países africanos.

Dando continuidade a pesquisa, enquanto assistentes sociais, era de muito interesse saber se existe participação ou vínculos entre o Departamento de Saúde e o Departamento de Promoção Social. Entretanto, o responsável pelas políticas públicas de saúde do município disse que:

Não, o Departamento de Saúde possui triagem social própria, com uma assistente social na saúde e outra na saúde mental. (S.1).

A fala do entrevistado foi bastante restrita, quando o mesmo discorreu que o assistente social faz triagem social própria. Porém, enfatizamos que as assistentes sociais são graduadas, sendo a profissão regulamentada pela Lei nº. 8.662, de 07/06/93, atuam no campo das políticas sociais com o objetivo de viabilizar os direitos da população nas áreas de saúde, educação, previdência social, habitação, assistência social, meio ambiente e trabalho (empresas). Ainda são desenvolvidos na prática: projetos sociais, orientações e encaminhamentos como perícias técnicas, laudos, informações e pareceres para setores públicos ou privados que garantem os direitos às políticas sociais, em visitas domiciliares, em mobilizações populares ou movimentos sociais (como exemplo, a questão étnica racial).

Mediante o projeto ético político do Serviço Social, de cunho crítico e reflexivo, numa perspectiva transformadora e libertária dos cidadãos, segundo os preceitos marxistas, luta-se pela garantia dos direitos sociais básicos. Contudo, enfatizam-se itens que são relevantes para uma atuação democrática das profissionais na área da saúde; desse modo, em atenção aos direitos sociais de todos munícipes, a Constituição de 1988, segundo a redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000, delimita em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2005a, p. 8).

Destaca-se nesse item a importância da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Esta Lei dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da

saúde. Participação essa que poderá decorrer mediante o atendimento do assistente social.

Na lógica contemporânea, mediante a proposta democrática permeada na Constituição de 1988, os cidadãos brasileiros tornam-se parceiros e, ao mesmo tempo, fiscais da gestão SUS, particularizadas através dos Conselhos e Conferências de Saúde.

Mantendo a proposta desse estudo, o gestor municipal da saúde foi questionado sobre como a sociedade pode participar da gestão do Sistema Único de Saúde no nosso município. O mesmo respondeu que:

Já participa com representantes no Conselho Municipal de Saúde. (S.1)

A Lei Federal n.º 8.142/90 instituiu que o Sistema Único de Saúde (SUS), contará, em cada uma das esferas de governo, com as seguintes instâncias colegiadas: a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde. Vasquez e outros (2005, p. 3) argumentam que:

No Brasil, a participação da população é um dos eixos principais na estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) e está claramente definida dentro do marco legal da reforma do setor saúde (Constituição Federal, 1988; Leis 8.080 e 8.142, 1990; NOB's 1/91, 1/92 e 1/96). A Constituição Federal estabelece que é um direito e um dever de todo cidadão participar em todos os níveis de governo. Este novo marco legal recolhe uma concepção democrática da participação em saúde, significando a integração, em parceria com o Estado, dos diferentes setores da população na definição de políticas de saúde a serem implementadas, bem como no monitoramento de sua implementação, incluindo aspectos econômicos e financeiros.

Os autores continuam a discorrer um pouco sobre o que são e quais os objetivos dos Conselhos e das Conferências de Saúde. Partindo dessa premissa:

Os conselhos de saúde são órgãos colegiados, de caráter permanente e deliberativo, constituídos em todas as esferas de governo, com participação paritária dos usuários, cujas finalidades são formular estratégias para operacionalização das políticas setoriais e controlar a execução das políticas e ações de saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros. Iniciadas em 1941, e revigorizadas a partir de 1986, as *Conferências de saúde* se constituem em fóruns de representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis de governo correspondentes. São convocadas a cada quatro anos e sempre com a participação paritária do usuário em relação ao conjunto dos demais segmentos. (VÁSQUEZ et al, 2005, p. 4).

Continuando, podem ser oferecidas campanhas sobre a importância da valorização da etnia negra, contra qualquer tipo de discriminação ou ações preconceituosas, em todas as instâncias sociais. Nesse âmbito, também se pode utilizar os órgãos públicos de saúde para implementar ações contra uso de drogas lícitas e ilícitas entre os munícipes afrodescendentes.

Ao continuar esse estudo, o entrevistado foi questionado, se existem muitos casos de desnutrição entre os negros santarritenses, quais são os programas nutricionais e qual a posição do mesmo quanto a Segurança Alimentar e Nutricional atrelada à questão étnico-racial. Ele salientou que:

*Não há estatística própria; não; os próprios programas não distinguem raças; o fator descrito para a questão nutricional, não deve distinguir raças.
(S.1)*

Complementando essa resposta, quanto a não distinguir raças, deve-se fazer uma pausa e analisar se realmente o processo é democrático. Será que sem uma política pública que contemple as necessidades específicas da comunidade negra, os mesmos conseguirão ser incluídos em todas as esferas sociais, culturais, políticas e econômicas?

Nesse sentido, serão citadas ações desenvolvidas em São Carlos, na gestão do Prefeito Newton Lima (2001), sendo essa delimitada por Orçamento Participativo, modelo político em que as comunidades colaboram no planejamento das áreas de intervenção, assim como na aplicação dos recursos. A partir dessa gestão contemporânea, o município criou a Seção de Combate ao Racismo e Discriminação, vinculada à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, com o objetivo de implantar políticas públicas que amparassem a comunidade negra são-carlense.

Rosilene Mendes dos Santos (2007), em seu artigo “Políticas de ações Afirmativas do Governo Participativo de São Carlos” no livro *Redes de Conhecimentos: Novos Horizontes para Cooperação Brasil e África*, cita que as ações mais importantes foram: palestra sobre a Saúde da População Negra com Roger Willians Ferreira Nascimento (SEPPIR); implantação da coleta de dados sobre a saúde da população negra (em andamento); folder informativo da Anemia Falciforme e qualificação dos profissionais da saúde em parceria com o hospital escola, entre outros.

Após os dados explicitados, questionou-se o representante da política pública de saúde santarritense, se existem recursos financeiros para a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra em nível municipal. O mesmo relatou que esses recursos são inexistentes.

Porém, sabe-se que, pela Portaria nº 992/09, cabe ao Gestor Municipal definir não só a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra como definir e gerir os recursos orçamentários e financeiros para sua implementação que são compactuadas na CIB.

Se se observar a situação da comunidade negra, o índice de pessoas vulneráveis pertencentes a essa etnia ainda é imenso. Partindo dessa questão social tão instigante, perguntou-se ao gestor se no Conselho Municipal de Saúde existe a presença de algum membro negro. O mesmo disse que não existe nenhum membro negro ou pardo.

Essa resposta negativa, relacionada à participação dos afrodescendentes no Conselho de Saúde do município, é um item a ser repensado, pois entende-se que os negros precisam ocupar espaços nas entidades civis organizadas, reivindicando a importância da inserção do recorte racial para a implementação de políticas públicas de saúde.

Entende-se que a participação dos cidadãos, nas decisões tomadas nos municípios, decorrerá através dos conselhos. Porém, no Brasil um país mestiço, a instituição do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra é extremamente importante para que sejam discutidas as prioridades e para que sejam geridos, gerenciados e fiscalizados os recursos a serem investidos na área da saúde.

Seguindo com os questionamentos, ainda acredita-se que seria importante saber se existem iniciativas de promoção de estratégias de Humanização na Atenção à Saúde, nos Centros de Saúde, e na Santa Casa local. Porém, o entrevistado argüiu que existem políticas de humanização em atenção à saúde municipal. A Política do Humaniza SUS (BRASIL, 2004b, online):

[...] reconhece que estados, municípios e serviços de saúde estão implantando práticas de humanização nas ações de atenção e gestão com bons resultados, o que contribui para a legitimação do SUS como política pública. O Humaniza SUS tem o objetivo de efetivar os princípios do Sistema Único de Saúde no cotidiano das práticas de atenção e de gestão, assim como estimular trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e

usuários para a produção de saúde e a produção de sujeitos. Queremos um SUS humanizado, comprometido com a defesa da vida e fortalecido em seu processo de pactuação democrática e coletiva.

Contudo, essa política pública é relevante para estabelecer o apreço à pessoa humana, mediante a percepção de que não se está fazendo favor; essa proposta visa modificar o paradigma do atendimento imediatista. Nesse sentido, entre os onze itens elencados no Humaniza SUS, foram selecionados três que se identificam mais com as questões étnicas raciais que são:

Defesa de um SUS que reconhece a diversidade do povo brasileiro e a todos oferece a mesma atenção à saúde, sem distinção de idade, etnia, origem, gênero e orientação sexual; [...] Proposta de um trabalho coletivo para que o SUS seja mais acolhedor, mais ágil e mais resolutivo; [...] Luta por um SUS mais humano, porque construído com a participação de todos e comprometido com a qualidade dos seus serviços e com a saúde integral para todos e qualquer um. (BRASIL, 2004b, online).

Finalizando a investigação nessa área, em se tratando do quesito étnico pergunta-se se existem políticas de atenção à saúde da mulher, à criança e ao adolescente, usuários de drogas, fumantes, alcoólatras, à pessoa portadora de necessidade especial, a pessoa idosa, à saúde mental e etc.

A resposta foi que não há discriminação étnica em tais ações. Acredita-se que essa é uma fala no senso comum, pois se sabe que na realidade a questão social de saúde pública para os afrodescendentes é um fator a ser questionado. Pois estes mesmos, após terem a liberdade formalizada em 1888, ainda vivenciam a marginalidade, o preconceito, a miséria, a ausência de políticas públicas qualitativas de habitação, saneamento básico, trabalho, educação, cultura, lazer e saúde.

Encerra-se essa etapa do estudo, abordando a importância da formulação e implementação de políticas públicas de saúde voltadas para os ancestrais africanos, pois em decorrência da política econômica neoliberal também ocorreu a privatização da política social de saúde, tornando-a um meio lucrativo para a comercialização de planos médicos.

Enfim, as pesquisadoras Gisele A. Martins Canton e Fabiana Neves (2006, p. 160) entenderam que:

Na nova dimensão global, a relação entre o Estado e a saúde se faz numa nova ordem social e econômica centrada na competitividade do mercado, num cenário em que as empresas prestadoras de serviços de saúde trilham em direção ao lucro, sempre exagerados.

3.4.2. Política Pública de Cultura

A cultura histórica tem o objetivo de manter viva a consciência que a sociedade humana tem do próprio passado, ou melhor, do seu presente, ou melhor, de si mesma.

Benedetto Croce

Sobre a cultura nacional, a Constituição de 1988 delimitou que essa poderá ser elevada ao patamar da cidadania, segundo os artigos, parágrafos e incisos que seguem:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente, ou, em conjunto como portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver; I

II – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços culturais (BRASIL, 2005a, p.56).

No Fórum de Reforma Urbana: *Rumo à Conferência Nacional das Cidades: Uma Outra Cidade é Possível*, em 2003, discutiu-se a importância das políticas públicas habitacionais para a população brasileira. Entretanto, em se tratando das peculiaridades culturais, o item nº 7, foi o que mais chamou a atenção, apontando o seguinte:

7. Diretrizes para a Política Cultural:

- Incorporação dos direitos culturais como aspectos substantivos e fundamentais na formulação de políticas urbanas.
- As políticas públicas de ordenamento urbanos e culturais devem ser integradas de modo a garantir:
 - a valorização dos espaços urbanos públicos como espaços apropriados ao exercício das atividades humanas em suas complementaridades;
 - o usufruto e apropriação pelas comunidades do patrimônio cultural arquitetônico paisagístico e ambiental urbano que pressupõe investimentos públicos e privados na recuperação dos acervos e bens;

- a implementação de ações diversificadas e permanentes, de iniciativa governamental ou da sociedade civil, relativa à memória social de grupos ou de segmentos sociais com especial ênfase à reconstituição de histórias de vida, de bairros, conflitos, disputas, conquistas, etc.;
- apoio e fomento às iniciativas, governamentais ou não, de descentralização de manifestações e bens culturais e artísticos, como: cinema, teatro, música, circos, bibliotecas, etc. (FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, 2003, online).

Em relação a um bem cultural, extremamente necessário para a população: as bibliotecas, no início do século XX, Lima Barreto fez alusões sobre a distância, ao esplendor desnecessário neste espaço intelectual, que muitas vezes deixam os usuários destes espaços, atônitos e impotentes:

Pouco freqüente a Biblioteca Nacional, sobretudo depois que se mudou para a avenida e ocupou um palácio americano. A minha alma é de bandido tímido, quando vejo desses monumentos, olho-os, talvez, um pouco, como um burro; mas, por cima de tudo, como uma pessoa que se estarece de admiração diante de suntuosidades desnecessárias (BARRETO, 1953, p. 37).

Segundo o pensamento de Lima Barreto (1953), o Estado quer o povo: maltrapilho, moribundo, analfabeto ou semi-analfabeto, enquanto massa de manobra de seus governos populistas e assistencialistas, desamparados dos bens econômicos, políticos, sociais e culturais.

A pesquisa sobre as políticas públicas culturais em Santa Rita do Passa Quatro foram realizadas com o chefe de sessão responsável pelo setor cultural, que será intitulado Sujeito 2 (S.2). Inicia-se a entrevista indagando se existem políticas públicas culturais destinadas ao povo negro santarritense. O entrevistado respondeu que:

Sim. Santa Rita é uma das cidades brasileiras (entre os 267 municípios de 12 estados brasileiros) que instituiu o dia 20 de novembro como o 'Dia da Consciência Negra', no ano de 2007. Inclusive, foi construído um obelisco e durante dois dias houve apresentações relativas a cultura afro-brasileira. (S.2)

Pode-se perceber que a resposta é limitada quanto a certos dados importantíssimos, pois o entrevistado eximiu a importância da participação da população negra nesse processo. Pois, a inclusão desse feriado buscou a valorização da memória, da resistência vivenciada pelos afrodescendentes, fato que se concretizou por meio da inserção no calendário nacional, do Dia da Consciência

Negra. Isto decorreu do resultado do protagonismo político e da atuação de vários movimentos sociais organizados por intelectuais, políticos e militantes, pertencentes aos grupos étnicos afrodescendentes como sujeitas e sujeitos do processo histórico.

Para afirmar a grande importância do movimento negro nesse processo ressalta-se o que demanda o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2003, p. 15), no artigo sétimo: “Apoio a iniciativas em defesa da cultura, memória e tradições africanas e afro-brasileiras.”

Porém, afirma-se que estes fatos decorridos não são dádivas, mas mudanças de paradigmas, que denotam a politização dos afrodescendentes brasileiros. O Dia da Consciência Negra é celebrado, no Brasil, com o intuito de refletir sobre a inserção do negro na sociedade brasileira.

Todas estas leis e diretrizes poderão ser tangíveis para que a população negra tenha acesso à sua ancestralidade por meio da instituição da temática: História da cultura-africana e afro-brasileira, que se tornou obrigatória pela Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, publicada no DO de 16 de dezembro de 2003, que institui a Política de Ações Afirmativas para afro-descendentes.

Ao entrevistado foi perguntado sobre quais os movimentos de expressão cultural existentes no município e o responsável pelas estratégias culturais respondeu que:

Temos eventos afro-brasileiros, como os do Dia da Consciência Negra, e as aulas de capoeiras nas escolas municipais. (S.2)

O posicionamento tomado pelo entrevistado é preocupante mediante as conquistas expressas em âmbito nacional pela comunidade negra, pois acredita-se que os responsáveis pelos departamentos de educação, cultura, lazer e esporte, assistência social e saúde deverão analisar e refletir sobre o Dia da Consciência Negra por um outro prisma.

Nesse contexto, o verdadeiro objetivo desse feriado é levar os questionamentos sobre as questões raciais a serem refletidas no cotidiano das cidades. Precisa-se de ações afirmativas para instituir o diferente nas reflexões, num projeto voltado para uma sociedade mais justa e igualitária. Necessita-se colocar o diferente, a diversidade, em ênfase nas discussões.

Além disso, as aulas de capoeira deverão ser um diferencial, enquanto intuito interdisciplinar: ensinar valores da arte e expressão cultural negra, história do Continente Africano, a resistência contra a escravização, refletir sobre o Estatuto da Igualdade Racial, Dia da Consciência Negra, e a SEPPIR. A esse respeito, Munanga e Gomes (2006, p. 161) ressaltam: “No entanto, a história de luta e resistência, somada a expressão do corpo, à educação dos sentidos, à relação do homem com a natureza e com a cultura continuam sendo dimensões muito expressivas dessa luta, arte e dança.”

Após esses relatos, foi decisivo questionar o entrevistado sobre se o poder público local já pensou em políticas de capacitação profissional, criação, produção, circulação e financiamento da cultura para afrodescendentes, com intuito inclusivo. O representante do setor de cultura disse:

Essa pergunta, na minha opinião, já foi respondida na pergunta de número dois.(S.2)

Continuando a análise, argumenta-se que a resposta de número dois não responde a esta pergunta, pois somente a proposta da inclusão do feriado do Dia 20 de novembro no município não é suficiente. Complementa-se que, se o feriado não for detentor do amparo reflexivo, crítico e conotativo sobre a questão étnica brasileira, o mesmo torna-se sem funcionalidade. Para assumir a discussão sobre o real significado do dia 20 de novembro, precisa-se delimitar primeiramente o que é Consciência? A partir desta indagação entender-se-á porque foi instituída em 2003, a Lei nº 10.639, que estabeleceu a data como parte do calendário escolar brasileiro.

A definição etimológica da palavra consciência, segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1996, p. 140), é:

O atributo pelo qual o homem pode conhecer e julgar sua própria realidade; faculdade de estabelecer julgamentos morais dos atos realizados; conhecimento imediato de sua própria atividade psíquica; cuidado com que se executa um trabalho, se cumpre um dever; senso de responsabilidade; conhecimento noção.

Então, o que é consciência? Consciência significa ter ciência, ou seja, percepção de alguma coisa.

Além das definições, concluí-se que as ações inclusivas demandadas pelo poder público (Dia da Consciência Negra) para a temática afrodescendente são irrisórias e inexistentes.

Partindo dessa premissa, foi indagado se existem integrantes negros no Conselho de Cultura Municipal e, em caso de resposta afirmativa, quantos são. A resposta foi:

Não existe Departamento de Cultura no município, portanto não há Conselho Municipal de Cultura. O que existe é setor de cultura.(S.2)

Segundo os dados citados, salienta-se que no ano de 2009 o setor de cultura integrou-se ao Departamento de Cultura, Esporte e Lazer; inclusive em outubro aconteceu a I Conferência Municipal de Cultura, portanto o Conselho Municipal de Cultura provavelmente será instituído em 2010.

Ao perguntar se existem projetos culturais no Centro Cultural Mário Covas para afrodescendentes, a fala do representante de cultura foi:

No Centro Cultural Mário Covas os eventos ocorridos são de iniciativas da população. Para isso a população deverá agendar seu evento, o espaço é gratuito.(S.2)

Em análise a essa resposta, a preocupação é a seguinte: os eventos são ocorridos partindo da iniciativa da população. Essa fala surpreendeu, pois sabe-se que a comunidade negra sofre cotidianamente preconceitos e discriminações, fazendo que os próprios membros julguem-se procedentes de culturas inferiores, alijados à baixa-estima por conta da não aceitação étnico-racial. A população negra não é politizada para organizar um evento que evidencie a questão racial. Nesse sentido, Munanga (2002, p. 18) ressalta:

[...] a partir da tomada de consciência da exclusão baseada na discriminação racial, a raça (no sentido sociológico e político ideológico) pode construir uma identidade mobilizadora negra, pelo fato de todos os negros serem, apesar de suas produções culturais e identidades culturais diferentes, submetidos à dominação do segmento branco da sociedade e pelo fato de serem ou comporem o segmento social mais subalternizado da sociedade. Uma tal identidade que, embora passe pela aceitação da negritude e das particularidades culturais negras, tem um conteúdo político e não cultural. Porém, os negros não deixam de viver suas peculiaridades culturais e religiosas como não deixam de participar das identidades religiosas dominantes como o catolicismo, o protestantismo. [...].

Ainda, buscando informações sobre a questão étnica, a importância da politização do usuário do Serviço Social através das expressões culturais negras, fez-se a seguinte pergunta: Os departamentos de Cultura e Serviço Social fazem projetos para afrodescendentes? A resposta obtida foi:

Em agosto o Setor de Cultura e o Departamento de Promoção Social realizam a Festa do Folclore, que inclui a sabedoria popular dos afrodescendentes.(S.2)

Diante desta fala, discorda-se radicalmente do entrevistado, pois esse estudo visa apontar ações inclusivas por meio das políticas públicas para os afrodescendentes. Segundo consta, a Festa do Folclore é um evento que busca angariar fundos para as obras assistenciais por meio da responsabilidade civil e social, o que a nosso ver é inadmissível num país onde a carga tributária é altíssima. Outro fator que chama a atenção é quando o entrevistado fala que a Festa do Folclore mostra o saber popular dos negros, com conotação a uma cultura pejorativa, desvalorizada, enfim tornando o evento como um paliativo. Ao dizer folclore, subentende-se que a cultura afrodescendente é uma cultura inferior, pautada numa cultura reducionista.

Os responsáveis pela cultura deverão entender o significado do termo cultura. No Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio B. de Holanda Ferreira, citado por Caldas (1986, p. 11), cultura é: “o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização: a cultura ocidental; a cultura dos esquimós.”

Ainda sobre a cultura, Weffort (2000, p. 62) argumenta:

É necessário enfatizar que a cultura é uma dimensão essencial da educação na sociedade moderna de massas. Os aspectos culturais – isto é, museus, bibliotecas, teatros, televisão, cinema, salas de música, entre outros espaços – tem que ser entendidos, sob certos aspectos, como escolas. São aparatos educativos, com os mesmos títulos que se atribuem as escolas incluídas administrativamente no sistema educacional regular. Como as escolas, esses espaços culturais podem ser melhores ou piores, por isso mesmo que merecem os cuidados do Estado, preparado para neles reconhecer as suas funções eminentemente educativas.

Acredita-se que a inclusão da importância da cultura pertencente aos negros deverá ser pensada, analisada e inserida no cotidiano de todas as ações

prementes nas cidades, seja em âmbito escolar, político ou social. Serão necessárias políticas públicas transversais que perpassem a realidade sociocultural dos munícipes negros acometidos pelo estigma da exclusão social devido às suas condições econômicas.

Weffort (2000, p. 60, destaque do autor) continua pontuando que:

A cultura terá que receber o mesmo tipo de reconhecimento como política de Estado se quisermos projetar para o futuro uma visão do lugar deste país no mundo globalizado. Hoje, o movimento da cultura no Brasil gera a pequena parcela de 1% do PIB, cerca de 8 bilhões de dólares, na verdade uma estimativa conservadora, já que boa parte da atividade cultural, não contabilizada, adota os mecanismos usuais disso que se chama de economia informal. Mas, se tomarmos em cifras, convém também assinalar que apenas 10% do 'PIB da cultura' são derivados de recursos públicos, federais, estaduais ou municipais, sejam tais recursos de dotação orçamentária direta, sejam de incentivos fiscais. Tudo o mais vem do mercado.

Sobre o dia 20 de novembro, enquanto Dia da Consciência Negra, o integrante do Departamento de Esporte e Cultura disse que:

Pelo trabalho desenvolvido pelos negros principalmente nas lavouras brasileiras, aliado ao sofrimento mental e físico os negros são merecedores desta data dedicada à eles.(S.2)

Não se pode naturalizar ações decorridas no passado e decorrentes no presente, deve-se construir um olhar sobre a importância dos africanos e afrodescendentes para o nosso país. No dia 20 de novembro, celebra-se o Dia da Consciência Negra, data relacionada à morte do líder Negro Zumbi dos Palmares, que no dizer de Munanga e Gomes (2006, p. 131), “[...] é considerado um dos principais símbolos de luta contra todas as formas de opressão e exclusão que continuam a castigar os descendentes de africanos no Brasil.”

Para os pesquisadores Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006, p. 131-132), celebrar o dia da Consciência Negra é:

Lembrar e comemorar a figura de Zumbi é ir contra a figura negra do “Pai-João”, que aceita sua condição escrava sem pestanejar e ainda ajuda os senhores. Essa visão ainda é muito explorada nos livros didáticos, em filmes, novelas, em textos literários etc. [...] Os movimentos negros instituíram o dia da morte do Zumbi como uma data a ser lembrada pelo seu conteúdo histórico e político.

Ainda, ao ser indagado sobre o que pensa quanto à formulação e implementação de políticas públicas para a população negra enquanto processo democrático, o entrevistado respondeu:

Enquanto processo democrático todos sem distinção merecem o mesmo tratamento. (S.2)

Analisando a questão, sob o prisma ideológico democrático, a resposta está correta, mas salienta-se que nem todos têm o mesmo tratamento no Brasil, principalmente os descendentes dos africanos. Essa fala pertence à hegemonia burguesa, ao mito da democracia racial e no dizer de Valente (2002, p. 38, destaque do autor):

Poderia ser dito que o problema racial brasileiro não tem a mesma gravidade dos outros países. Em vez da violência sistemática, o paternalismo espraia-se por todas as relações. Esse paternalismo tende a minimizar as atitudes de preconceito e discriminação contra os negros e seus descendentes. Além disso, dificulta o combate a essas atitudes. Aqui, o controle sobre a população negra é traduzido pela manutenção dos negros onde sua presença é aceitável, nos 'porões da sociedade'. E também em algumas brechas permitidas para sua ascensão. O mais expressivo é que isso passa a não ser questionado nem pelo próprio negro. O mito dificulta as ações organizadas contra o racismo.

O responsável pelos eventos e programas culturais no município, respondeu o seguinte, ao ser questionado se existe a preocupação com o patrimônio material e imaterial destinado à comunidade negra:

O município com a instituição do Dia da Consciência Negra mostrou sua preocupação com o patrimônio material e imaterial à comunidade negra. (S.2)

O município se mostrou preocupado com o patrimônio material e imaterial afrodescendente, ao instituir o feriado em 20 de novembro, mas precisa-se analisar quais são as propostas para a comunidade negra santarritense. Por exemplo: Existe alguma programação cultural nesse feriado? Quais são os projetos culturais anuais para afrodescendentes?

Em se tratando de patrimônio imaterial em âmbito nacional, a UNESCO, em 25 de novembro de 2005, declarou o samba de roda como obra-prima do patrimônio oral e imaterial da humanidade. O interessante seria os assistentes

sociais se deterem na importância da Arte, Educação e Cultura, para a inclusão da população que vive em subalternidade.

O intuito seria perpassar a cultura africana por meio de exposições e apresentações lúdicas para a comunidade como aglutinadora de valores, de fatos verídicos, possuindo como meta ações inclusivas que busquem a igualdade racial, conotando a resistência vivenciada por esta população.

Foram extraídos, como exemplo, relatos sobre o Jongo da Serrinha em que as apresentações são sedimentadas pela cidadania e, principalmente, direcionadas a arte ainda como forma de resistência. A Organização não Governamental: Grupo Cultural Jongo da Serrinha atende crianças da comunidade. Ao analisar este exemplo, enquanto política pública, o Serviço Social poderá usar a ação conjunta com as Secretarias de Educação, Cultura e Cidadania mediante os preceitos constitucionais.

A associação Grupo Cultural Jongo da Serrinha foi criada em 2000 com o objetivo de continuar os trabalhos de preservação do patrimônio histórico do jongo e de assistência social desenvolvidos por Vovó Maria Joana Rezadeira e Mestre Darcy do Jongo. Contudo, se houvesse a interferência Estatal, muitas crianças poderiam ser tiradas das ruas, das ações ilícitas, por meio de ações intergeracionais, efetivando os direitos expressos no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e Estatuto do Idoso.

Partindo desses dados, o entrevistado foi indagado se existem ações afirmativas para crianças, adolescentes e idosos afrodescendentes com o intuito inclusivo e quais seriam elas. O entrevistado afirma que:

As ações afirmativas com intuito inclusivo estão nos cursos realizados nas escolas, pelo Departamento de Educação. (S.2)

Conceituando ações afirmativas, de acordo com Munanga e Gomes (2006, p. 186), elas:

[...] constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidade para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade.

Complementando o conceito de ações afirmativas agrega-se ainda essa citação de Antonio Sérgio Guimarães (2008, p. 113) extraída do livro *Preconceito racial, modos, temas e tempos*, em que o autor salienta que:

[...] chamamos de ações afirmativas toda e qualquer política que tem por objetivo promover o acesso (e a permanência) à educação, ao emprego e aos serviços sociais em geral de membros de grupos estigmatizados e sujeitos a preconceitos e discriminações. Essas são políticas que buscam principalmente assegurar oportunidades de recrutamento e acesso, através de tratamento preferencial ou mesmo de estabelecimento de cotas para membros desses grupos.

Conclui-se que as ações afirmativas para os membros envolvidos nos órgãos públicos ainda geram conceitos, definições e ações confusas, pois analisando a resposta acima percebe-se que o entrevistado mencionou somente a escola, a política educacional inclusiva. Porém, as ações afirmativas:

[...] visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Daí as terminologias de '*equal opportunity policies*', ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias. (MUNANGA, 2003, online, destaque do autor).

Após este conceito, entende-se que a ação afirmativa é abrangente e dinâmica, constituindo-se em políticas compensatórias para idosos, crianças e adolescentes, mulheres e todos os seguimentos afrodescendentes vulneráveis. As ações afirmativas vão além do declarado pelo entrevistado, que cita somente a área educacional, pois abrangem as áreas da assistência social, educação, saúde, trabalho, esporte, lazer e cultura.

Seguindo a pesquisa, questiona-se o gestor de eventos culturais sobre como o mesmo analisa o Estatuto da Igualdade Racial, e as cotas em universidades públicas para negros. Sua resposta:

Sou contra as cotas em universidades. Igualdade Racial é para todos.(S.2)

O entrevistado alega que é contra as cotas em universidades, respeite-se a opinião dele, apenas enfatiza-se que essa visão é embasada no senso comum. As políticas de cotas raciais na educação ganharam força no cenário nacional devido às

disparidades existentes entre: brancos e negros. Munanga e Gomes (2006, p. 192) argumentam que:

[...] à medida que as políticas públicas de educação, de caráter universal, foram implementadas, observa-se que não resultavam em condições de participação igualitária entre brancos e negros. O discurso do movimento e suas reivindicações começaram a mudar.

Quanto ao Estatuto da Igualdade Racial, é importante a análise etimológica da palavra Estatuto. De acordo com o Dicionário UNESP de Português Contemporâneo, (BORBA, 2004, p. 554), Estatuto significa: “1. [...] regra; norma [...], 2. posição; classificação, [...] 3. condição [...] 4. conjunto de normas; regimento [...] 5. lei orgânica de um Estado; sociedade ou associação; constituição.” Então, quando se menciona, discute ou avalia um estatuto, está-se analisando um conjunto de regras, de normas para um determinado assunto.

O Estatuto da Igualdade Racial (PL 6264/2005) foi aprovado por comissão especial da Câmara dos Deputados em setembro de 2009, com o objetivo, segundo artigo do site SEPPIR – publicado em 11 de setembro de 2009, de promover:

[...] a instituição de um conjunto de mecanismos legais para organizar e articular as ações voltadas à implementação das políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnico-raciais existentes no país, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR, online).

As políticas de ações afirmativas representam a democratização das propostas pautadas pelo Estado para as etnias: africana e ameríndia. Para o pesquisador e docente da Universidade Federal de São Carlos Walter R. Silvério (2003), as ações afirmativas foram conquistas do movimento negro, que denunciou as práticas discriminatórias e racistas, exigindo do Estado brasileiro um novo projeto político para essa questão social.

Ao finalizar os questionamentos para o representante do setor de Cultura, foi perguntado se, na Biblioteca Municipal, existem literaturas voltadas para as temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, culturais e históricas afro-brasileira e africanas, principalmente de autores negros, a que ele respondeu:

Sim. Mas não tenho a relação deles em mãos. (S.2)

Com certeza existem várias bibliografias relacionadas a temática afrodescendente, ao continente africano, às questões culturais e de autores negros. Mas, vale à pena ressaltar sobre a importância da valorização das leituras afro brasileiras, da introdução de semanas literárias, de se mostrar autores e pesquisadores contemporâneos que dissertam sobre a importância da valorização cultural do povo africano, da inserção da biblioteca itinerante, pois existe um espaço cultural chamado “Mário Covas”. É nesse espaço público que se localiza a biblioteca pública, porém distante principalmente das vilas, das zonas periféricas.

O espaço cultural, a biblioteca e a escola necessitam da estrutura física e geográfica, mas é importantíssimo que também contemplem abordagens socioculturais qualitativas, a partir de políticas educacionais e culturais municipais que se preocupem em formar cidadãos críticos, reflexivos e conscientes, numa perspectiva democrática.

Para concluir, quanto à perspectiva democrática, o artigo 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos define que: “*Toda pessoa como membro da sociedade* [...] tem direito à segurança social e a obter [...] a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, online).

3.4.3 Política Pública de Educação

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela

Neste subitem serão pesquisadas as condições do aluno negro na escola contemporânea, portanto analisa-se como os responsáveis pela educação de Santa Rita do Passa Quatro - SP visualizam o processo inclusivo e se existe a preocupação com o material didático, enquanto método pedagógico inclusivo para os alunos afrodescendentes.

Entretanto, salienta-se que, para o senso comum, a educação formal prepara os alunos para a construção do conhecimento e das relações socioculturais.

Quando se pensa nas condições da criança negra, dos educandos afrodescendentes, a afirmação citada é questionável.

Para entender o processo educacional para a comunidade negra, inicialmente será analisado o que significa educar e educação. A palavra educar significa: “Despertar as aptidões naturais do indivíduo e orientá-las segundo os padrões e ideais de determinada sociedade, aprimorando-lhe as faculdades intelectuais, físicas e morais”. (EDUCAR, online).

Segundo o Dicionário UNESP do Português Contemporâneo (BORBA, 2004, p. 462), educação significa:

1. aperfeiçoamento e desenvolvimento das faculdades humanas [...] 2 formação [...] 3 formação das novas gerações segundo certos ideais de uma comunidade cultural [...] 4 orientação; instrução; aprendizado [...] 6 conjunto de informações ou de técnicas de ensino formal [...] nível ou tipo de ensino [...].

Nesse íterim de definições, Brandão (1995) diz que a educação está por todos os lados, porém muitas pessoas não entendem o poder emanado por ela, sendo manipulados diretamente ou indiretamente por poucos que estão no poder, formando uma legião de dominantes e dominados. Desse modo, “[...] o poder não é uma coisa que se tem, mas uma relação ou um conjunto de relações por meio das quais os indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos.” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 214).

Quando procurado, o diretor do Departamento de Educação do município, que seria o entrevistado para coleta dos dados, disse que desconhecia a temática étnico-racial, portanto a entrevistada instituída em substituição foi a diretora da EMEF “Madre Carmelita”. A entrevistada, a partir de então, será intitulada Sujeito 3 (S.3). Inicialmente, pergunta-se como estão sendo conduzidas as questões étnico-raciais dentro das instituições escolares do município. A entrevistada respondeu que:

As atividades são desenvolvidas a partir de dados de jornais, que são discutidos em aulas de ciências, história e outras áreas (interdisciplinar) mediante o PCN. (S.3)

Em seu texto, a Constituição de 1988 reconheceu a importância da valorização da diversidade cultural, preconizando, especialmente no art. 215, inciso V, a valorização da diversidade étnica e regional. Os temas transversais dos novos

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) incluem Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. O PCN (BRASIL, 1997, p. 13) define Pluralidade Cultural como: “[...] as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuam para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão.”

Hélio Silva Júnior (2002), autor da obra *Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais*, faz uma crítica acirrada aos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois nesse documento consta que o tema Pluralidade cultural deverá atravessar as disciplinas. Partindo desses dados, Silva Júnior (2002) salienta que poderá haver um descrédito, uma prática aleatória ao tratar tema tão relevante para as instituições escolares.

Acredita-se que, dependendo da filosofia educacional adotada pela escola, essa poderá reproduzir a ideologia capitalista sob a ótica do individualismo impregnado na política econômica neoliberal. Desse modo, não se terá uma educação pontuada na diversidade e igualdade racial.

Ao perguntar se as crianças afrodescendentes encontram vagas na educação do município, a educadora arguiu que:

Quanto às matrículas elas são para todos, atende a Todos, sem distinção, tanto no ensino infantil, quanto fundamental nunca houve filas, espera por vagas. A oferta atinge o município, como um todo. (S.3)

Sobre a matrícula escolar e a permanência do educando na escola, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), em seus artigos 2º e 3º delimita os direitos e deveres dos alunos para a educação (online):

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;

- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Conclui-se que na Lei nº 9.394 (LDBEN) há itens que amparam legalmente a escola, a família, o poder público e a comunidade, para que se criem projetos e alternativas com o intuito de eximir o preconceito e a intolerância dentro do âmbito estudantil, promovendo assim a equidade sociorracial.

Sobre o preconceito e a intolerância, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) dispõe que “toda pessoa tem todos os direitos e liberdades [...], sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, online).

Seguindo, interroga-se a entrevistada sobre a existência de projetos com intuito inclusivo para a criança afrodescendente, que valorizam sua história e sua identidade. A diretora disse que:

Os trabalhos de inclusão decorrem para todos, tanto física, mental, (todos), principalmente relacionado ao social. O trabalho é feito para que a criança tenha relacionamentos na sociedade. Através da equipe multidisciplinar: psicóloga, assistente social, fonoaudióloga e dentista, dentro da escola. (S.3)

Essa pergunta foi formulada devido às salas de aulas das escolas brasileiras serem heterogêneas, pois existem alunos oriundos das mais variadas localidades, identidades, credos, etnias, classe econômica, e etc.

Assim, os trabalhos coletivos realizado pelas equipes multidisciplinares escolares são de suma importância, como forma de coesão e fortalecimento desses profissionais, que buscam a qualidade e funcionalidade das políticas públicas para a sociedade de um modo geral.

Outro item que nos preocupa muito, é saber se existem casos de evasão escolar entre a comunidade negra. A entrevistada respondeu que:

Não existem casos de evasão escolar entre a comunidade negra. É zero. (S.3)

Em atenção à importância dessa pergunta, explica-se o que é evasão escolar. A evasão escolar ocorre quando o aluno deixa a escola e não mais retorna.

Nesse item, pode-se classificar a família como agente potencializador da inserção e permanência do aluno em sala de aula.

Desse modo, entende-se que para o aluno negro estudar, ou permanecer na sala de aula, é um constante desafio quando a sociedade é capitalista, moldada nos padrões burgueses alicerçados no imperialismo comungados pelos países centrais. Infelizmente, nossa sociedade absorve ideologicamente todo o discurso perpassado pela indústria cultural de massa.

Por que tal afirmativa? Porque ainda existem programas governamentais incumbidos de garantir os direitos sociais básicos que obrigam as crianças a estarem matriculadas na escola pública, o Programa Bolsa-Família. Salienta-se que, segundo a lógica neoliberal alicerçada na indústria cultural de massa, esses programas não são compatíveis economicamente ao que uma criança realmente necessita para estudar e, consecutivamente, dar continuidade aos seus estudos. Enfim, como competir com alunos oriundos da rede privada, para uma vaga numa universidade pública? Entretanto, necessita-se deixar claro que os valores pagos pelo governo (Programa Bolsa-Família) são efêmeros.

Para confirmar se a evasão realmente é zero, pesquisou-se em três escolas municipais e as respectivas diretoras disseram que esse dado é verídico, pois as mesmas salientaram que na ocorrência de um número significativo de faltas, a instituição escolar aciona o Conselho Tutelar.

A Conselheira tutelar disse que a evasão não ocorre devido ao Estatuto da Criança e Adolescente e às condicionalidades do Bolsa-Família. Quanto ao Estatuto da Criança e Adolescente, este demanda nos artigos 55 e 56 (BRASIL, 1990, online):

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

Já as condicionalidades do Programa Bolsa Família perpassam pela:

- Educação: frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos;
- Saúde: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos;
- Assistência Social: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços sócio-educativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil. (BRASIL, 2004d, online).

Em decorrência dessas condicionalidades e dos preceitos instituídos no ECA, os alunos até freqüentam as escolas, pois as freqüentam somente por obrigatoriedade. Entende-se que as preocupações deverão perpassar pelos seguintes quesitos: qualidade, dedicação, capacitação dos profissionais, no currículo, na adequação do Projeto Político Pedagógico mediante a realidade sociocultural dos alunos etc.

Consignados a esses dados, levanta-se outra questão quanto à decorrência da evasão escolar subjetiva. Muitos alunos evadem, na maioria das vezes, devido a questões econômicas, sociais, culturais e aos traços fenotípicos. Evasão subjetiva por quê? Subjetiva porque “[...] diz respeito ao sujeito. Que se passa no íntimo do sujeito pensante (por oposição a objetivo, que diz respeito ao objeto. Que varia de acordo com o julgamento, os sentimentos, os hábitos etc. de cada um; individual: o gosto é subjetivo.” (SUBJETIVO, online).

Evadir subjetivamente acontece quando a comunidade escolar não leva em consideração a cultura e o saber desse alunado, a escola que detém práticas educativas estipuladas, padronizadas, hegemônicas, mediante o conceito tradicional burguês. Nesse sentido, Isabel Alarcão (2007, p. 76) escreveu sobre a escola não estereotipada, a escola reflexiva, afirmando que “[...] se a vida dos professores tem o seu contexto próprio, a escola, esta tem de ser organizada de modo a criar condições de reflexividade individuais e colectivas.”

Segundo a autora citada, a escola:

[...] Encontra-se sempre em construção, em desenvolvimento. Não se trata da construção do edifício da escola, mas da comunidade social, dinâmica, que ela quer ser. É neste sentido que se deve entender a escola como uma construção social, mediada pela interacção dos diferentes actores sociais que nela vivem e com ela convivem. Da minha definição de escola reflexiva destacam-se as idéias de pensamento e reflexão, organização e missão, avaliação e formação. [...] (ALARCÃO, 2007, p. 82).

Ainda em atenção à realidade das escolas, foi questionado se existem projetos educacionais, em nível municipal, para os educandos afrodescendentes conduzidos para a afirmação da sua identidade. Em resposta, obteve-se o seguinte depoimento da educadora:

A comunidade entre si é interada, mediante os projetos que são gerais. Por exemplo os projetos do CAIC 'Laura Suriani Barbuio', tem por objetivo a socialização, atividades, como: capoeira, dança, artes plásticas, música, informática e jogos. [a entrevistada citou o exemplo de uma criança, de outra instituição escolar: um aluno negro, ele até ganhou uma medalha num campeonato, no jogo de capoeira, mas apresenta muitas dificuldades nas disciplinas]. Existe também na Estrela (escola em tempo integral), é um distrito próximo ao município, onde residem várias comunidades negras, nordestinas, oriundas das zonas rurais. (que seguem a mesma política do CAIC). (S.3)

A partir da fala da entrevistada, enfatiza-se que a cidade pesquisada apresenta bairros periféricos, inclusive o CAIC “Laura Suriani Barbuio” está localizado em um deles, no Jardim Boa Vista I; locais esses que são alvo de segregação, pois neles existem um expressivo número de educandos negros, formando os bolsões de miséria. Nesse sentido, seria profícuo que essa escola tivesse um olhar diferenciado para as questões étnico-raciais.

Desse modo, a maioria está inclusa no Programa Bolsa-Família, enfatizando-se que os valores recebidos pelos beneficiários do programa Bolsa Família são parcos e essenciais, pois ficou evidente que os dependentes desses subsídios governamentais são famílias pobres. Creio que a discussão deverá perpassar sobre se o ensino, se a educação, está sendo qualitativa, atendendo aos anseios do mercado, da sociedade, da micro-realidade sócio-cultural das crianças e seus familiares. A este respeito, Ceccon, Oliveira e Oliveira (1999, p. 48, destaque dos autores) comentam: “[...] a escola não foi pensada para os pobres. A escola foi pensada para uma criança ideal, uma criança que não trabalha, uma criança que fala ‘bonito’, uma criança que pode estudar em casa com calma, etc.”

Pensando na situação marginal e segregada dos descendentes dos escravizados no Brasil, que se contabiliza num número muito elevado precisamente 70 milhões (cerca de 50% da população) de afrodescendentes, essa população recebeu como herança: pobreza, miséria, desnutrição, desemprego, habitações precarizadas em vilas, favelas e zonas rurais, onde geralmente as escolas são inexistentes ou ineficazes. Será necessário trabalhar a auto-estima das crianças em idade escolar oriunda da etnia negra. É coerente saber que as questões

econômicas, sociais e culturais estão relacionadas às novas formas como o capitalismo, por meio do Estado mínimo, formulou as atuais políticas sociais.

Pensando, na necessidade da oferta de ações inclusivas para a comunidade negra, pergunta-se à diretora da EMEF “Madre Carmelita” sobre o Serviço Social Escolar, à qual a mesma respondeu:

O Serviço Social escolar faz visitas, nas zonas rurais e urbanas, em todos os sentidos, não somente atende atributos relacionados a carência. Isto no ensino como um todo, dos 04 meses aos seis anos. (também no ensino infantil: creches, jardins e ensino pré-escolar). (S.3)

Para a entrevistada, o Assistente Social atende somente as carências econômicas; porém enfatiza-se que o Serviço Social contemporâneo desenvolve atribuições no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também na assessoria a movimentos sociais e populares, orientando-se por uma Lei de Regulamentação Profissional e um Código de Ética. Conclui-se que:

[...] a categoria profissional se arme de elementos teóricos e de informações da realidade capazes de subsidiá-la na formação de propostas profissionais, isto é, na construção de programáticas de trabalho, tanto no campo da formulação de políticas sociais como se sua implementação (IAMAMOTO, 2004, p. 169).

Para Sarita Amaro (2005, p. 76), “[...] a revolução paradigmática da assistência no caso de sua atenção as populações afrodescendentes passa pela articulação da assistência com outras políticas, sobretudo com estas que já estão implantando ações afirmativas.”

Em consonância com a necessidade de incluir as famílias e os educandos negros, a entrevistada foi indagada sobre o que pensa sobre as ações afirmativas, tanto em âmbito social quanto educacional, e respondeu o seguinte:

Mediante a vivência num município pequeno, onde não existe demanda reprimida. Temos capacidade na rede municipal para atender a todos. No CAIC mais de 50% são afrodescendentes (EMEFs). Na minha opinião, a discriminação decorre em grandes núcleos, onde existem mais marginalizados, favelados. Nos municípios pequenos existem atendimentos. (S.3)

Discorda-se totalmente dessa resposta, pois a discriminação, a pobreza e marginalização estão instauradas tanto nas grandes metrópoles quanto nos

pequenos municípios. Enfim, pode-se equiparar a educação pública com a privada? Onde estuda a maioria dos alunos negros?

Segundo Sarita Amaro (2005, p.64-65), os estudantes afrodescendentes ainda se encontram derrotados pela inferioridade e estigma social. Tornando-se agravante, pois:

- Os negros têm menos anos de estudo: o sistema escolar tem imposto ao aluno negro uma trajetória educacional mais difícil, mais curta e acidentada do que a apresentada à criança branca;
- Invariavelmente, os estudantes negros apresentam atraso escolar mais significativo do que os brancos, mesmo entre aqueles de mesma condição sócio-econômica.

Enquanto educadoras, entende-se que a instituição escolar é hoje o lugar em que se pode realizar, ainda na infância, a formação de valores, princípios e conceitos indispensáveis para a formação reflexiva, ética, humana e filosófica de cada indivíduo. Portanto, cabem aos educadores, órgãos gestores públicos e privados, coesos às equipes multidisciplinares criarem alternativas e atendimentos que visem à inclusão, à interação dos alunos negros nas escolas brasileiras. Para o autor Octavio Ianni (2004, p. 269), “[...] o sistema de ensino brasileiro, [...] reproduz as disparidades, as desigualdades e os antagonismos básicos da sociedade.”

Desse modo, as ações afirmativas nada mais são que pensar numa educação qualitativa. Nesse sentido, acredita-se que a escola deverá ater-se à função social, que avance para a efetivação da democracia.

Essa escola transformadora e autônoma tão sonhada por todos, inclusive pelo movimento negro, dependerá de uma população informada, detentora de uma ação política participativa e democrática, pois vive-se num governo descentralizado, onde a sociedade é detentora de poderes insubstituíveis, poderes decisórios, a atenuante está na ausência de informação e conhecimento. Entretanto, vive-se uma contradição: de um lado direitos igualitários preconizados na Constituição de 1988 e, do outro, a desinformação pleiteada pela política partidária populista.

Quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e adequação dos currículos, a docente respondeu que:

O planejamento é feito a partir da realidade da população brasileira. Por exemplo, numa aula de matemática: realiza-se atividades relacionadas ao trabalho infantil, mostrando em números que o ganho dessas crianças, pode se considerar um trabalho escravo. Faz-se atividades que

englobam as desigualdades sociais, estes assuntos são discutidos em cursos de capacitação dos professores. (S.3)

Triumpho (1997, p. 69) argumenta que:

Ao analisarmos as práticas pedagógicas e os currículos escolares, percebemos claramente que eles privilegiam as culturas européias, apesar de os brancos serem minoria no Brasil. A cultura do negro, que é a maioria do povo brasileiro, é ignorada.

Os moldes educacionais atuais não levam o sujeito a construir o capital cultural e social, questionando a sua realidade. O capital cultural, para Bourdieu (1998), é adquirido predominantemente entre os membros familiares, portanto, na maioria das vezes, é perpassado de uma geração para outra. Há outras fontes transmissoras, que são as instituições: como escolas e universidades. Bourdieu (1998, p. 67) ainda conceitua o capital social como:

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

Quando se questiona a entrevistada se os materiais didáticos utilizados no ensino fundamental ainda incorporam uma visão do negro escravizado, ou é pensado a partir da realidade do afro brasileiro, os dizeres da mestre foram:

Os livros didáticos vem do governo federal, a escolha é feita pelos professores via internet, por meio de um guia didático. As professoras procuram atividades e variedades de textos, os livros trabalham tanto a parte histórica, quanto ética. Existem trabalhos com a culinária, como por exemplo: a feijoada. Já pensa incorporando a questão da raça na comida, na dança. Existe uma integração no atendimento a criança, entre: Departamento de esporte, Educação, Meio Ambiente, Saúde e Cultura. (S.3)

Segundo os dados coletados, a Lei nº. 10.639 ainda não está inclusa nos currículos municipais, o negro é visualizado somente através da capoeira, da feijoada, do samba e do carnaval. Os livros escolhidos pelos docentes desconsideram as questões étnicas, pois de acordo com Sant'Ana (apud MUNANGA, 2005, p. 50),

[...] certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção de escola, mas também o forte racismo repassado através do livro didático [...].

Para Gomes (1997) três contribuições, do ponto de vista do povo negro, foram importantes para pensar o sistema educacional brasileiro:

- a denúncia de que a escola reproduz e repete o racismo presente na sociedade;
- a ênfase no processo de resistência negra, os educadores necessitam rever as suas práticas diante da realidade racial brasileira;
- a centralidade da cultura, ou melhor, o reconhecimento da existência da produção cultural realizada pelos negros de cunho ancestral, que os remete as suas origens africanas.

Enfim, como incluir o aluno negro? A educação inicial de crianças negras e pardas geralmente é subjetivamente conflituosa, esse fato decorre por ela não ter acesso aos bens materiais e de consumo, pois o passado ainda se faz presente, resultando numa educação desqualificada, como se fosse uma dádiva alheia. Triumpho (1997, p. 69) afirma: “Quando os professores dizem que não há problema de racismo na escola e na sala de aula, nós negros temos que contestar. Muitas vezes, o racismo se manifesta através de tudo que é silenciado.”

3.4.4 Política Pública de Assistência Social

A invisibilidade social é uma poderosa venda que usamos para não enxergarmos as misérias humanas escancaradas nas sarjetas da sociedade capitalista.

Maria Aparecida Giacomini Dóro

O Serviço Social,

[...] como mediação, está diretamente colocado na relação do Estado com os setores excluídos e subalternizados da sociedade. É, pois, uma intervenção mediadora, que transita no campo das políticas sociais e assistenciais na concretização da tarefa reguladora do Estado na vida social. (MARTINS, 2003, p. 24).

O Serviço Social é uma profissão que tem uma única característica: o objetivo da sua atuação decorre sobre todas as necessidades humanas, principalmente dos grupos vulnerabilizados, excluídos do processo não somente econômico e político, mas, excluídos do processo social e cultural.

Em se tratando da importância da pesquisa com profissionais assistentes sociais, as mesmas serão metaforicamente chamadas por Sujeito 4 e 5 (S.4 e S.5). Ao questionar as assistentes sociais sobre o que o município tem realizado para a comunidade negra após a implementação da LOAS, as respostas das profissionais foram:

Até o momento desconheço qualquer ação implantada e/ou implementada após a LOAS. (S.4)

O trabalho realizado no nosso município visa possibilitar às famílias e aos indivíduos o direito à convivência familiar e comunitária, atendendo aos critérios da proteção social básica do SUAS prioritariamente. Para a realização do trabalho atendemos toda a demanda não focando ao fato da questão étnica. (S.5)

Segundo as respostas das profissionais, não existe uma política pública específica para minimizar ou sanar as disparidades econômicas, sociais, culturais e políticas existentes para os afrodescendentes.

Será importante mudar a filosofia da cultura assistencialista, pois a assistência social, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e da NOB (Normas Operacionais Básicas), foi ordenada como política pública garantidora de direitos a cidadania, num contexto democrático.

Deve-se, enquanto assistentes sociais, atentar para os preconceitos e estigmas, embasados na nossa ética profissional, levando a informação e o conhecimento para que o cidadão afrodescendente tenha voz e vez, no cenário político, social, econômico e cultural. Entendendo que:

[...] o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. (IAMAMOTO, 2004, p. 68).

Quando indagados se existem no município políticas públicas relacionadas às questões étnicas, as respostas foram:

Não. (S.4)

Resposta idem a número 1. (S.5)

Essas respostas negativas geraram muita preocupação. Sabe-se que, em nível nacional, as políticas públicas específicas para as questões étnicas ainda são praticamente inexistentes, mas as assistentes sociais poderiam ter citado a ausência do Conselho Municipal do Desenvolvimento da comunidade negra no município.

Segundo as falas das duas assistentes sociais entrevistadas, sobre se existem ações pautadas na inclusão étnico-racial, em consonância com outros setores, como: departamento de saúde, cultura e educação, no município, as duas foram muito objetivas e responderam somente:

Não. (S.4)

Também considero essa resposta igual a número 1. (S.5)

Seria importantíssima a participação do profissional assistente social na formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra no município, como articulador, politizando esta categoria, buscando a garantia de direitos a cidadania plena desse grupo etnicamente discriminado. Amaro (2005, p. 62) acrescenta: “[...] nos intriga observar que na política de assistência social, em que vulnerabilidade social, pobreza e empobrecimento são matéria central, a questão racial não venha recebendo significativa atenção.”

Quando se questiona quais são as metas da gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) quanto a financiamento, recursos humanos e controle social deliberados onde se evidenciam as questões raciais no município, as técnicas sociais disseram:

Como já mencionado, o município não possui ações pautadas nesta questão. Sendo assim, não possui metas de financiarmos, RH e de controle especial específica para esse público. (S.4)

Também atribuo à mesma resposta a de número 1. (S.5)

As assistentes sociais disseram que não existem metas do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que evidenciem a questão étnico-racial, mas

seria extremamente relevante a categoria buscar recursos por meio de projetos sociais, da adoção de programas de diversidade racial para que os usuários afrodescendentes tenham acesso aos direitos delimitados com a instituição da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Os dados do Censo – 2008 delimitaram que Santa Rita do Passa Quatro SP possui 30.600 habitantes (14.200 homens e 16.400 mulheres), portanto se enquadra na rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enquanto proteção social básica. A proteção social básica é delimitada para municípios considerados de porte II (total populacional de 20.001 a 50.000 habitantes). Para os municípios referenciados como de porte II, deve-se ter no mínimo 1 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que atenda até 3.500 famílias. De acordo com Muniz (2006, p. 150), “A proteção social básica destina-se aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social pela pobreza, privação de renda ou de acesso aos serviços sociais básicos e/ou ainda pela fragilização dos vínculos familiares.”

Então, indaga-se o que é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e quais suas prerrogativas? O SUAS veio universalizar a política pública de assistência social. No site do Ministério do Desenvolvimento Social, encontra-se a seguinte definição para SUAS (online):

[...] modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. Além disso, o SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política pública de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento aos usuários, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede prestadora de serviços sócio-assistenciais.

Após a Constituição de 1988, o processo democrático, fortaleceu a participação popular, através dos conselhos e conferências e, segundo Jovchelovitch (1998, p. 43):

Os conselhos setoriais (Saúde, Assistência Social, Criança e Adolescente, Educação) que existem hoje nos municípios são formas básicas de mediação entre a sociedade civil e o Poder Executivo. Funcionam inclusive como estratégia de divisão do poder no governo local.

A legitimação do SUAS trouxe, como proposta fundamental, a atuação do assistente social junto às famílias brasileiras. O desejado será o Serviço Social dar empoderamento ao usuário do Serviço Social, interferindo nas realidades sócio-culturais das famílias através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), das escolas, dos Programas de Saúde da Família e do Conselho de Participação da Comunidade Negra.

Ainda, perguntou-se sobre a posição das entrevistadas quanto à importância do Serviço Social levar em conta o quesito questões étnicas no seu atendimento e as duas relataram o seguinte:

Acho de extrema relevância a valorização da diversidade racial. A partir dessas considerações poderemos propor políticas públicas de inclusão pautadas na dimensão racial. (S.4)

Acho muito importante levar em consideração as questões étnicas, não somente dos afros descendentes como todas as demais raças, pois considero importante para ao trabalhar as famílias, se trabalhar desde o resgate das origens dela. (S.5)

As respostas das duas assistentes sociais foram positivas, mas o Serviço Social do município não leva em consideração o quesito étnico-racial. Porém, isso ocorre praticamente em todo território nacional, com exceções.

Para exemplificar, será relatado um pouco do pioneirismo da cidade de Santo André no qual, segundo as autoras Maria do Carmo A. Albuquerque de Carvalho e Matilde Ribeiro (2001) no livro *Gênero e Raça nas Políticas Públicas: experiências em Santo André - SP*, o município e a Assessoria dos Direitos da Mulher (ADM) inseriram nas políticas públicas a discussão de dois segmentos sociais discriminados: mulheres e negros, como relatado:

O orçamento sensível a gênero é uma ferramenta que não pressupõe apenas uma reserva orçamentária para as questões de gênero ou raça, mas sim uma análise do impacto das políticas públicas sobre mulheres e homens, negros e brancos, o que certamente demonstrará que mulheres e negros são historicamente menos favorecidas no acesso aos bens e serviços. (CARVALHO; RIBEIRO, 2001, p. 12).

Seguindo as ações citadas acima, a proposta pleiteada pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), em matéria publicada em outubro/dezembro de 2006, no Jornal CRESS número 54, é que o assistente social tenha, no bojo do

projeto ético-político-profissional, ideais atentados para a questão da diferença e equidade social. Neste quesito, pode-se enquadrar questões como: atos discriminatórios aos portadores de necessidades especiais, homossexuais, aos indígenas, moradores de rua, aos negros etc., que são embasados por conceitos muitas vezes banalizados pela sociedade moderna moldada por políticas neoliberais vigentes.

Levando-se em consideração a intervenção na realidade social do usuário, o profissional deverá deter-se no item descrito abaixo, no qual o Código de Ética do Assistente Social aponta nos Princípios Fundamentais, na Coletânea Brasileira de Leis para o Serviço Social (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2004, p. 39): “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando a diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças.”

Cabe ao profissional, fazer uma leitura crítica da realidade social do usuário, se contemplando de várias etnias, e culturas diversificadas, detendo - se no projeto ético político, mediante o aporte legislativo, dentre eles: Constituição de 1988, o ECA, LOAS, Código de Ética (1993), Estatuto do Idoso, entre outros.

Na coleta de dados, as entrevistadas ainda foram questionadas sobre a opinião das mesmas sobre as ações afirmativas, e estas expressaram que:

Neste contexto, acredito que as políticas de ações afirmativas são grandes mecanismos para a superação do racismo no Brasil. (S.4)

A resposta citada acima responde essa questão. (S.5)

A convergência da resposta das duas é um fator que merece destaque, mas, infelizmente, as mesmas poderiam ter sugerido a inserção de ações afirmativas ou de propostas inclusivas para os usuários afrodescendentes do Serviço Social, principalmente as famílias atendidas no CRAS.

João Feres Júnior e Jonas Zoninsein (2006, p.12) definiram ação afirmativa, como:

[...] um componente, [...] que inclui também investimentos sociais preferenciais para alcançar igualdade de oportunidades para grupos discriminados e a obtenção de reconhecimento de reivindicações coletivas legítimas por terra e proteção a estilos de vida.

Quanto ao Estatuto da Igualdade Racial, as duas profissionais responderam que o conhecem, mas a entrevistada S.4 analisou o documento segundo a proposta desse estudo, quais sejam: oferecimento de ações preventivas, curativas e sócio-educativas para esses grupos discriminados, como consta a seguir:

Sim. Acredito que o Estatuto da Igualdade Racial que é um grande avanço para o combate da discriminação racial e das desigualdades históricas aos quais foram e ainda são submetidos os afrodescendentes. (S.4)

Já li grande parte do Estatuto da Igualdade Racial, mas não na íntegra. (S.5)

O Estatuto da Igualdade Racial foi outorgado através da Lei nº 3.198, de 2000, e preconiza os direitos aos afrodescendentes, não devendo sofrer qualquer tipo de discriminação em função da sua etnia, raça ou cor. Ressalte-se que o Estatuto da Igualdade Racial tramita no Senado Federal.

Dando continuidade à pesquisa, foi perguntado se existem atendimentos voltados para a diversidade racial para a população atendida no CRAS, situado nos bairros periféricos: Jardim Boa Vista: I, II e III, Jardim São Luiz, Santa Maria, Jardim Alvorada e Primavera. Partindo dessa afirmação, as duas disseram que:

Não há preocupação específica. (S.4)

A resposta de número 1 acredito que responde essa questão também. (S.5)

Quanto aos serviços e ações oferecidos pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e que critérios de elegibilidade foram elencados pelas assistentes sociais para cadastramento dos usuários, as mesmas disseram que esse órgão público:

Oferece serviços de proteção especial básica, além de organizar e coordenar a rede de serviços sócio-assistenciais locais. Como instrumental de critério de elegibilidade foi realizada uma entrevista em todas as residências dos bairros que atualmente, são a área de abrangência do CRAS. (S.4)

Para a instalação do CRAS foram levados em consideração dados da prefeitura de acordo com levantamento nas áreas de moradia, saúde, educação e assistência social. Após a inauguração do CRAS realizamos pesquisa nas residências dos bairros atendidos para levantamento das reais demandas e necessidades dos moradores. (S.5)

A partir das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica (NOB), em 2005 a Secretaria de Assistência Social passou a direcionar sua gestão na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) preconizando a garantia de direitos aos usuários da assistência social.

A política de assistência social contemporânea, com o SUAS, não desdenha o assistencialismo, mas objetiva resgatar o direito à cidadania da população, sobretudo a parcela que está em risco social. O objetivo do SUAS é atender as famílias mediante a territorialização, por meio do CRAS e segundo Muniz (2006, p. 153):

[...] no Brasil o Suas adota o princípio da territorialização para a função da proteção social básica. O equipamento físico que centraliza meios e recursos humanos e técnicos operando sobre uma localidade é representado pelo Centro de Referência da Assistência Social – Cras, unidade pública estatal que funciona com “porta de entrada” da rede de serviços socio-assistenciais do território.

Na perspectiva de trabalhar sob o prisma da territorialização, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) poderá instituir critérios de elegibilidade que considerem tanto a questão econômica quanto a étnico-racial. A ausência de políticas públicas prossegue com o mesmo descaso decorrido por volta da alforria dos negros no final do século XIX. Assim,

Os negros estão relegados aos porões da sociedade. Destituídos de sua cidadania de direito, se reconhecem nos menores índices de instrução, nas condições habitacionais mais precárias, geralmente desempenham as ocupações menos privilegiadas e devido a esse quadro educacional e ocupacional conformam as piores faixas de renda familiar (AMARO, 2005, p. 64).

Enfim, acredita-se que o assistente social deverá ser capaz de criar e implementar programas cuja finalidade seja a transformação social visando a implementação das políticas públicas para afrodescendentes, como ressarcimento da dívida histórica, através dos órgãos públicos e privados responsáveis pela execução de programas sociais.

Em se tratando de conselhos municipais, as profissionais foram interrogadas se, no sistema descentralizado e participativo de Assistência Social na cidade, existe o Conselho de Participação da Comunidade Negra. As duas definiram o seguinte:

Não temos o Conselho de Participação da Comunidade Negra. (S.4)

Não temos. (S.5)

Para Jovchelovitch (1998, p. 37),

A descentralização consiste em uma efetiva partilha de poder entre Estado e as coletividades locais e implica a autogestão local. Envolve uma redefinição da estrutura de poder no sistema governamental, que se realiza por meio de remanejamento de competências decisórias e executivas assim como dos recursos necessários para financiá-los. Portanto, está, hoje, intimamente conectada com a reforma do Estado, ou seja, novas formas de relação entre e a sociedade civil. Isto é, no redimensionamento da relação povo-governo, dentro da qual a autonomia das organizações locais proporciona o exercício do controle social e a possibilidade de influir nas decisões das várias instâncias de poder.

Propõe-se a importância da mudança da filosofia política paternalista, assistencialista e caritativa para a inserção de políticas públicas nas quais decorra a participação popular, pois as políticas públicas priorizam a inserção social fazendo o acolhimento e atuando fortemente na prevenção e no planejamento das ações destinadas à população.

A participação popular, interferindo, regulamentando, fiscalizando e implementando as políticas públicas nos municípios, se deu a partir da Constituição de 1988, a partir da gestão democrática, do fortalecimento dos espaços públicos. Zelimar Soares Bidarra (2006, p. 48) conclui que: “Os espaços públicos são os canais privilegiados para os encontros, a explicitação, as disputas e as negociações entre aqueles que defendem posições diferenciadas quanto ao nível de partilha da riqueza social transferida pelas políticas públicas.”

Segundo a autora citada anteriormente,

[...] é possível que atores coletivos possam (re)instituir práticas que assegurem a dimensão política das lutas sociais, objetivando uma conformação do espaço público que se assente sobre a premissa democrática da garantia dos direitos de cidadania. Esses processos consubstanciam a constituição do imaginário de direitos dos segmentos populares, cuja existência social está comprometida pelas dificuldades e privações do cotidiano daqueles que habitam ‘desertos’ rurais, as periferias e as malhas urbanas das cidades do país. (BIDARRA, 2006, p. 55, destaque da autora).

Ainda, perguntou-se para as técnicas sociais como as mesmas trabalham para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários na região onde está localizado o CRAS. Suas respostas foram:

Em consonância com a PNAS o CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Atualmente, são realizados espaços de convivência com atividades sócio-educativas, palestras informativas, encaminhamentos para a rede local de atendimento em diversas áreas, cursos de artesanatos, cabeleireiro, manicure. Algumas ações estão sendo planejadas para possível implantação. (S.4).

O CRAS presta serviços continuados da Proteção Social Básica para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, através do Programa de Atendimento Integral a Família, realizando: acolhimento, serviços sócio-educativos e de convivência, acompanhamento de famílias e indivíduos, encaminhamento a os serviços da rede, identificação das famílias, cursos de capacitação e geração de renda, orientação e apoio, cadastro e acompanhamento dos programas ação jovem e renda cidadã, encaminhamento ao BPC, visitas domiciliares, divulgação de informações. O principal objetivo é a prevenção da presença e /ou agravamento de vulnerabilidades e riscos sociais, garantindo o fortalecimento da estrutura familiar. (S.5).

Percebe-se, através das leituras da prática profissional, que se deve trabalhar as relações oriundas dos núcleos familiares e as relações deste com a comunidade em geral. No PNAS (BRASIL, 2004a, p. 35) consta o seguinte conceito de família:

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida.

A partir da citação acima extraída da Política Nacional de Assistência Social (2004), encerra-se o questionamento perguntando como as famílias têm acesso ao CRAS, como essas famílias procuram o CRAS e como ocorre esse processo. As assistentes sociais explicitaram que:

A demanda é espontânea e através de encaminhamento da rede de atendimento como: Poder Judiciário, Departamento de Promoção Social, Departamento Municipal de Educação, escolas, igrejas, instituições, Departamento de Saúde, OAB entre outros. (S.4)

As famílias têm acesso ao CRAS através de demanda espontânea das famílias ou indivíduos, pela busca ativa de famílias feita pelos técnicos, ou pelo acompanhamento realizado pela rede sócio assistencial e demais serviços. (S.5)

O CRAS é uma exigência contida nas normativas operacionais do SUAS e a porta de entrada dos usuários à rede de Proteção Social Básica. Portanto, será necessário que se criem reflexões sobre políticas públicas inclusivas para afrodescendentes. E, para Ribeiro (2004, p. 152),

No entanto, é fundamental inserir nesse exercício a contribuição da sociedade civil, principalmente por meio dos movimentos sociais, neste caso, com ênfase na questão étnico-racial, visando a formação de política dos atores envolvidos na elaboração de políticas públicas específicas.

3.5 Pessoas afrodescendentes de Santa Rita do Passa Quatro

Eu tenho o sonho de ver um dia meus quatro filhos vivendo numa nação em que não sejam julgados pela cor de sua pele, mas sim pelo seu caráter.

Martin Luther King¹²

Para entender com mais rigor esse estudo serão feitas breves conceituações sobre o que é afrodescendente, negro e população, enquanto alicerces para as entrevistas realizadas com negros em nossa cidade.

O senador Paulo Paim escreveu no art. 3º do Estatuto da Igualdade Racial (2003, p. 8) que “[...] consideram-se afro-brasileiros as pessoas que se classificam como tais e/ou como negros, pretos, pardos ou definição análoga.” Para a pesquisadora Yvy Costa (2007, online),

[...] afro-descendente traz consigo uma mudança de nomenclatura, em relação ao termo negro, mas não de significado. Ser afro descendente significa ser descendente de negros, ou seja, a idéia de uma etnia afro, que traria consigo elementos culturais, não foi ainda substituída pela questão da raça que traz consigo o fator biológico.

Segundo a pesquisadora Dora Lucia de Lima Bertulio (2007, p. 63), “[...], branco designa os indivíduos nos quais os traços europeus são predominantes. Negros são indivíduos nos quais os traços negróides (africanos) são preponderantes e que são socialmente reconhecidos como pardos, mulatos, morenos ou pretos.”

Segundo a pesquisadora Fátima Oliveira (2004, p. 1),

¹² Martin Luther King – Pastor e ativista Negro norte-americano – 1929-1968.

No contexto da mestiçagem, ser negro possui vários significados, que resulta da escolha da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem (afro-descendente). Ou seja, ser negro, é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra.

Ainda, a mesma autora citada, relata que, segundo o IBGE, “[...] negro é quem se autodeclara preto ou pardo. Embora a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, há toda uma produção social, cultural e política da identidade racial/étnica no Brasil.” (OLIVEIRA, 2004, p. 2)

Milton Santos (2000a, p. 154) alude que:

Ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá em baixo, para os negros e assim tranqüilamente se comporta. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver subido na vida.

Débora da Silva Roland (2004, online), sobre população, se expressa: “População é um conceito demográfico-matemático, afeito à geopolítica, que significa o conjunto de pessoas habitam certo território numa certa época.”

Estabelecidas as diferenças entre os conceitos citados, volta-se à realidade sociocultural excludente e vulnerável vivenciada pelos negros nos primórdios do século XXI. Sobre esta questão, Luciana Jaccoud (2008, p. 131) escreveu o seguinte:

A desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões do tecido social no Brasil. A extensa e periódica divulgação de indicadores socioeconômicos, sob responsabilidade de organismos de estatística e de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) ou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), mostra que grandes diferenciais raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira.

No município de Santa Rita do Passa Quatro, 83,5 % da população é branca, 4,7% negra, 11,4% parda, 0,2% amarela e 0,1% indígena (WIKIPÉDIA, 2008). Porém, salienta-se que a preocupação, nesta pesquisa, perpassa não com o número de afrodescendentes, mas com as condições socioeconômicas apresentadas pelos mesmos. Onde vivem? Como? Quais políticas públicas são destinadas para as questões étnicas?

Desse modo, para esse estudo foram selecionados cinco pessoas de vilas e classes sociais distintas. Para preservarmos a identidade dos entrevistados os mesmos serão chamados por Sujeitos (S) 6, 7, 8, 9 e 10.

Entretanto, essa etapa investigativa principiou-se perguntando sobre a idade, onde trabalham, onde moram, se estudam, ou estudaram, se completaram os estudos. Os entrevistados responderam:

Tenho trinta anos, sou candidata a vereadora, trabalho como domestica, Moro no Jardim Boa Vista II. No momento não estudo, mas estudei até o 3º ano de contabilidade. Nunca atuei na contabilidade porque levei currículo em vários lugares, mas nunca fui contratada. (S.6)

Tenho 53 anos, atualmente trabalho como estagiária no Lar Dom Luiz Carboluto – Colégio São José, sou modelista profissional, instrutora na área de costura industrial formada pelo SENAI, também sou bolsista do PROUNI, faço Pedagogia, na Faculdade Interativa COC – Pólo de Santa Rita do Passa Quatro – SP. (S.7)

Tenho 28 anos de idade, estou desempregado a três meses, no último emprego trabalhei como vigia. Moro no Jardim Boa Vista II. No momento não estou estudando, parei no 1º ano do Ensino Médio. (S.8)

Tenho 59 anos de idade, sou morador da Vila Rossi. Fiz técnico de contabilidade. Atualmente trabalho como técnico em máquina de costura, trabalho no CAIS como marceneiro (oficial de manutenção) entrei nesse emprego por meio de concurso há trinta e seis anos atrás. (S.9)

Tenho 30 anos de idade, moro no Jardim Boa Vista III, trabalho como cuidadora de idosos, sou formada em auxiliar e técnico em enfermagem. Fiz nove cursos, no momento não estou estudando, pretendo voltar quando tiver oportunidade. (S.10)

Percebe-se, na pesquisa de campo, que a maioria dos entrevistados tem pelo menos o Ensino Médio, somente o S.8 não terminou o 2º grau e não está estudando; inclusive o S.7 é bolsista Prouni (graduação em pedagogia) e o S.6 foi candidato a vereador. A idade variou entre trinta e sessenta anos. Dos cinco entrevistados, três deles são moradores do Jardim Boa Vista II e III, os outros dois moram em vilas de classe média.

As reflexões propostas nessa pesquisa perpassaram pela importância das políticas públicas para a comunidade negra. Para efeito complementar da teoria estudada até então, entende-se que seria preponderante questionar os afrodescendentes sobre o que os mesmos entendem por políticas públicas. Obteve-se as seguintes respostas:

Nunca ouvi falar nada sobre políticas públicas. (S.6)

Eu não entendo muito de políticas públicas, o que eu sei é que, enquanto munícipe e cidadã, gostaria que as políticas públicas fossem uma política que visasse mais à formação social, o cidadão, que esclarecessem eles para que tivessem condições melhores de reivindicar seus direitos, porque na verdade o cidadão não é muito esclarecido. Isso é muito conveniente para as políticas, porque aí, as políticas não são mais políticas públicas, daí passam a ser a política do político. Não aquilo que é abrangente em prol do social, da formação do cidadão bem informado. (S.7)

Nada... (S.8)

Políticas Públicas, eu acho que seria a maneira de administrar a cidade, tanto a cidade, como o Estado e como praticamente o Brasil, que seria o governo federal, desde que ela seja feita com coerência, que as pessoas pense no povo. E não no bolso deles, ela se torna muito importante. A partir do momento que ela passa a pensar só no político, ela não traz benefício nenhum para a população. A política pública seria de grande benefício se os políticos pensasse na população e não naquilo que irá trazer benefícios para eles próprios. (S.9)

Acredito que as políticas públicas teriam que ser mais justas. Não deveria ser feita somente para brancos, e menos favorecidos. Mas, toda a população, principalmente para negros. Tudo funciona muito bem somente no papel... (S.10)

Após os dados coletados, dos entrevistados três conseguiram discernir sobre o que são as políticas públicas e sua importância. Mas, a fala de S.6 demonstrou que essa entrevistada não possui muitos conhecimentos sobre o tema questionado, enquanto candidata a vereadora, portanto uma liderança do bairro. Esse fato levou ao questionamento: Como a mesma buscará os direitos relacionados aos cidadãos afrodescendentes?

Entende-se que, em âmbito geral, as políticas públicas foram sendo consolidadas pela classe trabalhadora, pelos cidadãos por meio de movimentos sociais, portanto foram conquistadas e vieram ao encontro dos anseios do povo, da sociedade brasileira. Hoje, na contemporaneidade, as políticas públicas são consolidadas nos espaços democráticos, onde a diversidade e a diferença deverão permear: conselhos e conferências nos três níveis (federais, estaduais e municipais), através dos pleitos políticos, nas associações, assembleias, comunidades de bairro, e, enfim, em todos os espaços decisórios e hegemônicos.

Nesse contexto Raquel Raichelis (2007, p. 9) salienta que:

[...] a questão social está na base dos movimentos sociais da sociedade

brasileira e remete à luta em torno do acesso à riqueza socialmente produzida. São essas lutas que se encontram na origem da constituição das políticas públicas e que mobilizam o Estado na produção de respostas às demandas de saúde, trabalho, habitação, bem como são elas que impulsionam o movimento político das classes populares pela conquista da cidadania na esfera pública.

Ressalta-se também a busca do significado de políticas públicas de uma forma mais ampla. Desse modo, política pública é entendida:

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 6, destaque do autor).

Portanto, salienta-se que, para a participação na formulação e fiscalização das políticas públicas, a população necessita ser politizada, mas a discussão também perpassa no tocante à indústria cultural. Desse modo, enfatiza-se que a mídia televisiva no Brasil, sob os dogmas neoliberais, fez uma verdadeira luta para despolitizar a juventude e a sociedade como um todo. Assim, quanto à importância da política, ou do ser político, o filósofo Aristóteles, no livro *A Política* ([s.d.]) descreveu a importância da coletividade, da coesão entre os cidadãos, sendo esses os componentes da cidade, local onde deveriam e devem acontecer as discussões sobre todos assuntos ligados aos seus moradores.

Contraditoriamente, os acontecimentos decorridos na contemporaneidade são interpelações da filosofia capitalista, que trouxeram as mudanças nos modos de produção com a aceleração da urbanização. Devido ao capitalismo selvagem, a classe proletária perdeu seu poder de organização, de coletividade, de reflexão, sob a influência das interferências dos organismos internacionais que trazem como eixo filosófico central a exploração, a subalternização dos indivíduos. É a lógica neoliberal da privatização das Estatais, do mercado regulador, da competição geradora do individualismo, do Estado mínimo, do aumento das Organizações Sociais, das Organizações Não Governamentais (ONGs), das terceirizações levando o negro e a população pobre à invisibilidade.

Desse modo, complementa-se que a grande problemática a ser refletida está relacionada ao descrédito da população nas instituições políticas,

consecutivamente nos governantes e parlamentares. Porém, precisa-se atingir o próprio objetivo da ação política, na sua capacidade transformadora, em levar a comunidade a refletir e pensar valores.

Ainda, foi perguntado aos afrodescendentes se os mesmos já sofreram discriminação devido a sua etnia. O grupo respondeu:

Já sofri... bastante em vários lugares, como olhares, cutucões... pessoas olhando e cochichando...Por exemplo no partido, algumas pessoas me tratam bem...eu percebo que são verdadeiras...outras são falsas, mas quando se trata de dinheiro para a campanha dos candidatos, para mim...é pouca coisa... (S.6)

Não, nunca sofri discriminações por causa da minha etnia. Acredito até que quando você tem um preparo social, você é esclarecido dentro dessas condições, as pessoas parecem que chegam até a adivinhar. Já tive algumas experiências até engraçadas, quando as pessoas perguntaram para mim como eu me autodefinia, e pessoas esclarecidas... diziam para mim que a minha raça era morena, eu não conheço essa raça, ou é negro, ou é branco, ou é amarelo, ou é vermelho. Não existe essa outra raça, então na verdade o que eu percebo é um medo enrustido da pessoa reconhecer que o outro é negro. Mas na minha própria pele, nunca passei por algum tipo de discriminação porque eu ia saber muito bem me defender sem dúvida nenhuma. Para isso está aí a Lei Afonso Arinos, para ser usada, não só para ficar lá no papel. (S.7)

Nunca. (S.8)

Olha discriminação em si... coisa muita clara não... Mas a gente sente isso na pele muitas vezes, sem que a gente faça restrição do que as pessoas fazem com a gente. Eu me sinto muito bem aceito na sociedade. As pessoas me tratam bem, só que eu vejo discriminação de outras pessoas. Não somente da raça negra, das pessoas mais pobres, que tem necessidade de serem ajudadas, o povo não ajuda. Quando as pessoas necessitam de alguma coisa e as pessoas acham que ele é vagabundo. Tem outro lado, que as pessoas vagabundas aproveitam de muita coisa que é feita para as pessoas que tem necessidade e que eles são beneficiados. Exemplo: o lugar onde eu trabalho, é para as pessoas que passam por tratamento de necessidades de muita coisa, existe o aproveitador aproveitando-se de oportunidades para ser beneficiados junto dos que necessitam realmente. (S.9)

Já. Várias vezes, já sofri e denunciei, fazendo com que a pessoa fosse demitida. Numa loja de sapatos, entrei para comprar um par de tênis e a vendedora atendia todo mundo, e a minha vez não chegava...eu chamei o proprietário e disse que o meu dinheiro não era diferente! Ou a questão era por causa da minha cor? (negra). Daí fiquei nervosa e fui embora, e disse para o proprietário que ali eu não pisava mais... Depois fiquei sabendo que a funcionária havia sido despedida. (S.10)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos preconiza no art. 1º: "Todos nascem livres e iguais em direitos e dignidade e que sendo dotados de

consciência e razão devem agir de forma fraterna em relação aos outros." (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, online).

Levando-se em consideração as respostas dos cinco entrevistados sobre racismo, somente dois sujeitos relataram que já foram discriminados, outros dois disseram que nunca sofreram e um não definiu claramente.

Em regra, o termo racismo refere-se a:

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação as pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de impor uma vontade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52).

Para a autora citada acima, o preconceito:

[...] é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se de conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro. (GOMES, 2005, p. 54).

Em atenção à neutralização, sobre a instituição de ações que minimizem e acabem com todo tipo de preconceito e intolerância contra negros e descendentes essa pesquisa se propôs buscar dados no âmbito legislativo. Porém, outra preocupação se manifestou: questionar os entrevistados sobre se os mesmos conhecem o Estatuto da Igualdade Racial e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Para saciar nossa indagação, as respostas foram:

Já ouvi falar, mas não sei o que é! Sobre SEPPIR nunca ouvi falar... nem no município de Santa Rita. (S.6)

Não conheço, provavelmente porque nunca precisei recorrer a eles. Acredito que seja uma falha da minha parte, por nunca ter me interessado. Pode ser por comodismo, conheço somente a Lei Afonso Arinos que é para todos negros, para qualquer pessoa que se sinta discriminada. Sei o básico como a Lei Maria da Penha, deveríamos até saber mais, porque não é somente quando a coisa nos atinge, que precisamos conhecer, é uma falha admito. (S.7)

Não. (S.8)

Não... Já ouvi falar, mas não obtive conhecimento. Já fui convidado por várias entidades negras, não de Santa Rita, mas não participamos, por dificuldades de participar, de viajar... (S.9)

Não conheço nenhum dos dois. (S.10)

É necessário questionar com muita propriedade esse item específico, pois todos os cinco entrevistados, inclusive S.7 graduando em Pedagogia, desconheciam o Estatuto da Igualdade Racial e a SEPPIR.

As razões para este desconhecimento, talvez possam estar no relato de Jaccoub (2008, p. 140):

Em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o governo federal sinalizou para o fortalecimento das ações afirmativas e para a construção de um projeto mais estruturado de combate ao racismo, à discriminação e às desigualdades raciais. Entretanto, sua atuação nesse campo ainda pode ser caracterizada como tímida. Mas apesar do pequeno número de ações promovidas pela Seppir, os últimos anos viram o desenvolvimento, a partir da iniciativa de outros atores e sob forte presença do Movimento Negro, de novas experiências em torno da temática racial no âmbito das políticas públicas.

A exclusão histórica do sujeito negro ao acesso a bens e direitos levou o senador Paulo Paim (PT/RS), a escrever o Estatuto da Igualdade Racial, que em seu Art. 1º preconiza: “Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, para combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.” (PAIM, 2003, p. 8, online).

Seguindo, os entrevistados foram questionados se conheciam a Lei nº. 10.639 e o que pensavam sobre ela. As respostas foram:

Não conheço essa lei... (S.6)

Não conheço... A lei da cultura afro, da mesma forma a cultura indígena tal...Não conhecia o numero da lei, mas tenho algum conhecimento dela. Dizem que é obrigatório a cultura afro e indígena, para nós termos conhecimento a respeito, porque o Brasil é feito da miscigenação, de misturas de raças e nada mais justo que nós conhecermos alguma coisa.... (S.7)

Nunca ouvi falar. (S.8)

Não, não conheço. (S.9)

Não. (S.10)

Esse cenário permite afirmar que as respostas foram insatisfatórias mediante as conquistas alcançadas, após vários atos políticos realizados pelo Movimento Negro brasileiro. Assim, dos cinco sujeitos entrevistados na coleta de dados somente um soube delimitar infimamente o objetivo da Lei nº 10.639. Então, concluí-se: Como cobrar o que não se tem conhecimento?

Destaca-se, aqui, que a Lei Federal nº 10.639, alterou a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (Lei nº 9.394) introduzindo o:

[...] ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras nos currículos do ensino fundamental e médio, bem como ações de formação de professores para o combate ao racismo e a elaboração e a construção de material para-didático no sentido de auxiliar na valorização da diversidade racial presente no cotidiano das escolas (CAVALLEIRO, 2005, p. 100).

Portanto, a partir desses dados, verifica-se que é de suma importância a interferência de universidades, de pesquisas acadêmicas de extensão nas escolas tanto em nível público quanto privado, em atenção à disseminação de saberes e conceitos sobre os mais variados assuntos.

Ainda com vistas à preponderância em analisar a situação vivenciada pela população negra nos municípios, foi perguntado se os mesmos participam de movimento ou conselhos municipais. Os mesmos responderam:

Nunca participei e nunca ouvi falar o que são conselhos municipais. (S.6)

Não. (S.7)

Não. Nunca ouvi falar sobre conselhos municipais. (S.8)

Não. Tanto é porque, agora que foi feito esse memorial em nome do meu pai (José da Silva) que a gente começou a conversar sobre isso. No caso um Conselho para que se tratasse desse caso. (S.9)

Não. Já participei de um time de futebol feminino onde as integrantes eram todas negras, por isso, chamava-se 'Negritude'. O time acabou por falta de patrocínio, devido a falta de investimento no futebol feminino. (S.10)

Contudo, as respostas foram todas negativas. Entende-se que a sociedade desconhece os trâmites democráticos que lhes são imputados, os conhecimentos que os levariam a participar, a fiscalizar, a interpelar a efetivação das políticas públicas. Quando a comunidade negra desconhece seus direitos, a construção de uma sociedade democrática desfalece.

Partindo dessa premissa, surge a questão: Como buscar a construção, a efetivação de direitos, se os afrodescendentes não souberam definir, pelo menos, a importância do Conselho da Participação da Comunidade Negra?

A Constituição de 1988 fortalece a participação popular por meio dos conselhos e conferências. As políticas de saúde, de educação, da infância, da assistência foram municipalizadas com controle social previsto para os conselhos.

Para tanto, existe o Conselho de Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo como um órgão governamental específico para a adoção de políticas públicas para a população afrobrasileira do Estado de São Paulo, criado pelo Decreto nº 22.184 de 11 de Maio de 1984 e institucionalizado pela Lei nº. 5.466, de 24 de dezembro de 1986.

O pesquisador negro Ivair Augusto Alves dos Santos (2007, p. 104), sobre a instituição do Conselho da Comunidade Negra, dissertou que o:

[...] Conselho acabou sendo um órgão para elaborar, propor, co-executar políticas, cujo público alvo era a população negra. Desde o início, preocupou-se com a competência na geração de resultados mensuráveis e que pudessem ser acompanhados e avaliados. [...].

Porém,

[...] a democracia não pode ser conceituada só como regime político, mas, sim, como instrumento para a construção de um tipo de sociedade que respeita e valoriza a diversidade, um tipo de sociedade futura, um estilo de vida, algo que deve permear todas as relações sociais de qualquer ser humano. Assim, a oportunidade de participação que o Conselho possibilitou tornou-se componente essencial da vida democrática (SANTOS, I. A. A., 2007, p. 165).

Entre as perguntas, uma era a mais instigante: se alguns deles já haviam assistido alguma reportagem sobre o Centro de Referência Afro. As respostas foram:

Não nunca. E infelizmente ia passar outro dia na televisão, mas não pude assistir a patroa não deixa... (S.6)

Não. (S.7)

Já tive a oportunidade de ver reportagens na televisão, se não me engano da cidade de Rio Claro - SP. (S.8)

Já assisti sim. Não praticamente em palestra. Já assisti assim na tv, inclusive achei bastante interessante. Naquele dia, Dia da Consciência Negra, que teve homenagem para o meu pai, veio aquele senhor de Ribeirão Preto, na minha opinião falou muito bem e esclareceu muitas coisas que a gente não sabia, e a partir desse momento nós temos que batalhar isso. Acho tudo isso bastante importante. (S.9)

Não. (S.10)

O Centro de Referência Afro tem o intuito de efetivar a cidadania, promover a igualdade racial e estimular ações que visem à convivência para a diversidade racial. Existem dois deles, um instalado na cidade de Araraquara - SP, o Centro de Referência Afro e outro em São Carlos - SP, o Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira "Odette dos Santos". O objetivo desses espaços públicos é desenvolver ações e projetos sociais em consonância com todas as políticas públicas municipais para as inserções sociais, culturais, econômicas e política dos descendentes dos africanos.

Levando-se em consideração a importância em levar o conhecimento sobre a legislação brasileira para afrodescendentes, perguntou-se qual data consideram mais importantes o 13 de maio ou 20 de novembro. Os mesmos relataram:

Eu considero mais importante o 13 de maio porque os negros tiveram sua liberdade e puderam ser livres... Eu me considero livre! (S.6)

13 de maio é o dia da comemoração da abolição...Eu acho para mim, tenho certeza, o mais importante é o Dia da Consciência Negra, porque a abolição não chegou em todos os lugares. Acha visto até nos grandes centros ainda existe muitas pessoas negras ou não que são escravos. Então, o Dia da Consciência Negra é mais importante, o dia da abolição é fictício. Ainda temos muitos escravos em nosso país vivendo em regime de servidão e escravidão. Não só negros, mas todas as raças infelizmente vivendo em condições de miséria nas carvoarias do nordeste, sendo escravizadas em madeiras. Então essa abolição é simbólica, infelizmente, vamos levar mais algum tempo para chegarmos nesse patamar que seria conveniente. (S.7)

O dia da Consciência Negra. É uma data para dar valor por tudo que o negro fez para o Brasil. (S.8)

Olha... eu acho o Dia da Consciência Negra, é bem mais importante. Na minha consciência o 13 de Maio é um dia que foi praticamente criado, foi criado um dia para ser comemorado de uma coisa que já estava praticamente feita. Porque quando a princesa Izabel assinou a Lei Áurea já existiam muitos negros libertos, queira ou não queira ia acontecer (libertação) então fizeram essa Lei. Isso já estava mais que escrito que ia acontecer. O Dia da Consciência Negra é muito mais importante que o 13 de Maio. (S.9)

Eu considero os dois. O 13 de Maio por causa da falsa Abolição da Escravatura, e o dia 20 de novembro para sociedade ver que existe um dia reservado para o negro, e não somente dos italianos, japoneses. Por exemplo, eu nunca ouvi falar do dia da Colônia Negra. Existem mil festas, mas nenhuma destinada ao negro no nosso município, mesmo sabendo que também temos comidas típicas, cultura e etc. (S.10)

De fato, as respostas referenciadas pelos entrevistados, não causaram surpresa, visto que a comunidade negra pertencente aos pequenos municípios desconhece o real significado do 13 de maio de 1888 e da simbologia do Dia da Consciência Negra. Mas, os quatro sujeitos referenciaram que o Dia da Consciência Negra é o mais importante.

As respostas atenderam às expectativas, principalmente quando S.10 fez uma análise paradoxal sobre as duas datas; segundo seus apontamentos o dia 13 de maio ainda nos faz refletir a abolição simbólica, não decorrida, fato que não deverá cair no esquecimento e dia 20 de novembro, data reservada para que se questione e reflita sobre a abolição não realizada no final do século XIX.

Os entrevistados (S.6, 7, 8, 9 e 10) fizeram apontamentos muito interessantes, principalmente quando citaram o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, como a data mais importante a ser comemorada. A comunidade negra conquistou essa data através de muita resistência e de movimentos sociais. Enfatiza-se, ainda, a analogia crítica e reflexiva que o sujeito 10 fez às duas datas.

Seguindo a analogia realizada pelo sujeito número 10, complementa-se que:

Um dos papéis importantes do movimento negro da atualidade foi denunciar que o dia 13 de maio não devia ser comemorado como uma data que enfatizava a suposta passividade do negro diante da ação libertadora do branco. Durante a escravidão, os movimentos de luta e resistência negra foram muitos e variados e aconteceram em diversas regiões do país. Dessa forma, os movimentos negros atribuem, atualmente, um significado político ao 13 de maio, vendo-o como o dia Nacional de Luta contra o Racismo (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 130).

A seguir, indagou-se aos sujeitos se, na vida escolar, os mesmos sofreram algum tipo de discriminação, devido às suas heranças genéticas. As opiniões dos entrevistados foram:

Sim, muito por colegas, professores... Fui até expulsa de escolas por causa de racismo... Quando eu estudava na escola Nelson Fernandes havia duas pessoas negras (uma delas era eu), a professora sempre tratava com pouco caso... desprezo... Percebendo essa situação, eu fiquei muito chateada com aquilo e cheguei nela para saber... Porque! Ela respondeu que não gostava de pessoas negras, por isso eu fui expulsa... Também os colegas me tratavam com discriminação, faziam piadinhas, não gostavam de ficar junto... (S.6)

Não porque na época que eu frequentei a escola primária, talvez porque eu morasse em São Paulo num bairro de pessoas esclarecidas, então se eu disser que eu sofri algum tipo de discriminação dentro de uma escola pública não é verdade. No meu bairro as pessoas não se atinham a esse tipo de coisa. Mas eu sei de lugares e coisas onde a discriminação é gritante. (S.7)

Não. (S.8)

Eu praticamente não, porque eu sempre tive muitas amizades com brancos, inclusive comecei a trabalhar com uma família italiana, e eles me tratavam como filhos na casa deles, então eu nunca me senti discriminado até hoje eles tem consideração comigo. Eu já vi muita discriminação na época de escola era muito comum, principalmente porque naquela época elas podiam bater em alunos. Os negros eram os que apanhavam mais, somente uma professora que era muito brava, essa não discriminava, ela batia em todos. (S.9)

Sim, nós estávamos brincando de jogar papel um no outro, e todos pararam quando o professor apareceu, e eu estava desatenta continuei jogando, daí um garoto disse que: 'Preto só presta para fazer coisa errada'. Ela se irritou e partiu para a ignorância com o moleque. (S.10)

Dos cinco afrodescendentes, três responderam que sim, e a resposta mais significativa foi relacionada ao sujeito número 6. As atitudes preconceituosas, relatadas por S.6, faz pensar que esse fato é repugnante e que ações preconceituosas levam ao tratamento segregacionista e até à expulsão. Sobre atitudes preconceituosas oriundas de professores e representantes educacionais Francisca Maria do Nascimento Souza (2005, p. 109) escreveu que esses fatos estão relacionados às linguagens escolares subjacentes, sendo que os significados de tais ações são:

[...] aquelas formas de comunicação aparentemente ingênuas e isentas de ideologias, mas que estão, de fato, impregnadas de preconceitos. Assim, podemos destacar os cartazes, painéis, peças de teatro, músicas, desfile de beleza, brinquedos e brincadeiras; como também as atividades desenvolvidas nos diferentes momentos festivos, uma vez que geralmente colocam os (as) negros (as) em situação desfavorável. Isto costuma concretizar – se: a) Não dando visibilidade ao grupo negro, ou seja, excluindo-o da decoração escolar, das ilustrações dos livros, dos referenciais de construção da história, das ciências e das artes e etc.

Nilma Lino Gomes (2005, p. 55, destaques da autora) definiu discriminação racial como:

[...] ‘distinguir’, ‘diferençar’, ‘discernir’. A discriminação racial pode ser considerada como a prática de racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.

Assim, as ações discriminatórias, se perpetuadas por meio de atitudes preconceituosas, enxotam esses seres sociais para as sarjetas da miséria econômica, cultural, filosófica e social. Portanto, complementa-se que atitudes preconceituosas ainda acontecem, porque ainda se tem uma escola desdenhada sob os moldes eugênicos, do branqueamento, no âmbito em que deveria ocorrer a inclusão para a diversidade e a diferença.

Nesse sentido, visando à construção da democracia racial, a mesma pesquisadora citada escreveu que:

[...] a escola não precisa fazer sozinha! Atualmente, além da lei 10.639/03 e das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, existe uma produção mais consistente sobre a temática racial que deve ser incorporada como fonte de estudo individual e coletivo dos (as) educadores (as). Além disso, existe uma quantidade significativa de grupos culturais, grupos juvenis, entidades do Movimento Negro, ONG’s e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros que podem ser chamados para dialogar e trabalhar conjuntamente com as escolas e com as secretarias de educação na construção e implementação de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial. (GOMES, 2005, p. 60).

Seguindo, perguntou-se sobre a importância do investimento dos recursos financeiros pelo poder público, que visem à construção da democracia racial para as áreas de lazer, cultura, educação, saúde, mercado de trabalho para afrodescendentes. Os sujeitos disseram:

Acho que faz tudo igual, só existe diferença no tratamento. (S.6)

Para comunidade nenhuma... Eu acho o poder público local da cidade que eu moro falho, tacaña, ultrapassado, retrógrado, que precisa de uma injeção de sangue novo. Com pessoas com uma visão mais futurista que sonham os sonhos dos mais jovens que acredite num futuro é o dos anseios dos mais novos. Não aquela política para meia dúzia de pessoas. Com relação a investimento na área de lazer, a minha cidade tem lazer sim... afinal uma cidade pequena tem que ter “pão e circo”, tem que jogar areia nos olhos do povo, tem que ter investimento numa festa na praça, para que o povo se esqueça um pouco das condições em que vivem. A saúde, eu conheço cidades que a situação é bem pior que a nossa. A educação, não é das piores não... É claro, que pode ser melhorada e muito. Existem alguns investimentos em lazer, tudo restrito, pois é uma cidade do interior, nada de exuberante, mas existe sim, afinal de contas tinha que ter alguma escapatória para esse povo! O mercado de trabalho não integra a comunidade negra. Até por causa dessa comunidade que não é unida, não reivindica. Mas, não reivindicam não porque elas não querem, elas não reivindicam porque falta de esclarecimento. Sem educação, sem esclarecimento, não é comunidade nenhuma. . Sem cultura, não tem como você saber o que você tem de direito, do que você pode almejar, do que você anseia. Na falta de cultura tudo que a sociedade pensa é que ela vai para a fila da assistência social, ela vai conseguir uma cesta básica que vai comer em uma semana, depois ela vê o que será o amanhã, se ela volta... Ele não sonha, ele não tem perspectiva, ele vive o hoje, e o que sobrar ele deixa para amanhã infelizmente... Na minha cidade o mercado de trabalho é para bem poucos. (S.7)

No mercado de trabalho não. Eu creio que precisa melhorar o mercado de trabalho... para mim na educação tem bons professores. (S.8)

Não. Às vezes eu vou na prefeitura e dificilmente você observa um negro trabalhando em serviços burocráticos, inclusive tinha uma e ela foi mandada embora (ela não era estagiária). Se você for analisar todos que trabalham lá, entre os motoristas de ambulância, ônibus, caminhões eu conheço somente dois negros nesses setores. Numa época mais remota tinha um engenheiro que era negro, ele era muito discriminado (foi ele quem fez a Praça da Estação). O único que conhecemos é um advogado que trabalha lá atualmente, a maioria dos negros você vê em cima de carretas, varrendo ruas, enquanto num serviço melhor: terno e gravata, tenho certeza que você não vai ver. Teve um que foi vereador, mas não conseguiu fazer nada, e não se reelegeu. Acredito que ele não tinha voz ativa. A política em Santa Rita é assim na época do outro prefeito os atuais líderes do poder criticavam, iam contra tudo, agora que estão no poder, tudo está correto. Existem muitos elogios ao prefeito mesmo nas coisas que ele não fez... Como a faculdade que ele prometeu em palanque, até agora, nada..., passaram-se quatro anos e... Eu acho que o voto não deveria ser obrigatório a partir do momento que o voto é obrigatório as pessoas votam sem saber em quem está votando e vai votar por obrigação. A partir do momento que o voto não fosse obrigatório o candidato teria que fazer alguma coisa para que ele seja votado. Temos quinze vereadores se cada um fosse responsável por um bairro da cidade e fizessem reuniões para saber o que os bairros necessitam, durante um ano, esses resolveriam pelo menos quatro problemas da cidade. Nos conselhos eles convidam pessoas que não sabem nada, que são levados como ‘laranjas’ pelos políticos, para a pessoa entrar num conselho, ela precisa ter um certo esclarecimento. Eu não acredito em reuniões, eu não acredito em reuniões, mas sim em ações. As reuniões são para levantar os problemas para serem resolvidos, porque

não adianta nada. A pessoa representante num conselho ela deverá ter opinião própria, ele não poderá concordar com tudo que a pessoa deverá falar, mesmo que seja errado. (S.9)

Falta tudo, saúde, cultura, trabalho. Falta investimento em todas as áreas, principalmente em saúde e trabalho. Aqui no nosso município negro é aceito somente como: lixeiro, varredor de rua, doméstica, faxineira. Por exemplo, eu fiz enfermagem, já levei currículos em vários lugares e até agora não fui contratada... Mas, tive muito apoio dos meus professores e do pessoal da Santa Casa, e hoje se indicam banhos coletivos, curativos. Eu particularmente penso que o preconceito vem do próprio negro, que já está dentro da cabeça dele, já está determinado pela sociedade que a ele cabe trabalhar em limpeza urbana, em serviços braçais, na roça, que negro só serve para isso trabalhar eu penso que meu povo pensa assim... eu não, eu fui a luta, mesmo sendo escarnecida por muitos da minha própria família, que diziam fazer enfermagem, para que minha filha? Enfermeira negra... Comecei desde os oito anos trabalhando na roça junto da minha mãe, eu não irei desisti... (S.10)

A maioria das respostas se refere ao fato de o poder público não investir nas políticas públicas: saúde, trabalho, lazer, educação etc., principalmente para o processo inclusivo para a comunidade negra.

Em síntese, os entrevistados disseram que o poder local é falho, não existe uma política inclusiva que insira a população no mercado de trabalho, lazer e cultura, uma educação de qualidade que leve a população a ter poder de discernimento e libertário. O sujeito 7 ainda relatou que as ações culturais são massificadas, que tem como pretensão a manutenção da população submissa, massa de manobra para a perpetuação de governos locais paternalistas e clientelistas.

A partir desses dados, Amélia Cohn (2002, p. 159-160), em seu artigo “Os governos municipais e as políticas sociais”, relatou sobre a importância do poder popular; poder esse conquistado a partir da Constituição de 1988, segundo a descentralização que tem como regra:

[...] a obrigatoriedade da existência de conselhos municipais setoriais – compostos por representantes do governo local, trabalhadores municipais e sociedade, e de fundos municipais setoriais como condição para o repasse de recursos federais e estaduais para os municípios.

Contraditório a essas ações democráticas, a mesma autora ainda fez apontamentos que vão de encontro às ações políticas clientelistas prementes geralmente em pequenos municípios. Nesse caso, “[...] diz respeito à cultura política local: quanto mais patrimonialista e clientelista essa cultura, maior a concentração do

poder em mãos do Executivo local e maior a apropriação da máquina pública por parte das elites públicas locais.” (COHN, 2002, p. 160).

No que tange a casos de violência contra negros e abuso de poder por parte de autoridades locais, os relatos perpassaram pelo seguinte:

Não me lembro de nenhum. (S.6)

Não tenho conhecimento de ato violento contra negros. Mesmo que vivemos numa comunidade predominantemente italiana, onde o preconceito é enrustido, fica escondido. Isso não quer dizer que é somente na minha cidade, é no Brasil. O Brasil tem aquela mascara que tampa o sol com a peneira, que não existe, que não é declarada. Eu gostaria que fosse diferente, quando é declarado fica mais fácil se defender. (S.7)

Sim. Teve uma ocorrência com uma pessoa sem justificativa. Os policiais exigiram que ele saísse de uma lanchonete no centro da cidade (somente ele) para averiguação, alegando: o que ele estava fazendo uma hora daquelas tomando cerveja. A pessoa naquele momento estava de férias do trabalho dele, um direito de qualquer pessoa. (S.8)

Sim. Isso aconteceu quando eu fazia o tiro de guerra. Na nossa turma (1968) nós éramos em 69 atiradores, um deles num jogo foi morto barbaramente, e causa continua desconhecida até hoje. (S.9)

Teve um episódio com uma pessoa, isso decorreu devido ao poder do policial. O menino estava passando numa avenida do município, quando foi abordado por policiais, alegando que ele havia roubado uma bolsa. O menino foi xingado, foi torturado, humilhado, algemado, 'jogado' no camburão, tudo isso perdura porque ele era negro e usava uma roupa larga (fato alegado pelo policial). Chegando na delegacia foi constatado através da vítima que o garoto não havia cometido delito, fora outra pessoa. (S.10)

Infelizmente, na ideologia da maioria da população, ser negro é sinônimo de miséria, de delinquência e marginalidade. Os três entrevistados relaram ter presenciado ou saberem de atos discriminatórios decorridos no município.

O Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008 divulgou, no capítulo dedicado à violência, que as disparidades são mais excludentes. Enquanto o número de homicídios se manteve estável entre os brancos, cerca de 15,5 mil no período de 1999 a 2005, na comunidade negra subiu de 18,8 mil para 27,5 mil - representando, em termos proporcionais, 60,2% do total de assassinatos há três anos. A taxa de mortalidade de jovens por homicídios, em 2005, foi de 134,2 por 100 mil habitantes, no caso dos negros. Entre os brancos, ficou em 66,8, ou seja, menos da metade. Marcelo Paixão, professor do Instituto de

Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), destaca que são 3,33 homicídios de pessoas negras e pardas por hora no país contra 2,29 de brancas, índice 3% inferior. A mortalidade de homens negros por armas de fogo foi, em 2005, de 45 por 100 mil habitantes e entre os brancos foi de 24,2.

Conclui-se que, certamente, esses fatos estão relacionados à falta de oportunidades e à ausência de ações inclusivas para essa população.

Dando continuidade a pesquisa de campo, enfatizando a prioridade quanto à participação popular, perguntou-se aos entrevistados se eles conhecem o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor. A partir desse questionamento os mesmos responderam:

Estatuto da cidade e Plano Diretor também não sei o que é... (S.6)

Não conheço. O que eu conheço foram os planos de governo distribuídos na eleição passada, por todos os políticos. E o que a gente faz é olhar ele, e ver que pouca coisa mudou, está sendo feita, em cima daquilo que foi prometido. Agora o que de fato está sendo feito, o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, isso daí não foi estendido para a população saber. (S.7)

Não. Já ouviu falar, mas não conheceu o Plano diretor da cidade. O que eu sei vi em reportagens na televisão. (S.8)

Não já ouvi falar no plano diretor, mas nunca participei. (S.9)

Não. (S.10)

Pode-se perceber, por meio das respostas dadas pelos entrevistados, que a população ainda desconhece as ações e programas sociais, econômicos, culturais e políticos demandados pelas cidades. Enfim, a população não participou por falta de conhecimento ou de divulgação?

É pertinente salientar que o Plano Diretor deve ser concebido como instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos, que comunguem da praticidade, do transporte urbano, de construções de postos de saúde nos bairros, de escolas acessíveis, da valorização do meio ambiente, de habitações e de espaços culturais.

A Constituição Federal de 1988 delimita que cidades com mais de 20.000 habitantes são obrigadas a desenvolver o seu Plano Diretor. Este deverá ter a participação do prefeito, da câmara municipal e, após a dilatação dos direitos dos cidadãos, a população tem participação fundamental por meio, principalmente, do voto para os cargos legislativos (vereadores) que transformarão seus ensejos em Lei.

O Estatuto da Cidade instituído em 2001, pela Lei nº 10.257, resultou da luta pela política urbana, instaurando a função social da cidade como espaço onde se concretize a democracia, construído a partir da participação social no processo de construção dos espaços públicos das cidades.

Em consonância com esta linha de estudo, os afrodescendentes foram questionados se na implementação do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor os mesmos foram convidados. As explicações foram:

Não me lembro... acho que não soltaram panfleto, não fui convidada.... (S.6)

Não... Que eu me lembre não... (S.7)

Não me lembro... (S.8)

Não também, não. (S.9)

Não fui convidada. (S.10)

Concluí-se que as respostas acima foram preocupantes, pois nenhum dos entrevistados se lembrou do período que o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor foram implementados. Os dois documentos foram fundamentais para que a população participasse, sendo decisório para a melhoria do espaço urbano, mediante a realidade social, cultural e econômica dos munícipes.

Considerando a instituição da igualdade e equidade para a comunidade negra, acredita-se ser profícuo perguntar o que é cidadania para os afrodescendentes. Suas respostas foram:

Não sei, estou nervosa.... (S.6)

Participação. Cidadania é você participar, interagir, e você ter meio para isso também. Porque não adianta você dizer que o que você quer se não

tem uma abertura. Você tem que ter meios, você tem que ter condições, você tem que ser convidado a participar como cidadão. Se não fica aquela política de meia dúzia de pessoas, muito restrita. (S.7)

É ser cidadão, é ter direito à trabalho, à vida digna. (S.8)

Cidadania para mim é você praticamente cumprir tudo que está dentro do Estatuto da cidade. Para começar das leis da prefeitura que são os impostos, no trânsito, temos que cumprir as leis. Leis da cidade, dentro do cronograma feito na cidade. Você vai ser um cidadão cumprindo aquilo que é programado para a cidade. (S.9)

Cidadania para mim é ter responsabilidade com seus direitos e deveres. (S.10)

Os dados revelaram que pelo menos quatro sujeitos entrevistados souberam discorrer sobre o significado do conceito cidadania. Porém, a origem da palavra cidadania vem do latim “*civitas*” que quer dizer cidade. Como visto, anteriormente, a palavra *cidadania* foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer.

Ainda foi oportuno indagá-los sobre o significado da palavra democracia, sobre o que os mesmos falaram:

Não lembro, não sei.... (S.6)

Democracia é você falar o que pensa. É você saber dos seus direitos, que não adianta você falar o que você pensa, se você não sabe os seus direitos. Até para você ‘comprar ou vender’ uma democracia, você tem que ter esclarecimento, você tem que ter cultura. Conhecimento daquilo que lhe é dado de direito e de fato, senão como você vai cobrar? Fica complicado! (S.7)

Democracia seria participação, respeito a opinião de todos. (S.8)

Democracia é um direito que você tem de falar o que você pensa, dentro de um certo critério. Você tem o direito de falar, mas tem o direito de ser repreendido se você falar errado. Na democracia você tem livre arbítrio de poder se manifestar, dentro de um certo limite, a minha liberdade termina, dentro de um certo limite, a minha liberdade termina quando começa a do outro. Tenho liberdade de falar o que penso, mas falando algo que não seja prejudicial ao outro cidadão eu já não estou democraticamente falando o necessário, eu vou ser antidemocrático. A democracia é um direito de ir e de vir, e a fazer as coisas que são direitos seus. (S.9)
Eu entendo pouco de política. Para mim os políticos são todos iguais, se não roubam quando entram no poder aprendem a roubar. (S.10)

Sobre o conceito de democracia, somente o S.6 não soube defini-lo, a atenuante é que essa pessoa era candidata a pleitear um cargo político. Mas, não se pode acusá-la, pois a mesma é fruto das relações étnicas desiguais que foram construídas devido à centralização do poder econômico, político, social e cultural ter sido idealizado somente para uma parcela populacional.

Democracia origina-se do grego demo= povo e cracia=governo, ou seja, governo do povo. Democracia é um sistema em que as pessoas de um país podem participar da vida política. Esta participação pode ocorrer através de eleições, plebiscitos e referendos. Dentro de uma democracia, os cidadãos possuem liberdade de expressão e manifestações de suas opiniões (DEMOCRACIA, online).

Portanto, levando em consideração os estudos feitos por Aristóteles ([s.d.], p.76), cidadão

[...] é aquele cuja especial característica é poder participar da administração da justiça e dos cargos públicos; destes cargos alguns são descontínuos e a mesma pessoa não pode exercê-lo duas vezes ou só pode exercê-lo depois de certo tempo prefixado. [...].

A partir dos levantamentos bibliográficos realizados até então, considera-se relevante questionar os cinco sujeitos se os mesmos conheciam a Constituição de 1988; seus dizeres foram:

Não sei o que é... (S.6)

Eu fiz agora... Estou estudando a Lei de diretrizes e bases da educação, teve emenda constitucional, não me lembro...Tópicos, eu não me lembro. (S.7)

Já ouvi falar. (S.8)

Ela em integra não. Alguma coisa que se fala de Constituição você tem uma noção, mas não lembro muito. O Brasileiro tem memória curta, geralmente nós nem lembramos em quem votamos na eleição passada. (S.9)

Já ouvi falar, mas o que significa...eu não sei dizer... (S.10)

Embora, muito superficialmente os entrevistados dissessem que sabiam, que já ouviram falar...

Em atenção às respostas citadas, após grandes pressões para mudanças

no Estado, após o desenrolar dos movimentos sociais, nas décadas de 80 e 90 do século XX aconteceu o maior ganho de toda a história: a Constituição Brasileira de 1988. Para Raquel Raichelis (2005, p. 77):

[...] o tema da participação da sociedade na coisa pública ganha novos contornos e dimensões. [...] A partir desse marco, temas como descentralização e re-ordenamento institucional seriam recorrentes, no sentido da revalorização da participação popular e do poder local.

Finalizando o estudo, pedi-se para os entrevistados falarem um pouco sobre a assistência social. Todavia, as respostas foram:

Não tem nada, não sei dizer se tem palestras, ouvi dizer que as assistentes sociais sai para fazer visitas, para dar cestas básicas. Mas, estive uma vez pedindo uma cesta básica, falaram que teria que aguardar uma visita, estou aguardando até hoje, e nada...desisti nunca mais procurei. (S.6)

A assistência social, olha eu penso em cima da questão afro. Eu não sou muito adepta ao assistencialismo, eu acho que você tem que profissionalizar o cidadão, dar meios para que ele próprio consiga a sua subsistência. A política do assistencialismo eu não acredito que isso forme cidadãos. Eu acho que o cidadão tem que ter direitos. Direitos ao lazer, trabalho, saúde, esporte, de uma maneira decente e coerente. Acho que o cidadão ficar na fila de assistência social para pegar cesta básica, infelizmente é a nossa política que é assistencialista. Eu não vejo cursos de formação para formar o cidadão, para criar seus meios de subsistência. Porque o assistencialismo é esmola e a pessoa se acostuma, ela desaprende ou cansa de lutar por um amanhã melhor. (S.7)

Deconheço as ações da assistência social principalmente na vila. Não existe nada. O negro é sempre lembrado como coitado. (S.8)

Aqui em Santa Rita em questão de assistência, daí dependendo do que é. Quando falamos em saúde, não está existindo discriminação, pelo o que eu vejo estão sendo bem atendidos. Por exemplo, nós viajamos muito com o ônibus da assistência, da prefeitura até Ribeirão Preto, para isso existe um cronograma, que no meu ver, deveria servir como exemplo em todas as áreas, para viajar, a pessoa tem que levar algo que comprove a necessidade de ir, referindo se a hora, dia, onde vai, onde? Isso é justiça, muitas vezes você necessita ir, e não tem lugar porque muitas vezes pessoas iam para passear. Eles buscam as pessoas em várias localidades: na Usina Santa Rita, nas fazendas, na Estrela. Já no posto de saúde: muita gente não tem necessidade de pegar remédio lá, e pegam também, para isso deveria ser usado os mesmos critérios do ônibus, restringindo sobrar mais remédios para quem realmente necessita, porque muitas vezes o pobre vai até o posto de saúde buscar e não tem. A saúde é direito de todos os brasileiros, o governo tem que dar. Nesse sentido de assistência é feita tanto para brancos quanto para negros. (S.9)

No CRAS, não que eu ache legal, tem o 'Férias em Movimento', o 'Ação Jovem' (esses são projetos de governo), eles também dão sopa para as

peessoas doentes. Que eu saiba é isso que a assistência social faz na nossa vila...em relação a questão afrodescendente não existe nada. (S.10)

Segundo os entrevistados, os assistentes sociais não desenvolvem nenhum atendimento específico para a etnia negra. Entretanto, dos cinco sujeitos, somente o S.7 falou da importância do empoderamento, em detrimento das ações assistencialistas. Nesse sentido, a pesquisadora Yolanda Guerra (1997, p. 22-23) descreveu que:

É no interior do projeto profissional que o Serviço Social poderá realizar suas competências teóricas-instrumentais e, conseqüentemente, garantir uma unidade – que não significa unicidade – nas diversas ações desencadeadas pelos seus agentes profissionais. [...] O profissional necessita, ainda deter, o domínio do método que lhe possa servir de guia ao conhecimento, o qual lhe permitirá estabelecer estratégias e táticas de intervenção profissional.

Nessa diretiva, segundo as observações realizadas por Yolanda Guerra, o profissional assistente social deverá deter um método e o conhecimento teórico/metodológico que vise à totalidade desses usuários do Serviço Social. Complementando, incluí-se os escritos de Gramsci (apud SIMIONATTO, 2004, p. 258) que descreve:

[...] a possibilidade de delinear novos caminhos para transpor a prática imediata, manipuladora e fetichizada que cerceia a compreensão da dimensão política da profissão e da sua inserção na história da sociedade. Ele nos fornece elementos para ultrapassar o imediatismo e o fatalismo da prática, a atitude messiânica conferida ao assistente social enquanto intelectual, visto apenas em sua relação imediata com a clientela e não na perspectiva do conjunto das classes sociais, das diferentes formas de organização, terreno essencial para a criação de uma vontade política e de uma consciência crítica capazes de romper com a razão instrumental que funda a ordem capitalista. [...]

Acredita-se, ainda, que o pensamento de Gramsci vem ao encontro e aos anseios do movimento negro contemporâneo, cujo objetivo é criar as cotas para universidades e lutar por uma educação de qualidade, que atingirá a sociedade como um todo. Nesse sentido, o diálogo expresso por Moacir Gadotti (1983, p. 62 apud SIMIONATTO, 2004, p. 138) segundo as análises do autor em Gramsci, ressalva a importância da reforma intelectual e moral. Ivete Simionatto (2004, p. 138, destaque da autora) escreveu que o mesmo “[...] distancia-se da noção leniniana de hegemonia como ditadura do proletariado, deslocando-a para a

sociedade civil como capacidade de direção, de conquista de alianças, base social para o Estado proletário.”

Segundo a importância e a valorização da sociedade civil como capacidade de direção, a partir da aprovação das Políticas de Ações Afirmativas, é preponderante atuar perante a representatividade social da população afro-descendente e suas famílias, enquanto herdeiras de um processo histórico desfavorável, que as introduziram em bairros segregados, nos chamados cinturões de miséria, onde as desigualdades sociais, econômicas e culturais, são prementes. Termina-se fundamentando em Gramsci (apud NOSELLA, 1992, p. 73), para quem o ser humano:

[...] deve educar-se científica e culturalmente até os níveis mais complexos, sofisticados e modernos, partindo (e mantendo), porém, uma forte e vital ligação com sua base popular e com seu senso comum. Essa base constitui-se na fonte perene de inspiração, sentimento, fantasia e solidariedade de todo homem culto. Caso contrário, teremos um técnico abstrato, um intelectual desenraizado e não orgânico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa dissertação de mestrado realizada em atenção ao regulamento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Campus de Franca, financiada pela Agência de Fomento CAPES/MEC, teve como intuito abordar como vem decorrendo o processo inclusivo para afrodescendentes no município de Santa Rita do Passa Quatro - SP.

Os dados coletados na pesquisa de campo, na cidade citada, os resultados finais revelaram que a realidade social, cultural, econômica e política para os afrodescendentes ainda são comprometidos com a hegemonia elitista burguesa. Essa população ainda compõe os estratos sociais mais baixos, morando em zonas periféricas, em vilas onde o atendimento, ou melhor, dizendo o serviço público prestado é de baixa qualidade.

Outra observação pertinente é a de que todas as ações realizadas são estratégicas, podem ser consideradas como decorrentes de uma política populista/clientelista local. Portanto, salienta-se, nos depoimentos, a alienação oriunda da ideologia presente na indústria cultural que se faz presente entre os entrevistados.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados atendendo aos anseios propostos no objetivo geral desse estudo. Assim, foram selecionados cinco cidadãos negros, sendo três moradores da periferia, onde se localiza o único Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, e os outros dois entrevistados são moradores de vilas localizadas em lugares opostos.

Além desses sujeitos entrevistados da pesquisa, foram entrevistados cinco representantes de órgãos públicos municipais, que responderam pelos respectivos Departamentos: Cultura, Saúde, Educação e Serviço Social e sobre as políticas públicas ali desenvolvidas.

Quanto à educação fundamental pública, é de suma importância a presença do assistente social nas instituições escolares, pois o profissional tem embasamento teórico para fazer a leitura adequada das realidades sociais, econômicas e culturais dos atores sociais, mediante o processo histórico subjacente por meio da sua formação teórico/prática, como condição subjetiva que altera as mediações das relações entre os indivíduos e a sociedade onde estes se inserem.

Os dados pesquisados sobre a questão racial, em âmbito nacional, apesar da implantação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial (SEPPIR), da Constituição de 1988, do "Dia Nacional da Consciência Negra", da obrigatoriedade da Lei Federal nº 10.639, da Política de Ações Afirmativas, do Estatuto da Igualdade Racial, dos Conselhos de Participação da Comunidade Negra nas três esferas públicas, demonstraram que as disparidades econômicas, sociais, culturais e políticas ainda são prementes na sociedade contemporânea.

Em Santa Rita do Passa Quatro, interior do Estado de São Paulo, os dados finais não são diferentes das demais regiões periféricas brasileiras, pois tem-se uma comunidade afro-descendente empobrecida, discriminada, estigmatizada, marginalizada. Esses cidadãos vivem geralmente em bairros periféricos, desconhecem seus direitos. Portanto, percebe-se que as ações são criadas de “cima para baixo” e não há a participação e o controle social instituídos pela própria Constituição Federal de 1988 em vigor.

É importante salientar que a descentralização política administrativa perpassou ou delegou, informalmente, essa questão social para os municípios. Conclui-se que o Estado foi e, continua sendo, omissos frente às mazelas e desigualdades sociais enfrentadas pela população negra.

Chega-se à conclusão que as ações realizadas até então são paliativas, pois foi visível no lócus da pesquisa o desinteresse em implementar o Conselho Municipal da Comunidade Negra, em implementar nos currículos escolares o que preconiza a Lei nº 10.639. A educação ainda é pensada de maneira conservadora, arcaica, obedece-se ao sistema de ensino, à matriz curricular e aos PCNs. Outro ponto importante é a infantilização com que a cultura negra é tratada pelo chefe de seção representante do setor de Cultura (comparando-a as festividades folclóricas, entre outras). Concluiu-se que o espaço democrático a ser preenchido através dos conselhos passa a atender somente ao poder centralizado no administrador público.

Desse modo, os municípios, quando entrevistados na coleta de dados, desconheciam a existência da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Lei nº 10.639 (obrigatoriedade do ensino da cultura africana das escolas), não souberam dizer o significado de duas palavras: democracia e cidadania. Palavras tão importantes, com significados que por meio de ações de organizações sociais mudam toda estrutura social, econômica, política e cultural nas esferas: municipais, estaduais e federal.

Por meio de um primeiro contato com setores públicos municipais, mais

precisamente na Casa dos Conselhos, no período da organização do Primeiro Dia da Consciência Negra de Santa Rita do Passa Quatro, no ano de 2007, observaram-se falas ultrapassadas, conservadoras, arcaicas, emergidas numa visão etnocêntrica e estereotipada.

Ao relatar sobre a necessidade da implementação do Conselho Municipal da Comunidade Negra no município, a resposta do representante do gestor municipal foi que nessa localidade existem os preceitos democráticos. Partindo desse pressuposto, concluí-se que as propostas do poder público local nada melhoraram, reforçando o mito da igualdade racial. O discurso da democracia racial foi premente, mas discorda-se; é preciso analisar a interferência desenfreada das políticas econômicas neoliberais nas relações sociais das pessoas, na qual a égide seria a lógica do mercado, do consumismo, das privatizações. Para a comunidade negra, nesse contexto, seja ela moradora das grandes metrópoles ou dos pequenos municípios, a ascensão social torna-se mais difícil devido aos estigmas étnico-raciais.

Precisa-se pensar se as políticas públicas atuais estão sendo ofertadas para todos, levando ao diálogo sobre a inclusão e a reflexão, principalmente nos espaços escolares. Enquanto profissionais dotados da práxis social, é preciso levar a esta população o conhecimento de seus direitos, enquanto sujeitos de direitos.

Contudo, só será consumada a valorização do ser humano, do ser social, do cidadão com políticas públicas que visem retirar pessoas do risco social, da situação vulnerável e da exclusão social.

As políticas públicas precisam ter caráter preventivo, é necessário pensar novas formas e estratégias nos municípios. Não se pode negar a identidade do povo afrobrasileiro, sua história, sua ancestralidade, sua cultura, sua nacionalidade. Neste sentido, pensa-se que as políticas afirmativas, consideradas de cunho segregacionistas, serão primordiais.

A partir da consciência, do pensar a realidade da comunidade negra, pode-se propor as políticas afirmativas em vários âmbitos: sociais, políticos, econômicos, culturais e educacionais, formulando ações que levem à implementação mais eficaz de políticas públicas junto a um controle social público melhor estruturado, mediante o que rege a Constituição de 1988.

Enfim, as políticas públicas compensatórias e reparatórias para a comunidade negra são extremamente relevantes, devido aos três séculos e meio de

uma economia estruturada sob o regime escravocrata. Essas ações públicas, num país de herança escravista, agiriam como contrapartida, recuperariam a identidade dessa população, geralmente excluídas socialmente.

O esperado será que o Serviço Social contemporâneo busque, nas suas bases teóricas e práticas, uma formação voltada à historicidade e à crítica reflexiva ao sistema econômico, social e político, buscando agregar valores por meio de políticas públicas transversais, politizando e empoderando o usuário para participar da discussão, enquanto sujeitos de direitos, do Plano Diretor, do Estatuto da Cidade, do Orçamento Participativo (OP), dos Conselhos Municipais.

A formação de recursos humanos, com base no conceito da interdisciplinaridade, cada qual com sua visão teórico/prática é necessária para que sejam capazes de enfrentar os novos desafios gerados pela política econômica neoliberal e a globalização. Objetiva-se lançar sugestões que contribuam com a implementação de políticas públicas de Assistência Social, Educação, Saúde e Cultura, através de programas e projetos, de ações sociais inclusivas, que são as formas concretas de as políticas públicas serem implementadas.

Os profissionais dotados das perspectivas interdisciplinares deverão adotar uma postura ética crítica e dialética em relação à historicidade social da população negra, pelos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos principalmente contra a discriminação racial. Além disso, o movimento negro contemporâneo luta por uma educação pública, laica e de qualidade.

Assim, espera-se, principalmente, que o assistente social no seu trabalho cotidiano não faça análises pautadas no senso comum, dotadas de medidas paliativas. Não se pode continuar colocando a máscara de flandres nos usuários afrobrasileiros, instrumento esse que tinha o intuito de levar o escravizado à fonte do ridículo, à humilhação.

Finalmente, diante da realidade social averiguada na coleta de dados, as entrevistas revelaram que não existem políticas públicas inclusivas para afrodescendentes. Portanto, concluí-se que os assistentes sociais deverão promover ações alternativas, tanto em nível público quanto privado, que contribuam para a implementação de políticas de promoção da igualdade racial, mediante o contexto histórico sobre a situação dos afrodescendentes. Nesse sentido, as mudanças nas políticas de Assistência Social são determinantes, tendo seu foco central na implementação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). O objetivo

central desse órgão deve ser o de garantir a universalização dos direitos sociais, desempenhados pelas equipes multidisciplinares. Desse modo, dever-se-á adotar, formular e lutar pela implementação de políticas reparatórias visando à superação das desigualdades raciais.

Enfim, a partir desse estudo espera-se que os debates sejam ampliados, principalmente entre os próprios afrodescendentes. Portanto, que a busca pelos direitos seja imperante na vida dos mesmos.

Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida, e estes são imprescindíveis.

Bertold Brecht

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALCÂNTARA, Manoela. **Seminário discutirá combate à fome e a pobreza da população negra**. 19 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/11/14/materia.2006-11-14.0178050405/view>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMARO, Sarita. A questão racial na Assistência Social: um debate emergente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 81, p. 58-81, mar. 2005.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A trajetória do Brasil (de 1500 a 2000)**. São Paulo: Contexto, 2000. (Repensando a história do Brasil).

ANDREWS, Georg R. **América afro-latina: 1800 – 2000**. São Carlos: EDUFScar, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAGON, Mayra Gonçalves; CARVALHO, et al. Incidência de anemia falciforme diagnosticada através do teste do pezinho na região metropolitana de Belém, fevereiro de 2002 a março de 2006. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, v. 20, n. 2, p. 70, jun. 2006. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-59072006000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.

AREIAS, Almir das. **O que é capoeira**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala, [s.d.].

BARBOSA, Lúcia M. de A.; SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter R. (Org.) **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

BARRETO, Lima. **Marginália**. São Paulo: Mérito, 1953.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BEHRING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: política social. Mód. 3. Brasília, D.F: Ed. UnB, 2000. p. 18-40.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.

BELETTI, Silmara; BARBOSA, Frederico. **Os escravos**. Castro Alves. Disponível em: <<http://fredb.sites.uol.com.br/escravos.html>>. Acesso em: 3 maio 2009.

BELLUZ, Carlos Alberto Del Bel. **Imagens da época do café**. Campinas: Cartograf, 1991.

_____. **História de Santa Rita do Passa Quatro**. José Gonso. Santa Rita do Passa Quatro: O Santarritense, 1993.

BERTULIO, Dora Lúcia de Lima. Ação Afirmativa no Ensino Superior: considerações sobre responsabilidade do Estado Brasileiro na promoção do acesso de negros à Universidade – o Sistema Jurídico Nacional. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Org.). **O negro na universidade**: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 51-97.

BIDARRA, Zelimar Soares. Conselhos gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano, 27, n. 88, p. 41-58, nov. 2006.

BOBBIO, Norberto. A teoria do Estado e do poder em Max Weber. In: _____. **Ensaios escolhidos**: história do pensamento político. São Paulo: C.H. Cardim, [s.d.]. p. 215-266.

_____. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONETTI, Dilsea Adeodata; FALCÃO, Maria do Carmo B.; YASBEK, Maria Carmelita; SPOSATI, Aldaia de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 2007.

BORBA, Francisco S. (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: EdUNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, André Augusto P. Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano, 1991, v. 12, n. 36, p. 84-100, ago. 1991.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRANT, Leonardo. **Diversidade cultural, globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Escrituras, 2005.

BRASIL. Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 6 jan. 1989. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L7716.htm>>. Acesso em: 30 out. 2008.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

_____. Lei nº. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. 1993a. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 8 jul. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2008.

_____. Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 8 dez. 1998. Disponível em: <http://www.mpdf.gov.br/sicorde/legislacao_01_05.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n.º 545, de 20 de maio de 1993. Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica – SUS 01/93. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 24 maio 1993c. Disponível em: <http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/Portaria%20545_20_05_1993.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995. Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 17 abr. 1995. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/127425/lei-9029-95>>. Acesso em: 30 out. 2008.

_____. Ministério da Saúde. **Norma operacional básica do Sistema Único de Saúde/ NOB-SUS 96**. Brasília/DF, 1997. Disponível em: <<http://www.saude.rj.gov.br/Docs/Legisla%C3%A7%C3%A3o/nob.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2009.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social/NOB-AS**. Brasília/DF: MPAS/SAS, 1999.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei nº. 213, de 2003**. Instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.cedine.rj.gov.br/legisla/federais/Estatuto_da_Igualdade_Racial_Novo.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2008.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**. Brasília/DF: MPAS/SAS, 2004a.

_____. Ministério da Saúde. Política de Humanização do SUS. **Humaniza SUS: ambiência**. Brasília/DF: MS, 2004b. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1342>. Acesso em: 25 fev. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social/PNAS. **Resolução CNAS nº 145**, de 15 de outubro de 2004c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Programa Bolsa Família. **O que são condicionalidades?**. Brasília/DF, 2004d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades>>. Acesso em: 12 out. 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 45/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/94. Brasília/DF: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 2005a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Guia de Orientação Técnica - SUAS Nº 1 Proteção Social Básica de Assistência Social**, Brasília/DF:MPAS/SAS, 2005b.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rede SUAS: gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social**. Brasília/DF, 2007a.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ministros da SEPPIR e da Saúde discutem a Política de Saúde da População Negra. **Boletim Informativo da SEPPIR**, Brasília, ano 4, n. 150, jul. 2008a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/seppir/informativos/150.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2009.

_____. Senado Federal. Cotas buscam garantir cidadania. **Jornal do Senado – Especial Cidadania**, Brasília, n. 240, 17 a 23 nov. 2008b. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/jornal/cidadania/cotas/index.html>>. Acesso em: 22 jan. 2009.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 992/GM de 13 de Maio de 2009. **Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, Brasília/DF: 2009a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Estatuto da Igualdade Racial representa avanço..** 11 set. 2009c. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/noticias/ultimas_noticias/resumo_estatutoaprovado/>. Acesso em: 30 out. 2009.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Saúde da população negra**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/acoes/saude/>. Acesso em: 1 nov. 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (Org.) **Política social e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CALDAS, Waldenyr. **Cultura**. São Paulo: Global, 1986.

CANTON, Giselle A. Martins; NEVES, Fabiana. Saúde suplementar no Brasil: entre o direito à saúde e o fetichismo da mercadoria. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 27, v. 86, p. 156-162, jul. 2006.

CARDOSO, Fernando H. Prefácio. In: KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O Estado e a Assistência Social. In: SEMINÁRIO Assistência Social Hoje: Verso e Reverso, 1., 1991, Fortaleza. **Anais** Fortaleza: Conselho Regional de Assistentes Sociais, 1991.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; RIBEIRO, Matilde (Org.). **Gênero e raça nas políticas públicas:** experiências em Santo André – SP. São Paulo: Polis, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação Racial e Pluralismo nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei 10.639/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2005. p. 65-104.

CECCON, Claudius. OLIVEIRA, Miguel D.; OLIVEIRA, Rosiska D. **A vida na escola e a escola na vida.** Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O que é ideologia.** 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2002.

CHIACHIO, Neiri Bruno. A implementação dos Cras e a Operacionalização do trabalho social com famílias, previstas no Paif: desafios da prática profissional. In: DESAFIOS na construção dos centro de Referência de Assistência Social nos municípios e a atuação profissional. São Paulo: Projeto Gráfica, [s/d]. p.33.

COHN, Amélia. Os governos municipais e as políticas sociais. In: SOARES, José Arlindo. CACCIA-BAVA, Silvio (Org.). **Os desafios da gestão municipal democrática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 143-192.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Legislação Brasileira para o Serviço Social:** coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do (a) Assistente Social. São Paulo, 2004.

_____. (Org.). **Os desafios na construção dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) nos Municípios e a atuação profissional.** São Paulo: Cress-SP, 2007a. (Caderno 3).

_____. Dia da Consciência Negra: Igualdade racial, um desafio para a sociedade brasileira. **INFORMATIVO CRESS- SP**, São Paulo, jan. 2007b. Disponível em: <<http://www.cress-sp.org.br>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

CORNÉLIO, Renata Reis. **A formulação da decisão no nível estratégico de uma organização pública:** um estudo sobre o processo decisório na SMS-RJ. 1999. 131f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Yvy. **Os sentidos de uma identidade afro-descendente nos discursos de brancos**. In: MOSTRA ACADÊMICA DA UNIMEP, 4. Piracicaba, ago. 2007.

Disponível em:

<<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/483.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação quase possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CURY, Fernanda. **Martin Luther King: o pacificador**. São Paulo: Minuano, 2004.

DALLARI, Dalmo A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DEMOCRACIA. In: VOCABULÁRIO de história: sua pesquisa. Com. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/historia/dicionario/democracia.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Cidadão de papel**. São Paulo: Ática, 1994.

DUARTE FILHO, Oswaldo. **Programa de Ações Afirmativas Universidade Federal de São Carlos**. 2007. Disponível em:

<<http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/portaria%20695.htm>>. Acesso em: 2 set. 2007.

EDUCAÇÃO PÚBLICA. **Leis: questão racial e educacional Lei nº 10.639, que altera a lei nº 9394-96 – Brasília/DF: 2003**. Disponível em:

<<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/documentos>>. Acesso em: 25 abr 2007.

EDUCAR. In: DICIONÁRIO online de português. Disponível em:

<<http://www.dicio.com.br/subjetivo/>>. Acesso em: 18 out 2009

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, [s.d.].

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 13. ed. São Paulo: São Francisco, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: política social. Mod. 3. Brasília, D.F: UnB, 2000. p. 41-56.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp, 2001.

FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: EdUnB, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: EdUSP, 1965.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. **Síntese das resoluções do Encontro Nacional**. Jun. 2003. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

FREYRE, Gilberto, **Casa grande & senzala**. 13. ed. Brasília/DF: EdUnB, 2005.

GAZZOLI, Eulália G. As funções privativas do assistente social nos Cras. In: DESAFIOS na construção dos Centro de Referência de Assistência Social nos municípios e a atuação profissional. São Paulo: Projeto Gráfica, [s/d], p.47.

_____; MAYER, Maria da Cunha. As funções privativas dos assistentes sociais e Psicólogos nos Cras. In: DESAFIOS na construção dos Centro de Referência de Assistência Social nos municípios e a atuação profissional. São Paulo: Projeto Gráfica, [s/d], p.116.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2001.

GOMES, Morgana. **A vida e o pensamento de Karl Marx**. São Paulo: Minuano Cultural, 2002.

GOMES, Nilma. L. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: BARBOSA, Lúcia M. A.; SILVA, Petronilha. B. G. (Org.). **O pensamento negro em educação no Brasil**. São Carlos: EdUFScar, 1997. p. 17.

_____. Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele. In: SILVA, Petronilha Gonçalves; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.). **De preto a afrodescendente: trajetórias de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFScar, 2003. p. 137-150.

GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2005. p. 39-62.

GONÇALVES, Luis A. Oliveira. De preto a Afro-Descendente: da cor da pele à categoria científica. In: SILVA, Petronilha Gonçalves; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.). **De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2003. p. 15-24.

GONSO, José. **História de Santa Rita do Passa Quatro**. Santa Rita do Passa Quatro: O Santarritense, 1993.

GUERRA, Yolanda. A Ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 54, p. 9-25, jul. 1997.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERINGER, Rosana. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: um balanço do período 2001-2004. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília/DF: EdUnB, 2006. p. 79-109.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução Maria Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Otavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IANNI, Otavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Brasileira, 1998.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: TEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília/DF: Ipea, 2008.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**. Guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JONGO DA SERRINHA. **Centro Cultural Jongo da Serrinha**. Rio de Janeiro, maio 2007. Disponível em: <<http://www.jongodaserrinha.org.br/>>. Acesso em: 12 maio 2007.

JOVCHELOVITCH, Marlova. O processo de descentralização e municipalização no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 56, p. 34-49, mar.1998.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. Assistidos e assistentes: o feitiço da identidade atribuída. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 54, p. 26-49, jul. 1997.

KEYNES, John Maynard. **Inflação e deflação, teoria da Dinâmica Econômica**. São Paulo: Cultural, 1978.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEAL, Hermes. **Quilombo uma aventura no vão das almas**. São Paulo: Mercuryo, 1995.

LEVINE, Robert. As classes urbanas no Brasil e o legado da década de 1930. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **A Revolução de 30 – Seminário Internacional**. Brasília/DF: EdUnB, 1983. p. 299-327. (Temas brasileiros, 54).

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. Lisboa: Presença, 1952.

LIMA, Cláudia. **Políticas Públicas de saúde da população negra**. 2007. Disponível em: <<http://www.claudialima.com.br/artigos.htm>>. Acesso em: 31 out. 2009.

LIMA, Maria Helena de Almeida. **Serviço social e realidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, Sandra Amêndoa Barbosa. **A participação social no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1982.

LUCCHESE, Patrícia. **Introdução:** Políticas Públicas em Saúde. 2004. Disponível em: <http://itd.bvs.br/itd-mod/public/scripts/php/page_show_introduction>. Acesso em: 1 nov. 2009.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Ednéia Maria ; KYOSEN, Renato Obikawa. Política e política Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 1, n. 1 , p. 61, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARQUES, Fabrício. Estudos comparam desempenho de alunos beneficiados por ações afirmativas e mostram como vários obtêm sucesso acadêmico. **Revista Fapesp Online**, São Paulo, v. 146, p. 1-4, abr. 2008.

MARSHALL, Thomas Humprey . **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSIGLIA, Regina M. G. O projeto de pesquisa em Serviço Social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: intervenção e pesquisa em Serviço Social. Mód. 5. Brasília, D.F: Ed. UnB: Cead, 2000. p.18-44.

MARTINELLI, Maria Lúcia, **Serviço Social, identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Introdução. In: YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 24.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 35-43, 2007.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. Tradução Luiz Caio e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil:** papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos Anos 1990. Brasília/DF, dez. 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0852.pdf>. Acesso em: 30 maio 2009.

MENEZES, Maria Thereza C. G. **Em busca da teoria:** políticas de assistência pública. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.

MERLO, Márcia. **Entre o mar e a mata: a memória afro-brasileira**. São Sebastião, Ilha Bela e Ubatuba. São Paulo: FAPESP: EDUC, 2005.

MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos E. **La natureza del servicio social: um ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MONTES, Maria Lúcia. Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 46-75.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1994.

MORGAN, Lewis H. **A sociedade primitiva**. Portugal: Presença, 1980.

_____. **Evolucionismo cultural/textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

MUNANGA, Kabengele. A identidade negra no contexto da globalização. **Ethnos Brasil: Cultura Sociedade**, São Paulo, n. 1, p. 11-20, 2002.

_____. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto vista em defesa das cotas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 2, n. 22, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUNIZ, Egli. SUAS e os serviços sócio-assistenciais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 88, p. 139-159, nov. 2006.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NICOLAU JÚNIOR, Jader. **Entrevista com Abdias do Nascimento**. “Uma vida dedicada a um ideal”. 17 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.portalafro.com.br/entrevistas/abdias/internet/abdias.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2009.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 57-60, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006>. Acesso em: 15 dez. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

PAIM, Paulo. **Estatuto da Igualdade Racial**. Dispõe sobre a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. Disponível em: <<http://www.xbrasil.net/downloads/estatuto-da-igualdade-racial>>. Acesso em: 26 maio 2007.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz (Org.). **Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil 2007 – 2008**. Disponível em: <<http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?>>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 78-89.

_____; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEDRO Álvares Cabral. (In): WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org:80/wiki/Pedro_Álvares_Cabral>. Acesso em: 15 abr. 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2007.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Cidadania ativa**. 11 jul. 2007. Disponível em: <<http://incluir.unb.br/conteudos/?cod=118419703330138411343737>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

PINTO, Mônica; JORDAN, Danielle. **Entrevista exclusiva:** Niède Guidon. 31 nov. 2005. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=21674>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joselyne. **Teorias da etnicidade:** seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: EdUNESP, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA. **O que é plano diretor?** Disponível em: <<http://www.ufv.br/pdv/que.html>>. Acesso em: 24 jul. 2007.

PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO (carta magna) do Brasil – 1824. 2008. Disponível em: <<http://maniadehistoria.wordpress.com/a-primeira-constituicao/carta-magna-do-brasil-1824/>>. Acesso em: 30 maio 2009.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Irmandades negras:** outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870 – 1890). São Paulo: Annablume, 2002.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de Assistência Social:** caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Gestão pública e cidade:** notas sobre a questão social em São Paulo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 90, p. 5-34, jun. 2007.

REIS, Eneida de Almeida dos. **Mulato:** negro-não-negro e/ou branco-não-branco. São Paulo: Altana, 2002.

RIBEIRO, Carlos Antonio C. **Cor e criminalidade:** estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. Campinas: Autores Associados, 2000.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 79, p.148-161, set. 2004.

RICO, Elizabeth de Melo. **Teoria do Serviço Social de empresa: objetos e objetivos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2004.

ROLAND, Débora da Silva. A dimensão humana do Estado: o povo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 451, out. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5767>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Escala, 2007.

SAN'TANA, Antônio O. de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2005.p. 39-68.

SANTA RITA DO PASSA QUATRO (cidade). Câmara Municipal. **Lei nº. 2.808, de 31 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Administrativa do Município de Santa Rita do Passa Quatro; altera disposições da Lei nº 1.820, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarasantarita.sp.gov.br/arquivos/leis/lei2808.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

_____. O município: história e cultura: dados do Município. **Santa Rita Online**. Disponível em: <<http://www.pmsrpq.sp.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2004.

SANTA Rita do Passa Quatro. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rita_do_Passa-Quatro>. Acesso em: 22 dez. 2009.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite: dinâmica das Culturas Afro-Brasileiras**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares; Ministério da Cultura, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

_____. Ser negro no Brasil hoje. Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 maio 2000. Caderno Mais. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/~lmelgaco/santos.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

SANTOS, Rosilene Mendes. Políticas de Ações Afirmativas do Governo Participativo de São Carlos. In: BOLAMA, Nico. A. (Org.). **Redes de Conhecimentos: Novos Horizontes para Cooperação Brasil e África**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e de Defesa da Cidadania. **Decreto nº 48.328, de 15 de dezembro de 2003**. Legislação Afrodescendentes. 2003. Disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=308>>. Acesso em: 30 out. 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória d'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Ivone Maria Ferreira, da. **Questão social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Legislação-diferença e desigualdade: as condições de produção do discurso jurídico- político do crime e da criminalidade nos códigos de 1890 e 1940**. In: SIMPÓSIOS TEMÁTICOS, 2004. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Marilene%20Rosa%20Nogueira%20da%20Silva.doc>>. Acesso em: 30 set. 2008.

SILVA, Petronilha B. G. Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos. In: BARBOSA, Lúcia M. de A.; SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter R. (Org.). **De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2003. p. 181-197.

_____; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Paulo: EdUFSCar, 1997.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA JÚNIOR, Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: Unesco, 2002.

SILVÉRIO, Valter R. Ação Afirmativa: percepções da “Casa Grande e da Senzala”. In: SILVA, Petronilha Gonçalves; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.). **De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2003. p. 321-341.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci, sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, Paul. **O Capitalismo sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SOCIEDADE. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade>>. Acesso em: 7 ago. 2009.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 nov. 2009.

SOUZA, Francisca M. Nascimento Linguagens escolares e Reprodução do Preconceito. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2005, p. 105-120.

STEIN, Rosa H. Organização e Gestão das Políticas Sociais no Brasil. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: política social. Mód. 3. Brasília, D.F: Ed. UnB, 2000. p. 79.

SUBJETIVO. In: DICIONÁRIO online de português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/subjetivo/>>. Acesso em: 18 out 2009.

SUGIMOTO, Luiz. **O desmonte do projeto de Estado social e a distribuição de migalhas**. set. 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2005>. Acesso em: 7 ago. 2009.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo de. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

TEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília/DF: Ipea, 2008.

TRIUMPHO, Vera Regina S. Caminhada dos agentes de pastoral negros em educação. In: SILVA, Petronilha B. G.; BARBOSA, Lucia M. de Assunção (Org.). **O Pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Carlos: EdUFSCar, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Serviço Social. Estudos sobre diversidade sexual e religião. **Estudo da UFRJ revela que mulheres negras morrem mais de aborto que as brancas**. 15 out. 2008. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/diversidadesexual/site/informes/noticia.php?id_content=115>. Acesso em: 1 maio 2009.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 2002.

VAZQUEZ, María Luisa et al. Nível de informação da população e utilização dos mecanismos institucionais de participação social em saúde em dois municípios do Nordeste do Brasil. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2009.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua Teoria** – Rio de Janeiro: Agir, 1980.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria no Brasil: de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Cortez, 1995.

WEBER, Marx. **Ciência e política: duas vocações**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1999.

WEFFORT, Francisco C. **A cultura e as revoluções da modernização**. Rio de Janeiro: Fundo Nacional da Cultura, 2000.

_____. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WORSLEY, Peter. **O conceito de populismo**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1973.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Introdução. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Legislação brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da (o) assistente social**. São Paulo, 2004. p.14-18.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para pesquisa de campo

1- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE – STA RITA

1. Em que consistem as políticas públicas relacionadas à saúde no município?
2. Como são realizadas as políticas de saúde no município de Santa Rita do Passa Quatro, e em relação à população afrodescendente, quais são as propostas ou projetos?
3. Segundo os objetivos, princípios e diretrizes constitucionais que orientam a formulação e implementação das políticas de saúde, existe especificamente algum item que enfatiza as questões étnicas brasileiras?
4. No período anterior a implementação do SUS existia algum item que delimitava atendimento específico para população afrodescendente?
5. Em Santa Rita do Passa Quatro já houve casos de anemia falciforme?
6. Há participação ou vínculos entre o Departamento de Saúde e o Departamento de Promoção Social ?
7. Como a sociedade pode participar da gestão do Sistema Único de Saúde no nosso município?
8. Existem muitos casos de desnutrição entre os negros santa-ritenses? Existem programas nutricionais destinados para essa população em situação de miséria? O que o senhor pensa sobre a Segurança Alimentar e Nutricional atrelada a questão étnico-racial?
9. Existem recursos financeiros para a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra em nível local?
10. No Conselho Municipal de Saúde temos a presença de algum membro negro? Não existem membros representando suas comunidades?
11. Existem iniciativas de promoção de estratégias de Humanização na Atenção à Saúde, no atendimento em postos de saúde, e na santa casa local?
12. Em se tratando do quesito “etnia” são previstas quais políticas: de atenção à saúde da mulher, para a criança e adolescente, para usuários de drogas, fumantes,

alcoólatras, em atenção à pessoa portadora de necessidade especial, da pessoa idosa, em atenção à saúde mental, entre outras.

2- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O DIRETOR DE CULTURA:

1. Existem políticas públicas culturais destinadas ao povo negro santa-ritense?
2. Em se tratando de movimentos de expressão cultural , quais os existentes?
3. O poder público local já pensou em termos de políticas de capacitação profissional, criação, produção, circulação e financiamento da cultura para a comunidade negra, enquanto processo inclusivo?
4. Existem integrantes negros no Conselho de Cultura Municipal? Quantos?
5. Existem projetos culturais no Centro Cultural Mário Covas para a comunidade afrodescendente ? Quais são?
6. Os departamentos de Cultura e o departamento de Promoção Social fazem projetos em rede destinados aos grupos sociais específicos ?
7. O que o sr. pensa sobre o Dia 20 de novembro, enquanto o Dia da Consciência Negra?
8. O que você pensa sobre a formulação e implementação de políticas públicas para a população negra enquanto processo democrático?
9. No município existe a preocupação com o patrimônio material e imaterial destinado à comunidade negra. Se existem, quais são?
10. Existem ações afirmativas para crianças, adolescentes e idosos afrodescendentes com o intuito inclusivo? Quais?
11. O que o senhor pensa sobre o Estatuto da Igualdade Racial, e sobre as cotas em universidades públicas para negros?
12. Na biblioteca municipal existem literaturas voltadas para a temática das relações étnico-raciais, cultura e história afro-brasileira e africana e dos autores negros?

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA O DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO:

1. Como estão sendo conduzidas as questões étnico-raciais na educação no município, nos detendo nas políticas educacionais?
2. As crianças afrodescendentes encontram vagas na educação do nosso município?
3. Existem projetos com intuito inclusivo para a criança afrodescendente, de valorização da sua história, identidade?
4. Existem casos de evasão escolar entre a comunidade negra?
5. Existem projetos para os educandos afrodescendentes conduzidos para a afirmação da sua identidade?
6. O que você pensam do Serviço Social na escola?
7. O que você pensam das ações afirmativas, tanto em âmbito social, quanto educacional?
8. Quanto aos PCN e adequação dos currículos?
9. Quanto aos materiais didáticos usados no ensino fundamental, ainda incorporam uma visão do negro escravo, ou é pensado a partir da realidade do afro brasileiro?

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ASSISTENTES SOCIAIS

1. O que vem sendo implementado no município em relação à comunidade negra após a implementação da LOAS?
2. Existem políticas públicas relacionadas às questões étnicas no município? Quais?
3. No município existem ações pautadas na inclusão do negro, em consonância com outros setores, como: departamento de saúde, cultura e educação?
4. Quais são as metas da gestão do SUAS de financiamento, recursos humanos e controle social, deliberados onde evidenciam-se as questões raciais no município?

5. O que você acha do Serviço Social levar em conta o quesito questões étnicas do usuário afrodescendentes na ocorrência do seu atendimento?
6. Qual é a sua opinião sobre as ações afirmativas?.
7. Você conhece o Estatuto da Igualdade Racial?
8. No CRAS situado nos bairros periféricos: Jardim Boa Vista I, II, III, São Luiz e etc. existem uma preocupação nos atendimentos concentrada no quesito raça?
9. Quais são os serviços e ações que o CRAS oferece? Quais foram os critérios de elegibilidade da localidade? O que você levaram em conta?
10. No sistema descentralizado e participativo de Assistência Social, ou entenda-se por conselhos municipais, em Santa Rita do Passa Quatro nós temos o Conselho de Participação da Comunidade Negra?
- 11 . Como vocês trabalham para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários naquela região segregada?
12. Como as famílias têm acesso ao CRAS? Ou melhor, como essas famílias procuram o CRAS ou são convidadas, como ocorre esse processo?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESSOAS AFRODESCENDENTES

- 1 – Como você se chama? Qual a sua idade? Onde trabalha? Onde você mora? Você estuda, se estudou parou em que série?
- 2 . O que você entende por políticas públicas?
3. Alguma vez você já sofreu discriminação por causa das suas condições étnicas?
4. Conte para mim se você conhece o Estatuto da Igualdade Racial? Conhece a SEPPIR – Secretaria da Igualdade Racial?
5. Você conhece a Lei 10.639? O que pensa sobre ela?
6. Você participa como membro integrante em algum movimento? Em conselhos municipais?

7. Algum dia você já assistiu alguma reportagem sobre o Centro de Referência Afro?
8. Qual data considera mais importante o 13 de maio ou 20 de novembro: dia da Consciência Negra? Explique sua resposta.
9. Na sua vida escolar você sofreu algum tipo de discriminação devido as suas heranças genéticas?
10. O que você acha do poder público local? O poder público local tem investido em: lazer, cultura, educação, saúde, mercado de trabalho para a comunidade negra?
11. Você sabe de algum ato violento contra negros em Santa Rita do Passa Quatro? Abuso de poder por parte de autoridades?
12. Você conhece o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor ?
13. Na implementação do Estatuto da Cidade e do Plano diretor você foi convidado?
14. Para você o que é cidadania?
15. E democracia?
16. Você conhece a Constituição de 1988?
17. Fale um pouco sobre a assistência social?

ANEXOS

ANEXO A – Declaração da pesquisadora**DECLARAÇÃO**

Eu, Maria Luisa da Costa Fogari que realizarei a pesquisa intitulada “Serviço Social e as Políticas Públicas para os usuários Afro-Descendentes” declaro que:

- Estou ciente e assumo o compromisso de cumprir os termos da Resolução nº 196/1996, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/1997, 251/1997, 292/1999, 303/2000, 304/2000, 340/2004, 346/2005, 347/ 2005 e 370/2007.
- Assumo o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa.
- Os dados coletados no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para atingir o(s) objetivo(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos sujeitos pesquisados.
- Tornarei públicos os resultados da pesquisa através de apresentação em encontros científicos ou publicação em periódicos científicos respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa.
- O CEP/UNESP/FRANCA será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa.

Franca, 10 de novembro de 2009

Pesquisador responsável

Maria Luisa da Costa Fogari

CPF: 123 434 998 - 10

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Neide Aparecida de Souza Lehfeld

CPF: 442.478.778-87

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: “Serviço Social e as Políticas Públicas para os usuários Afro-Descendentes”. O projeto de pesquisa será conduzido por Maria Luisa da Costa Fogari do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pela Profa^a Dr^a Neide Aparecida de Souza Lehfeld, pertencente ao quadro *docente* do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista - “Júlio de Mesquita Filho” UNESP/Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O presente trabalho tem como objetivo analisar como o Serviço Social, poderá ser uma proposta, de valorização das políticas públicas no cotidiano dos usuários afrodescendentes, para tanto será feito um levantamento bibliográfico sobre o tema seguido de leituras e fichamentos com o intuito de trazer uma coesão entre a teoria e os dados coletados na pesquisa de campo. A pesquisa de campo terá como universo os seguintes integrantes: pessoas afrodescendentes e os profissionais representantes dos departamentos de: Departamento de Comunicação Geral, Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Cultura de Santa Rita do Passa Quatro - SP, os quais serão entrevistados utilizando-se um formulário com questões norteadoras que permitirão melhor condução da comunicação (entrevista semi-estruturada). O resultado do trabalho será apresentado posteriormente aos profissionais e cidadãos envolvidos, bem como doado uma cópia para o acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal de Santa Rita do Passa Quatro. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Assinatura do participante.

Pesquisadora Responsável: Maria Luisa da Costa Fogari
Rua Lourenço Marchi, 77 – Jardim Primavera – Santa Rita do Passa Quatro/SP
(19) 3582-1012 – e-mail: luisafogari@terra.com.br

Orientadora: Prof^a. Dr^a Neide Aparecida Souza Lehfeld
Av: Eufrásia Monteiro Petrágia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petrágia
(16) 3706-8700 – e-mail: nlehfeld@unaerp.br

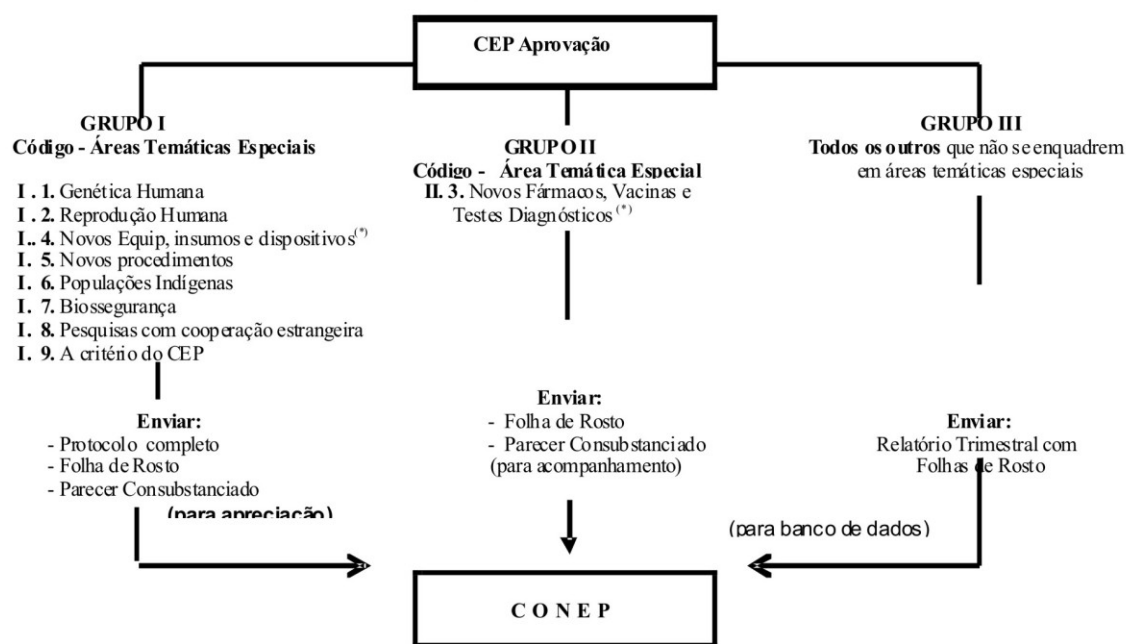
ANEXO C – Folha de Rosto para Pesquisa envolvendo seres humanos.



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
 (versão outubro/99) Para preencher o documento, use as indicações da página 2.

1. Projeto de Pesquisa: Serviço Social e as Políticas Públicas para os usuários Afro-Descendentes				
2. Área do Conhecimento (Ver relação no verso) Ciências Sociais Aplicadas		3. Código: 6		4. Nível: (Só áreas do conhecimento 4)
5. Área(s) Temática(s) Especial (s) (Ver fluxograma no verso) Grupo III		6. Código(s): 6.10		7. Fase: (Só área temática 3) I () II () III () IV ()
8. Unitermos: (3 opções) Política Pública, Afrodescendentes, Serviço Social				
SUJEITOS DA PESQUISA				
9. Número de sujeitos No Centro : Total: 10		10. Grupos Especiais : <18 anos () Portador de Deficiência Mental () Embrião /Feto () Relação de Dependência (Estudantes, Militares, Presidiários, etc) () Outros (X) Não se aplica ()		
PESQUISADOR RESPONSÁVEL				
11. Nome: Maria Luisa da Costa Fogari				
12. Identidade: 22.367.262-2	13. CPF: 123.434.998-10	19. Endereço (Rua, n.º): R: Lourenço Marchi, 77		
14. Nacionalidade: brasileira	15. Profissão: Assistente Social	20. CEP: 13.670.000	21. Cidade: Santa Rita do Passa Quatro	22. U.F. SP
16. Maior Titulação: Graduação	17. Cargo: Assistente Social	23. Fone: (19) 3582 1012	24. Fax	
18. Instituição a que pertence: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"		25. Email: luisafogari@terra.com.br		
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Data: __10__ / __11__ / __2009				
Assinatura				
INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO				
26. Nome: Universidade "Júlio de Mesquita Filho"-Campus de Franca		29. Endereço (Rua, nº): Rua: Rua Major Claudiano, 1488		
27. Unidade/Órgão: Campus I		30. CEP: 14.400-690	31. Cidade: Franca	32. U.F. SP
28. Participação Estrangeira: Sim () Não (x)		33. Fone: (16) 3711-1823	34. Fax: (16) 3711-1824	
35. Projeto Multicêntrico: Sim () Não (X) Nacional () Internacional () (Anexar a lista de todos os Centros Participantes no Brasil)				
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução Nome: _____ Data: __10__ / __11__ / __2009				
Assinatura				
PATROCINADOR Não se aplica ()				
36. Nome:		39. Endereço		
37. Responsável:		40. CEP:	41. Cidade:	42. UF
38. Cargo/Função:		43. Fone:	44. Fax:	
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP				
45. Data de Entrada: ____/____/____	46. Registro no CEP:	47. Conclusão: Aprovado () Data: ____/____/____	48. Não Aprovado () Data: ____/____/____	
49. Relatório(s) do Pesquisador responsável previsto(s) para: Data: ____/____/____ Data: ____/____/____				
Encaminho a CONEP: 50. Os dados acima para registro () 51. O projeto para apreciação () 52. Data: ____/____/____		53. Coordenador Nome _____ Assinatura		Anexar o parecer substanciado
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP				
54. Nº Expediente :	56. Data Recebimento :	57. Registro na CONEP:		
55. Processo :				
58. Observações:				

FLUXOGRAMA PARA PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS (JAN/99)



CÓDIGO – ÁREAS DO CONHECIMENTO (Folha de Rosto Campos 2 e 3)

1- CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

- 1.01 – MATEMÁTICA
- 1.02 – PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA
- 1.03 – CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
- 1.04 – ASTRONOMIA
- 1.05 – FÍSICA
- 1.06 – QUÍMICA
- 1.07 – GEOCIÊNCIAS
- 1.08 – OCEANOGRAFIA

2- CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (*)

- 2.01 – BIOLOGIA GERAL
- 2.02 – GENÉTICA
- 2.03 – BOTÂNICA
- 2.04 – ZOOLOGIA
- 2.05 – ECOLOGIA
- 2.06 – MORFOLOGIA
- 2.07 – FISIOLOGIA
- 2.08 – BIOQUÍMICA
- 2.09 – BIOFÍSICA
- 2.10 – FARMACOLOGIA
- 2.11 – IMUNOLOGIA
- 2.12 – MICROBIOLOGIA
- 2.13 – PARASITOLOGIA
- 2.14 – TOXICOLOGIA

3 - ENGENHARIAS

- 3.01 - ENGENHARIA CIVIL
- 3.02 - ENGENHARIA DE MINAS
- 3.03 - ENGENHARIA DE MATERIAIS E METALÚRGICA
- 3.04 - ENGENHARIA ELÉTRICA
- 3.05 - ENGENHARIA MECÂNICA
- 3.06 - ENGENHARIA QUÍMICA
- 3.07 - ENGENHARIA SANITÁRIA
- 3.08 - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
- 3.09 - ENGENHARIA NUCLEAR
- 3.10 - ENGENHARIA DE TRANSPORTES
- 3.11 - ENGENHARIA NAVAL E OCEÂNICA
- 3.12 - ENGENHARIA AEROSPAÇIAL

4- CIÊNCIAS DA SAÚDE (*)

- 4.01 – MEDICINA
- 4.02 – ODONTOLOGIA
- 4.03 – FARMÁCIA
- 4.04 – ENFERMAGEM
- 4.05 – NUTRIÇÃO
- 4.06 – SAÚDE COLETIVA
- 4.07 – FONOAUDIOLOGIA
- 4.08 – FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
- 4.09 – EDUCAÇÃO FÍSICA

5- CIÊNCIAS AGRÁRIAS

- 5.01 – AGRONOMIA
- 5.02 – RECURSOS FLORESTAIS E ENGENHARIA FLORESTAL
- 5.03 – ENGENHARIA AGRÍCOLA
- 5.04 – ZOOTECNIA
- 5.05 – MEDICINA VETERINÁRIA
- 5.06 – RECURSOS PESQUEIROS E ENGENHARIA DE PESCARIA
- 5.07 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

6- CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

- 6.01 - DIREITO
- 6.02 - ADMINISTRAÇÃO
- 6.03 - ECONOMIA
- 6.04 - ARQUITETURA E URBANISMO
- 6.05 - PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
- 6.06 - DEMOGRAFIA
- 6.07 - CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
- 6.08 - MUSEOLOGIA
- 6.09 - COMUNICAÇÃO
- 6.10 - SERVIÇO SOCIAL
- 6.11 - ECONOMIA DOMÉSTICA
- 6.12 - DESENHO INDUSTRIAL
- 6.13 - TURISMO

7- CIÊNCIAS HUMANAS

- 7.01 – FILOSOFIA
- 7.02 – SOCIOLOGIA
- 7.03 – ANTROPOLOGIA
- 7.04 – ARQUEOLOGIA
- 7.05 – HISTÓRIA
- 7.06 – GEOGRAFIA
- 7.07 – PSICOLOGIA
- 7.08 – EDUCAÇÃO
- 7.09 - CIÊNCIA POLÍTICA
- 7.10 – TEOLOGIA

8- LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

- 8.01 - LINGÜÍSTICA
- 8.02 - LETRAS
- 8.03 - ARTES

(*) NÍVEL : (Folha de Rosto Campo 4)

- (P) Prevenção
- (D) Diagnóstico
- (T) Terapêutico
- (E) Epidemiológico
- (N) Não se aplica

(*) OBS: - As pesquisas das áreas temáticas 3 e 4 (novos fármacos e novos equipamentos) que dependem de licença de importação da ANVS/MS, devem obedecer ao seguinte fluxo- Os projetos da área 3 que se enquadrarem simultaneamente em outras áreas que dependam da aprovação da CONEP, e os da área 4 devem ser enviados à CONEP, e esta os enviará à ANVS/MS com seu parecer.

- Os projetos exclusivos da área 3 aprovados no CEP (Res. CNS 251/97 – item V.2) deverão ser enviados à ANVS pelo patrocinador ou pesquisador.

ANEXO D – Aprovação pelo Comitê de Ética

Memorando CEP/Franca N.º 074/2009

Para: Maria Luisa da Costa Fogari
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Neide A. de Souza Lehfeld

De: **Prof. Dr. Ubaldo Silveira**
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

Data: 18/11/2009

Projeto de Pesquisa CEP: 074/2009

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos por meio deste informar que o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP – CEP/UNESP/FRANCA *analisou e aprovou* sem restrições, o Projeto intitulado “Serviço Social e as Políticas Públicas para os usuários Afro-Descendentes”, tendo como pesquisadora Maria Luisa da Costa Fogari, bem como o respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em reunião ocorrida na data de 18/11/2009, registrado sobre o CEP: 074/2009.

Temos ciência de que os estudos serão conduzidos de acordo com normas que regem as pesquisas envolvendo seres humanos.

Solicitamos que sejam encaminhados os relatórios parciais e finais, bem como envie-nos possíveis emendas e novos termos de consentimentos livre e esclarecido, notifique qualquer evento adverso sério ocorrido durante a realização do presente projeto de pesquisa para que possamos fazer o devido acompanhamento.

Sem mais para a oportunidade,

Atenciosamente.

Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
UNESP – Campus de Franca